

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**JEAN MARCEL CAUM CAMOLEZE**

**ARQUIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO DE  
DOCUMENTOS POPULARES NO SETOR NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

**MARÍLIA**

**2022**

JEAN MARCEL CAUM CAMOLEZE

**ARQUIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO DE  
DOCUMENTOS POPULARES NO SETOR NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Troitiño Rodriguez.

MARÍLIA

2022

C185a	<p>Camoleze, Jean Marcel Caum</p> <p>ARQUIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS : UM ESTUDO DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS POPULARES NO SETOR NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) / Jean Marcel Caum Camoleze. -- Marília, 2022</p> <p>293 p. : il., tabs., fotos</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília</p> <p>Orientadora: Sonia Maria Troitiño Rodrigez</p> <p>1. Arquivos. 2. Movimentos Sociais. 3. Produção Documental. 4. Documentos Populares. 5. Arquivos Populares. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JEAN MARCEL CAUM CAMOLEZE

**ARQUIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS POPULARES NO SETOR NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

Tese para defesa do título de Doutor em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, na Linha de pesquisa “Produção e Organização da Informação”.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Sonia Maria Troitiño Rodriguez (Orientadora)

Docente do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília (FFC)

---

Dra. Maria Leandra Bizello (Membro da Banca)

Docente do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília (FFC)

---

Dr. Bernardo Mançano Fernandes (Membro da Banca)

Coordenador da Cátedra UNESCO em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da UNESP

---

Dr. Flávio Leal da Silva (Membro da Banca)

Professor Adjunto do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Departamento de Arquivologia da UNIRIO

---

Dr. André Porto Ancona Lopez (Membro da Banca)

Professor Adjunto II da Faculdade da Ciência da Informação da UNB

---

Dra. Telma Campanha de Carvalho Madio (Suplente)

Livre Docente em Documento Fotográfico – UNESP/Marília

---

Dra. Ivana Denise Parrela (Suplente)

Professora associada de Arquivologia do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG

---

Dr. Francisco Cougo Junior (Suplente)

Professor do Curso de Arquivologia do Departamento de Documentação, CESH, UFSM

Marília, 31 de março de 2022.

Dedico aos trabalhadores e trabalhadoras  
que foram brutalmente assassinados  
enquanto construíam um mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

Por mais que a construção de uma tese tenha momentos de solidão, seria impossível o seu acontecimento sem a participação e a ajuda coletiva de diversos atores que fazem parte da vida do pesquisador. Não temos a capacidade de viver em um isolamento intelectual ou produtivo e, ao mesmo tempo, contribuir para uma sociedade melhor. Esses motivos, associados ao principal impulsionador da nossa existência, a solidariedade, faz-me agradecer, humilde e afetuosamente, à dedicação e ao apoio de quem possibilitou que esta tese se concretizasse em tempos de desalento.

O primeiro agradecimento, feito com o maior amor e carinho, é para a pessoa mais importante dessa trajetória, minha esposa Denise Emanoeli Caum Camoleze, companheira de alegrias, lutas e conquistas. Juntos, superamos a dor da perda e comemoramos a felicidade da chegada. Conectamos as lutas sociais aos nossos anseios pessoais, o que realmente fez toda a diferença, seja para construir uma tese ou uma família. Muito obrigado, Denise, pela Maria Flor, pelo Théo e por estar comigo nesta jornada.

Também agradeço a uma das grandes pessoas que me inspiram na vida, nos estudos e no trabalho, minha amiga e orientadora Dra. Sonia Maria Troitiño Rodriguez, que, muitas vezes, acreditou em mim mais do que eu mesmo acreditava. Obrigado por me indicar a direção neste mundo perdido.

Deixo um salve geral aos amigos que souberam respeitar meu processo e seguraram a minha mão, tocando a minha alma. Ao Celso Romancini Junior, a Maria Fernanda Bevilacqua, a Juliana Grosseli Benezato, ao Diego Alves de Siqueira e a Nivea Massaretto Verges, que sempre estiveram ao meu lado nos maiores choros e nas melhores risadas.

Agradeço, ainda, a três amigos que compartilharam as reflexões desta tese e as necessidades éticas para a conclusão da mesma: o Dr. João Victor Verges, o Dr. José Renato Polli e o Me. Alexandre Oliveira. Muito obrigado pelos ensinamentos!

Também agradeço ao meu pai, José Carlos Camoleze (*in memoriam*), que me ensinou a importância de nossa luta e de nosso trabalho. A minha mãe, Nadir Aparecida Azevedo Camoleze, pelas diversas demonstrações de carinho e ensinamentos. A minha irmã, Gislaine Camoleze Abreu, por ser meu maior e melhor

elo com o meu passado. À pequena e linda Clara Camoleze Abreu, minha amada sobrinha. Ao meu cunhado, Alexandre Abreu, por todo o apoio e dedicação, principalmente com o Théo. Meus agradecimentos aos familiares que escolhi para compartilhar a minha trajetória: Euclides Caum (*in memoriam*), Aparecida Valdirene Martelli Caum, Diana Emilia Caum Felippi, Miliando Fellipi, Samuel Caum e meu querido afilhado Rafael Caum Felippi.

Agradeço aos educadores que foram essenciais para pensar e repensar cada vírgula desta pesquisa, uma vez que os conhecimentos de cada um auxiliaram na formulação de meu próprio meu pensamento e contribuíram de maneira positiva para o resultado final. As glórias do trabalho são conquistas coletivas e os erros, fatores individuais meus, demonstrando que sempre precisarei de pessoas como vocês ao meu lado. Ao Prof. Dr. – e, principalmente, amigo - Flávio Leal, que cuidou de mim e do meu trabalho como se faz a um irmão mais novo.

Agradeço a Dra. Ivana Parrela (UFMG) e a Dra. Adriana Carvalho (UNICAMP) por me motivarem e levarem meu pensamento para além da produção intelectual, como fator de contribuição social. Aos professores Dr. Oswaldo Oliveira e Dra. Ana Maria Camargo, que estiveram na banca de qualificação, e apontaram a dimensão das potencialidades bem como as falhas do trabalho.

Ao Dr. André Lopez, que se tornou um “cúmplice” de todas as ações e ainda participou da defesa final, levando o trabalho da “ideia à chama” que nos consome diariamente. À minha eterna orientadora Leandra Bizello, que abriu meus caminhos para a vida acadêmica e permanece presente até o momento (espero que permaneça ainda mais).

À querida Dra. Telma Campanha de Carvalho Madio e ao seu orientando Bruno Henrique Machado e a minha amiga Elizabete Ribas, que sempre expressaram que a academia é sim um lugar humanizado e para todos, apesar das barreiras impostas pelo sistema.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por tudo o que faz pelo mundo e por ser um alento para mim há mais de 20 anos; em especial, ao Coletivo de Memória e Arquivos, nas figuras das queridas Juliana e Meire.

Aos profissionais do CEDEM, verdadeiros militantes da história e da luta por justiça, deixo o meu carinho nas pessoas da Solange Souza, Renata Cotrim e Genira Chagas, esta última uma amiga com que o CEDEM me presenteou.

Obrigado por continuamente me ensinarem sobre arquivos de movimentos sociais e me auxiliarem na pesquisa. Vocês são alentos!

Não posso deixar de agradecer às pessoas que criam o melhor lugar do mundo para a convivência plural e o trabalho coletivo e aos queridos que constroem a Casa do Povo. Faço questão de nomear cada um deles: Rafaela Temoteo da Silva, Carlos Rodrigues, Wallace Jesus, Laura Viana, Leonardo Monteiro, Caio Lescher, Anderson Oliveira, Daniela Miranda, Francesca Tedeschi, Mayara Vivian, Benjamin Seroussi, Marcela Amaral, Ana Druwe e Mônica Novaes Esmanhotto. Tenho muito orgulho de trabalhar com os melhores do universo! E a Geo Santana, que entrou como estagiária na Casa do Povo e saiu como a irmã adolescente.

Deixo os meus votos de gratidão às companheiras e camaradas do Acervo Sueli Carneiro, principalmente a Dra. Bianca Santana, pela sua luta em ser uma excelente ancestral hoje, e ao Dr. Luis Ludmer, que divide comigo novas possibilidades de pensar em acervos de resistência.

Também agradeço a todos que se opõem ao governo genocida que foi instituído no Brasil entre os anos de 2019 e 2022 e contribuiu para o assassinato da população pobre e periférica e dos trabalhadores rurais. Apesar deste governo não representativo das classes subalternas ter se esforçado, com glórias, para o apagamento da História, através do crescimento do negacionismo e do afronte às instituições do Estado de Direito e dos movimentos sociais que fazem parte de uma sociedade que grita, existem seres humanos como o Padre Julio Lancelot, que derruba as pedras da ignorância e acolhe os oprimidos como um ato de amor que resiste ao ódio e reforça a luta cotidiana dos explorados e exploradores.

Por fim, e não menos importante, quero agradecer a um serzinho admirável e deliciosamente terrível que me ensinou a olhar o mundo de uma maneira maravilhosa. Ao meu filho, Théo Caum Camoleze, que com toda a sua sensibilidade de criança possa um dia se orgulhar do pai que ele criou.

*Sejamos nós que conquistemos  
A terra mãe livre e comum!  
Para não ter protestos vãos  
Para sair desse antro estreito  
Façamos nós por nossas mãos  
Tudo o que a nós nos diz respeito.*

*(Pierre De Geyter, 1888)*

## RESUMO

A tese apresenta um estudo de caso unificado ao estudo bibliográfico que tem por objetivo estabelecer um conceito de arquivos populares e compreender a dinâmica da produção documental proveniente das atividades dos movimentos sociais e suas características como documentos populares. Para tanto, se debruça sobre os documentos do Setor Nacional de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), depositados no acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). O MST foi fundamental para a história brasileira como parte de um processo de transição política e econômica do país. Também representa um acúmulo de lutas decorrentes das questões agrárias nacionais e da estruturação de políticas públicas para o uso social da terra. Os mais de trinta anos de trajetória do Movimento permitiram um conjunto documental fundamental para a compreensão da história atual brasileira. Porém, a organização e a formação de arquivos dos movimentos sociais ainda são pouco estudadas, principalmente tendo os movimentos sociais como protagonistas da produção de conhecimento. Por essa razão, neste estudo, debatemos e argumentamos em torno dos campos teórico-metodológicos referentes ao tema proposto em busca de subsídios para qualificar a produção documental do MST e criar um padrão instrumental para a compreensão de seu arquivo. Consideramos, assim, que abranger os tipos documentais dos documentos do Setor Nacional de Educação do MST é, por conseguinte, sinônimo de contribuição para a pesquisa de elementos para a identificação documental de movimentos sociais em geral.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. Produção Documental. Arquivos Populares. MST.

## ABSTRACT

The thesis presents a case study unified with the bibliographic study that aims to establish a concept of popular archives and understand the dynamics of documentary production arising from the activities of social movements and their characteristics as popular documents. To this end, it focuses on the documents of the National Education Sector of the Landless Rural Workers Movement (MST), deposited in the collection of the Documentation and Memory Center (CEDEM) of the São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). The MST was fundamental to Brazilian history as part of the country's political and economic transition process. It also represents an accumulation of struggles arising from national agrarian issues and the structuring of public policies for the social use of land. The Movement's more than thirty years of history have provided a fundamental set of documents for the understanding of current Brazilian history. However, the organization and formation of archives of social movements are still poorly studied, especially with social movements as protagonists of knowledge production. For this reason, in this study, we debate and argue around the theoretical-methodological fields referring to the proposed theme in search of subsidies to qualify the MST's documentary production and create an instrumental standard for the understanding of its archive. We consider, therefore, that covering the types of documents of the documents of the National Sector of Education of the MST is, therefore, synonymous of contribution to the research of elements for the documentary identification of social movements in general.

**Keywords:** Social Movements. Documentary Production. Popular Archives. MST.

## Resumen

La tesis presenta un estudio de caso unificado con el estudio bibliográfico que tiene como objetivo establecer un concepto de archivo popular y comprender la dinámica de producción documental que surge de las actividades de los movimientos sociales y sus características como documentos populares. Para ello, se centra en los documentos del Sector Nacional de Educación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), depositados en el acervo del Centro de Documentación y Memoria (CEDEM) de la Universidad Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). El MST fue fundamental en la historia de Brasil como parte del proceso de transición política y económica del país. Representa también un cúmulo de luchas derivadas de la cuestión agraria nacional y la estructuración de políticas públicas para el uso social de la tierra. Los más de treinta años de historia del Movimiento han proporcionado un conjunto fundamental de documentos para la comprensión de la historia brasileña actual. Sin embargo, la organización y formación de archivos de los movimientos sociales aún son poco estudiadas, especialmente con los movimientos sociales como protagonistas de la producción de conocimiento. Por eso, en este estudio, debatimos y argumentamos en torno a los campos teórico-metodológicos referentes al tema propuesto en busca de subsidios para calificar la producción documental del MST y crear un patrón instrumental para la comprensión de su archivo. Consideramos, entonces, que abarcar los tipos de documentos de los documentos del Sector Nacional de Educación del MST es, por tanto, sinónimo de contribución a la búsqueda de elementos para la identificación documental de los movimientos sociales en general.

**Palabras clave:** Movimientos Sociales. Producción Documental. Archivos Populares. MST.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornal do MST (fev. 1985).....	48
Figura 2 - Manual Prático de Conservação e Organização.....	62
Figura 3 - Programa Agrário do MST (nov. 1993) .....	69
Figura 4 - Cartaz de divulgação do II Congresso Nacional do MST (1990) .....	70
Figura 5 - Trecho do boletim mensal da UCBC (1980) .....	72
Figura 6 - Apresentação do documento “Só dirige, quem sabe!” .....	79
Figura 7 - Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra (jan. 1984).....	83
Figura 8 - Gráfico do número populacional do Brasil entre 1940 e 1960 .....	90
Figura 9 - Manchete do Jornal Liga (09 out. 1962).....	91
Figura 10 - Fotografia de Brizola entre os trabalhadores rurais do MASTER (1962)	93
Figura 11 - Gráfico de distribuição de habitantes do Brasil em 1965 .....	95
Figura 12 - Gráfico de distribuição de habitantes do Brasil em 1980 .....	95
Figura 13 - Gráfico de distribuição de terras agrícolas no Brasil entre 1960 e 1980.	95
Figura 14 - Iconográfico das ocupações antes da fundação do MST.....	98
Figura 15 - Plenário do I Congresso Nacional do MST (Curitiba, 1985).....	100
Figura 16 - Fotografia do Acampamento e Ocupação em Cruz Alta - RS (1989)....	104
Figura 17 - Fotografia do II Congresso Nacional do MST (Brasília - DF, 1990) .....	105
Figura 18 - Fotografia do Enterro dos Sem-Terra mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás .....	108
Figura 19 - Charge de Carlos Latuff sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás ..	108
Figura 20 - Fragmento da capa do Jornal do Brasil do dia 18 de abril de 1996 .....	108
Figura 21 - Memorial dedicado aos trabalhadores executados no Massacre de Eldorado dos Carajás.....	108
Figura 22 - Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça (1997).....	110
Figura 23 - Forma de Organização do MST (1994).....	116
Figura 24 - Estrutura Organizativa do MST (1999).....	117
Figura 25 - Estrutura Organizativa do MST (2008).....	119
Figura 26 - Estrutura Organizativa do MST (2016).....	120
Figura 27 - A arquivística: uma disciplina que permite a gestão integrada da informação orgânica.....	126
Figura 28 - Circular 34/95.....	127
Figura 29 - Resolução do 4º Congresso Nacional do MST (2000).....	129

Figura 30 - Compromissos determinados no 4º Congresso do MST .....	129
Figura 31 - “Normas Gerais do MST” (2016).....	130
Figura 32 - Sumário das “Normas Gerais do MST” (2016).....	131
Figura 33 - Carta ao Conselho Editorial do Setor de Educação do MST (30 ago. 1993) .....	132
Figura 34 - Programação do 1º Encontro Estadual dos Jovens do MST (1997) .....	134
Figura 35 - Correspondência destinada ao Coordenador Nacional do Setor Nacional de Educação do MST (19 fev. 1994).....	135
Figura 36 - Série documental Fichas de Despesa de Viagem (1995) .....	136
Figura 37 - Carta destinada ao Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (1993).....	139

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lutas e revoltas no Brasil por causa da questão agrária entre 1530 e 1945 .....	87
Quadro 2 - Número de Propriedades rurais por hectares entre 1950 e 1980 .....	89
Quadro 3 - Organização das Instâncias Organizativas do MST.....	113
Quadro 4 - Setores e Coletivos do MST.....	114
Quadro 5 - Definições do conceito de tipos documentais segundo bibliografias, dicionários e manuais de terminologia arquivística .....	142
Quadro 6 - Utilidade do método da tipologia documental na organização de arquivos permanentes .....	144
Quadro 7 - Tipologia Documental do acervo do MST .....	146
Quadro 8 - Proposta de Organização Documental para o acervo do MST .....	147

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDUAL	Centro de Documentação Uruguaio - América Latina
CEBs	Comunidades Eclesiásticas de Base
CECOP	Centro de Educação e Cultura Operária
CEDEM	Centro de Documentação e Memória
CEP	Centro Pastoral Vergueiro
CF	Constituição Federal
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
EUA	Estados Unidos da América
FEPASA	Ferrovias Paulista S/A
FUNDACTE	Fundação de Ciência, Tecnologia e Ensino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
JST	Jornal dos Sem Terra
MASTEL	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná
MASTEN	Movimento dos Agricultores Sem Terra no Norte do Paraná
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRECO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso

NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SOMECO	Sociedade de Melhoramentos e Colonização
SP	São Paulo
UCBC	União Cristã Brasileira de Comunicação Social
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural</i>
UNESCO	<i>Organization</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
VHS	<i>Video Home System</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2 MOVIMENTOS SOCIAIS: ESTUDOS E REFLEXÕES.....</b>	<b>30</b>
2.1 Movimentos sociais contemporâneos: contribuições teóricas históricas e vigentes .....	33
2.2 Movimentos sociais: entidades coletivas produtoras de informação e conhecimento.....	46
<b>3 ARQUIVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS OU ARQUIVOS POPULARES? .....</b>	<b>50</b>
3.1 Arquivos e movimentos sociais: dimensões da produção, uso e guarda dos documentos .....	52
3.2 Arquivos de movimentos sociais: arquivos especializados e adjetivação .....	57
3.3 Arquivos Populares: a construindo um conceito .....	61
<b>4 PRODUÇÃO DOCUMENTAL E DOCUMENTAÇÃO POPULAR .....</b>	<b>66</b>
4.1 Documentação Popular: produção documental dos Movimentos Sociais na América Latina .....	72
4.2 A Produção do Documento Popular.....	74
4.3 A importância da documentação popular para os movimentos sociais...	77
4.4 A importância da documentação popular para a sociedade.....	80
<b>5 MST: LUTA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO.....</b>	<b>83</b>
5.1 MST: gênese e constituição .....	86
5.2 MST: do surgimento à atualidade.....	101
5.3 MST: estrutura e organização .....	111
<b>6 MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS ARQUIVOS; ESTUDO DO MST .....</b>	<b>123</b>
6.1 Setor de Nacional de Educação do MST .....	124
6.2 Os Arquivos para o funcionamento dos Movimentos Sociais.....	126
6.3 Produção documental: pensando o uso funcional .....	128
6.4 O uso dos documentos dentro dos movimentos sociais.....	133
6.5 A destinação e o lugar do arquivo permanente dentro dos movimentos sociais.....	137
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICE – DOCUMENTOS ALOCADOS NO CEDEM .....</b>	<b>164</b>

<b>ANEXO A - As instâncias nacionais e estaduais (nov. 1993) .....</b>	<b>275</b>
<b>ANEXO B - Vamos organizar a base do MST (n. 2) .....</b>	<b>276</b>
<b>ANEXO C - Só dirige, quem sabe! (1995) .....</b>	<b>277</b>
<b>ANEXO D - Sugestão para condução de Reunião .....</b>	<b>278</b>
<b>ANEXO E - Como escolher as instâncias do MST .....</b>	<b>279</b>
<b>ANEXO F - Dirigir e ou administrar (abr. 1992) .....</b>	<b>280</b>
<b>ANEXO G – Estrutura do MST .....</b>	<b>281</b>
<b>ANEXO H - A disciplina no MST .....</b>	<b>282</b>
<b>ANEXO I - A função dos núcleos dos militantes do MST .....</b>	<b>283</b>
<b>ANEXO J - Secretaria: Nosso “Cartão de Visita” .....</b>	<b>284</b>
<b>ANEXO K - Delegar atividades Capacitar Militantes (ago. 1993).....</b>	<b>285</b>
<b>ANEXO L – A Organicidade Necessária (abr. 1995) .....</b>	<b>286</b>
<b>ANEXO M – Circular Nº 34/95 .....</b>	<b>287</b>
<b>ANEXO N - Contribuição para o debate dos núcleos.....</b>	<b>288</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Los archivos, recursos básicos de información y cuanto con ésta se relaciona, están experimentando un impulso considerable en nuestra sociedad finisecular, palpable [...]”.*  
(CRUZ MUNDET, 1994, p. 17).

A opção por mencionar como epígrafe de abertura a frase inicial da introdução do importantíssimo “Manual de arquivística” (CRUZ MUNDET, 1994) denota que o presente trabalho ressalta a importância dos procedimentos técnicos da arquivologia. Estes devem ser usados nos conjuntos documentais oriundos de instituições diversas, sejam elas governamentais, estatais, movimentos sociais<sup>1</sup> ou outras entidades ou indivíduos que produzem documentos. Ao mesmo tempo, faz-se a reflexão de que o tecnicismo não abrangerá a produção, o uso e a guarda dos documentos de todas as entidades existentes na sociedade plural e em constante mudança.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo propor um conceito de arquivos populares ao compreender a dinâmica das atividades típicas dos movimentos sociais e seus registros documentais. Para tanto, realizamos um recorte dentro do Setor Nacional de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a fim de definir uma amostragem documental.

Nessa perspectiva, esse trabalho pretende elaborar um conceito que integre os termos utilizados pela arquivologia com a noção de arquivos produzidos pelos movimentos sociais, colaborando para os estudos sobre os documentos produzidos por entidades coletivas que estão às margens do sistema capitalista.

Ao formular um conceito para os arquivos de movimentos sociais, a pesquisa contribui para a compreensão destes como documentos com relações orgânicas entre seus pares e também reconhece as suas singularidades e atribuições constituídas no tempo e espaço.

Buscamos, portanto, estabelecer conexões entre as funções arquivísticas e o conhecimento relativo à produção e à organização que ocorre dentro dos movimentos sociais. Estes pensam a forma de organizar seus documentos e estabelecer os lugares de guarda, sobretudo daqueles com valores históricos. Procuram, assim, criar bases para ações de salvaguarda de parte da memória

---

<sup>1</sup> No segundo capítulo, conceituaremos o termo “movimentos sociais”.

coletiva do movimento e para a compreensão da importância da recuperação informacional, notadamente para a formação das identidades de seus membros.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que os movimentos sociais são protagonistas na produção de conhecimentos e não, objetos passivos. De posse deste entendimento, tomamos como objeto de estudo seus documentos e arquivos.

Produzidos de maneira consciente, propositiva e com autonomia pelas unidades produtoras, os documentos de movimentos sociais têm algumas especificidades concernentes à própria dinâmica de ação de cada grupo, trazendo consigo a necessidade de um olhar especial para estes arquivos que comumente se encontram nas extremidades dos sistemas burocráticos.

Este trabalho, em contrapartida, coloca os documentos de movimentos sociais como protagonistas na produção de informações e conhecimentos. Nesse sentido, os movimentos sociais não se limitam a meros objetos de estudos, mas são atores ativos que, em suas trajetórias, mostram as dicotomias de indivíduos que estão excluídos das estruturas socioeconômicas do capitalismo.

A produção, o uso e a preservação dos documentos sociais são elementos essenciais para o próprio funcionamento desses movimentos. Por essa razão, seus documentos não se apresentam apenas como elementos de estudos e pesquisas externas - ainda que estes tenham grande relevância - mas estabelecem o registro das atividades e estão presentes na existência e sobrevivência do próprio movimento.

Tais arquivos, que não se apresentam conforme as normas dos sistemas burocráticos governamentais e privados, também afetam a maneira de discorrer sistematicamente os estudos de suas estruturas e organizações. Portanto, compreendê-los e propor métodos de pensá-los e repensá-los são ações fundamentais na construção de uma sociedade plural, formada por diversos agentes sociais.

Face ao exposto, cabe ainda ressaltar que alguns termos empregados nos arquivos dos movimentos sociais, seja em sua produção, uso ou destinação, são equivalentes ou semelhantes aos utilizados em arquivos institucionais e pessoais. Sob este prisma, ao longo do trabalho, realizamos analogias entre os valores dos termos, estabelecendo os elementos que possuem graus de identificação com outros arquivos e ressaltando as particularidades de documentos que têm os movimentos sociais como entidade produtora.

Os arquivos dos movimentos sociais constituem o tema do terceiro capítulo, onde analisamos suas especificidades e trazemos considerações acerca das unidades produtoras que os denominam como arquivos populares. Assim, temos uma análise sobre as expressões utilizadas para nomeá-los no âmbito da arquivologia ou dos próprios movimentos sociais.

Em seguida, passamos a analisar a geração de documentos pelos movimentos sociais que formam seus arquivos. Realizamos, assim, no quarto capítulo, a discussão sobre a “Produção documental e documentação popular”, tendo por intuito apresentar a importância de entender os documentos e suas expressividade dentro dos movimentos sociais, onde recebem o adjetivo de populares por serem produzidos pelos próprios movimentos para eles mesmos.

Nessa perspectiva, no quinto capítulo, discutimos a importância da organização dos documentos produzidos por movimentos sociais, assim como seus usos, refletindo principalmente sobre a possibilidade de pesquisar o tema em arquivos considerados populares. Analisando estudos sobre a produção documental como referencial teórico, procuramos construir uma base para aprofundarmos a reflexão no arquivo investigado.

Porém, antes de apresentarmos - o que será feito no sétimo capítulo - os estudos de caso de parte dos documentos produzidos no Setor Nacional de Educação do MST, buscamos discorrer sobre a formação e a organização da entidade produtora, que não se estabelece como pessoa jurídica ou física. Trata-se, mais especificamente, do próprio MST e de suas lutas. Assim, no capítulo seis, detalhamos a constituição e a formação do Movimento, para, posteriormente, entendermos sua organização e produção documental.

A escolha do MST justifica-se pelo fato de ser um dos movimentos sociais com maior reconhecimento nacional e internacional e grande importância para a historiografia brasileira e diversas áreas do conhecimento. Além disso, é referência para outros movimentos, no Brasil e no exterior.

Cabe ressaltar que a formação do MST vem do acúmulo da luta agrária resistente no país ao longo dos anos e intensificada nas décadas de 1950 e 1960 com o surgimento das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTABs) e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).

Gestado no período de 1979 a 1984, o MST, porém, não se apoiou apenas na reforma agrária, mas possui também como objetivos alterar os “[...] problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano.” (MST, 2015, não paginado).

Durante o processo de abertura da ditadura militar e o início do processo de redemocratização do Brasil, o MST, como outros importantes acontecimentos neste período, teve “[...] o seu começo assinalado pelas experiências nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais.” (FERNANDES, 1999, p. 50).

No final da década de 1970 e começo de 1980, ocorreu a elaboração do MST, principalmente nas regiões centro-sul do país. Entretanto, sua formalização enquanto movimento social organizado aconteceu somente em 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou entre os dias 21 e 24 de janeiro daquele ano.

O Encontro tinha como objetivo concatenar todas as categorias de trabalhadores rurais que lutavam para obter terras para plantar. Dessa forma, criou-se o movimento de estruturas nacionais com “[...] três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.” (MST, 2015, não paginado). Neste momento, o Movimento assinalou que suas lutas não estariam apenas relacionadas com a Reforma Agrária, mas também implicariam questões estruturais e políticas do Brasil (FERNANDES, 2000).

Ao longo dos anos, com o crescimento de membros do MST e sua rápida expansão por grande parte do território nacional, foi necessário criar estruturas organizacionais adequadas às necessidades do Movimento. Este crescimento também começou a instituir uma estrutura básica em diversos estados brasileiros, formada essencialmente “[...] por uma coordenação, uma direção, uma secretaria e por setores que atendiam às necessidades prioritárias.” (LOPES, 2004, p. 79).

O dinâmico processo formativo do Movimento e sua organicidade produzem e registram experiências dentro do cotidiano que auxiliam na produção e difusão das informações e saberes. Para Lopes (2004), essas ações reafirmam um esforço do MST em se “reinventar politicamente” e se organizar conforme a conjuntura; assim, uma de suas características consiste na constância de alterações de sua sistematização, sendo proativo e com continuidade intensa em suas ações informativas, educacionais, sociais e políticas.

Atualmente, o MST está presente em 24 estados da União, com mais de 350 mil famílias que, mesmo assentadas, continuam a se empenhar nas ações do Movimento. Além dos assentamentos e acampamentos, o MST conta com diversas cooperativas, associações e agroindústrias que auxiliam na produção, na distribuição e na venda de alimentos e, ainda, possui a colaboração da Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes, que contribui para a formação do MST e de outras organizações. A estruturação organizacional do Movimento é pautada pela cooperação com a finalidade de garantir “[...] uma maneira de organizar a produção através da divisão do trabalho.” (MST, 2015, não paginado).

A dinâmica é a característica insueta organizacional do MST, trazendo diversas alterações e ampliações em sua estrutura (NAVARRO, 2002). Segundo Lopes (2004), o MST possui grande flexibilidade, o que lhe possibilita se modificar conforme as necessidades impostas pela conjuntura política e social do momento e incorporar novos princípios e elementos.

No entanto, conforme esclarecem Dal Ri e Vieitez (2004), seus filiados se encontram vinculados ao Movimento não apenas por ideologia e funções políticas, mas também por se encontrarem integrados a alguma de suas estruturas organizacionais de base. Assim, conseqüentemente, o MST cria uma dinâmica específica e uma constância na elaboração de informações e registros sobre as próprias atividades.

No âmbito do movimento escolhido, ainda promovemos mais um recorte: o do Setor Nacional de Educação. Tal escolha se deve ao fato de ser um dos primeiros setores instituídos no MST, considerado prioritário, e por estar presente em todas as instâncias de poder do Movimento. Sendo assim, observamos 758<sup>2</sup> documentos locados no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Este recorte na escolha de uma instituição de custódia que mantém parte do arquivo do MST se deve às condições de acesso aos documentos e por estes estarem disponibilizados dentro de uma organicidade que foi mantida em relação ao momento em que ocorreu o seu recolhimento.

Então, para alcançar o objetivo proposto e analisar a hipótese de utilização dos estudos de tipos documentais para uma metodologia que auxilie em algumas

---

<sup>2</sup> Ver apêndice A.

funções arquivísticas no tratamento arquivístico, faz-se necessária a análise teórica-metodológica.

Este trabalho dialoga com diversas áreas do saber, tais como: a Arquivologia, a Sociologia, a Geografia e a História. Buscamos compreender a formação dos movimentos sociais como entidades coletivas e produtoras de informações. Essa conceituação, apresentada no segundo capítulo, foi construída de maneira interdisciplinar, notadamente a partir de estudos da Sociologia e da Geografia. Observamos as principais teorias sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, sempre atentos ao recorte proposto no trabalho e à produção da informação registrada dentro dos movimentos sociais.

Para tanto, um arcabouço teórico foi escolhido para orientar a pesquisa e obtermos resultados significativos. Promovemos uma pesquisa nos processos de organização do acervo do Fundo dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por meio da utilização de pesquisa bibliográfica interdisciplinar, mas, sobretudo, no campo da arquivologia, unificada com um estudo de caso para analisar as hipóteses, os conceitos e a produção documental dos movimentos sociais.

Dessa maneira, em seu percurso, o trabalho analisará as dimensões dos estudos sobre arquivo, documento e informação, buscando estabelecer conexões plurais entre diversos campos do conhecimento.

Os estudos da tese consistem na análise entre o documento e seu produtor, estabelecendo elementos como a organicidade documental, a proveniência e a unicidade, além de outras funções essenciais para a constituição do arquivo enquanto órgão capaz de trabalhar com a informação registrada, contextualizando-a, e recuperá-la dentro de seu contexto gerador. Tal perspectiva mantém o foco do trabalho nas dimensões da arquivologia, estabelecidas por Heredia (1993), que considera o tripé “arquivo – documento – informação”.

Isso significa dizer que, ao estabelecermos a pesquisa, consideramos um estudo que compreende que os arquivos são formados por documentos produzidos e acumulados na consecução de uma atividade humana.

Após analisar os conceitos de arquivo e documento de diversos manuais e pesquisadores de diferentes territorialidades, Schellenberg (2006, p. 37) aponta:

Se analisarmos os elementos destacados nas definições dos arquivistas dos diversos países, veremos que se relacionam tanto a fatores concretos (*tangible*) como a fatores abstrados (*intangible*). Os elementos relativos aos fatores concretos – a forma dos arquivos, a fonte de origem e o lugar de sua conservação – não são essenciais à caracterização do material de arquivo,

pois os arquivistas, em suas definições, deixam claro que os arquivos podem ter várias formas, podem vir de várias fontes e podem ser guardados em diversos lugares. Os elementos relativos a fatores de abstratos são os elementos essenciais.

Considerando tais argumentos, as teorias arquivísticas permitem pensar os acervos de movimentos sociais não como órgãos fechados e inalteráveis, mas que promovem um “transbordamento da noção de arquivo para além dos limites institucionais” (FONSECA, 2019, p. 61). Nessa direção, a construção da tese e a pesquisa teve suas bases na arquivologia, observando as realidades e mudanças dos movimentos, o que se reflete na organização e definição de seus arquivos.

Após a construção dos fundamentos da pesquisa, procuraremos estabelecer um sistema teórico capaz de precisar os conceitos, as hipóteses e as teorias utilizadas. Por essa razão, fez-se necessário um estudo da produção documental, pela condução de uma análise do documento isolado para o de caráter orgânico e a sua contextualização funcional, compreendendo a motivação da produção documental do Movimento. Reconhecemos, ainda, que os documentos existentes dentro do acervo do MST diferenciam-se dos demais “[...] enquanto integrantes de conjuntos orgânicos provenientes de um contexto determinado, de outros tipos de conjuntos documentais.” (RODRIGUES, 2008, p. 24).

Entendemos que o estudo sobre a constituição do acervo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se apresenta como um instrumental interpretativo que demonstra a necessidade da identificação da atividade responsável pela produção dos documentos e contém procedimentos para orientar a conjectura para estabelecer este trabalho e subsidiar projetos futuros.

Diante disso, realizamos uma análise acerca da produção documental a partir do recorte proposto dentro do arquivo do MST, a qual auxiliará na configuração dos documentos e estabelecerá referência para pensarmos e repensarmos a organização destes de acordo com tal especificidade, assim formulando a sua estrutura e normalizando a produção e a guarda documental.

O estudo proposto também trabalhou sobre a conceituação dos documentos orgânicos, produzidos *a priori* no contexto da unidade produtora que forma os fundos, e estabeleceu as diferenças entre as séries documentais e a abordagem constitutiva do documento. Com isso, tornaremos possível a adoção de processos de regularização, organização e padronização, requisitos indispensáveis para a classificação, avaliação, descrição e planejamento da produção documental.

Na pesquisa também utilizamos um estudo de caso, pois temos um “estudo da particularidade e complexidade de um único caso, chegando a compreender a sua atividade dentro de circunstâncias importantes” (STAKE, 1995, p. 11), sem anular a criação de parâmetros para casos semelhantes. Temos, portanto, a necessidade de utilizar uma estratégia abrangente para compreender a formação e a organização do MST, bem como sua produção e arranjo documental.

O estudo de caso é uma das metodologias mais utilizadas, sobretudo nas ciências sociais. Mesmo assim, existem diversas formas para a sua aplicação, o que dificulta um consenso em suas definições e aplicabilidade (YAZAN, 2015). Utilizaremos como metodologia proeminente de estudos de casos os trabalhos de Robert Stake, notadamente pelos compromissos epistemológicos que consideram o conhecimento como algo construído e não, descoberto. Esta análise também é pertinente com a sua alegação de que “[...] há múltiplas perspectivas ou pontos de vista do caso que precisam ser representados” (STAKE, 1995). Logo, entendemos que o estudo sobre a organização do arquivo do MST é apenas um aspecto de tantos outros possíveis.

Yazan (2015) ressalta que Robert Stake, nas pesquisas qualitativas, orienta e define os estudos de casos com quatro características definidoras válidas:

**Holísticos** porque os investigadores devem considerar a inter-relação entre o fenômeno e os seus contextos [...]. **Empíricos** porque os pesquisadores baseiam o estudo em suas observações de campo. **Interpretativos**, pois os investigadores consideram sua intuição e entendem ser uma pesquisa, basicamente, a interação pesquisador-assunto, sendo isso compatível com a epistemologia construtivista. Por último, **enfáticos**, uma vez que os investigadores refletem as experiências vicárias dos sujeitos numa perspectiva êmica. (YAZAN, 2015, p. 158, grifo do autor).

Assim, os estudos de casos valorizam a experiência como elemento da construção do conhecimento e reconhecem a interação do objeto estudado com os seus contextos e o meio como gênese do conhecimento. Percebemos, nesse sentido, que, em um estudo de caso aplicado ao acervo documental do MST, se faz necessário compreender as ações dos protagonistas sociais e a organização histórica e estrutural da entidade produtora.

Para a realização da pesquisa, seguindo a metodologia proposta por Stake (1995), utilizaremos alguns questionamentos, pois entendemos que “[...] as questões nos atraem para observar, trazendo mesmo à tona os problemas do caso, as

emergências de conflito, as questões humanas mais complexas” e direcionadas aos trabalhos, além de manter uma constante interface com os pressupostos teóricos.

Enxergamos, portanto, a necessidade de conhecer e analisar a organização do MST para então compreender a sua produção documental. Diante disso, surgem diversos questionamentos, tais como: qual a importância de definir o conceito “arquivos de movimentos sociais”? Como compreender a produção dessa documentação com grande especificidade? Como ocorre a noção de arquivo dentro dos movimentos sociais?

Para responder a essas questões e orientar o estabelecimento de critérios para a produção documental do acervo do MST, realizamos a coleta de dados nos documentos do Movimento, custodiados e localizados no CEDEM, provenientes da Coordenação Nacional do MST, e que, anteriormente, estavam acumulados na Sede Nacional, na cidade de São Paulo (CEDEM, 2018).

Em 1998, os documentos do MST (correspondentes às atividades de formação desenvolvidas entre os anos de 1984 e 1998 e depois incorporados novos documentos datados até o ano de 2001, incluindo os principais periódicos editados e publicados no período) foram entregues ao CEDEM/UNESP. A documentação foi coletada a partir de trabalhos de campo realizados pelo professor e geógrafo Bernardo Mançano Fernandes que viajou pelo país, no final dos anos 1990, para levantar dados para a sua tese de doutorado sobre a formação do Movimento (FERNANDES, 2000).

No Guia do Acervo do CEDEM, apresenta-se a diversidade de dimensões e suportes dos documentos, compostos por registros textuais, bibliográficos, iconográficos e audiovisuais. Em relação ao âmbito e conteúdo dos materiais, o acervo

[...] é composto por publicações do MST e sobre o MST, material de propaganda, cadernos de formação e educação, recortes de jornal, relatórios de reuniões, correspondências, projetos, material pedagógico, documentação financeira e administrativa, documentos textuais produzidos pelo Setor de Educação da sede nacional, fitas de vídeo e o Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. (CEDEM, 2018, p. 109-110).

Devido às especificidades e características próprias do MST, esse conjunto de documentos forma um acervo complexo e com grandes particularidades. Tais documentos, que formam o Fundo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são a base para a coleta de dados da pesquisa e servirão para a análise

significativa dos procedimentos implantados para a organização documental, além de “[...] dar significado às primeiras impressões, bem como às compilações finais” (STAKE, 1995, p. 71).

Mesmo reconhecendo os momentos distintos da coleta e da análise dos dados, estas ocorrerão de maneira simultânea, “[...] a fim de desenhar sistematicamente a partir de conhecimentos prévios e reduzir percepções equivocadas” (STAKE, 1995, p. 72).

Os referidos dados foram coletados e analisados por um processo de validação através da triangulação metodológica. Para Günther (2006), a triangulação corresponde à utilização de diferentes abordagens metodológicas do objeto empírico para prevenir possíveis distorções relativas tanto à aplicação de um único método quanto a uma única teoria ou pesquisador. Denzin e Lincoln (2005, p. 19) afirmam que o “[...] uso de múltiplos métodos, ou da triangulação, reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão”.

No conceito de triangulação se toma pelo menos três pontos diferentes para se determinar a localização de um objeto (SMITH apud EASTERBY-SMITH; THORPE; LOWE, 1991). Por essa razão, trabalharemos na unificação de três processos. Primeiro, a coleta, que permitirá um entendimento da organização e da construção histórica do MST e de seu acervo, a fim de compreender a proveniência e a função<sup>3</sup> dos documentos produzidos. Segundo, a análise, que consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem do Fundo do MST, localizado no CEDEM/UNESP, com o intuito de conferir e contextualizar a produção documental e avaliar os elementos intrínsecos presentes nos documentos. Por fim, procederemos à observação direta e à aplicação dos modelos teóricos sobre o acervo, quando então os documentos serão separados por tipos.

Mesmo com linhas bem definidas entre a coleta, a análise e a observação direta com aplicabilidade metodológica, tais etapas estão interligadas e promovem constante interação entre si. Assim “[...] a transição de uma fase para outra, enquanto a pesquisa se desenrola, ocorre na medida em que áreas problemáticas vão progressivamente sendo clarificadas e redefinidas.” (STAKE, 1995, p. 22).

As integrações entre os estudos bibliográficos e a utilização do estudo de caso criam processos de construção de um conhecimento válido e confiável. Os

---

<sup>3</sup> “O termo ‘função’ é aqui usado como referência a todas as responsabilidades atribuídas a um órgão a fim de atingir os amplos objetivos para os quais foi criado.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 84).

procedimentos metodológicos aplicados ao trabalho não se limitam a um caminho a ser percorrido, mas fazem parte da produção do conhecimento e da ampliação dos estudos sobre o objeto em questão.

No entanto, os métodos propostos para guiar este estudo sempre se voltam para analisar a formação histórica e organizacional do MST; razão pela qual, no sexto capítulo, nos aprofundamos na formação do Movimento e em como este constituiu seu aparelhamento funcional – ponto considerado fundamental para a compreensão da formação do arquivo em estudo e das funções dos documentos.

A partir dos estudos sobre a formação e a estruturação do MST, é possível perceber elementos essenciais na produção documental como, por exemplo, a sua organização como produto de uma ação e vinculado a um órgão que compõe os movimentos, elemento de discussão no último capítulo.

O estudo integrado da formação dos movimentos sociais com a compreensão de seus arquivos traz-nos elementos para discutir a produção documental do Setor Nacional de Educação do MST, constituindo, desse modo, o último capítulo deste trabalho, onde apresentamos o estudo de caso e a aplicabilidade da pesquisa.

Assim, compreendemos a importância do tratamento arquivístico dos documentos de movimentos sociais, no bojo do qual procuramos trazer um conjunto de definições específicas nos conjuntos documentais com as mesmas especificidades. Optamos por analisar os documentos do MST locados no CEDEM, notadamente os do Setor Nacional de Educação, pelo acesso adquirido aos documentos e sua abrangência, seja no âmbito de função ou espécie.

Durante os anos de 2019 e 2020<sup>4</sup>, foi realizado, junto aos documentos do MST alocados no CEDEM, o processo de identificação daqueles existentes no banco de dados e o arranjo proposto em 2009<sup>5</sup>. Com isso, tivemos contato com os documentos e a possibilidade de analisar sua função e espécie, além de relacionar o contato físico com o documento e a descrição proposta pelos profissionais do CEDEM. Este trabalho foi fundamental para pensar os aspectos objetivos e subjetivos dos documentos produzidos pelo MST.

Esta integração com os arquivos e a estrutura do Movimento foi fundamental não apenas pelos aspectos da organização documental, mas também pela busca da

---

<sup>4</sup> Por meio de prestação de serviços do autor ao CEDEM/UNESP, em conformidade com o contrato administrativo da UNESP - Reitoria nº 2120/2019.

<sup>5</sup> Ver APÊNDICE A.

compreensão das constâncias e regras de registros das instâncias do MST. Percebe-se, então, que os documentos estão vinculados a um processo de reflexão de sua produção, uso e guarda, reconhecendo os movimentos sociais como produtores e fomentadores de dados, informações e conhecimentos.

A pesquisa também teve como objetivo estudar as estruturas encontradas nos documentos pesquisados e ampliar o debate sobre os arquivos dos movimentos sociais, bem como evidenciar suas dimensões, entendendo-as como uma maneira de contribuir efetivamente para expandir a relação entre ações, registros e arquivamento dentro da dinâmica própria dos movimentos sociais.

Ressaltamos, ainda, que desenvolver as possibilidades de pensar e repensar o arquivo do MST é um modo de alterar os campos teóricos e metodológicos da incorporação de informações - para além dos arquivos institucionais, públicos ou privados - e de prover a acessibilidade às documentações constituídas paralelamente aos documentos oficiais, os quais também colaboram para a compreensão da história.

As considerações finais desta tese não são definitivas e absolutas, porém, possuem o propósito de suscitar o debate sobre os arquivos populares, reconhecendo os movimentos sociais como protagonistas na produção, uso e destinação dos documentos. O trabalho em si é uma reflexão que pretende contribuir para a arquivologia como área do conhecimento autônomo e que mantém um constante diálogo sobre o tema.

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS: ESTUDOS E REFLEXÕES

*“Movimento é uma tentação. É um negócio doido”  
Silvio Manoel dos Santos  
(SCOLESE, 2008, p. 7)<sup>6</sup>*

A constituição dos movimentos sociais ocorre de maneira ativa e consciente, como algo intrínseco às relações humanas, criando experiências que compõem a cultura - as tradições, a história, os valores e as ideias – seja por meio da formação de seus membros ou da produção de saberes e conhecimentos que são transmitidos ao longo do tempo.

Ao estudar a formação da classe operária inglesa, Thompson (1987, p. 10-11) escreve que “[...] os fins são escolhidos pela nossa cultura, que nos proporciona, ao mesmo tempo, nosso próprio meio de escolher e de influenciar nessas escolhas [...]”, o que não se diferencia da composição dos movimentos sociais, pois estes também estão ligados à uma organização cultural, determinada em um tempo e espaço, que forma a sua identidade.

Assim, os movimentos sociais são constituídos por meio de processos históricos compostos por saberes, informações e organização cultural, transmitidos pelas vivências e experiências coletivas. Como exemplo, podemos citar o surgimento dos movimentos sociais contemporâneos no campo que, mediante a expurgação da população camponesa em um processo inerente à estrutura de funcionamento do capital, cria e recria a luta pela terra. Portanto, observa-se que, no âmbito da organizacional de países considerados periféricos no capitalismo que favorece a monocultura e o latifúndio, o direito pela terra se constrói em um processo histórico e de luta continuada.

Os movimentos sociais são expressões do processo dialético da formação de uma sociedade: a constante necessidade de mudança e os enfrentamentos antagônicos das relações de poder, que se fazem presentes em uma sociedade, são o cerne para o surgimento e a existência de tais movimentos.

Nesse sentido, os movimentos sociais e suas atividades não devem ser pensados como coletivos oclusos, ou seja, fechados em um sistema restrito, mas

---

<sup>6</sup> No início de cada capítulo, colocamos uma epígrafe, que não remete diretamente ao tema do texto, mas ressalta que os documentos são produzidos por atividades humanas e, no caso específico, de trabalhadoras e trabalhadores que têm ou tiveram envolvimento com a reforma agrária no país.

como promotores de diálogos permanentes e informações referentes à sociedade na qual estão inseridos, como ressalta Gohn (2011, p. 336): “[...] os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”.

Entretanto, segundo Müller (2013), a formação e a configuração dos movimentos sociais podem ser entendidas como uma reação de protesto ou ação diante de intenções e atos considerados injustos por determinado grupo. Sendo assim, os movimentos sociais são reflexo das relações e contradições organizativas de uma sociedade.

Na formação da sociedade contemporânea, podemos analisar os movimentos sociais a partir de duas concepções: a primeira se refere aos movimentos sociais conhecidos como clássicos ou tradicionais, “[...] centrados nos conflitos de base econômica, oriundos das condições materiais de produção da existência e da desigualdade social, tais como têm sido observados nos movimentos operários, camponeses, abolicionistas e outros.” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 13).

Após a década de 1960, surgiram os novos movimentos sociais que reivindicavam uma democracia participativa e o reconhecimento de direitos civis. Os intitulados novos movimentos sociais, classificados na segunda concepção, têm

[...] ênfase na transformação cultural, onde são consideradas as formas discriminatórias e de dominação nas relações de gênero, étnicas, etárias, ecológicas, de apropriação de patrimônios históricos e culturais, conflitos bélicos e outras. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 13).

Todavia, apesar das diferentes conjunturas e pautas de reivindicações dos movimentos sociais tradicionais ou novos, ambos possuem pontos em comum, tais como: a formação coletiva, a oposição aos sistemas vigentes e a busca por condições emancipatórias. Essas situações análogas permitem-nos analisar os movimentos sociais, tradicionais ou novos, com paridades ao tentarmos identificar seus processos de formação, suas atividades e identidades coletivas.

Conforme Gohn (2011, p. 10):

Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. [...]. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural - relativa ao não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral.

A partir da segunda metade do século XIX, a compreensão acerca da formação dos movimentos sociais e suas influências na vida coletiva e individual, passou a ser um ponto fundamental nos estudos históricos e sociológicos.

No Brasil, podemos analisar os estudos dos movimentos sociais dividindo-os em dois períodos distintos: o primeiro, ligado às lutas dos nativos, e o segundo, instituído por movimentos urbanos e rurais que se opõem ao sistema no qual estão inseridos. O primeiro período, anterior ao século XIX, tem como principais características: 1) a luta dos nativos pela organização socioeconômica; 2) as ações contra as escravidões africanas e indígenas; 3) os movimentos pela independência; 4) as rebeliões contra o Império. No segundo período, marcado pelo início da República e da urbanização do país, problemas sociais emergentes culminaram no surgimento de novos movimentos nos centros urbanos e no campo: os considerados novos movimentos sociais, que emergiram dentro de um contexto intelectual e político específico, sobretudo com o avanço dos regimes autoritários e as ditaduras civis-militares (CARDOSO, 1987).

Motivados pelo processo tardio de industrialização e o crescimento dos problemas causados pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais e urbanos, os movimentos sociais aglutinaram em seus eixos de trabalho diversas pessoas com ideias comuns e que promoveram lutas e reflexões sobre o mundo atual. Porém, foi apenas a partir de 1970 que estes movimentos passaram a receber maior relevância na política do país e nos estudos sociológicos e históricos (SCHERER-WARREN, 1999). Com isso, a pesquisa sobre movimentos sociais, em suas distintas dimensões, despertou o interesse da comunidade científica, tornando-se tema relevante de análises acadêmicas e com presença assegurada nos estudos historiográficos do país.

Os movimentos sociais, portanto, são determinados por ações coletivas de caráter social, político, econômico e cultural, que adotam diversas formas de manifestação e expressões para realizar denúncias e alterar o sistema vigente, no âmbito do qual se sentem excluídos. Nesse sentido, pensar os movimentos sociais, notadamente aqueles que surgiram na segunda metade do século XX com demandas específicas e promovendo um diálogo entre as realidades locais e global, implica um estudo analítico sobre suas significações, formações e importância para o mundo do qual fazem parte.

## 2.1 Movimentos sociais contemporâneos: contribuições teóricas históricas e vigentes

Os estudos e reflexões sobre os movimentos sociais, presentes neste trabalho, estão fundamentados, principalmente, nas seguintes linhas teóricas: a **histórico-estrutural**, com base no pensamento marxista; a **culturalista-identitária**, que abarca o idealismo de Kant; e a **institucional/organizacional comportamentalista**, que se desenvolveu, especialmente, entre os estudos sociológicos estadunidenses.

Contudo, no final do século XX, pensadores como Habermas (2014), Santos (2004), Scherer-Warren (2006) e Touraine (1989, 2006) trouxeram novas contribuições para a compreensão dos movimentos sociais no mundo atual.

Diante disso, se faz necessário compreender as principais teorias vigentes sobre os movimentos sociais para entender os papéis que ocupam na sociedade e como é realizada a sua formação perante os novos desafios propostos. Consideramos, aqui, o contexto mundial que cria conexões constantes entre as realidades locais, nacionais e internacionais e entre as necessidades específicas de um grupo (reforma agrária, mobilidade urbana etc.) e aquelas consideradas universais (direitos humanos, educação, saúde etc.).

A contribuição dos pensadores marxistas sobre os movimentos sociais tem como pressuposto o pensamento de uma sociedade cuja “luta de classes é o motor da história”. Ao se reportar aos trabalhadores do século XIX, no livro “O Capital”, Marx (1983) expõe a necessidade da estruturação cultural na constituição das classes, percebidas na formação e concepção dos movimentos sociais:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e em outro polo pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a vender voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais, evidentes. (MARX, 1983, p. 73).

Além de Marx, a corrente teórica histórico-estrutural também tem como base pensadores clássicos do marxismo, como Lenin, Trotsky, Gramsci, Rosa Luxemburgo e outros. Posteriormente, diversos pensadores marxistas estudaram os movimentos sociais dentro das universidades: Hobsbawm, Thompson, Williams, Mézáros, Ianni, Oliveira, Antunes etc.

Nos estudos fundados nas teorias marxistas, a ideia de movimentos sociais sempre esteve interligada e subordinada ao conceito de classe, notadamente com a relação entre a organização coletiva e a promoção de mudanças nas estruturas sociais (HOBBSAWM, 1970). A percepção marxista de movimento social como processo de formação da consciência de classe produziu diversos estudos empíricos, utilizando como objeto de investigação sobretudo os movimentos operários e camponeses, os sindicatos e os partidos políticos.

Dessa forma, o pensamento marxista analisa os movimentos sociais de maneira integrada ao conceito de classes sociais. Nessa perspectiva, os movimentos têm como premissa serem instrumentos para definir e constituir parâmetros da consciência social de cada indivíduo que compõe uma luta coletiva.

Também cabe ressaltar que, embora Marx não remeta seus estudos à teorização dos movimentos sociais, conceitos como a práxis social são de fundamental importância para o entendimento do tema em questão. Para Marx, (2007, p. 52) “toda vida social é essencialmente prática” e a práxis social se caracteriza pela ação política expressa por atividades teóricas e produtivas.

Conforme Melo (2010, p. 42):

Um conceito renovado de práxis social, isto é, uma reconstrução dos próprios conceitos fundamentais do materialismo histórico a partir de uma outra “teoria da ação”, permitiria à teoria crítica entender de que modo os novos movimentos sociais eles mesmos vieram desfazer a imagem produtivista e cristalizada de sociedade, propondo simultaneamente novos sentidos para a lutas emancipatórias.

Os escritos de Marx trazem, portanto, conceitos fundamentais para a compreensão do funcionamento dos movimentos sociais. Tais estudos promovem reflexões sobre a realidade dos movimentos, seja no plano analítico ou prático.

Os estudos de Lenin também trazem grande colaboração para a compreensão marxista dos movimentos sociais. Sem se distanciarem da ideia de luta de classe como tema central da formação de uma sociedade, Lenin (1978) explicita que a organização dos trabalhadores precisa de um caráter político. Assim, ainda que Lenin não tenha escrito textos específicos sobre os movimentos sociais, em sua obra “O trabalho do partido entre as massas” (LENIN, 1978), é notório o entendimento de que os movimentos sociais, na visão do autor, devem assumir uma função pedagógica para difundir os ideais socialistas e organizar os trabalhadores para estarem à frente do poder em uma sociedade.

Já nos escritos de marxistas como Thompson, Hobsbawm e Williams, encontramos análises referentes ao conceito de movimentos sociais em uma discussão que valoriza a relação, a organização e a estruturação social por meio da compreensão do termo cultura. Partem do pressuposto de que os movimentos sociais estão inseridos na totalidade da sociedade e em uma grande diversidade de práticas e ações culturais (WILLIAMS, 2007).

O paradigma marxista para os movimentos sociais sempre esteve centrado na capacidade coletiva de catalisar os processos voltados para as transformações das condições sociais vigentes. Embora Marx não tenha concebido uma teoria específica sobre o tema em questão, seus estudos ligados à organização dos trabalhadores e à luta de classes formam a base para diversos pensadores elaborarem conceitos e análises acerca dos movimentos sociais e sua importância na sociedade contemporânea.

Como segunda linha teórica relativa à formação e atuação dos movimentos sociais, tem-se a culturalista-identitária. Esta corrente tem como suas principais bases teóricas a fenomenologia, a sociologia weberiana e a teoria crítica da Escola de Frankfurt.

No final da década de 1960, com o surgimento dos chamados novos movimentos sociais - principalmente nos EUA, com a luta pelos direitos civis e, na Europa, com os movimentos estudantis -, temos a representação de diversos grupos da sociedade em oposição às estruturas tradicionais do Estado, tais como os partidos políticos e as instituições econômicas privadas.

Segundo Paker e Arbarotti (2015, p. 19), os denominados novos movimentos sociais são aqueles nos “quais os sujeitos se constituem e são mobilizados por força de fatores identitários, a partir do que dirigem suas demandas para o Estado”, passando a exercer importante papel na formação social dos grupos que representam ou são representados.

Desse modo, na vertente teórica culturalista-identitária, os novos movimentos sociais formam um contraponto à imposição de um modelo predeterminado para certos grupos da sociedade, constituindo, assim, uma ampliação da luta pelos direitos, como expressa Habermas (1981, p. 33):

Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos [...].

Essa corrente destaca a participação de sujeitos que, vivendo às margens da sociedade, reivindicam, com os novos movimentos sociais, seu protagonismo na cena e maior visibilidade perante as políticas públicas. Nesse sentido, o pensamento culturalista-identitário promove o papel do sujeito coletivo, que tem uma luta em comum, embasada na supressão de direitos de um grupo.

Para Melucci (1977, p. 57), um dos principais pensadores dessa teoria, os movimentos sociais se apresentam como “[...] forma coletiva baseada na solidariedade, desenvolvimento de conflitos e rompendo os limites do sistema”. Assim, promovem ações geradoras que causam uma

[...] uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. É por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas. (MELUCCI, 1977, p. 52).

Segundo os teóricos desta matriz, os movimentos sociais agem como sujeitos coletivos e promovem “[...] uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade” (REYNAUD apud MELUCCI, 1989, p. 60).

Dessa forma, a corrente culturalista-identitária ressalta a integração entre os atores e a estrutura dos movimentos sociais, conforme ressalta Gomes (2014, p. 7):

A corrente Culturalista-identitária busca respostas conciliatórias para a dicotomia atores x estrutura através da aposta nos movimentos sociais como uma construção simbólica. O debate gira em torno de múltiplas identidades políticas constituídas a partir dos conflitos cotidianos.

Com isso, a pluralidade dos movimentos sociais ganha espaço na sociedade contemporânea e contempla maior quantidade de sujeitos no processo democrático, além de ressaltar o protagonismo social e político de diversos grupos antes marginalizados e excluídos das disputas políticas e que constantemente necessitam reforçar sua representatividade nos espaços de poder.

Diante disso, compreende-se que a corrente culturalista-identitária não determina os movimentos sociais apenas como uma ação coletiva realizada pela união de indivíduos. Antes, destaca a existência da necessidade de reconhecimento, identificação e representatividade do movimento junto aos seus membros, promovendo a construção de novas políticas no cotidiano e reforçando a

participação efetiva de diversos grupos na formação política e social de uma comunidade.

A terceira corrente que apresentamos é a da teoria sociológica estadunidense, que se desenvolveu, especialmente, dentro da “Escola de Chicago”. Na década de 1910, o historiador e sociólogo Albion W. Small criou, dentro do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, a “Escola de Chicago”, que produziria um vasto material sobre os fenômenos das grandes cidades, dando origem à “Sociologia Urbana”.

Surgindo em paralelo com o crescimento urbano e os problemas sociais de Chicago, como a miséria e a violência, a “Escola de Chicago” promoveu estudos, quantitativos e qualificativos, no âmbito das mobilizações coletivas, que foram analisados pela perspectiva econômica (GOHN, 2011).

Os estudos realizados pela Escola de Chicago influenciaram não apenas a sociologia na produção do conhecimento, mas outras áreas, como afirma Becker (1996) ao refletir sobre a atuação da “Escola de Chicago” e de um dos seus principais pensadores, Robert Park:

Sob a orientação de Park, duas ou três gerações de cientistas sociais se formaram e iniciaram sua vida profissional. Ele não teve influência apenas sobre a sociologia: os historiadores, por exemplo, começaram a estudar a história de Chicago; os cientistas políticos, as organizações políticas da cidade e a natureza da máquina política local – um importante estudo sobre os políticos negros em Chicago foi elaborado; os economistas voltaram sua atenção para a economia da cidade. Quando Park chegou, o Departamento era de sociologia e antropologia, de modo que muitos antropólogos de sua geração receberam sua influência, particularmente Robert Redfield, conhecido por seu trabalho sobre a cultura folk e as sociedades camponesas. De certa forma, o trabalho de Redfield derivou diretamente da maneira como Park entendia a relação entre a cidade e o campo. (BECKER, 1996, p. 177).

Nesse contexto, os estudos referentes aos movimentos sociais também fizeram parte da produção de conhecimento na “Escola de Chicago”, uma vez que a análise do surgimento de tais movimentos se interligava à própria mudança que ocorria ao longo do tempo nos centros urbanos. Isso porque, para os pensadores desta Escola, a explicação para o surgimento e o funcionamento dos movimentos sociais se relaciona com a insatisfação individual perante a sociedade, que encontra ressonância em um coletivo.

Como estudioso do tema e vinculado à “Escola de Chicago”, podemos destacar Hebert Blumer, que dividiu os movimentos sociais em três grupos: genéricos, expressivos e específicos.

O grupo considerado genérico tem como intuito alterar as tendências culturais de uma sociedade, fazendo emergir novos valores e considerações ligadas aos direitos civis e políticos da população. Segundo o autor, estes movimentos se caracterizam por uma organização primitiva e tendem a estabelecer mudanças individuais de pensamento, como, por exemplo, os movimentos pelos direitos civis nos EUA, na década de 1960, que buscavam a ampla inclusão da população no processo político e nos direitos civis do país (BLUMER, 1980).

Os movimentos que formam o grupo expressivo têm como destaque a disseminação de determinadas ideias e a promoção de mudanças na sociedade como um todo, assumindo o papel de transformadores e influenciadores sociais e até mesmo de outros movimentos nesta esfera. Com base na concepção do autor, podemos destacar, no Brasil, movimentos como a Teologia de Libertação, formada por religiosos progressistas católicos, que tinha como objetivo a emancipação e a melhoria de vida dos povos em vulnerabilidade social. Este movimento influenciou o surgimento de outros, tais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No terceiro grupo definido por Blumer (1980), temos os movimentos específicos, que partem do entendimento de que, quando as demandas individuais estão consolidadas na luta, o coletivo passa a criar uma identidade própria, em que seus membros se reconhecem e identificam símbolos determinados e construídos dentro do movimento social no qual se inserem.

Para exemplificar, podemos utilizar os símbolos do MST. Desde as suas primeiras ocupações, os Sem Terra vêm criando diversos símbolos de representação de sua luta. Dentre os símbolos que reforçam a identidade do Movimento, temos como destaques: a bandeira, o hino e a lona preta. No caso da lona preta, utilizada no início de uma ocupação e, posteriormente, no acampamento do MST, esta remete a “um rito de passagem, o caminho para a conquista da terra”, marcando, assim, em seus membros, o reconhecimento da luta coletiva e a identidade própria do movimento.

Blumer (1980) também considera que os movimentos sociais se desenvolvem em cinco estágios, sendo eles:

1. Agitação: determinado pelo reconhecimento das lutas em comum e pela busca de um objetivo coletivo.
2. Excitação ou Desenvolvimento do *Esprit de Corps*: ocorre com o surgimento de uma coesão e solidariedade entre os membros do movimento, seja por meio do processo de formação ou de cristalização de comportamentos.
3. Desenvolvimento de uma moral: consolidação de símbolos que expõem e reforçam os valores dos grupos, além de compartilhar uma unidade entre seus membros.
4. Desenvolvimento de uma ideologia: definição de formulações de ideias comuns perante algumas questões sociais impostas ao movimento.
5. Definição de Operações Táticas: estabelecidas pelas estratégias e ações para adesão e manutenção da permanência de seus membros e para alcançar os objetivos do movimento.

Desse modo, podemos perceber que a “Escola de Chicago”, ao voltar seus estudos para a Sociologia Urbana e analisar o crescimento dos problemas das cidades, teve uma grande colaboração para os estudos e reflexões acerca dos movimentos sociais. Nesse âmbito, destacam-se as pesquisas de Blumer, ao apresentar uma tipologia e classificação destes movimentos, que repercutiram na forma de pensar e estudar o tema, seja pela sociologia ou outras áreas do saber.

Os movimentos sociais que surgem nas décadas de 1960 e 1970 nos EUA, na Europa e durante os períodos de ditadura na América Latina, trazem a necessidade dialética de pensar e repensar os estudos sobre o tema. As três correntes apresentadas continuam a colaborar para a compreensão e a pesquisa sobre os movimentos sociais, mas existiu - e existe - a necessidade de atribuir novos elementos aos estudos referentes ao tema. O empoderamento da sociedade civil frente às lutas políticas e econômicas, a reivindicação da inclusão universal de grupos que eram colocados às margens do sistema e o surgimento de novos problemas, como as mudanças climáticas e a ampliação da disparidade financeira e tecnológica entre os países, são exemplos de algumas das novas demandas.

A partir da década de 1990 e no início do século XXI, diversos pensadores lançaram novos olhares para os movimentos sociais. Com o fim da Guerra Fria (1946-1991), causada pela disputa ideológica entre o sistema capitalista estadunidense e a proposta comunista da União das Repúblicas Soviéticas, a percepção sobre os movimentos sociais também tomou outra dimensão, revelando-

se como grupos sociais que não estavam presos às contestações impostas pelos países envolvidos. Os movimentos passaram a ser reconhecidos como ferramentas para o estabelecimento e a consolidação dos estados democráticos: os novos movimentos sociais como fatores integrantes da sociedade e, em determinados momentos, como opositores dos regimes econômicos e políticos vigentes.

Nesse sentido, estudar os movimentos sociais e suas ações tornou-se imprescindível para compreender a própria sociedade na qual se inserem, contribuindo para o surgimento de novas formas de pensar e analisar o tema, mesmo dentro das diversas correntes teóricas existentes.

Na corrente teórica culturalista-identitária, Touraine e Habermas são os pensadores que colaboram para os novos estudos e reflexões sobre os movimentos sociais da atualidade, reconhecendo a necessidade de mudança não apenas na forma de olhá-los, mas também nos desafios enfrentados pelos movimentos em uma sociedade global. Os estudos culturalista-identitários reforçam o protagonismo dos indivíduos na formação e ação dos movimentos sociais.

Os estudos de Touraine explicitam que os membros de um movimento social, quando unificados por um objetivo e uma identidade, formam um sujeito coletivo, que é moldado pelas experiências do grupo. Touraine (1977) entende por “movimentos sociais as ações conflitantes de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema histórico” e pautados por três princípios: identidade, oposição e totalidade.

O princípio da identidade diz respeito à autoidentificação que o sujeito, como indivíduo, tem em relação ao movimento social, constituindo uma forma entre os objetivos do coletivo e os membros que o integram. O princípio de oposição destaca a definição dos papéis de quem são os antagonistas das conquistas do movimento social. Por fim, o princípio da totalidade refere-se ao “[...] sistema de ação histórica cujos adversários, situados na dupla dialética das classes sociais, disputam entre si a dominação” (TOURAINÉ, 1977, p. 347).

Em todos os princípios, podemos perceber o destaque para a ação coletiva e o protagonismo dos membros dos movimentos sociais. Estes proporcionam atividades coletivas, possuem uma identidade própria e “apresenta-se na abordagem racionalista como ação de um grupo, um ator coletivo” (GOHN, 2014, p. 97). Assim, na concepção de Touraine, os movimentos sociais são sujeitos coletivos,

formados por uma identidade, uma causa e a unidade de indivíduos com interesses em comum.

O pensador alemão Jürgen Habermas, “um dos proeminentes filósofos contemporâneos que se debate quanto à produção intelectual crítica” (POLLI, 2013, p. 49), em seus estudos sobre os novos movimentos sociais, descreve que eles surgem porque:

[...] não podem mais ser aliviados por compensações que estão em conformidade com o sistema. Pelo contrário, os novos conflitos surgem em áreas de reprodução cultural, integração social e socialização. Eles se manifestam em forma de protestos subinstitucionais e extraparlamentares. (HABERMAS, 2018, p. 167-168).

Com isso, Habermas destaca a pluralidade e a dinâmica dos movimentos sociais, sobretudo após a década de 1960, quando suas ações se centraram na “[...] reparação do sofrimento social, da opressão, das injustiças ligadas a questões ambientais, étnicas, de gênero etc.” (SILVA, 2016, p. 203).

Dessa forma, as ações dos novos movimentos sociais integram a estruturação do processo democrático na luta por reparações históricas, correção de injustiças e implantação de políticas públicas que contemplem populações que estiveram historicamente marginalizadas na sociedade.

No entanto, ao analisarmos a compreensão de Habermas (2018) sobre os novos movimentos sociais, percebemos que, mesmo centrados em pautas mais específicas de um coletivo, não anulam as lutas pelas políticas neoliberais e capitalistas que excluem a maioria da população na distribuição das riquezas. De maneira direta ou indireta, estes movimentos questionam e promovem ações contrárias ao sistema vigente, pela oposição ao conservadorismo existente, pela exigência do reconhecimento como protagonista na construção da história ou pelos direitos sociais básicos de maneira digna e com qualidade.

Nessa direção, o MST apresenta que seu principal intuito são as ações na luta e na conquista da reforma agrária, mas que tal prioridade não o impede de definir pautas contra a concentração de renda e a implantação de políticas públicas direcionadas à alimentação saudável, à preservação do meio ambiente e à educação gratuita e de qualidade. Conforme descrito em seu site, o MST (2020, não paginado) “participa também de articulações e organizações que buscam transformar a realidade e garantir estes direitos sociais” e almeja por um projeto popular para o país, em que haja a participação da maioria da população sobre as

decisões do Estado e na construção de um plano de desenvolvimento nacional. Então, mesmo tendo como foco específico a luta pela reforma agrária, o Movimento, indiretamente, também integra outras lutas sociais.

Para Habermas (1981), os movimentos sociais seguem tendências políticas, tornando-se defensores de mudanças nas estruturas sociais do país e na implantação de políticas afirmativas, seja no campo da representatividade do movimento - como as mulheres, os negros, os indígenas, os sem terras e outros tantos - seja em relação a direitos sociais mais abrangentes, como “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, art. 6º), descritos na Constituição Brasileira.

Diante do exposto, podemos compreender que, para Habermas, os movimentos sociais, principalmente os que surgiram depois da década de 1970, não estão pautados apenas na luta pelo controle dos meios de produção, conforme as concepções apresentadas por parte dos teóricos marxistas (SILVA, 2016). Semelhantemente, também não se voltam apenas às finalidades do utilitarismo do Bem-Estar Social, mas para a formação de “uma rede de perspectivas morais” construídas nas práticas do cotidiano (POLLI, 2013, p. 70).

Habermas (1981, p. 33) afirma que “[...] os novos conflitos não são deflagrados por problemas de distribuição, mas se preocupam com a gramática das formas de vida”. Com isso, entende que os movimentos sociais podem transformar os padrões culturais estabelecidos por um grupo hegemônico e também promover alterações nos quadros políticos de uma sociedade.

Os movimentos sociais também são fonte de estudos de um dos principais pensadores da atualidade, o português Boaventura de Sousa Santos. Como ele mesmo se define “um ativista da universidade”, tece duras análises do sequestro neoliberal ocorrido nas ciências acadêmicas e como este é prejudicial para a produção de um conhecimento crítico e autônomo.

Em entrevista a Benzaquen, concedida em 2012, Boaventura defende que os movimentos sociais representam a organização da população e explica: “Temos hoje formas novas de organização das classes populares e é por isso que se fala em novos movimentos sociais, de formas de organização das classes populares que nem são os partidos e nem são os sindicatos, são os novos movimentos sociais.” (BENZAQUEN, 2012, p. 920).

O contexto da explicação de Boaventura sobre os movimentos sociais deriva de entrevista sobre a Universidade Popular dos Movimentos Sociais, lançada em 2003, e que tinha por objetivo “[...] contribuir para que o conhecimento da globalização alternativa seja tão global quanto ela e que, nesse processo, as ações transformadoras sejam mais esclarecidas e eficazes e os seus protagonistas, mais competentes e reflexivos” (BENZAQUEN, 2012, p. 10)

Para Santos (2001b), os movimentos sociais, especificamente os novos, surgem como protagonistas contrários à hegemonia do mercado financeiro e reivindicando uma democracia participativa. Com isso, temos um aumento na diversidade dos novos movimentos sociais que buscam um processo emancipatório tanto de grupos específicos, como mulheres, negros, sem terras, entre outros, quanto das classes populares como um todo.

Ao olhar para a diversidades dos novos movimentos sociais, Santos (2001a, p. 178) também destaca que eles trazem novas contribuições para as lutas populares:

*La novedad más grande de los NMSs reside en que constituyen tanto una crítica de la regulación social capitalista, como una crítica de la emancipación social socialista tal como fue definida por el marxismo. Al identificar nuevas formas de opresión que sobrepasan las relaciones de producción, y ni siquiera son específicas de ellas, como son la guerra, la polución, el machismo, el racismo o el productivismo; y al abogar por un nuevo paradigma social, menos basado en la riqueza y en el bien estar material del que, en la cultura y en la calidad de vida, denuncian los NMSs, con una radicalidad sin precedentes, lo excesos de regulación de la modernidad.<sup>7</sup>*

Desse modo, atualmente, os novos movimentos sociais oferecem uma relação subjetiva para a cidadania e buscam ampliar a luta pelos vieses democráticos, não se limitando às representatividades, mas por meio de contribuições ativas e participativas. Para Santos (2001b), esta ação obriga a uma política horizontal com participação concreta dos movimentos sociais.

Podemos perceber, assim, que os movimentos sociais trazem consigo um projeto de mudança e ação direta na formação da sociedade, promovendo alterações nas estruturas culturais ou políticas e de maneira proativa.

<sup>7</sup> “A maior novidade dos NMSs é que eles constituem tanto uma crítica da regulação social capitalista quanto uma crítica da emancipação social socialista definida pelo marxismo. Identificando novas formas de opressão que vão além das relações de produção, e nem mesmo são específicas delas, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou o produtivismo; e por defender um novo paradigma social, menos baseado na riqueza e no bem-estar material do que aquele que, na cultura e na qualidade de vida, os NMS denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade.” (tradução nossa).

As formas de organização e as ações de tais movimentos são amplas e se alteram com grande dinâmica, devido às mudanças de uma sociedade cada vez mais global e informacional. Por essa razão, nem sempre as correntes teóricas conseguem acompanhar esse dinamismo e precisam de constantes revisões ou atualizações quanto à compreensão de sua formação e organização (SCHERER-WARREN, 2006).

Para tanto, surgem novas teorias e estudos sobre os movimentos sociais. No Brasil, Scherer-Warren (2006, 2014) apresenta a teoria das “Redes de Movimentos Sociais”. Para a pesquisadora, a crise desenvolvimentista ocorrida na América Latina, na década de 1990, aumentou a redução dos direitos sociais das classes populares. Neste contexto, os novos movimentos sociais são fundamentais na organização da sociedade civil para a luta frente aos problemas econômicos, como a marginalização dos trabalhadores, o aumento da pobreza e da distribuição de renda e a ampliação do abandono de incapazes que não fazem parte da cadeia produtiva do sistema capitalista.

Essa luta da sociedade civil organizada, notadamente dos movimentos sociais, também ocorre no plano político em decorrência da falta de representatividade das classes populares, da ausência de políticas afirmativas e de distribuição de renda. Já no plano cultural, a luta da sociedade civil tem continuidade no reconhecimento da diversidade cultural em oposição à aculturação e à anomia<sup>8</sup>.

Scherer-Warren (2014) afirma que o contexto de crise em múltiplos planos trouxe a necessidade dos movimentos sociais formarem redes de atuações, sobretudo pela ineficiência do Estado operante em gerenciar satisfatoriamente os serviços públicos. Criou-se a ideia de rede de movimentos sociais, “[...] um conceito de referência que busca provir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Os movimentos sociais, unificados em redes, não agem apenas em torno do seu atribuído, mas constroem significados múltiplos se interligando a outros movimentos de finalidades semelhantes ou distintas. Como exemplo, temos o MST que, no cenário nacional, estabelece redes com o Fórum Nacional da Reforma Agrária e a Coordenação dos Movimentos Sociais e, internacionalmente, faz parte

---

<sup>8</sup> Conceito cunhado por Kant que representa a ausência ou a desintegração das normas e direitos sociais (DURKHEIM, 2010).

da Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes (MST, 2020).

A conjugação em rede dos movimentos sociais amplia suas atuações frente ao Estado constituído e traz demandas não apenas locais e específicas de cada movimento, mas que envolvem toda a sociedade, como explica Scherer-Warren (2006, p. 113-114):

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem-terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de Sociedade e Estado, mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil.

Com isso, surgem múltiplas redes formadas pelos movimentos sociais, em âmbito local e global, possibilitando o diálogo entre diversos interesses e valores. Desse modo, existe uma transversalidade na luta de direitos pela cidadania e uma constante necessidade de comunicar os membros dos movimentos sociais e promover uma troca de informações entre aqueles pertencentes às redes.

Essas redes de movimentos sociais, sejam em fóruns, conselhos ou assembleias, também promovem duas atividades essenciais. A primeira é a de prover formação aos sujeitos que pertencem aos movimentos, na medida em que compartilham experiências e conhecimentos com os outros membros de movimentos distintos. A segunda é produzir reflexões a partir de informações sobre os temas discutidos nos eventos promovidos pelas redes ou nos materiais que estes grupos produzem, tanto para o público interno ou externo, como cartas, manifestos, notas de repúdio, menções de apoio e outros.

As transposições territoriais e temáticas articulam-se estabelecidas pelas redes de movimentos que trazem um sentido mais amplo às lutas pelos direitos humanos, reforçando suas características em comum, tais como: “[...] busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais, transnacionalidade, pluralismo organizacional e ideológico, atuação nos campos cultural e político”

(SCHERER-WARREN, 2014, p. 119). Há, assim, o fortalecimento dos movimentos sociais e a promoção de novas informações e saberes.

Face ao exposto, podemos perceber que a articulação em rede, as correntes teóricas e os escritos sobre os movimentos sociais sempre os apresentam como entidades coletivas que possuem a necessidade de produzir informações e conhecimentos para diversas finalidades: registrar as suas atividades, auxiliar na formação e educação de seus membros, bem como na consolidação de uma identidade, criar instrumentos para as lutas pelos direitos sociais e comunicar, interna ou externamente, seus objetivos e atuações na sociedade em que estão inseridos.

## **2.2 Movimentos sociais: entidades coletivas produtoras de informação e conhecimento**

Ao analisarmos os movimentos sociais em suas diversas correntes teóricas, podemos afirmar que se constituem como entidades coletivas que, detentoras de saberes diversos, são também produtoras de informações - características necessárias para o seu funcionamento e continuidade - além de essenciais para consolidar a identidade do grupo, expressar os seus objetivos e demonstrar a unicidade de seus membros em busca de demandas específicas.

Todo movimento social é a formação de um coletivo, pois corresponde a um conjunto de indivíduos que atuam conjuntamente ou possuem expressões conexas. Para Williams (2011), a coletividade, no sentido social e político, tem conotação de unidade específica. Ao observarmos os movimentos sociais, percebemos que a coletividade é formada em torno de objetivo e interesse comuns, que marcam a identidade e as atividades do grupo.

O trabalho coletivo faz parte dos genes dos movimentos sociais, pois, através dele, se amplia o grau de pertencimento ao grupo e auxilia na construção da autonomia e responsabilidade de seus membros. Nessa perspectiva, compreender os movimentos sociais implica percebê-los como coletivos onde cada membro exerce uma função estruturante para o seu funcionamento e para que a continuidade das atividades propostas alcance os objetivos do grupo.

Os trabalhos coletivos, realizados cotidianamente e de maneira essencial pelos movimentos sociais, produzem e registram informações em modelos admitidos

como documentos. Com relação aos modelos físicos, destacamos os relatórios de atividades, planejamentos anuais, análises de conjunturas, atas de reuniões, registros fotográficos, cartilhas de formações, apostilas e outros, que trabalharemos posteriormente ao tratarmos da produção documental dos movimentos sociais. Para estes, a informação, às vezes registrada, possui função central ao permitir a comunicação, a discussão e a expansão das ideias dentro do grupo, sendo crucial para a organização das pautas de luta e a formação dos membros.

Os movimentos sociais produzem informações a serem registradas, retratando experiências de lutas de seus membros ou como ferramenta de formação. Assim, a materialização e a transmissão da informação passam a fazer parte do movimento como instrumentos necessários para percorrer os caminhos e alcançar os objetivos determinados.

Tais informações tendem a apresentar “[...] um sistema de valores ou ideologia, um sentido de identidade comum, normas para a ação e uma forma de estrutura organizacional para obter os fins do movimento” (GOHN, 2014, p. 23). Ainda, tornam-se referência para indivíduos que têm uma problemática social, na medida em que possibilitam compreender as organizações e as mudanças socioculturais do mundo em que estão inseridos e possuem a capacidade de “produzir novos significados e novas formas de vida e ação social” (GONH, 2014, p. 30).

As informações são produtos de um contexto e constituídas de maneira autônoma em decorrência de atividades realizadas dentro dos movimentos sociais, as quais determinam e dão sentido a elas e produzem conhecimentos essenciais para o seu funcionamento; conhecimentos estes que também serão utilizados por outros setores da sociedade e possuem potencial para transformar os membros dos movimentos em sujeitos críticos e autônomos.

Diante disso, inferimos que a produção e o registro da informação não são o fim, mas o meio para o conhecimento e a ampliação dos saberes dos membros dos movimentos. Ao determinar o seu modo operante, contextualizá-lo e atribuir-lhe sentido, a informação registrada torna-se ferramenta essencial para as estratégias de trabalho, os planos de ações e a formação continuada de seus membros.

Tais informações são produzidas e compartilhadas de forma plural e, muitas vezes, publicadas de maneira social, principalmente quando os movimentos sentem a necessidade de se expor ao público externo, mostrando suas ações,

preocupações e reivindicações. Por essa razão, a produção da informação pode ser considerada uma necessidade coletiva, como explica Araújo (2018, p. 53):

[...] um grupo de pessoas que desenvolve determinados padrões de que tipo de situação ou atividade gera necessidade de informação, ou de que tipo se deve necessitar em cada contexto, e assim sucessivamente. É, enfim, um coletivo (e, no caso desta abordagem, um domínio, isto é, uma determinada área do conhecimento científico com objeto próprio, métodos próprios) que possui uma maneira de lidar com informação.

Como exemplo de produção e publicação da informação, podemos analisar o “Jornal do MST”. Nascido em 1980 como um boletim, quatro anos depois, tornou-se um jornal. Inicialmente, tratava-se de um instrumento de informe sobre os debates e decisões tomadas pelo Movimento, mas, como o passar do tempo, ampliou suas informações, apresentando-se como um instrumento de articulação política, interna e externa.

Figura 1 - Jornal do MST (fev. 1985)



Fonte: Reprodução – Acervo do MST.

Como na maioria das publicações de movimentos sociais, as matérias e noticiários contidos no Jornal do MST não possuem assinatura individualizada, mas mantêm o coletivo como produtor da informação, como instrumento para garantir a integridade dos articuladores que, muitas vezes, é utilizado como estratégia para proteger os autores de acreções (daí o seu anonimato) e para a formação de publicações coletivas. Os movimentos sociais, portanto, frequentemente produzem informações na qualidade de “entidades coletivas”; termo utilizado para definir a diversidade de autores ligados a um determinado grupo, conforme consta no “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística”:

[...] grupo de pessoas que age de maneira organizada e é identificado por um nome específico, variando no seu grau e forma de organização, como movimentos sociais e políticos, feiras, seminários, conferências, instituições econômicas, sociais, políticas e religiosas, embarcações e aeronaves. Também chamado entidade corporativa. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 83).

Dessa forma, observamos que as informações produzidas e materializadas pelos movimentos sociais, na maioria das vezes, têm como responsável pelo conteúdo intelectual a própria entidade coletiva. Esse termo é utilizado para descrever o autor produtor da informação contida em livros, documentos ou outros registros. Porém, agregar o maior número de dados, além da definição do autor como entidade coletiva, colabora para entender as especificidades, particularidades e características próprias dos órgãos produtores.

Tais características trazem um sentido único para o registro, a comunicação e o efeito probatório, pois o “[...] documento traz as marcas de seu contexto, de quem o produziu, do suporte em que está inscrito, de suas dimensões e tamanho, de seus aspectos estéticos, entre outros” (ARAÚJO, 2018, p. 70).

Ao pensarmos nas informações produzidas por entidades coletivas e registradas em documentos com técnicas, meios e transmissões, é preciso também considerar a representação das atividades das entidades e a finalidade com que ocorreram as produções com a mesma importância de mostrar o estágio probatório dos documentos. Ou seja, trata-se de compreender e evidenciar a dinâmica singular da entidade produtora e do contexto em que as informações foram registradas e com qual finalidade.

Nessa direção, entendemos que definir as entidades coletivas como grupo de pessoas que agem de maneira organizada e são identificadas por um nome específico, variando no grau e forma de organização, não destaca diversas particularidades e especificidades dos coletivos determinados. Então, mesmo que o termo seja útil para a classificação de órgão produtores de informação e conhecimento, temos a necessidade de elementos outros que comuniquem a proveniência e o contexto das entidades, principalmente dentro dos Estados Autocráticos, cujos movimentos sociais disputam o reconhecimento de suas causas.

### 3 ARQUIVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS OU ARQUIVOS POPULARES?

*“Aquele período (de ameaças de morte) foi um verdadeiro inferno para todos nós (da família). Hoje nem sei por que estou vivo.”*  
Oswaldo de Oliveira  
(SCOLESE, 2008, p. 7)

Os movimentos sociais produzem documentos e formam conjuntos documentais que não apenas demonstram o seu exercício e organicidade, mas, também, ao menos em parte, a organização e a estruturação da sociedade em que estão inseridos e a que pertencem.

Tais documentos são probatórios factuais de suas atividades e podem, posteriormente, formar ou incorporar arquivos do próprio movimento ou de outras instituições, ampliando-se como fonte de pesquisas - sobretudo para historiadores e sociólogos - e leituras de todos aqueles que assim desejarem.

Os estudos sobre os movimentos sociais envolvem a análise de diversas fontes de pesquisas, dando visibilidade às suas atividades em campos de atuação determinados e nas relações estabelecidas com o poder público ou outras instituições. Nesta perspectiva, temos uma reunião de documentos utilizados de maneira constante para funções diversas – como, por exemplo, formar, comunicar, educar e organizar - criando um arquivo que reflete as especificidades dos contextos, das estruturas e das organizações dos movimentos sociais.

Os documentos produzidos pelos movimentos sociais compõem um fator importante para a compreensão identitária do grupo e são usados como fonte histórica para a formação de seus membros e a realização de pesquisas em diferentes áreas do saber. Ademais, as configurações que o formam são utilizadas para a transmissão e comunicação, estruturando os elementos culturais dos próprios movimentos, e ainda oferecem assistência às demandas do cotidiano, subsidiando, portanto, as reivindicações do grupo social.

Desse modo, os conjuntos documentais são criados pelas atividades dos movimentos sociais que contribuem para a organização do grupo, no diálogo externo ou interno e na formação de seus membros, como nos processos organizacionais e administrativos e questões de finalidades ideológicas e políticas. É por meio do ato comunicativo, portanto, elemento de concepção da identidade, que os membros e simpatizantes dos movimentos transmitem valores morais.

Face ao exposto, conseguimos perceber que o arquivo construído pelos movimentos sociais é de grande utilidade para o seu funcionamento. Essa confluência de informações é produzida de maneira ativa pelos sujeitos e não está determinada por estrutura rígidas; pelo contrário, pode ser usada em momentos de formação de seus membros, como elemento de reflexão e estudo da sociedade ou apenas como instrumento administrativo, criando, assim, uma utilização contínua e com multipropósitos.

Cabe ressaltar que essa documentação também é parte de apoio da memória e, em uma relação de causa e efeito realizada na interpretação dos documentos por sujeitos diversos, patrimônio vital para a constituição histórica e identitária do coletivo. Embora os arquivos não falem por si mesmos, refletem a instituição produtora e servem como fonte de história e memória.

Paul Ricoeur (2008), ao discutir acerca da memória, considera que as ações de seleção das lembranças passam a instrumentalizar esse patrimônio vital, ou seja, o esquecimento, o impedido ou o impulsionado, que dependem de interesses sociais, políticos, ideológicos, econômicos e éticos.

A partir da reflexão sobre o arquivo produzido pelos movimentos sociais, percebemos elementos que remetem não apenas ao que já se passou, mas, também, ao que ainda permanece e fomenta as ponderações do presente.

O arquivo pode ser uma forma de resguardar fontes históricas do movimento social, correspondendo à maneira de auxiliar no registro das informações passadas e colaborar para a formação da identidade cultural, pois, como afirma Barreto (2007, p. 164): “[...] a memória trabalha sobre o tempo, porém um tempo experimentado pela cultura.”. Mesmo que o arquivo exerça a função de disponibilizar as informações contidas nos documentos, com valores primários ou secundários semelhantes aos conjuntos documentais elaborados na trajetória histórica de uma entidade, temos de reconhecer que as estruturas administrativas são moldadas com maior ou menor rigidez, tais como as estruturas governamentais ou privadas.

Arquivos provenientes de movimentos sociais são constituídos de maneira paralela aos existentes juridicamente (pessoa física e pessoa jurídica), mas elemento extremamente significativo, pois se constituem em uma estrutura de ampla mutação e não com modelos rígidos, como acontece na documentação governamental ou empresarial. Essa documentação também expressa uma autorrepresentação diferenciada daquela normalmente apresentada pelas

instituições tradicionais, visto que, em geral, o arquivo formado pelos movimentos sociais está voltado à compreensão das próprias experiências e, enquanto tal, da conjuntura em que está inserido e que constitui as suas lutas.

Por essas razões, compreender a formação e a estruturação dos movimentos sociais, com suas particularidades e especificidades, reflete a dinâmica da produção da documentação e da formação dos arquivos e, posteriormente, pode auxiliar na recuperação da informação e no valor probatório do documento.

### **3.1 Arquivos e movimentos sociais: dimensões da produção, uso e guarda dos documentos**

Para realizar a recuperação do documento ou da informação dentro de qualquer entidade, são necessárias ações técnicas para a organização do acervo, as quais contemplem as propriedades e atributos do arquivo, independentemente da origem dos documentos - se provenientes de instituições privadas, públicas ou de movimentos sociais.

No entanto, para as ações técnicas e práticas de arranjos, consideramos a abrangência do arquivo, seja na produção, no uso ou na destinação, sempre reconhecendo o vínculo arquivístico ao contexto de sua criação como fator essencial (KETELAAR, 2018). Isso significa que as ações técnicas e intelectuais da constituição do arquivo estão vinculadas à historicidade e à formação da instituição e de seus membros. Em outras palavras, “[...] é preciso compreender que os arquivos são criações sociais no sentido de serem um produto da sociedade humana” (EASTWOOD, 2016, p. 20), situados em um espaço/tempo e em uma estruturação cultural.

Sabemos que, principalmente entre os séculos XVI e XVII, com o surgimento dos Estados Modernos, que tinham a necessidade de centralizar e gerir as informações, “[...] os arquivos tendiam desde o início a ser parte da administração do Estado estreitamente ligada à burocracia” (LIDMAN, 2012, p. 16, tradução nossa). Mas, com a alteração da dinâmica social - seja pelas relações técnicas, surgidas no século XX, ou pelas novas tecnologias, redes informacionais e de comunicação, que possuem e continuam tendo amplitude, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) -, as novas instituições e organizações também reconheceram a necessidade de criação e organização de seus acervos documentais.

A ciência arquivística não se limita a organizações físicas ou sistêmicas do tratamento de arquivos e documentos; antes, também se relaciona com as práticas intelectuais constituídas pelo valor iminente dos órgãos produtores dos arquivos - sejam estes o valor de prova administrativa, valor legal, valor probatório ou valor histórico dos documentos - bem como por toda a contribuição que a disciplina tem para as outras áreas do saber na constituição de novos conhecimentos.

Nas palavras de Lidman (2012, p. 31, tradução nossa), arquivos “[...] são instituições de urgência necessidade da administração governamental, para o histórico das ciências sociais e para a segurança do cidadão comum”. Porém, reconhecemos que também são essenciais para diversos segmentos da sociedade civil, como instituições do terceiro setor, do setor empresarial e de movimentos sociais.

Ao pensarmos especificamente em arquivos de movimentos sociais, reconhecemos que os documentos que formam o acervo não seguem, muitas vezes, a mesma lógica da administração de instituições governamentais ou empresarias. No entanto, documentam igualmente as suas atividades e funções exercidas, o que implica o quesito de que a formação e os estudos dos arquivos dos movimentos sociais, assim como de tantos outros, são instituídos por processos dinâmicos, mediante construções de uma constante produção documental.

Diante desses elementos, destacar a definição do conceito de arquivo e debater acerca de novos subsídios para o entendimento do tema são ações importantes para compreender que os arquivos de movimentos sociais fazem parte de uma totalidade no “universo dos arquivos” constituídos pelo poder público ou sociedade civil.

Para iniciarmos a reflexão sobre o conceito de arquivo, utilizaremos a definição do italiano Eugenio Casanova (apud SHELLENBERG, 2004, p. 37), segundo a qual o arquivo se refere à “[...] acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa”. Ainda que os escritos de Casanova (1867-1951) tenham sido publicados na primeira metade do século XX, condizem com as definições atuais do significado do termo. Conforme Reis (2006, p. 5):

O Arquivo é hoje definido como o conjunto de documentos, independentemente da sua data, da sua forma e do suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa, física ou moral, ou por

qualquer organismo público ou privado no exercício da sua *actividade*, conservados pelos seus criadores ou sucessores para as suas necessidades, ou transmitidos a instituições de arquivos.

No Brasil, no Dicionário de Terminologia Arquivística, o termo arquivo é definido como o “[...] conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação do longo das atividades de pessoa física ou jurídica, pública ou privada” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 21).

Verificamos uma convergência em relação à terminologia sobre o termo arquivo, ao tratarmos de seu valor cultural, jurídico, administrativo, histórico e probatório, com a construção histórica e acumuladora, realizada por instituição, coletivo ou pessoa em um determinado tempo.

Além de formar um arquivo, também compreendemos, à semelhança de Lidman (2012, p. 71, tradução nossa), que “[...] os arquivos têm um propósito intencional e são interpretados em torno de que seu conteúdo deve ser preservado, sistematizado, definido e descrito [...]”.

Entretanto, cabe destacar que, na construção do arquivo, não existe uma similaridade, pois as organizações trabalham de maneiras distintas e utilizam os documentos que o compõem de diferentes modos (KETELAAR, 2018). Isso não significa padronização do termo ou de sua definição, mas indica que, ao pensarmos sobre as definições de arquivos, também devemos refletir sobre a “cultura organizacional” em que foram criados: seu contexto social, político, econômico e ideológico.

Nessa perspectiva, os estudos sobre os arquivos devem buscar refletir sobre a complexidade e a amplitude de sua formação, assim como sobre a construção de técnicas e reflexões intelectuais. Não há apenas uma única forma de existência administrativa que cria arquivos e sim, múltiplas, que expressam diversas constituições e narrativas válidas (KETELAAR, 2018).

Compreendemos, portanto, que os arquivos são muito mais que o armazenamento de documentos e, nesse sentido, a arquivística vai muito além de pensar em arranjos documentais e em sua organização, como escreve Bellotto (2014, p. 307):

A arquivística é marcada pela transversalidade de seu objeto: que não são os documentos de um modo geral, mas os que justificam sua existência pela força probatória; que não são as informações neles contidas, mas sua forma e o contexto que lhes dá relevância; que não é o conhecimento que se pode construir a partir de suas reservas de sentido, para o aqui e agora

das organizações ou para a posteridade, mas a correspondência que mantêm com as ações para as quais serviram de instrumentos e que lhes conferem um caráter específico e único.

Os documentos estabelecem uma relação orgânica entre a sua existência e a estrutura administrativa de uma organização. O seu crescimento ocorrerá conforme as próprias atividades dos órgãos produtores. Ao pensarmos nessas características, percebemos que, mesmo com a importância das definições, é relevante refletirmos sobre a criação e a formação do conceito de arquivo com o qual estamos trabalhando.

Neste ponto, temos sempre a necessidade de “[...] relacionar a informação registrada com o contexto orgânico da atividade institucional” (COOK, 2018, p. 42); isso significa dizer que as entidades criam espaços que serão utilizados para promover o conhecimento em constante construção, cumprindo seu papel social perante as demandas da entidade e dos cidadãos.

Por essa razão, não entendemos o trabalho com os arquivos apenas pela perspectiva da gestão técnica dos documentos, mas, sim, pela necessidade de ampliar e reconhecer suas funções intelectuais e sua importância cultural para a sociedade, dissociando as suas funções administrativas, como expressa Cook (2018, p. 57): “[...] o risco de dividir em dois campos as funções administrativas e dos arquivistas, enfraquecendo assim o papel dos arquivos como baluartes da cultura nacional e da memória social, e priorizando os aspectos estritamente legais da transparência.”.

Ao pensarmos acerca dos arquivos que não são formados por instituições públicas ou empresarias, torna-se imprescindível a reflexão sobre a interligação entre as funções organizacionais e os valores culturais de um acervo documental. Mesmo formados de maneira orgânica, os documentos dos movimentos desempenham um papel social e cultural dentro da entidade e na sociedade com a qual interage.

Nesse sentido, ressaltamos que a definição de arquivos não se limita a sua estruturação e nem renega a necessidade técnica e intelectual para a sua organização, mas compete pensar além da organização documental: em seus significados perante as atividades registradas, nas decisões tomadas e no compromisso social, principalmente como fonte de pesquisa para as ciências e a memória coletiva.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos, os arquivos:

[...] desempenham um papel essencial no desenvolvimento da sociedade salvaguardando e contribuindo para o indivíduo e a memória da comunidade. O acesso aberto aos arquivos enriquece nosso conhecimento da sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida. (ICA, 2010, não paginado).<sup>9</sup>

O arquivo reflete, portanto, uma entidade e um processo contínuo devido à própria dinâmica da sociedade humana (LIDMAN, 2012). Representa as atividades das instituições e suas identidades, além de refletir o tipo de classes, grupos e/ou sociedades em que foi estruturado ao longo do tempo.

Assim, a práxis dentro do arquivo consiste em uma construção social, na qual suas ações, técnicas e práticas intelectuais desempenham papéis centrais na organização da entidade produtora, tornando-se, muitas vezes, fontes de pesquisas para responder às questões da sociedade em geral.

A partir destas ideias, conhecermos os arquivos de uma sociedade e o material que neles existem é o mesmo que abrirmos um caminho para a recuperação eficiente de informações que colaboram para o bem comum e para o seu desenvolvimento social. E isso não apenas no que tange às técnicas de gestão administrativa, de suma importância, mas também no âmbito cultural e na identidade social de uma comunidade.

Ao considerarmos o arquivo dos movimentos sociais, ponderamos sobre os conhecimentos técnicos e teóricos permeados pela concepção de que estão em constante construção, não apenas no quesito da produção documental, mas também em sua utilização como fonte de pesquisa e uso probatório sobre as atividades exercidas ao longo do tempo pela entidade produtora - elemento também encontrado nos arquivos governamentais e privados.

Nessa perspectiva, os acervos constituídos e construídos pelos movimentos sociais parecem não diferir dos conceitos de arquivos apresentados tradicionalmente. Todavia, também não estarão ligados a apenas um conjunto documental reunido por uma instituição, que representa parte de um todo. Buscamos compreender as particularidades que os movimentos sociais têm,

---

<sup>9</sup> Declaração aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo. Aprovada na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO. Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Disponível em: <[http://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_2010\\_Universal-Declaration-on-Archives\\_PT.pdf](http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2020.

sobretudo, por agirem, muitas vezes, paralelamente ou às margens da burocracia institucionalizada, ou seja, padronizada pela ordem pública e/ou empresarial. Entender essa especificidade dos arquivos dos movimentos sociais depende do ato de compreensão do seu próprio funcionamento e de como tais elementos se organizam e se reconhecem perante a sociedade em que se inserem.

Os arquivos de movimentos sociais não se fazem diferentes dos demais meramente por questões de orientação técnica, mas, em grande parte, pela representatividade que têm, pela maneira como são constituídos e reunidos, além da importância que apresentam para os seus membros ou para os estudos em diversas áreas do conhecimento. Nesse ponto, os documentos reunidos incluem os estudos sobre os termos utilizados, as formas de organização e a responsabilidade dos movimentos sociais e da própria sociedade que conta com esse tipo de arquivo.

### **3.2 Arquivos de movimentos sociais: arquivos especializados e adjetivação**

O trabalho com arquivo, enquanto procedimento jurídico e administrativo obrigatório da Administração Pública, é uma construção constante e necessária em que as ações práticas e intelectuais respeitam as características da entidade produtora.

No 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no Rio de Janeiro, em 1972, ficou determinado que a peculiaridade da natureza do documento poderia formar arquivo especial e arquivo especializado (PAES, 2004). Arquivos especiais, naquela oportunidade, foram considerados aqueles que têm em sua guarda documentos de forma física diversa, como fotografias, discos, fitas e outros suportes que os diferenciam dos de papel, mais comumente utilizado na produção dos documentos escritos convencionais da burocracia estatal; razão pela qual, muitas vezes, demandarão um armazenamento diferenciado e especial. Os documentos que compõem os arquivos especiais destacaram-se com nomes não textuais, não tradicionais, novos documentos, materiais especiais etc. (VIEIRA, 2014). Com isso, exigiram-se condições especiais para o seu acondicionamento e preservação. Contudo, entende-se que não poderão desintegrar a unidade documental pelo fato de haver necessidade especial para a sua conservação e guarda.

Sobre a importância de manter a organicidade e respeitar a condição de acondicionamento dos diferentes suportes, Vieira (2014, p. 64) expressa:

A organicidade reflete as relações entre os diversos documentos que compõem um fundo de arquivo, criados em razão das funções e atividades de uma instituição ou pessoa. Estas relações orgânicas dos documentos evidenciam a relação entre o arquivo e seu organismo produtor. Sendo os documentos especiais produzidos e recebidos em razão das funções e atividades de uma instituição ou pessoa, estes são documentos de arquivo e, portanto, possuem vínculo orgânico com os demais documentos, independente da linguagem, formato e suporte.

Atualmente, a diversidade de suportes que constituem os arquivos tem sido mais comum devido ao crescimento daqueles que possibilitam o registro da informação. O acervo do MST, por exemplo, locado no CEDEM, tem em sua composição fotografias e fitas VHS, que se caracterizam como um arquivo especial, mas os documentos textuais e bibliográficos compõem a maioria do seu acervo. Como as fotografias são características em acervos de movimentos sociais, em função da necessidade de registrar as ações ou de promover uma lembrança - via de regras produzidas pelas pessoas e não, necessariamente, como ação do próprio movimento - seria comum perceber a natureza do arquivo especial com o de movimentos sociais.

No Guia do Acervo do CEDEM (2018), são apresentados 16 fundos - com exceção do “Fundo em Tempo”, formado por periódicos, e do “Fundo José Luiz Del Roio”, considerado um fundo aberto, pois não possui documentos de natureza que formaria um arquivo especial. Os demais poderiam ser assim considerados devido ao formato físico dos documentos.

Diante disso, especificaremos o que seriam os arquivos especiais, comuns dentro dos mais diversos conjuntos documentais, e mostraremos as diferenças, tendo em consideração suas próprias características.

No entanto, debater a característica peculiar da natureza de documentos que formam o arquivo especializado está relacionado mais diretamente ao tema proposto neste texto, qual seja, definir os arquivos de movimentos sociais.

Segundo Paes (2004, p. 23):

Arquivo especializado é o que tem sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana num campo específico, independentemente da forma física que apresenta, como, por exemplo, os arquivos médicos ou hospitalares, os arquivos de imprensa, os arquivos de engenharias e assim por diante.

Os arquivos dos movimentos sociais, como os demais, são resultantes da experiência da atividade humana em diversos campos de atuação, seja na luta pela saúde, pela educação, pela moradia ou pela sustentabilidade, entre outros aspectos

que não reduzem a natureza de arquivo com composições específicas para os movimentos sociais. Pelo contrário, trazem a necessidade de reconhecer e expressar, objetivamente, o campo específico que caracteriza o movimento social como tal, visto que o arquivo especializado também pode ser determinado como:

[...] sistemas pluricelulares, criados propositadamente para incorporar, preservar e difundir qualquer arquivo desativado (a respectiva entidade produtora cessou a sua atividade) ou para incorporar a documentação sem interesse administrativo, proveniente de arquivos ativos (a entidade produtora continua em plena atividade). (RIBEIRO, 1998, p. 50, tradução nossa).

Então, o arquivo especializado pode formar conjuntos bem específicos que, muitas vezes, induzem a uma redução temática a diversidade dos documentos que o compõem. Desse modo, esses arquivos começam a receber documentos com natureza especial, como os arquivos de engenheiros, que recebem plantas; de geólogos, que recebem pedras; da imprensa, que recebem fotolitos; e tantos outros arquivos especializados com naturezas de documentos próprios.

Nessa perspectiva, o arquivo especializado representa um campo específico, passando a atribuir adjetivos junto à palavra arquivo, tais como: científicos, etnológicos, literários, econômicos, de arquitetura, familiares e outros tantos que produzem e acumulam documentos com as suas próprias especificidades.

Os arquivos produzidos por entidades coletivas recebem, portanto, adjetivações que ligam a função do documento com a própria designação do arquivo, como escreve Schellenberg (2006, p. 45):

Toda vez que os documentos escritos, embora classificados como manuscritos históricos, forem criados em consequência de uma atividade organizada – como por exemplo os de uma igreja, de uma firma, ou mesmo de um indivíduo – poderão ser considerados arquivos. Daí a designação ‘arquivos religiosos’, ‘arquivos econômicos’, ‘arquivos privados’. Além disso quando os manuscritos históricos constituírem parte integrante da documentação de uma atividade organizada podem também ser consideradas arquivos, como é o caso das cartas de amor que constituem provas em causas de divórcio.

Promover a adjetivação de um sujeito significa dar uma característica peculiar a ele e particularizá-lo. No caso dos arquivos especializados, trata-se de destacar seu assunto específico, tendo, dessa forma, “[...] uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividades da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outras” (LUTZ; SOMAVILLA, 2016, p. 860).

O arquivo recebe um substantivo indicativo, dando-lhe características ou apresentando algo que o particularize. Nesse sentido, é comum que o adjetivo atribuído ao arquivo especializado seja ligado ao exercício prestado pela entidade produtora dos documentos. Então, ao adjetivarmos um arquivo, trazemos um componente que modifica o substantivo e lhe atribui uma extensão que exalta uma característica ou especificidade presente nos documentos reunidos pela entidade. Assim, o arquivo assume uma característica peculiar, ordenada pelo contexto da sua entidade produtora.

No entanto, a adjetivação dos arquivos não ocorre de maneira aleatória, ou seja, sem uma análise, sem o conhecimento relativo à organização e às alterações da estrutura, aos objetivos e ao funcionamento da entidade que produziu os documentos. Sem esses elementos, seria difícil compreender sua formação e particularidades. Essa ação de conhecer a entidade produtora do arquivo acompanha metodologias da arquivologia, com destaque para o respeito aos fundos e aos princípios relacionados à proveniência e à ordem original<sup>10</sup>. Ambos estão ligados ao funcionamento da entidade produtora do acervo, sendo capazes, portanto, de apresentar as funções específicas de cada arquivo.

A adjetivação dos arquivos também está vinculada à especificação que estes recebem. Segundo Reis (2006, p. 123), “[...] os documentos utilizaram-se, ao mesmo tempo, locais, formas simbólicas, divisões por tipos de documentos ou por assuntos, a estrutura ou funções e atividades da instituição”, criando, dessa forma, funções peculiares e específicas para cada arquivo.

De acordo com Schellenberg (2006), os documentos em um arquivo devem refletir sua organização e função. Esses componentes colaboram de maneira efetiva para atribuir um adjetivo ao arquivo como parte de um todo, potencializando a compreensão sobre a sua função e peculiaridade. Com isso, conseguimos destacar as estruturas e a proveniência dos documentos e reconhecer as singularidades e características que conferem as particularidades dos conjuntos documentais. Desse modo, atribuir um adjetivo ao arquivo é destacar o significado específico que

---

10 Segundo Cook (2018, p. 9): “Aderindo a esses princípios, os arquivistas podem preservar a natureza orgânica de arquivos como prova de transações. Por meio dessa adesão, o caráter probatório dos arquivos fica protegido, uma vez que os documentos inerentemente refletem as funções, programas e atividades da pessoa ou instituição que os produziu. Arquivos não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, e sim em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção.”.

proporcionou o seu surgimento, a motivação da produção e os objetivos da entidade produtora com os documentos que o compõem.

Ao estudarmos a formação dos arquivos de movimentos sociais, possibilitamos a criação de elementos para a sistematização e o registro de informações e estabelecemos uma lógica na adjetivação para estes tipos. Respeitamos, principalmente, suas próprias características e as de seu produtor, elemento de suma importância na utilização dos documentos: em sua produção, uso ou destinação. Assim, haverá a possibilidade da adoção de processos de regularização, organização e padronização - requisitos indispensáveis à classificação, avaliação, descrição e planejamento na produção documental futura.

Os arquivos produzidos e acumulados pelos movimentos sociais, como os arquivos pessoais, “[...] estariam necessariamente eivados de subjetividade e refratários a um tratamento convencional” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 42), como os que tipicamente ocorrem em arquivos administrativos, em ambientes de produção documental bem definidos, comuns em instituições públicas e privadas.

Nessa perspectiva, o ato de adicionar características específicas aos arquivos de movimentos sociais não tem a pretensão de estabelecer uma ampla distinção dos arquivos institucionais ou pessoais, mas reforçar elementos próprios da entidade produtora. A consideração das particularidades dos documentos produzidos pelos movimentos sociais traz reflexões e elementos para a sua compreensão em seus contextos de produção, uso e destinação.

### **3.3 Arquivos Populares: construindo um conceito**

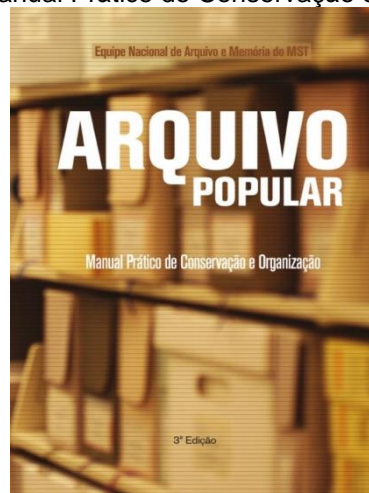
Tendo em vista o exposto, o conjunto dos documentos produzidos por movimentos sociais será chamado de arquivos de movimentos sociais. Entretanto, às vezes, o adjetivo “popular” substitui o termo “movimentos sociais”, estabelecendo a nomenclatura “arquivos populares”.

O termo popular é normalmente utilizado para representar ações da sociedade civil por uma parcela dos movimentos sociais. Consistem em representações coletivas frente a problemas enfrentados por grande parte da população, como, por exemplo, moradia digna, educação de qualidade, representatividade das minorias e sustentabilidade.

A partir deste entendimento, verificamos a ligação entre os movimentos sociais e o termo popular. Para Boaventura de Sousa Santos, em entrevista a Benzaquen (2012, p. 920), os novos movimentos sociais são organizados pelas classes populares e o termo: “[...] popular, que evoca uma tradição já conhecida, e os movimentos sociais, que ampliam criticamente essa tradição. Portanto, é popular, mas não é de partidos; é popular, mas é dos movimentos sociais.”.

Assim sendo, as ações dos movimentos sociais são materializadas e condensadas no campo popular, trazendo uma similaridade aos termos. Isso significa dizer que o termo popular passa a representar, muitas vezes, ações realizadas pelos movimentos sociais, como, por exemplo, utilizar o termo “arquivo popular” para representar os documentos reunidos em uma trajetória histórica. Exemplificando, em 2016, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a colaboração da equipe técnica do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, lançou uma cartilha intitulada “Arquivo Popular. Manual Prático de Conservação e Organização”. Na introdução, a equipe responsável pela publicação destaca que o material é importante para “[...] a discussão sobre arquivo, memória e história, orientações técnicas e sugestões para o aprofundamento no estudo” (MST, 2016, p. 7). Embora o termo arquivo(s) popular(es) apareça apenas três vezes em toda a publicação (a saber, na capa e na página 10), este sempre faz referência aos documentos produzidos e de uso do Movimento.

Figura 2 - Manual Prático de Conservação e Organização



Fonte: MST (2016).

Utilizar o termo popular, portanto, faz parte da estrutura e da identidade do próprio Movimento ao reconhecer que as atividades dos movimentos sociais sempre

estarão no campo popular da sociedade. Seguindo essa linha de pensamento, atribuir o adjetivo popular aos arquivos de movimentos sociais ressalta o protagonismo do público e o engajamento das classes populares na produção e utilização da informação e do conhecimento, nos quais podemos reconhecer diversos objetivos, tais como: formar, educar, organizar, administrar e promover a identidade do próprio movimento em seus membros.

Ao empregarmos o termo popular, fazemos referência a algo relativo e pertencente ao povo. Tendo como ponto principal a participação ativa da população e dos movimentos sociais, o termo popular também nos remete às camadas sociais excluídas da apropriação dos modos de produção e que formam a classe trabalhadora de uma sociedade. Então, ao empregarmos o adjetivo popular, evocamos um conjunto de conhecimentos teóricos, conceituais e práticos, notadamente relacionado aos grupos com vulnerabilidades sociais.

O adjetivo popular atribuído ao conceito de arquivo é usado para designar documentos reunidos e produzidos pelos setores populares e que têm como objetivo serem instrumentos de formação política e de organização orgânica do funcionamento dos movimentos sociais; mais conscientemente como demarcação de um espaço social em disputa pelos direitos de fala, de memórias, de histórias e, principalmente, de protagonismo social. Também designa o conjunto de manifestações por grupos de pessoas que formam coletivos ou movimentos sociais e neles têm participação ativa.

Para exemplificar a associação do adjetivo popular a um substantivo, podemos utilizar o conceito de cultura popular. Até a primeira metade do século XX, o termo popular era utilizado para uma cultura no sentido de “menos sofisticação”; no entanto, a partir da década de 1950, o termo passou a representar uma forma de representação popular e com grande importância para a formação da identidade social. Segundo Coelho (1997, p. 118), esse termo pode ser definido como: “[...] um corpo com características próprias, inerentes às classes subalternas, com uma criatividade específica e um poder de impugnação dos modos culturais prevaletentes sobre o qual se fundaria sua resistência específica”.

O termo popular, portanto, está constantemente interligado à produção das camadas sociais subalternas. A expressão “cultura popular”, por sua vez, se volta mais à questão das “manifestações populares” que, por meio de representações e

significados de uma parte relevante da população, apresenta artifícios de comunicação e expressões que demonstram sua condição e história.

O emprego do adjetivo popular junto ao conceito de educação oferece outro exemplo em perspectiva semelhante. Para Brandão (1984, p. 29), a Educação Popular diz respeito a “[...] processos gerais de reprodução do saber necessária anterior à divisão social do saber, como educação da comunidade; segundo, como o trabalho político de luta pela democratização do ensino escolar por meio da escola laica e pública”. Assim, ao receber o adjetivo “popular”, a educação passa a representar um método pedagógico cujos trabalhos estão centrados nos saberes da população e em suas realidades culturais.

Segundo Brandão (1984, p. 61), a Educação Popular também é “[...] instrumento político de conscientização e politização, por meio da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares”. Dessa maneira, é utilizada como aparelho de formação e mobilização dos grupos subalternos. Entender a utilização do adjetivo popular ao conceito de educação é compreender que, além de expressar um método pedagógico, também se apresenta uma ideia de educação pensada para e pela população.

Outro expoente do adjetivo popular é realizado na comunicação que influencia diretamente na formação dos arquivos dos movimentos sociais, visto que diversos documentos, nestes mantidos, correspondem a jornais, cartazes, folhetos, panfletos etc. cujo objetivo era comunicar a camadas populares da sociedade. Então, temos o termo comunicação popular que, para Peruzzo (2009, p. 49), em síntese, pode ser caracterizado como:

[...] expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

A adição do adjetivo popular traz a especificidade da participação do povo a partir de um viés de cunho político e ideológico, remetendo à organização das camadas populares, fator que ocorre, muitas vezes, pelo surgimento e desenvolvimento dos movimentos sociais.

Ao analisarmos os exemplos de cultura, educação e comunicação com o acréscimo do adjetivo popular, percebemos que, quer como método ou conceito, a adjetivação faz referência à participação das camadas sociais que sofrem com as restrições de bens e poderes constituídos; mas, em contrapartida, compõem a social de maneira ativa, sobretudo na produção histórica.

O termo popular não deve ser visto ou pensado como algo com menor sofisticação ou sem consciência do uso, quando o que temos é um adjetivo que apenas reflete um conhecimento emergente das camadas subalternas. Por essa razão, o tratamento dos arquivos populares tem como referência a produção documental desse grupo, organizado, sobretudo, em coletivos e movimentos sociais.

Ao denominarmos os conjuntos documentais produzidos por movimentos sociais como arquivos populares, destacamos que o arquivo tem como principais produtores os movimentos sociais. A utilização destes documentos está ligada à formação, identidade, mobilização e ação dos membros do coletivo, além de comunicar ao público externo ao movimento suas atividades e posicionamentos políticos e ideológicos.

Nesse viés, não é exagero dizer que arquivos de movimentos sociais e arquivos populares são sinônimos, pois trazem consigo o mesmo tipo de órgão produtor, representam as mesmas atividades e têm as mesmas funções; porém, com a característica particular de atender aos objetivos e promover a comunicação com o protagonismo dos movimentos sociais.

Assim, em razão das particularidades existentes, seja na produção ou no uso desses arquivos, faz-se necessário criarmos técnicas e instrumentos próprios para a sua destinação e armazenamento, as quais, posteriormente, auxiliem na recuperação e no acesso à informação.

A utilização do termo “popular” como adjetivo foi atribuída ao substantivo “documento” no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Como registro das informações desenvolvidas pelos movimentos sociais, os documentos populares tinham como objetivo formar, comunicar e registrar as atividades - ações fundamentais para a formação dos arquivos populares, tema do próximo capítulo.

## 4 PRODUÇÃO DOCUMENTAL E DOCUMENTAÇÃO POPULAR

*“A gente escuta (a reclamação dos filhos) e dói pra caramba.  
Mas, seu eu pudesse voltar aos 20 anos, faria tudo de  
novo. E eles sabem disso. Não me arrependo de nada”  
Valdeci Assis de Andrade  
(SCOLESE, 2008, p. 302)*

Para racionalizar a organização do arquivo, buscamos compreender a produção documental e fundamentarmos os processos de trabalho em critérios que a direcionem, permitindo a utilização do acervo para pesquisas, uso e recuperação de informações.

Tais documentos não devem ser caracterizados apenas como de satisfação cultural; mas, em primeiro lugar, reconhecidos por seu papel como importante fonte para a análise crítica histórica, visto que contribuem para a formação dos movimentos sociais, para a sociedade, para as pesquisas acadêmicas e para a historiografia contemporânea.

A compreensão da produção documental é vital para a contextualização dos registros documentais dos movimentos. Nessa perspectiva, a produção documental deveria ser exercida como primeira atividade na gestão dos documentos, seja em órgãos públicos e privados ou em movimentos sociais, pois esta produção tem como premissa pensar a constituição do documento para sua melhor funcionalidade, conforme os objetivos da entidade produtora.

A esse respeito, Pazin-Vitoriano (2012, p. 33) enfatiza que:

A produção documental e o arquivo dessas organizações são também reflexos dessa relação. Em função da dupla característica dos documentos que registram o relacionamento de seu produtor, seja ele um indivíduo ou uma entidade, com as instâncias governamentais e com outras instâncias privadas, eles sofrerão influência, em sua criação, das condições e exigências legais existentes.

Portanto, a criação do documento não é um ato aleatório, pois contempla uma sequência de operações técnicas e intelectuais que ajudarão a cumprir uma finalidade determinada. Inicialmente, acontecerá dentro da entidade produtora e, na sequência, como fonte de pesquisa, garantindo a recuperação da informação e a difusão de elementos para a constituição do conhecimento. No caso dos movimentos sociais, por exemplo, essa produção poderá formar documentos utilizados para auxiliar na organização administrativa e outros com o intuito de formar e comunicar os participantes dos movimentos acerca de diversos assuntos.

Destacamos que um sistema burocrático de produção documental não está limitado a registrar a informação em um suporte, mas também racionalizar seu emprego e permitir o seu melhor uso. Com isso, estamos cientes de que a produção documental abrange diversos elementos, como afirma Ortega (2008, p. 8):

A compreensão sobre a produção de documentos abarca questões relativas ao próprio documento e às suas referências, quais sejam, as informações documentárias. Essas referências contêm não a informação propriamente, mas a designação do documento que contém a informação (como os documentos secundários produzidos pelas técnicas documentárias).

Diante disso, percebemos que a produção documental propõe a sistematização de diversos elementos envolvidos - técnicos, físicos e/ou intelectuais - bem como a importância de compreender os métodos para a produção do documento e entendê-lo a partir da instituição produtora e do sistema no qual foi constituído.

A produção documental ainda permite reconhecermos o perfil e a organização da entidade produtora: ao pensarmos na criação do documento, estaremos voltados à finalidade do órgão e ao desempenho da função e da atividade que se pretende realizar. Nesse sentido, a produção é parte essencial para entender a trajetória do documento e a necessidade e funcionalidade da atividade nele registrada. Como explica Gonçalves (1998, p. 13): “Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente e fora dos quadros gerais de sua produção – ou, expresso de outra forma, sem o estabelecimento de seus vínculos orgânicos.”.

A reflexão acerca da produção documental dentro dos movimentos sociais nos permite compreender a grande dinâmica dessa ação que representa a própria movimentação ativa da entidade, formando uma vasta gama de tipos documentais e tendo, ainda, a produção específica dos arquivos de movimentos sociais com ampla diversidade.

Conseqüentemente, também se observa a dificuldade no estabelecimento de mecanismos para nomear, reconhecer e denominar os documentos dos movimentos, criando árdua tarefa para a disponibilidade desse acervo, sua difusão e conservação, à semelhança do que foi observado por Troitiño (2012). É necessário estabelecer uma base sólida de critérios para recolocar os documentos em seus contextos e formalizar os procedimentos classificatórios do nome do documento e de sua definição, respeitando as particularidades e as especificidades do movimento.

Entretanto, a organicidade do movimento cria uma dinâmica em vários aspectos que interferem na produção, nos tipos e na sistematização da organização e destinação dos documentos, o que, muitas vezes, ocorre devido às especificidades do próprio movimento bem como pela falta de padronização dos processos de trabalho e de seus registros. Lopez (2012, p. 20) explica:

As organizações do movimento social apresentam características próprias que tendem a se perder se forem tratadas com base em esquemas universalizantes. Tais características também tendem a ser diluídas quando se prioriza o aspecto formal dos documentos. Devemos considerar e discutir os elementos informacionais presentes na produção documental de natureza social e política. Nesse tipo de entidade, os documentos, muitas vezes, são produzidos, sem regulamentação, normatização oficial, sem muito controle dos padrões de produção, razão pela qual são de difícil identificação.

No plano analítico, cabe ressaltar que os movimentos sociais são produtos do tempo, espaço e sociedade em que estão inseridos. Por isso, refletem e produzem conhecimento sobre a conjuntura política e social da qual fazem parte. Nesse sentido, geram materiais de estudos ou comunicação para os membros que compõem o grupo ou para alcance externo, expressando a opinião e as considerações do produtor acerca de determinado tema ou das condições atuais da sociedade e sua organização política. Ainda sobre o plano analítico, os movimentos sociais também apresentam um posicionamento e publicam documentos para transmitir a apreciação, com alcance interno e externo.

Como exemplo de ação dos movimentos sociais no plano analítico, podemos observar o trabalho de Lopez (1999), intitulado “Tipologia documental de Partidos e Associações Políticas Brasileiras”. Ao analisar o arquivo do Partido Comunista Brasileiro, do Comitê de Pinheiros, o autor destaca que este apresenta como função a “Educação Política da Base”.

Os documentos produzidos com essa função teriam por base:

Formação/doutrinação dos militantes por meio da divulgação detalhada do programa, das propostas, das resoluções políticas, da leitura da realidade feita pelo partido, visando instrumentalizar ideologicamente (no nível do discurso) os militantes para discussões intra e extrartidárias. (LOPEZ, 1999, p. 124).

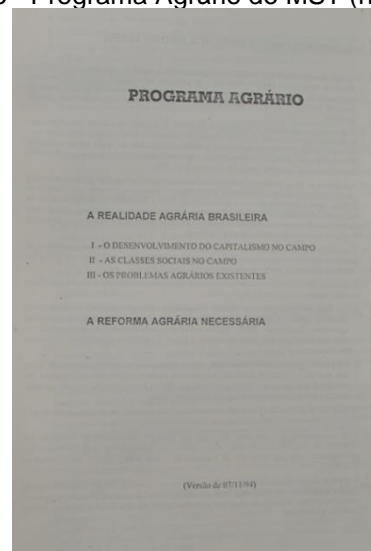
Ao analisarmos a função dos documentos apresentados no trabalho de Lopez (1999) - nas espécies entrevista, manifesto, noticiário, discussão ou texto de formação -, percebemos as ações do plano analítico dos movimentos sociais. E, na medida em que promovemos a divulgação das informações contidas no documento,

seja de alcance interno ou externo, temos uma posição e uma análise do movimento que foi fundamentada e apreciada. Tais informações passam a ser contextualizadas e, ainda, a mostrar a realidade que fez e faz parte da produção, do uso e da destinação do documento, sendo esta a maneira de constituir o conhecimento necessário e colaborar com pesquisas em diversas áreas do saber.

Outro exemplo das discussões existentes no plano analítico do movimento social pode ser observado no documento produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, intitulado “Programa Agrário - A realidade agrária brasileira - A reforma agrária necessária” (MST, 1994). Ainda que este tenha como tema central a principal bandeira do MST, a Reforma Agrária, traz consigo o panorama da situação brasileira e expõe para o público externo ao movimento a conjuntura da questão agrária no Brasil.

O documento estabelece o diálogo entre o MST, seus membros e a sociedade em geral, concebendo estudos e reflexões. Também é possível perceber que existe um viés ideológico e político do movimento nos documentos, um dos pontos fundamentais para auxiliar na formação de uma das identidades sociais.

Figura 3 - Programa Agrário do MST (nov. 1993)



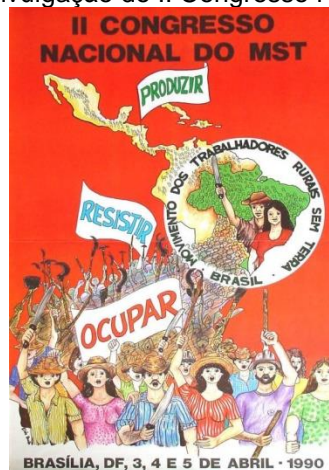
Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM - Fundo MST.

Ao examinarmos os planos práticos dos movimentos sociais, nos deparamos com suas ações diretas, como manifestações, greves, ocupações, passeatas, debates e agendas de lutas, principalmente para a implantação de políticas públicas. Esse plano mantém uma integração das atividades dos membros do movimento e a coletividade na qual estão inseridos, visto que todas as atividades de movimentos

sociais interferem diretamente no funcionamento da sociedade e na ordem estabelecida, conforme o sistema político vigente.

Para tanto, os movimentos sociais, em seu plano prático, criam comunicações para convocar seus membros e explicar para o público externo os motivos e o funcionamento das ações. Esses documentos podem se apresentar em diversas espécies: cartazes, folders, periódicos, adesivos, informes, cartilhas, bandeiras, panfletos etc. Desse modo, a produção documental constitui parte essencial do plano analítico e estratégico dos movimentos sociais, pois auxilia na mobilização, carrega elementos da identidade e contribui para alcançar os objetivos da ação específica ou próprios do movimento.

Figura 4 - Cartaz de divulgação do II Congresso Nacional do MST (1990)



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM - Fundo MST.

Figura 6 - Cartaz da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (1981)



Fonte: Fundo da Comissão Executiva Nacional da Classe Trabalhadora.

Então, nesse grau, ora no plano analítico e estratégico, ora no plano prático, os movimentos sociais têm a necessidade de produzir documentos e difundir e recuperar as informações, com os objetivos de formar e educar ou de publicizar e informar sobre as ações realizadas pelo movimento.

Com isso, temos uma produção documental que representa diversas ações dos movimentos sociais e expressa atividades, como formação, educação, administração e outras, que fazem parte da organicidade do movimento e possibilitam o seu funcionamento.

Os documentos têm uma especificidade ampla, com particularidades na produção e no uso, que trazem características próprias para o arquivo, determinam a função dos documentos e promovem uma integração entre os movimentos sociais e seus membros. Por essa razão, os arquivos dos movimentos têm atributos específicos que precisam ser analisados e estudados, especialmente no processo de organização documental.

Bellotto (2014, p. 132) acredita que a existência de documentos se justifica “[...] pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, desde a mais remota antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas normas, ações, transações, deveres etc. de modo a preservar o testemunho”, além de colaborarem, posteriormente, para os estudos da historiografia social e para a composição da identidade coletiva dos movimentos sociais. Em vista disso, os documentos por estes produzidos constituem-se como registros de suas atividades e de seu funcionamento ideológico e social. Porém, tal documentação também tem um importante significado na constituição da sociedade e compõe elemento representativo da história do país.

A reunião de documentos provenientes dos movimentos sociais não é considerada um arquivo nos moldes tradicionalmente concebidos, ou seja, formado dentro de uma organização legalmente constituída (pessoa jurídica) e obedecendo a regras ditadas pelo direito administrativo. Mesmo assim, é possível encontrar, em meio aos documentos oriundos dos movimentos, sinais de organicidade, cuja interpretação conduz a entendê-los como documentos arquivísticos.

Configuram-se, portanto, como arquivos formados de maneira paralela à convencional, o que é extremamente significativo. Essa documentação também expressa uma autorrepresentação diferenciada da apresentada pelas instituições

tradicionalmente constituídas que, em geral, se voltam à compreensão das próprias experiências dos movimentos, enquanto tais, e da conjuntura ao seu redor.

#### 4.1 Documentação Popular: produção documental dos Movimentos Sociais na América Latina

No ano de 1981, o Centro de Documentação Uruguaio - América Latina apresentou uma orientação para a produção de registros das ações de movimentos sociais, definindo que, a partir de então, seriam chamados de documentos populares. O material foi elaborado com base nas resoluções adotadas a partir da Consulta Latino-Americana de Documentação e Comunicação Popular, realizada em 1979; na exposição feita por Alfredo Paiva durante o IX Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), em São Paulo, com o título "Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular" (UCBC, 1980); e do artigo "Documentação", da Parte II do folheto "Comunicação Popular" (CECOP, 1979).

O fomento à produção da documentação popular surge como uma ampliação das formas de comunicação dentro dos movimentos sociais latino-americanos.

Figura 5 - Trecho do boletim mensal da UCBC – n. X, n. 7-8, p. 103-104, jul./ago. 1980

##### CELADEC NO CONGRESSO

Em carta endereçada a Onésimo de Oliveira Cardoso, presidente da comissão organizadora do Congresso, Alfredo J. Paiva, coordenador continental do Programa de Comunicação do CELADEC (Lima, Peru), confirmou a participação do órgão coordenando a mesa-redonda "Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular". Virá, acompanhando o representante de CELADEC, um representante do Centro de Informação e Documentação da Bolívia (CIDOB) e outro do Centro de Documentação Popular do Uruguai. O painel a ser coordenado por CELADEC terá como título "Capacitação para a Comunicação Popular"

Fonte: Núcleo de Memória (1980).

No trecho do boletim mensal da UCBC, notamos a participação de diversos países da América do Sul e a preocupação em criar uma metodologia para a documentação popular e garantir uma comunicação às camadas subalternas da sociedade que, muitas vezes, eram excluídas do acesso à informação, principalmente por estarem sob regimes ditatoriais.

Nesse contexto, a produção e o fomento para a criação de documentos surgem como estratégia de ampliação dos modos de comunicação na América Latina. Em 1980, o Relatório MacBride da UNESCO revelou uma disparidade no

fluxo informacional entre os grupos com maior aquisição financeira e as camadas populares de uma sociedade, conforme descreve o Relatório:

A concentração da imprensa desperta um alarme crescente já que pode ser uma ameaça grave para a existência de uma imprensa livre e plural. O decrescente número de jornais diários [causado pelas fusões entre empresas] reduz a possibilidade de o leitor contar com uma diversidade de opiniões e um debate amplo. Este fato pode promover um conformismo e conceder a uma minoria o poder de apresentar suas próprias opiniões e valores, em detrimento das demais. (UNESCO, 1983, p. 100, tradução nossa).

Essa distinção não estava restrita aos países ricos e pobres, mas atingia, também, regionalismos. Segundo Peruzzo e Otre (2015), o Relatório aponta para uma comunicação mais democrática, na qual o indivíduo não seja mero receptor, mas agente ativo nos processos de comunicação. Nessa perspectiva, a adoção e a promoção da documentação popular encontram espaço para a sua expansão e difusão dentro dos movimentos populares.

Assim, surgiu a necessidade de uma produção documental e uma comunicação que promovesse o diálogo entre as camadas populares da sociedade, incentivando, também, a ligação entre movimentos sociais.

De acordo com Salles (2013, p. 69):

O interesse central dessas redes estava em criar formas de comunicação e documentação que atendessem às demandas do movimento popular em ascensão. A avaliação era a de que era necessário desenvolver novas formas de comunicar e documentar as lutas e a realidade de exploração vivida pelos trabalhadores. Era preciso criar redes alternativas que confrontassem as informações veiculadas nos meios de comunicação de massas.

Diante disso, foi fundamental construir metodologias para a produção documental e promover ações integradas entre diversos setores da sociedade, sobretudo os movimentos populares, proporcionando uma condição específica em toda a criação de documentação e comunicação popular. Portanto, podemos compreender que a Documentação Popular tem sua gestação em momento específico, como explica Rocha (1990, p. 8):

A documentação popular foi um movimento que emergiu fora do espaço institucional da biblioteconomia e dos centros de documentação. Consolidando-se à margem e fora do âmbito de ação dos profissionais da área, tornou-se uma prática com um enfoque claro e assumidamente político, a favor das classes populares, e a documentação foi considerada um instrumento fundamental para a mudança social.

No Brasil, o texto “Documentação Popular” foi traduzido e publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV), em 1982. Posteriormente, o CPV lançaria uma série de publicações intitulada “Documentação”, cujo objetivo enfatizava a importância da produção e difusão dos documentos desenvolvidos pelos movimentos sociais bem como a necessidade de propagar, nesse período, na América Latina, a construção de conhecimentos sobre o tema.

Em sua segunda edição, é publicado que:

A documentação não é uma atividade em si, dotada de uma finalidade que se esgota em si mesma; mas é uma atividade instrumental, ora a serviço de uma tarefa global de educação popular entendida como um processo de tomada de consciência, de organização e ação dos Setores populares e oprimidos, ora a serviço de uma prática de caráter eclesial ou pastoral, ou sócio-política e econômica, libertadora, com relação às atuais estruturas de injustiça e opressão. (CENTRO PASTORAL VERGUEIRO, 1985, p. 3).

Podemos considerar que o Documento Popular é o registro de informações, em determinado suporte, produzidas pelos movimentos sociais com o intuito de formar e informar seus membros, além de estabelecer critérios para a sua produção, tais como: o protagonismo do movimento social na produção documental; a contradição social como tema prioritário a documentar; a fonte dos trabalhos de documentações; e a manutenção da perspectiva da classe em relação à produção documental.

Segundo o texto publicado pelo Centro de Documentação Uruguaio - América Latina (CDUAL, 1982), o Documento Popular é um instrumento de mudança social, que auxilia no processo de educação popular, proporcionando aos movimentos sociais o acesso à informação. Assim, seu enfoque recai sobre a formação dos movimentos sociais, que não ocorre pelas estruturas determinadas, mas por meio de um processo histórico.

## **4.2 A Produção do Documento Popular**

Em vista do exposto, os documentos populares podem ser considerados instrumentos cotidianos a serviço dos movimentos sociais voltados à dinamização de suas lutas (CENTRO POPULAR VERGUEIRO, 1985). Sua produção implica a adoção de dois requisitos fundamentais em sua elaboração: 1) o apoio aos setores populares, a fim de progredirem na tarefa de documentar a própria prática e possibilitarem uma acumulação de experiências, que permitam a sua utilização

posterior com a finalidade de comunicar sua aprendizagem social e política a outros grupos populares; e 2) a capacitação, com o intuito de que os grupos populares saibam se documentar para enriquecerem suas práticas sociais.

Dito de outra forma, a concepção dos documentos populares ocorre em decorrência de uma criação cultural dentro dos movimentos sociais, que não se restringe à produção material, mas envolve maneiras de organização, comunicação e difusão das informações, criando experiências e vivências.

Nessa perspectiva, as vivências humanas e as organizações culturais revelam-se fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais e sua produção documental, uma vez que a sua constituição ocorre em locais e tempos diferentes e acumulam distintos conhecimentos e saberes, promovendo a mediação cultural entre os indivíduos e a coletividade.

Essa mediação coloca o movimento social e seus militantes não apenas como receptores das informações contidas no documento, mas também como produtores e protagonistas de todo o processo informativo e da construção do conhecimento. Enfatiza que a técnica da documentação manterá a perspectiva de classe, ou seja, os documentos precisam comunicar-se com a base popular, utilizando-se de características próprias e respeitando as particularidades dos movimentos sociais.

Desse modo, os documentos populares compartilham a partir de seu entorno, colaborando para a sua organização cultural. Ainda, seguem uma lógica, desde a sua produção até a destinação final, que promove o ato comunicativo entre os movimentos sociais e as camadas populares da sociedade.

Configuram-se “[...] como um dos instrumentos cotidianos que os setores populares têm a seu alcance para dinamizar suas lutas” (CENTRO POPULAR VERGUEIRO, 1985, p. 01), implicando duas instâncias em sua produção. A primeira é procurar a melhor maneira de apoiar os setores populares a progredirem na tarefa de documentar a própria prática e possibilitar a acumulação de experiências que permitam sua utilização posterior, com a finalidade de comunicar sua aprendizagem social e política a outros grupos populares. A segunda trata de capacitar os grupos populares, a fim de que saibam se documentar para enriquecerem as suas práticas sociais.

Compreende-se, então, que a produção e a existências desses documentos justificam-se “[...] pela necessidade que sempre tiveram as comunidades humanas, desde a mais remota antiguidade, de registrar, em suportes inteligíveis, as suas

normas, ações, transações, deveres etc. de modo a preservar o testemunho” (BELLOTTO, 2014, p. 132). E não só isso, mas colaborarem, posteriormente, para os estudos da historiografia social e a composição da identidade coletiva dos movimentos sociais.

Como protagonismo do movimento social na produção documental, temos o entendimento de que o reconhecimento do registro da informação pelos seus autores e “[...] a documentação para a comunicação popular tem, necessariamente, que recolher, ordenar e processar toda a informação possível – e não só a disponível – sobre o ator ou protagonista ou seja, sobre o movimento popular” (CDU, 1982, p. 06).

No princípio metodológico referente à contradição social como tema prioritário, ressalta-se que os movimentos estão inseridos em uma estrutura cultural e organizacional, sendo imprescindível registrar as lutas e contradições existentes na sociedade. No entanto, para cumprir o seu objetivo, o documento popular apresenta metodologia na construção de seus elementos intrínsecos, correspondentes às suas formas internas.

Os documentos produzidos pelos movimentos sociais são registros de suas atividades e de seu funcionamento ideológico e social. Porém, a produção documental do movimento tem um importante significado na constituição social e compõe elementos representativos da história do país.

Para os movimentos sociais, essa documentação consiste em um instrumento para romper o cerceamento da liberdade, garantir o exercício pleno da cidadania e dar voz aos grupos subalternos, por meio da formação e informação. E, mesmo que esses arquivos não sejam oficiais ou formados dentro de uma instituição legal, são constituídos de maneira paralela, de modo expressivo, e refletem outro tipo de visão diversificada das institucionais ou midiáticas, compondo mais elementos para a compreensão das próprias experiências do movimento e das conjunturas em que estão inseridos.

Os documentos populares seguem uma concepção que deriva de sua própria natureza impingida por seus criadores desde o início de sua produção até a sua destinação, sempre realizando o ato comunicativo para com os movimentos sociais e as camadas populares da sociedade.

O termo “documento popular”, muitas vezes, tal como nas esferas governamentais e privadas, está presente nos centros de memórias e

documentações e nos arquivos públicos e privados. Decorre daí a necessidade de pensar sua produção e seu valor cultural de maneira sistemática, a fim de garantir a recuperação dessas informações e a compreensão do contexto de sua produção.

Esses documentos não apenas informam e formam os movimentos sociais, mas também carregam consigo a formação cultural do país e da sociedade e podem ser considerados como mecanismos para a transformação social. Por esse motivo, abranger o valor cultural dos documentos populares é também entender as necessidades e as possibilidades da comunicação dentro de uma estrutura organizacional. Os documentos populares não apenas transmitem informações, como produzem uma aprendizagem crítica e destacam o protagonismo social na produção de conhecimento e saberes.

### **4.3 A importância da documentação popular para os movimentos sociais**

O documento popular não se limita ao ato de transmitir a informação, pois esta se associa e é inerente aos fenômenos culturais que constituem a sociedade e aos grupos sociais que a compõem. Nesse sentido, compreendemos que é impossível entender a produção documental dos movimentos sociais desassociada da cultura local.

Assim como não conseguimos analisar os fenômenos culturais sem estudar os processos de informação e os documentos, o entendimento sobre as estruturas culturais é também imprescindível para as pesquisas sobre a documentação popular.

Nessa perspectiva, a constituição ontológica, promovida pelo documento popular, envolve os movimentos sociais, a sociedade e os indivíduos, na formação da interação comunicativa, mediada por conteúdos programáticos decifrados, transformados e codificados dentro de uma estrutura cultural da produção documental. Isso implica a necessidade de um sentido cultural no ato dos documentos populares promoverem a interação dos condicionamentos socioculturais de ressignificação dos símbolos que provêm da vida dos movimentos.

Como construção conceitual, a produção documental e a ação dos movimentos sociais fazem parte de atos reflexivos e socialmente construídos e implicam a coparticipação ativa dos sujeitos envolvidos, que não apenas recebem a

informação, mas a codificam, interpretam e transmitem de maneira dialética. Portanto, comungamos com o pensamento de Freire (1971, p. 44) ao ressaltar que:

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação.

Os documentos populares são produzidos criticamente dentro da ação e produção dos sujeitos envolvidos, que denominamos como cultura, representada “como aquisição sistemática da experiência humana” (FREIRE, 1981, p. 190).

Nessa direção, Caune (2012, p. 11) apresenta que “[...] a relação entre cultura e comunicação não pode se sustentar em uma distinção formal e instável”, não sendo possível a compreensão ou a explicação de uma sem a outra.

Nos estudos e na constituição sobre os movimentos sociais e seus membros, temos a produção da documentação popular como fonte de educação e formação. Os documentos sempre remetem a uma atividade humana sistematizada e fazem parte da transmissão e codificação de informações pelos canais heterogêneos de diálogos e conexões humanas.

Assim, percebemos que os documentos, notadamente os populares, não se restringem ao registro das informações em um suporte, mas, sobretudo, no que se refere aos seus múltiplos propósitos, seu caráter espaço-temporal e o uso do valor cultural, respeitando a dinâmica sociocultural sob a qual foi produzido.

Os documentos possuem valores que reforçam os seus usos transcendentais, comprobatórios e de memória, além de estarem inseridos nos processos dialéticos dos movimentos sociais e no contexto cultural no qual foram produzidos e utilizados. Por conseguinte, o valor cultural do documento popular está em um contexto sociocultural e organizacional, proporcionando uma visão multidimensional de suas informações e de sua produção.

A documentação popular está constantemente comunicando, seja no pensar de sua produção ou como evidência de sua atividade. Trazem, a todo o momento, signos e se fazem mediadores da comunicação por meio das informações que carregam e pela sua importância ao descrever uma ação prioritariamente humana, possibilitando “[...] um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1971, p. 46). Com isso, fazem-se importantes na vida orgânica do movimento social, pois esta é capaz de formar, educar e criar identidade

aos membros do grupo, ao mesmo tempo em que são uma representação da leitura que o movimento faz do sistema vigente.

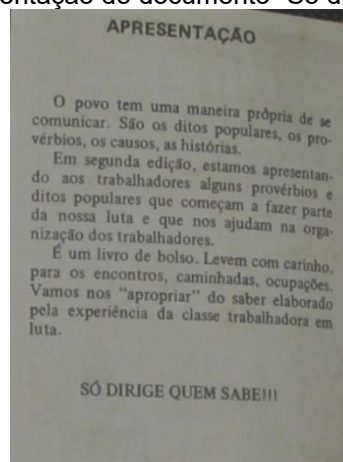
Verifica-se que sua importância está além de registrar as atividades, mas também em compartilhar e difundir saberes entre os membros do movimento, permitindo a formação continuada e criando novos membros capazes de dar continuidade às ações necessárias em busca do objetivo do grupo. Um exemplo pode ser visto na apostila de formação do MST, intitulada “Só dirige, quem sabe!”, que exalta a necessidade que o Movimento tem de se comunicar, interna ou externamente, e a importância da formação continuada por ele próprio promovida.

Figura 6 – Cartilha “Só dirige, quem sabe!”



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM - Fundo MST.

Figura 6 - Apresentação do documento “Só dirige, quem sabe!”



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM - Fundo MST.

Portanto, o documento popular é fundamental para os movimentos sociais ao exaltar o protagonismo de seus membros e criar canais de mediação entre os

participantes do grupo, tendo em vista que não apenas transmite informações, mas cria meios e técnicas das práxis sociais para formar, educar e instituir uma identidade social.

#### **4.4 A importância da documentação popular para a sociedade**

Os documentos populares também cumprem uma função social para além dos movimentos sociais em que estão inseridos, pois são fontes de pesquisa e análise da sociedade e servem como base de estudo para diversas áreas do saber. Dentre os movimentos sociais, a atividade de mapeamento e descrição das condições sociais, em âmbito local, nacional ou global, é frequente devido à necessidade de compreender as condições de luta e o cenário político vigente.

Esses documentos, encontrados em acervos de movimentos sociais, pessoais ou, até mesmo, institucionais, trazem uma leitura de realidade muitas vezes distinta das impostas pelos documentos produzidos por instituições públicas ou privados. Por mais que sejam produzidos às margens da burocracia convencional, também são representações da realidade, porém, de uma perspectiva de quem, geralmente, está excluído do sistema administrativo.

Os documentos populares presentes em diversos arquivos e, frequentemente, em bibliotecas têm uma direção social, cumprindo a função cultural que é eminente aos documentos de arquivos, ou seja, ressaltar sua importância para a sociedade, como um elemento educativo. Enquanto testemunho da vida dos movimentos sociais, apresentam a visão das margens da sociedade e trazem uma reflexão continuada sobre o sistema vigente e as diferentes visões de mundo.

Dessa maneira, além da informação contida nesses documentos, também temos um contexto de produção que serve para mostrar a contra hegemonia política, cultural e ideológica no momento em que foram criados, como podemos observar no texto de Bellotto (2014). Considerando os conjuntos documentais como ferramentas governamentais, ressalta que estes são:

[...] fontes para a revitalização do passado pelos historiadores e como registro de direitos e deveres e de memória dos cidadãos, nos damos conta quanto os documentos arquivísticos estão profundamente inseridos naquilo que chamamos de sociedade. Se nos é dado definir sociedade como um conjunto de indivíduos, compartilhando um território e submetendo-se a uma ordem comum, debaixo de um governo observando e regularizador de seus comportamentos, os arquivos estão vivamente presentes, seja do

ponto de vista administrativo, seja sociocultural e do jurídico notarial. (BELLOTTO, 2014, p. 310).

Embora o trecho escrito por Bellotto (2014) tenha sido claramente destinado aos arquivos e documentos governamentais, ele impulsiona uma reflexão sobre a relação entre a sociedade e os documentos populares. A sociedade, mesmo organizada em um território e sobre a mesma governança, é plural e múltipla, vivendo de maneira dinâmica. Então, observá-la por meio de documentos que não sejam governamentais significa ampliar as possibilidades de entendê-la; e, nessa perspectiva, os documentos populares também estão presentes no cotidiano social, porém de maneira paralela aos que são produzidos pelos governos.

Ampliar o número de fontes e formas de cruzá-las aumenta a possibilidade de contextualizar as informações e promover o conhecimento. Diante disso, o documento popular cumpre um papel central em registrar, comunicar e informar a sociedade pela perspectiva dos movimentos sociais, assim como os demais documentos de valor probatório ou histórico o promovem pelo aspecto de seu órgão produtor. É também um meio de comunicação para outras instituições que formam a sociedade. Ao pensarmos que o documento popular é proveniente principalmente de movimentos sociais e camadas que estão às margens da sociedade, percebemos que propõe informações e visões de uma realidade de mundo que não está exposta nos documentos governamentais e/ou privados.

Expressando-se de maneira geral acerca do documento, Torres e Almeida (2014, p. 12) expõem que ele

[...] atua como ferramenta de comunicação elaborando a relação existente entre os agentes de comunicação, constitui um meio de expressão do mundo interior do emissor, proporciona informação sobre a realidade, influencia o receptor motivando-o a mudar suas emoções, sentimentos, pensamentos e ações.

Portanto, ao olharmos para os documentos populares, temos uma maior amplitude sobre o pensar a sociedade e as transformações que ocorreram ou precisam ocorrer. O documento social, então, além de ser uma fonte histórica, cumpre um papel social ao apontar o funcionamento de um sistema de maneira paralela ao administrativo e econômico oficial.

Assim, os documentos populares não só registram ou informam, mas também carregam consigo uma linguagem significativa expressa em sua produção, uso e destinação. Uma linguagem que sempre está presente na sociedade, mas, muitas

vezes, é dada como ausente, uma vez que, como todo documento de arquivo, tem potencial para mostrar “as não verdades” de um sistema passado ou vigente.

Com isso, sejam os documentos populares ou os arquivos de movimentos sociais, ambos necessitam estar disponíveis para a sociedade, pois são a sua própria representação, ou melhor, nas palavras de Cook (2018, p. 63): “[...] hoje os arquivos são do povo, para o povo e pelo povo”.

A possibilidade de pensar e repensar as ações relativas ao acervo dos movimentos sociais é uma maneira de alterarmos os campos teóricos metodológicos da incorporação de informações, para além dos arquivos institucionais, públicos ou privados, e de provermos acessibilidade às documentações constituídas paralelamente aos documentos oficiais, as quais também colaboram para a compreensão da história.

Para tanto, promoveremos a organização desses acervos e os sistematizaremos para melhor recuperação da informação, o que tornará possível constituirmos parâmetros para a organização documental de outros movimentos. Acreditamos que utilizar a metodologia de análise tipológica para a identificação, interpretação e sistematização de documentos provenientes de movimentos sociais auxiliará no estabelecimento de parâmetros documentais que sirvam de modelo para a organização documental.

Ao estabelecermos referências de tipos documentais fundamentados no padrão, na formulação da estrutura documental, podemos colaborar potencialmente na normalização da produção e da guarda documental. Com isso, haverá a possibilidade da adoção de processos de regularização, organização e padronização, que são requisitos indispensáveis para a classificação, a avaliação, a descrição e o planejamento da produção documental futura.

## 5 MST: LUTA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

*“Medo nós tem, mas nós não usa”*  
 Margarida Alves  
 (MELLO, 2021, p. 37)

O surgimento do MST ocorreu em um período de grandes mudanças para o país, com o fim da ditadura civil militar (1964-1985) e o começo da redemocratização. Assim como outros importantes acontecimentos deste período, teve “[...] o seu começo assinalado pelas experiências nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais.” (FERNANDES, 1999, p. 50).

Fruto do acúmulo de lutas pelo direito à terra, o MST foi gestado entre os anos de 1979 a 1984, notadamente nas regiões centro-sul do país. Entretanto, sua formalização enquanto movimento social organizado aconteceu somente em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1984.

Figura 7 - Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra (jan. 1984)



Fonte: Autor desconhecido – Fotografia - Reprodução, 1984 – Arquivo do MST - Fundo MST.

O encontro de camponeses que haviam sido expurgos de suas terras propunha unificar todas as categorias de trabalhadores rurais que lutavam pela reforma agrária. No entanto, ampliaram-se a definição dos objetivos que estavam estreitamente ligados às questões agrárias no país, os quais passaram a ser “[...] três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.” (MST, 2015, não paginado).

Na ocasião, o movimento também assinalou que suas lutas não seriam apenas relacionadas com a reforma agrária, mas também implicariam mudanças estruturais e políticas do país (FERNANDES, 2000).

O MST obteve uma grande expansão territorial, marcada pela ocupação de terras e trazendo a pauta da reforma agrária para os cenários políticos de dimensão local, como municípios e estados, e para uma dimensão mais ampla, tornando-se um movimento de alcance nacional. Segundo Fernandes (1999, p. 66): “A ocupação de terra é uma criação histórica. É um acontecimento resultado de um conjunto de causas, que contém a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses. É, portanto, criado pelas pessoas e suas causas.”.

Além da ocupação ser uma forma de luta, é também uma maneira de expor os ideais e valores considerados especialmente pelo grupo que comete o ato de ocupar. Com isso, foi necessário o MST criar estruturas organizacionais adequadas às suas necessidades, sem perder as características e particularidades de um movimento social. O Movimento passou a estabelecer uma estrutura básica em diversos estados brasileiros, formada essencialmente “[...] por uma coordenação, uma direção, uma secretaria e por setores que atendiam às necessidades prioritárias.” (LOPES, 2004, p. 79).

Desde o início, o MST teve grande preocupação com a formação de seus membros, o que levou, a partir de seu crescimento, à estruturação de um setor de educação. Este processo de formação do Movimento produz experiências do cotidiano, voltadas à produção e à difusão das informações e conhecimentos.

A dinâmica de organização e funcionamento do MST produz grande quantidade de documentos, com as mais diversas funções. Quer através do registro das atividades de organização, educação, formação ou tantas outras, sempre houve a produção documental dentro do Movimento.

A produção documental do MST, desenvolvida entre os anos de 1980 e 2001, correspondente às atividades de formação - incluindo os principais periódicos editados e publicados no período -, foi entregue ao Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Parte dessa documentação foi coletada a partir de trabalhos de campo realizados pelo professor e geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, que levantou dados para a sua tese de doutorado sobre a formação do Movimento.

Outro procedimento metodológico adotado foi a pesquisa documental. Pesquisei nos arquivos das Secretarias Estaduais e da Secretaria Nacional. Nos arquivos da Comissão da Pastoral da Terra, nos estados, na Sede Nacional, em Goiânia. Também visitei as bibliotecas universitárias federais e estaduais, levantando as monografias, dissertações teses a respeito do MST nos estados. Recolhi dados dos assentamentos rurais nas

superintendências do Incra, em secretarias e institutos estaduais. No âmbito das possibilidades, procurei reproduzir esses materiais. (FERNANDES, 1999, p. 21).

O trabalho realizado por Fernandes (1999) tornou-se a principal referência não apenas sobre a formação do MST, mas sobre a sua importância como referencial na luta agrária e por mudanças sociais no país. Em seguida, a tese foi transformada em livro, o que possibilitou que o assunto fosse difundido e ampliada a sua importância para os estudos acerca do MST.

Entretanto, os documentos coletados e, posteriormente, doados por Fernandes ao CEDEM tiveram uma trajetória antes de serem locados neste espaço. Inicialmente, estiveram em posse do pesquisador, em seus domicílios, e depois foram para a UNESP de Presidente Prudente, onde ficaram na sede do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

Na sequência, para melhor acondicionamento e preservação, foram enviados ao CEDEM, em 1998, junto com outros documentos provenientes da Sede Nacional do MST. Os documentos coletados por Fernandes aglutinaram-se com os oriundos da Sede Nacional do MST e criou-se um convênio entre a UNESP e o Movimento para a custódia dessa documentação.

Na publicação do Guia do Acervo do CEDEM (2018), revela-se a diversidade de dimensões e suportes dos documentos, composta por registros textuais, bibliográficos, iconográficos e audiovisuais. Com relação ao âmbito e conteúdo dos materiais, o acervo

[...] é composto por publicações do MST e sobre o MST, material de propaganda, cadernos de formação e educação, recortes de jornal, relatórios de reuniões, correspondências, projetos, material pedagógico, documentação financeira e administrativa, documentos textuais produzidos pelo Setor de Educação da sede nacional, fitas de vídeo e o Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. (CEDEM, 2018, p. 109-110).

Devido às especificidades e características próprias do MST, esse conjunto de documentos forma um acervo complexo e com grandes particularidades. Toda essa diversidade também é promovida pela trajetória do MST, incentivada em diferentes contextos e com grande necessidade de adaptação e constituição de formas organizacionais para garantir o funcionamento de suas atividades e do próprio Movimento.

Ao analisarmos a história de formação do MST e sua trajetória ao longo dos anos, percebemos que a diversidade documental formada por seu acervo representa uma entidade coletiva que se inventou e reinventou para alcançar os seus objetivos.

### **5.1 MST: gênese e constituição**

A trajetória de formação do MST ocorreu muito antes de sua formalização como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na verdade, o seu surgimento faz parte de um acúmulo de lutas referentes à questão agrária no Brasil, ou seja, da compreensão da realidade da distribuição e do uso social da terra e de suas relações fundiárias.

Dessa maneira, a questão agrária sempre esteve ligada à concentração de terras, à exclusão dos camponeses dos meios de produção e ao aumento da desigualdade social no campo, que reflete diretamente nas relações sociais urbanas.

Ao analisarmos a ocupação do território nacional no início da colonização portuguesa, temos a disputa pelo direito à terra e por sua exploração como uma eminência da rivalidade entre os nativos e os ocupadores portugueses que saíram vitoriosos. No começo do processo de colonização, os portugueses optaram pelo método das capitânicas hereditárias, que distribuiu faixas de terras para a nobreza, burocratas e comerciantes, que tinham como ponto em comum a ligação com a monarquia lusitana (FAUSTO, 2009).

Na época do Império, a exclusão das camadas populares é explicada pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como Lei de Terras, relativa às “[...] terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais [...]” (BRASIL, 1850, não paginado), conforme apresentado em sua Ementa. A Lei criou uma estrutura de exclusão ao não permitir que índios e negros obtivessem terras devolutas.

Com o cenário da República em 1889, a questão agrária continuou como fator de concentração fundiária e exclusão dos camponeses ao direito à terra. O poderio exercido pelos barões do café - e com menor potencial dos grandes responsáveis pela agropecuária no Brasil - mostra a continuidade da concentração de terras do período colonial, que transpassou todo o Império.

Face a isso, percebemos que a exclusão das camadas populares do direito à terra sempre esteve na institucionalização do Brasil, da Colônia à República, não

apenas como um elemento pontual ou de casualidade, mas como ação institucional dos governantes e na formação organizacional do país.

Apesar da estruturação do Estado para a concentração de terras, esta não correspondeu a um ato passivo ou que não teve resistência. As revoltas marcadas em toda a história do país sempre representaram a luta pela liberdade e justiça, estando muitas vezes ligadas também ao acesso à terra e para que a mesma cumpra a sua função social<sup>11</sup>.

Seguindo esse raciocínio, faz-se necessário ressaltar e destacar algumas das importantes lutas pela liberdade e pela terra, principalmente antes do período de formação das Ligas Camponesas (1945). Apresentamos, a seguir, algumas disputas fundamentais relativas à questão fundiária que ocorreram entre o início efetivo da colonização portuguesa no Brasil (1530) e o fim da Era Vargas:

Quadro 1 - Lutas e revoltas no Brasil por causa da questão agrária entre 1530 e 1945

<b>Revolta</b>	<b>Local atual</b>	<b>Data</b>	<b>Característica</b>	<b>Período</b>
Cerco de Piratininga	São Paulo	1549	Revolta indígena contra a presença de jesuítas em São Paulo	Colônia (1530-1808)
Confederação dos Tamoios	São Paulo Rio de Janeiro	1556-1567	Revolta indígena contra a presença de portugueses	
Guerra dos Aimorés	Bahia	1555-1570	Disputa dos nativos contra as ocupações no interior da província.	
Guerras dos Bárbaros	Paraíba e Rio Grande do Norte	1586-1599	Conflitos entre os Tapuias e os portugueses por territórios da região	
Quilombo de Palmares	Alagoas	1597-1694	Ocupação territorial realizado por africanos escravizados que fugiam das condições impostas.	
Guerra dos Bandeirantes	São Paulo, Minas Gerais e Goiás	Século XVI e XVII	Disputa entre bandeirantes e indígenas, que proporcionou a interiorização do país e um massacre de nativos.	
Confederação dos Cariris	Bahia e Piau	1682-1713	União dos índios da etnia Cariri para defesa do território contra jesuítas e bandeirantes.	
Guerrilha dos Muras	Amazonas	Século XVIII	Luta dos nativos contra as numerosas aldeias dos Mura ao longo dos rios Negro e Madeira.	
Guerra do Manaus	Amazonas	1723-1728	Guerra entre os portugueses e indígenas da tribo dos Manaós, que habitavam nas imediações da povoação de Santa Isabel.	
Revolta das Carracas	Minas Gerais	1833	Tomada de fazendas por africanos escravizados, que mostraram a revolta e o poder de organização.	
Levante dos Marimbondos	Pernambuco, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte	1852	Pequenos agricultores, sertanejos e livres alforriados tiveram a posse de suas terras ameaçadas pelo senso realizado pela Igreja Católica em 1851.	
Revolta da	São Paulo	1857	A Fazenda utilizava o sistema de	

<sup>11</sup> Segundo Araújo (1999), na doutrina jurídico-agrária, a função social da propriedade consiste na correta utilização econômica da terra e na sua justa distribuição, de modo a atender ao bem-estar da coletividade, mediante o aumento da produtividade e a promoção da justiça social.

Fazenda Ibicaba ou Revolta dos parceiros			parceria; no entanto, a insatisfação dos colonos com os proprietários, devido ao abuso de poder, causou a revolta.	
Revolta dos Muckers	Rio Grande do Sul	1869	Colonos sem assistência governamental entraram em decadência social e empobrecimento. Com isso, ocuparam a Fazenda Leão. O movimento de caráter messiânico sofreu forte repressão por tropas do governo.	
Guerras de canudos	Bahia	1896-1897	Sertanejos no interior da Bahia, sob a liderança de Antônio Conselheiro, ocuparam latifúndios e iniciaram uma comunidade de produção agrícola. A revolta de caráter messiânico foi fortemente reprimida pelo exército.	República (1889-1945)
Cangaço	Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará e Pernambuco	1890-1939	Disputa entre pessoas sem posses e coronéis, diretamente relacionadas à luta pela terra, revolta a situação de miséria no Nordeste.	
Guerra do Contestado	Paraná e Santa Catarina	1912-1916	Conflito armado e messiânico que envolveu posseiros e pequenos proprietários de terras, de um lado, e representantes dos poderes estadual e federal.	
Caldeirão de Santa Cruz do Deserto	Ceará	1937	A comunidade religiosa do Caldeirão, liderada pelo beato José Lourenço, descendente de negros alforriados e discípulo de Padre Cícero, ousou desafiar o poder do latifúndio, mas foi brutalmente reprimida pelas forças do estado.	

Fonte: Elaborada pelo autor (2020) com base em Fausto (2009), Dantas (2011) e Fernandes (1999).

Todas essas lutas, guerras e revoltas são elementos das tensões relativas à questão agrária no Brasil. Sabemos que nem todas estão listadas, algumas por falta de informação e outras por falta de conhecimento, mas podemos perceber que a luta pelo direito do uso social da terra foi continuada. As manifestações e os conflitos demonstram uma posição ativa das camadas populares e que prosseguiu pelos anos subsequentes.

O surgimento das Ligas Camponesas, em 1945, trouxe uma organização política para os camponeses, posseiros, parceiros, colonos e meeiros. Esse movimento surge com o aumento da inserção subordinada do Brasil ao sistema capitalista, por meio da divisão internacional do trabalho, onde o país ocupa papel periférico, e com a exportação de gêneros agrícolas e também de minérios. Amplia-se, dessa forma, a concentração referente às propriedades de terras, como podemos analisar no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Número de Propriedades rurais por hectares entre 1950 e 1980<sup>12</sup>

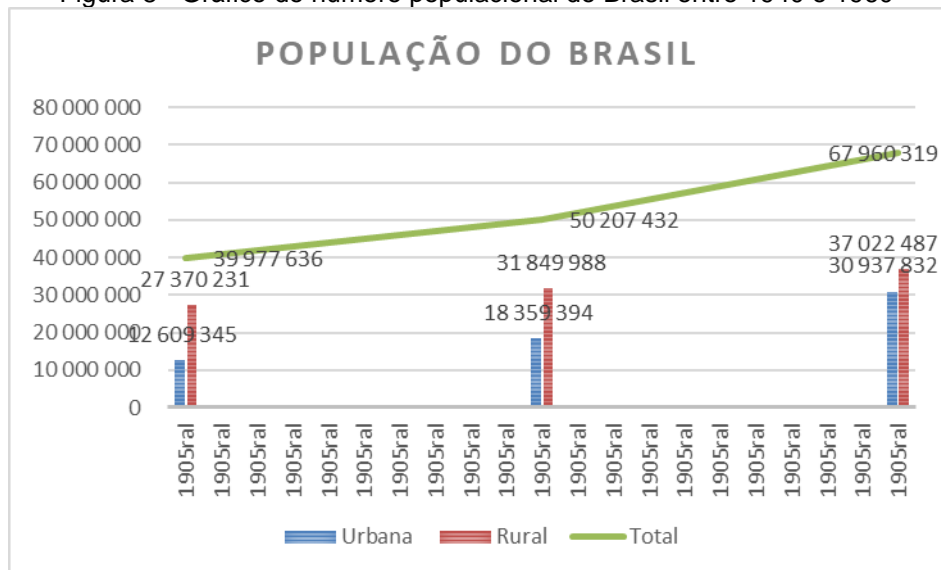
Propriedade das terras, condição do responsável e grupos de área total	Número de estabelecimentos				
	1 950	1960	1 970	1 975	1 980
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)					
Menos de 10	710 934	1 495 020	2 519 630	2 601 860	2 598 019
Menos de 1	50 252	133 477	396 846	455 111	469 091
1 a menos de 2	113 614	276 740	488 562	535 951	515 515
2 a menos de 5	294 810	619 119	914 835	920 668	903 590
5 a menos de 10	252 258	465 684	719 387	690 130	709 823
10 a menos de 100	1 052 557	1 491 415	1 934 392	1 898 949	2 016 774
10 a menos de 20	345 185	546 079	768 448	733 004	771 330
20 a menos de 50	488 044	672 675	824 090	811 895	854 051
50 a menos de 100	219 328	272 661	341 854	354 050	391 393
100 a menos de 1 000	268 159	314 831	414 746	446 170	488 521
100 a menos de 200	131 462	157 422	215 329	236 941	260 714
200 a menos de 500	99 599	116 645	151 514	156 736	169 455
500 a menos de 1 000	37 098	40 764	47 903	52 493	58 352
1 000 a menos de 10 000	31 017	30 883	35 425	39 648	45 496
1 000 a menos de 2 000	18 416	18 392	21 492	24 115	27 145
2 000 a menos de 2 500	3 613	10 138	4 406	4 852	5 794
2 500 a menos de 5 000	6 495		6 966	7 744	9 038
5 000 a menos de 10 000	2 493	2 353	2 561	2 937	3 519
10 000 e mais.	1 611	1 597	1 449	1 820	2 345
10 000 a menos de 100 000	1 551	1 569	1 416	1 771	2 292
100 000 e mais	60	28	33	49	53

Fonte: IBGE (1990).

A ampliação do latifúndio e da monocultura, neste período, promovem o papel central na economia do Brasil, a expurgação dos pequenos agricultores das terras e a expropriação de pequenas propriedades. Surge uma classe de trabalhadores agrícolas sem terras e que, muitas vezes, são submetidos a baixos salários em um momento em que a maioria da população brasileira residia na zona rural.

<sup>12</sup> Para efeito de comparação com os censos anteriores a 1970, as informações sobre a condição do responsável foram obtidas através da conjugação das respostas aos quesitos produtor e direção.

Figura 8 - Gráfico do número populacional do Brasil entre 1940 e 1960



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1962).

Como podemos perceber a partir da Figura 8, que mostra o número populacional do Brasil entre os anos de 1940 e 1960, o país possuía maior população agrária; entretanto, a minoria dessa população tinha acesso à terra. Diversos trabalhadores rurais também foram obrigados a migrar para os centros urbanos que, no espaço de 20 anos, duplicou a sua população.

Com isso, os camponeses passaram a ser trabalhadores urbanos de baixo custo para o setor industrial em desenvolvimento no Brasil; e os que permaneceram no campo tiveram que reduzir o custo dos alimentos para atender aos centros urbanos. Estes últimos, por sua vez, não tinham um crescimento organizado e justo socialmente ou priorizavam trabalhos de baixa renda nas plantações, que atendiam ao interesse do mercado voltado para a exportação e o agronegócio. O êxodo rural também aumentou o desemprego nas cidades e ampliou a precarização das condições do trabalhador urbano (STÉDILE, 2005a).

Por isso, a Liga Camponesa passa a ser um marco na luta e organização dos camponeses e pequenos proprietários que sofriam com uma agricultura voltada para o interesse do capital.

Neste ponto, podemos destacar que a Liga Camponesa era um movimento:

[...] expressivo, para a construção da classe de trabalhadores rurais, os camponeses, como uma organização que ergue as bandeiras do fim da opressão do trabalhador do campo, e, pelo direito a posse de terra. Através de marcantes características de reivindicação e contestação, o movimento rompe antigos modelos impostos por uma sociedade ruralista, questionando a estrutura agrária vigente, na qual os latifúndios pertenciam a poucas

famílias, cabendo ao trabalhador sujeitar-se à autoridade de seus grandes proprietários. (ARAÚJO, 2010, p. 3).

Com o auxílio do Partido Comunista do Brasil (PCB), a Liga Camponesa marca uma nova forma de luta no campo que inspirará os demais movimentos, como o próprio MST. Criou um precedente para a organização dos trabalhadores rurais formarem organizações locais, regionais e, posteriormente, nacional.

No período entre os anos de 1955 a 1964, surgiram diversas Ligas Camponesas no país, formando associações de trabalhadores rurais. Como sempre, as relações entre os camponeses organizados e os latifundiários causaram tensões no campo e geraram momentos de guerra.

Nesse contexto, enfocamos a liderança de Francisco Julião, advogado defensor e construtor das Ligas Camponesas junto aos trabalhadores rurais, que também levou a luta do campesinato para o cenário político e destacou o protagonismo dos camponeses nesta ação, como ressaltou em suas palavras:

Não fundei a Liga - ela foi fundada por um grupo de camponeses que a levou a mim para que desse ajuda. A primeira Liga foi a da Galileia, fundada a 1 de janeiro de 1955 e que se chamava Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Foi um grupo de camponeses com uma certa experiência política, que já tinha militado em partidos, de uma certa cabeça, que fundou o negócio, mas faltava um advogado e eu era conhecido na região. Foi uma comissão à minha casa, me apresentou os estatutos e disse: 'existe uma associação e queríamos que você aceitasse ser o nosso advogado'. Aceitei imediatamente. Por isso o negócio veio bater na minha mão. Coincidiu que eu acabara de ser eleito deputado estadual pelo Partido Socialista e na tribuna política me tornei importante como defensor dos camponeses. (MST, 2015, p. 23).

Em 1964, com o Golpe Civil Militar, as Ligas Camponesas começaram a sofrer forte perseguição, causando a desarticulação entre as lideranças e seus membros que migraram para os sindicatos rurais e outros movimentos do campo.

Figura 9 - Manchete do Jornal Liga (09 out. 1962)



Fonte: Documentos Revelados (2020).

O legado de organização dos trabalhadores e as diversas vitórias dos camponeses sobre os latifundiários, promovidos pelas Ligas Camponesas, demonstrou a necessidade e a existência da organização dos trabalhadores rurais em todo o país.

Antes mesmo do Golpe de 1964, que encerrou o governo de João Goulart e colocou o país em um regime ditatorial por vinte e um anos, outros movimentos de organização camponesa também surgiram e trouxeram a pauta da reforma agrária, além de questões referentes à divisão das terras no país.

Em 1954, formou-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) que tinha o objetivo de melhorar a vida dos trabalhadores no campo e foi extinta após a ascensão do regime civil militar. Entre as suas principais ações, destacamos o recolhimento de 5 milhões de assinaturas por todo o país para a implantação urgente da reforma agrária.

A ULTAB, ligada ao PCB, tinha como uma de suas pautas principais a criação de um salário mínimo para o trabalhador rural e foi responsável por uma das maiores greves ocorridas no campo, no ano de 1956, nas fazendas de café de São Paulo, cuja reivindicação principal era um piso salarial para a categoria.

Foram realizados dois Congressos Nacionais de Trabalhadores Rurais, sendo um em 1956 no Ceará e outro, em 1961, em Belo Horizonte, os quais tiveram grande projeção nacional - fatores que auxiliaram a ULTAB, em 1963, a conseguir que o Ministério do Trabalho aprovasse o Estatuto do Trabalhador Rural, que regulamentou o trabalho no campo.

Com base em organizações políticas do PCB, a instituição foi obrigada a criar uma estrutura administrativa, com estatuto e presidência. De acordo com o Estatuto, a ULTAB (1959, não paginado) tinha como finalidade:

- a) Organizar os pequenos e médios produtores agrícolas, bem como empregados rurais, sem distinção de cor, sexo, raça, concepções políticas, filosóficas ou religiosas, em defesa dos seus interesses e direitos;
- b) Promover e estreitar os sentimentos de fraternidade entre todos os trabalhadores;
- c) Conceder, na medida das possibilidades, assistência jurídica, médica, dentária e outras;
- d) Colaborar com os poderes públicos e com as entidades de modo geral no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural ligados aos interesses de suas filiadas e da Nação;
- e) Promover e realizar congressos e conferências. Participar, quando for do interesse da entidade, de reuniões internacionais;
- f) Divulgar por todos os meios e modos ao seu alcance, conhecimentos e ensinamentos tendentes à melhoria da prática rural;

g) Assistir e orientar as filiadas em matéria de ordem econômica, jurídica e técnica, bem como adotar medidas no sentido de facilitar a aquisição do material necessário ao exercício das atividades rurais.<sup>13</sup>

Embora uma de suas primeiras ações tenha sido o recolhimento de assinaturas a favor da reforma agrária, a pauta principal da ULTAB era a assistência e a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. Há um embate entre a ULTAB e as Ligas Camponesas sobre qual seria a prioridade para os trabalhadores rurais: enquanto a primeira defendia melhores condições de vida ao trabalhador como fator primordial, a segunda tinha como prioridade a reforma agrária.

Na cidade de Encruzilhada do Sul (RS), também temos o surgimento de uma importante entidade na luta dos camponeses em relação às questões agrárias: o Movimento de Agricultores Sem Terras (MASTER). Fundado em 20 de junho de 1960, o surgimento da MASTER está ligado à regularização latifundiária de uma área ocupada. O movimento teve apoio do governador Leonel Brizola que adotou a regularização de terras como uma das bandeiras de seu mandato.

Figura 10 - Fotografia de Brizola entre os trabalhadores rurais do MASTER (1962)



Fonte: Memorial da Democracia (2020).

O apoio do governador e o sucesso das famílias na conquista do direito à terra levaram à expansão de diversas lutas camponesas pelo estado do Rio Grande do Sul. A MASTER começou a promover acampamentos em terras devolutas e pressionar o governo para a implantação da reforma agrária; elemento que, em seguida, seria adotado como principal ação do MST.

<sup>13</sup> Estatuto da ULTAB sistematizado em São Paulo, Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1959. Esse documento se encontra no Arquivo Lyndolpho Silva, no Centro de Pesquisa e Documentação Agrária (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

No entanto, com a posse do novo governador Ildo Meneghetti, em 1963, a MASTER perdeu forças junto ao governo estadual e começou disputas mais intensas com os poderes locais. Com o Golpe de 1964, foi inevitável o fim da estruturação da MASTER, que sofreu perseguição e algumas de suas lideranças foram presas. Porém, vários membros do movimento posteriormente seriam fundadores e articuladores do surgimento do MST no Rio Grande do Sul.

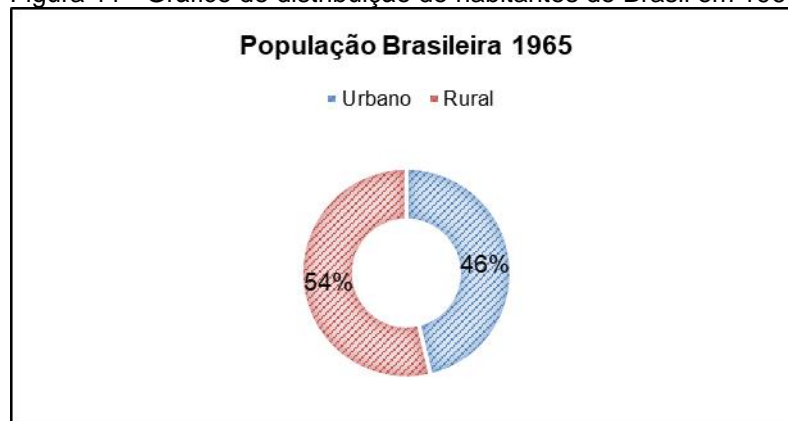
Todo este cenário de surgimento e crescimento de movimentos, como as Ligas Camponesas, a ULTAB e o MASTER, ecoavam também em mudanças estruturais propostas pelo governo federal entre os anos de 1961 a 1963. O presidente João Goulart chegou a declarar no famoso comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro:

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da Supra. Assinei-o com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. (STÉDILE, 2005b, p. 103).

O cenário político apresentado no âmbito federal trazia uma perspectiva para a melhora das condições de vida dos trabalhadores rurais, mas não sinalizava concretamente ações de reforma agrária, nem que a luta pelo direito à terra em relação às questões agrárias seria resolvida a curto prazo e que findariam as ações dos movimentos sociais no campo.

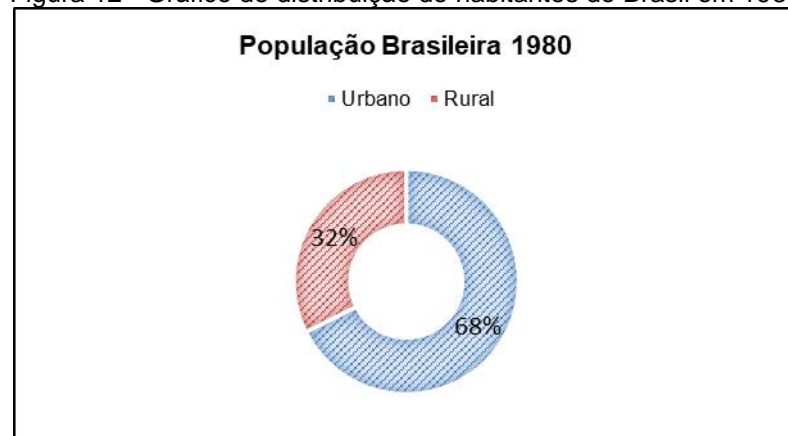
Contudo, o Golpe Civil-Militar de 1964 foi uma ruptura nas possibilidades de redistribuição de terras e de melhoria da vida do trabalhador rural. Ainda que tenha sido criado no primeiro ano de governo ditatorial dos militares, o “Estatuto da Terra” (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que tinha por finalidade regular “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964), o que obtivemos, durante esse período da história, foi uma expulsão dos trabalhadores rurais do campo, perseguição aos líderes camponeses e um aumento do latifúndio e da monocultura (FERNANDES, 1999).

Figura 11 - Gráfico de distribuição de habitantes do Brasil em 1965

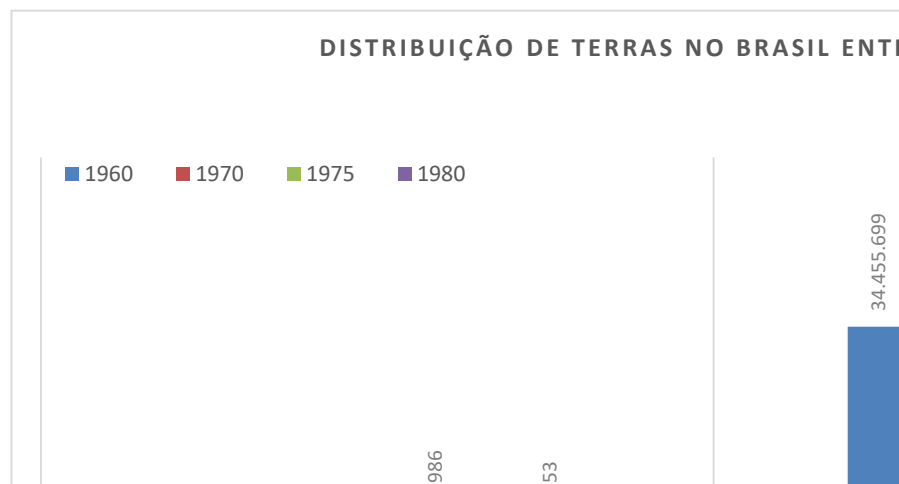


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Serviço Nacional de Recenseamento (IBGE, 1965).

Figura 12 - Gráfico de distribuição de habitantes do Brasil em 1980



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Serviço Nacional de Recenseamento (IBGE, 1986).

Figura 13 - Gráfico de distribuição de terras agrícolas no Brasil entre 1960 e 1980<sup>14</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (1986).

<sup>14</sup> Utilizamos os dados de proprietários de 5 a 100 hectares para comparação, conforme art. 3º da Lei nº 11.428, de 2006, a qual conceitua o pequeno produtor rural como aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares.

Essa concentração e o processo de expurgação das terras dos trabalhadores rurais ocorreu pelo processo de “modernização conservadora”<sup>15</sup>, implantada pelos militares, e pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o que se fez durante os anos de ditadura de maneira contraditória ao não promover um trabalho assalariado e ampliar as explorações de trabalhos sem remunerações financeiras, como aqueles realizados por meeiros, boias frias, parcerias ou análogos à escravidão (OLIVEIRA, 2013).

Este tipo de política chamada de “modernização conservadora” trouxe a “construção de inovações que mesclaram o progresso capitalista e a conservação e manutenção ampliada das velhas estruturas societárias” (MOLINA, 2012, p. 45), que excluiu ou explorou os pequenos agricultores, posseiros, camponeses e meeiros.

Nesse caso, o Estatuto da Terra não foi eficaz para promover a redistribuição de terras e melhorias na vida dos trabalhadores rurais. A “modernização conservadora” implantada pelos militares no poder apenas serviu para corrigir as ineficiências das estruturas agrárias que não permitiam a ampliação do capital dos grandes produtores. Todavia, a repressão militar e a política econômica excludente, que reduzia o poder de mobilização dos trabalhadores, não anulou a resistência no campo, principalmente no final dos anos de 1970 e início de 1980.

Conforme Oliveira (2006, p. 159-160):

Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975.

Instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) fizeram oposição às políticas agrárias do regime militar e apoiaram os trabalhadores rurais em suas lutas. Nascida em julho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO), teve entre seus objetivos oferecer suporte aos trabalhadores rurais, respeitando seu protagonismo na luta pelo direito à terra (CPT, 2011). Baseado em textos bíblicos e com reflexões sobre o cotidiano dos trabalhadores, a CPT mostrava a possibilidade de lutas.

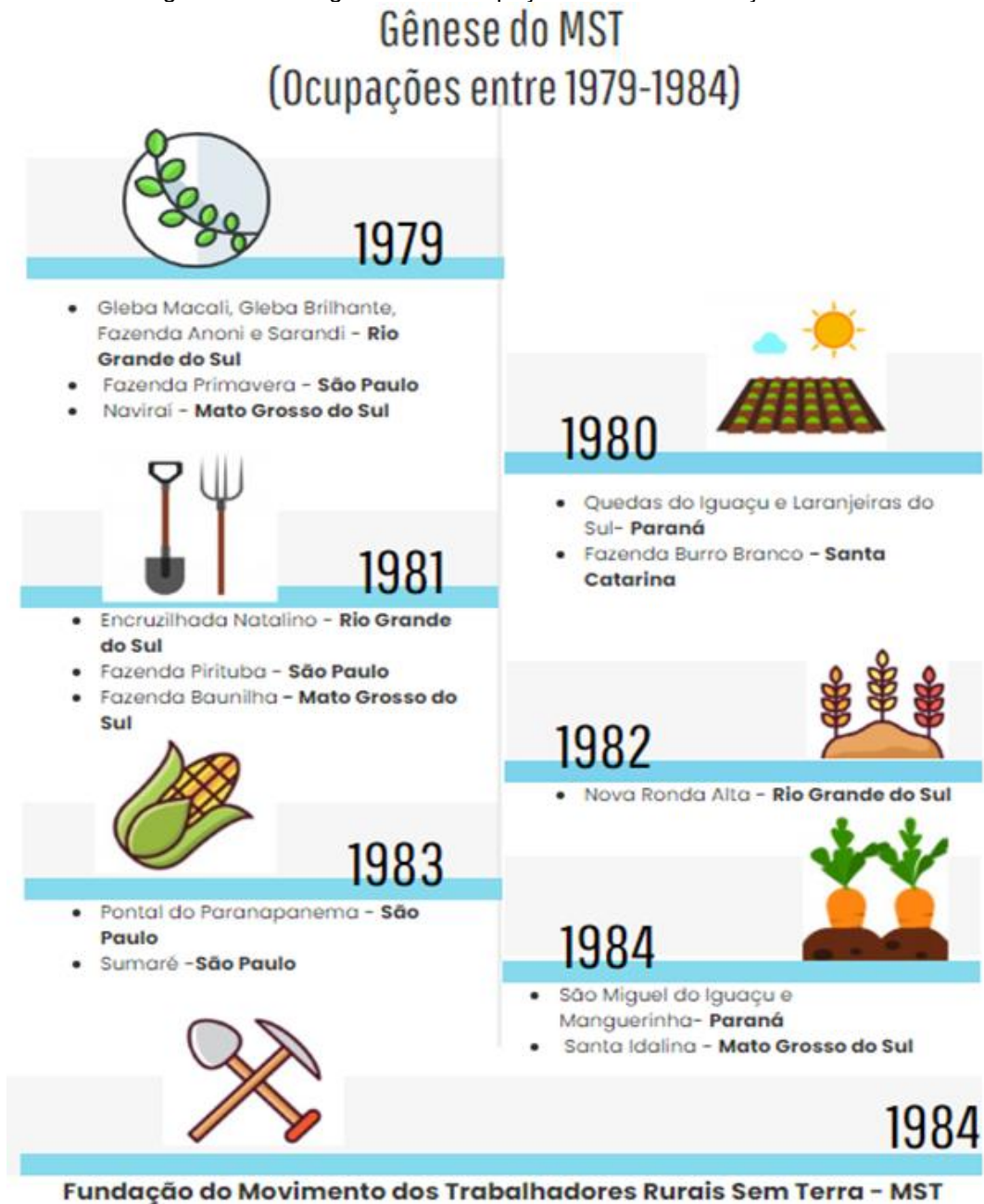
---

<sup>15</sup> Para maiores informações sobre o termo “Modernização Conservadora”, ver: Mészáros (2002)

A CPT foi uma das principais articuladoras das primeiras ocupações ocorridas no Brasil e no auxílio para a construção de um movimento de sem terras a nível nacional. Nas primeiras ocupações ocorridas no final da década de 1970 e início da década de 1980, a CPT proporcionava apoio estrutural e organizacional para os membros dos acampamentos. Através de padres e leigos, a Pastoral da Terra teve papel importante na formação do pensamento crítico sobre o uso social da terra e a necessidade da luta pelos direitos.

Neste cenário, começaram as primeiras ocupações promovidas por trabalhadores sem terras, principalmente na região sul do país. Embora sem articulação nacional, as ocupações de trabalhadores rurais começaram a eclodir como uma forma de conquista do direito à terra, mesmo antes da formalização do MST. Algumas delas, inclusive, são referências até os dias atuais para o movimento camponês, seja pela sua forma de organização ou pela importância que tiveram para a questão agrária no Brasil e, fundamentalmente, para o surgimento do MST.

Figura 14 - Iconográfico das ocupações antes da fundação do MST



Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

As ocupações ocorridas em várias partes do país, entre 1979 e 1984, mostraram os diversos problemas da questão agrária existentes desde 1530.

Porém, entre tantas análises que poderão ser realizadas sobre os acontecimentos neste período, duas ficaram latentes. A primeira é que os trabalhadores rurais não lutam apenas pela terra, mas por direitos sociais básicos, pelo trabalho e pela renda e por melhores condições de vida – aspectos que se assemelham aos reivindicados nas greves dos metalúrgicos do ABC no mesmo período. Esses elementos que compuseram a luta dos camponeses e operários

questionavam o sistema econômico da época e o próprio modo como o país era governado pelos militares.

A segunda percepção daquele momento era a necessidade de uma organização dos trabalhadores rurais sem terra. As diversas ocupações que ocorreram no período mostraram que, quanto maior a organização, melhor seria o resultado. A organização dos trabalhadores em movimentos também ampliava a rede de apoio e as condições de negociação com o governo: as trocas de experiências, o apoio mútuo, a criação de uma administração para subsidiar e dar suporte às lutas e manter uma formação e educação continuada dos trabalhadores rurais sem terras.

Neste cenário, em plena Ditadura Civil Militar, os trabalhadores promovem uma concatenação dos movimentos rurais e, em janeiro de 1984, concretizam, em âmbito nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Gestado entre as ocupações e conflitos de 1979 a 1984 e trazendo consigo lutas das Ligas Camponesas e da ULTAB, o MST é o sinônimo do engajamento contínuo dos camponeses pelo direito à terra e pela Reforma Agrária.

A organização dos trabalhadores foi uma das pautas do encontro realizado em setembro de 1982, em Goiânia, com trinta trabalhadores rurais e vinte e dois agentes de pastorais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Rondônia.

Em cada encontro e em cada diálogo havia o debate sobre a necessidade de um movimento nacional dos sem terras. A união de diversos movimentos já existentes poderia ampliar a sua organização e a luta pelo direito à terra, expandindo-a também para as regiões norte e nordeste do país.

O encontro de Goiânia divulgou uma carta em que expressavam as dificuldades e as condições de exploração e reforçavam a importância de ações coordenadas dos trabalhadores rurais:

Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e latifundiários. Se nós não nos organizarmos em nossos sindicatos e associações de classe, em nossas regiões, nos estados e em nível nacional; se não sentarmos juntos para analisar as nossas lutas, para confrontar com esta realidade que hoje escraviza os fracos, se não fizermos isso, nunca iremos nos libertar desta vida de explorados e de verdadeira escravidão. (ANDE; ANPED; CEDES, 1986, p. 6).

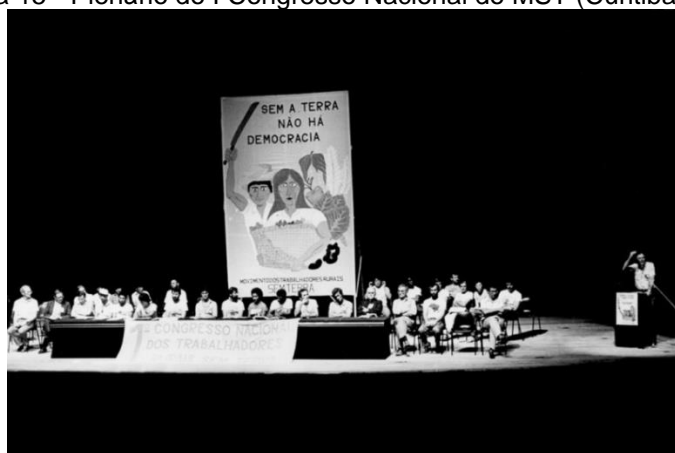
No entanto, havia uma divergência entre a CPS que considerava desnecessário mais um movimento e alguns sem terras que propunham ocorrer de forma separada da Igreja. No final do encontro, foi criada uma comissão provisória, que organizaria o próximo evento entre setembro de 1983 e janeiro de 1984. Três anos depois, os trabalhadores rurais voltariam a se encontrar com a proposta de criar um movimento nacional e autônomo (FERNANDES, 1994).

Em 1984, o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, contava com 92 pessoas: sem-terras, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores. As trocas de experiências e o reconhecimento de que a luta pela reforma agrária deveria ser um projeto nacional consolidaram o surgimento do MST, com a seguinte declaração: “A terra para quem nela trabalha e vive”. No ano seguinte, ocorreria o Primeiro Congresso Nacional.

No ano de 1985, entre os dias 29 a 31 de janeiro, o MST realizou seu I Congresso Nacional em Curitiba, também no Paraná, com mais de 1500 trabalhadores sem-terras de todo o país. Foram determinados como principais objetivos do Movimento: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

Neste Congresso, portanto, ficou definida a ocupação de latifúndios como forma de luta e de exercício do direito à terra e também foram estabelecidas as palavras de ordem do Movimento, que seriam: “Ocupação é a única solução” e “Sem reforma agrária, não há democracia”.

Figura 15 - Plenário do I Congresso Nacional do MST (Curitiba, 1985)



Fonte: Autor desconhecido – Fotografia P/B, 1985 - Fundo MST - Acervo do MST.

Surge, então, o MST com objetivos claros e uma condição que ressaltava o trabalhador rural como protagonista da história e da luta pelo direito à terra. Era fundamental organizar cada vez mais o movimento e ampliar suas ações, tanto em atos diretos, como as ocupações e marchas, quanto em extensão territorial, atingindo outras regiões do país. Assim, o Movimento começa a criar uma estrutura e organizar suas atividades com o intuito de crescer para alcançar os seus objetivos.

## **5.2 MST: do surgimento à atualidade**

Atualmente, o MST está presente em 24 estados da União, com mais de 350 mil famílias que, mesmo assentadas, continuam a se empenhar nas ações do Movimento. Além dos assentamentos e acampamentos, o MST conta com diversas cooperativas, associações e agroindústrias que auxiliam na produção, na distribuição e na venda de alimentos e, ainda, possui a colaboração da Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes, que contribui para a formação do MST e de outras organizações. A estruturação organizacional do Movimento é pautada pela cooperação com a finalidade de garantir “[...] uma maneira de organizar a produção através da divisão do trabalho.” (MST, 2015, não paginado).

Para a compreensão do desenvolvimento do MST, podemos analisar etapas e períodos que se destacam por algumas características, as quais estão sempre em confluência; porém, em determinado tempo e espaço, criam novas percepções ou amplitude, a depender da fase do Movimento ou das circunstâncias ao redor. Para fins didáticos, observaremos o desenvolvimento do MST, por períodos cronológicos ou históricos, com destaque para os objetivos do Movimento e suas frentes de luta.

Como o MST nasceu no final da ditadura militar e durante o processo de redemocratização do Brasil, estabeleceu suas dimensões e propósitos com grande nitidez para os membros internos e para a sociedade em geral. O período compreendido entre os anos de 1985 a 1990 são caracterizados por Fernandes (1999) como “territorialização e consolidação” do MST, quando esta passa a agir por meio de ocupações e acampamentos, demarcando claramente uma frente de luta.

Neste ponto, convém destacarmos a diferença entre “ocupar” e “invadir”. A invasão ocorre quando se toma posse de algo pertencente legalmente a alguém. Ocupar, por sua vez, é o ato de exercer o preenchimento de um vazio ou de algo que não está em conformidade com a lei. No caso das ocupações realizadas pelos

movimentos camponeses, instituiu uma ação para forçar o cumprimento da lei e o uso social da terra, conforme previsto no art. 2º do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964)<sup>16</sup> e no art. 184 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988)<sup>17</sup>.

Para que o MST promovesse a sua territorialização em âmbito nacional, o Movimento tinha como fator determinante que suas lutas deveriam ser realizadas em todo o país (MST, 2005). Fazia-se necessária a espacialização da luta, como Fernandes (1994, p. 120) definiu e explicou:

Especializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É “escrever” no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST.

As ocupações, os acampamentos e as marchas foram fatores essenciais da espacialização no MST, principalmente no período de 1985 a 1990, com destaque para as ocupações, visto que, após o Congresso de Fundação do Movimento em Cascavel, no ano de 1984, as palavras de ordem passaram a ser “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupar é a solução”.

Nas palavras de Caldart (2001, p. 208):

O MST reafirmou a ocupação do latifúndio como a principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la. Isto quer dizer que explicita nas próprias ações de luta o que contesta (enquanto prática e enquanto valor), e que sujeitos pretendem trazer de volta à cena social em nosso país.

Como forma de registrar o espaço social por meio da luta pela Reforma Agrária no mesmo dia em que o governo anunciava o Plano Nacional de Reforma Agrária, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília, o MST, em maio de 1985, ocupou 18 áreas apenas no Oeste de Santa Catarina. No fim de 1986, os acampamentos se espalhavam por todo o país, totalizando mais de 90, a maior parte deles concentrada no Centro-Sul, mostrando o crescimento e a organização nacional que o Movimento havia obtido em curto espaço de tempo.

---

<sup>16</sup> Art. 2º: É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei (BRASIL, 1964).

<sup>17</sup> Art. 184: Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

Neste período, em 1988, ocorreria o processo de formação de nova constituição no Brasil. Para o MST, era de suma importância eleger Deputados Constituintes que defendessem a Reforma Agrária, mas a oposição formada pela UDR também tinha seus candidatos.

Em nossa Constituição Cidadã de 1988, em seu capítulo 3º “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, regulamentado apenas em 1993<sup>18</sup>, não houve uma perspectiva entre a ampliação do latifúndio e a Reforma Agrária efetiva, conforme destaca Silva (1989, p. 199):

[...] a nova CF não diminuiu o terrível fosso que separa o sem-terra acampado debaixo de uma lona do seu alçóz da UDR. Pelo contrário, a Carta de 1988 aprofundou o buraco da desigualdade, impedindo, definitivamente, que a questão agrária brasileira pudesse ser resolvida por via pacífica. Ao manter no segundo turno praticamente tudo o que foi aprovado na primeira rodada de votações, inclusive o malfadado inciso que isenta de desapropriação a chamada “propriedade produtiva”, a ANC retrocedeu aos idos de 1946.

O MST reconheceu os possíveis retrocessos e o nulo avanço em relação à Reforma Agrária no Brasil, como podemos identificar em publicação do Movimento:

Em termos gerais, a nova lei representa um recuo à Constituição de 1946 e apenas garante que a propriedade deve ter uma função social. Representa, também, um recuo em relação ao Estatuto da Terra e ao decreto 554 de 1969, pois o Estatuto da Terra defendia a desapropriação de todos os latifúndios, independentemente de sua condição de “produtivo ou não” é garantia, pelo decreto 554, a emissão de posse do Estado em apenas 48 horas. Mesmo que o proprietário recorresse, teria direito apenas à indenização em dinheiro, mas não à irrevogabilidade da desapropriação. Pelo artigo 219, fica proibida a desapropriação da propriedade produtiva. Só que o texto não explica quais os critérios que tornam uma propriedade produtiva. Esse foi justamente o golpe da UDR: deixar a definição confusa pois, daqui para diante, em qualquer desapropriação que houver, os fazendeiros vão recorrer à Justiça para provar que a propriedade é produtiva. (JST, 1988 apud RODRIGUES, 2013, p. 144).

Mesmo com o mínimo avanço e a pouca efetividade em relação à Reforma Agrária descrita na Constituição de 1988, não significa que houve retrocesso ao MST. Trata-se de uma reafirmação como “um movimento de massas e tem como objetivo principal a luta pela conquista da terra para quem nela trabalha. Por isso, podem e devem participar dele, todos aqueles que são sem-terra e estão interessados em conquista-la” (JST, 1988 apud RODRIGUES, 2013, p. 144).

Este momento também ampliou a aproximação do MST com o Partido dos Trabalhadores (PT), pois existe a compreensão da necessidade de um projeto

---

<sup>18</sup> Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

político para conquistar mais força na luta pela terra. Dessa forma, o movimento percebeu que, além das ocupações, acampamentos e manifestações, a luta política seria mais um instrumento: “Vamos fortalecer nossas ferramentas: as associações, os movimentos, nosso sindicato, a Central Única dos Trabalhadores, e o Partido dos Trabalhadores.” (JST, 1987 apud RODRIGUES, 2013, p. 143).

No entanto, o Movimento continuou a manter sua independência e autonomia, priorizando as ações diretas dos sem-terras, como as ocupações e acampamentos. Em 1990, o MST agia ativamente em dezoito estados e com ocupações nas principais regiões do país. A questão sobre a criação de um movimento nacional, levantada em 1982, em Goiânia, já havia sido superada e estava se consolidando pela espacialização e territorialização.

Figura 16 - Fotografia do Acampamento e Ocupação em Cruz Alta - RS (1989)



Fonte: Autor desconhecido – Fotografia, 1989 - Fundo MST – Acervo do MST.

O forte apoio ao PT não significou a aceitação da política como único caminho para conquistar o direito à terra para quem nela trabalha. Os resultados pretendidos pela reforma agrária não seriam facilmente alcançados pelos governantes por meio da legislação de uma política agrária e nem políticas públicas por distribuição de terras. O Movimento optou por manter as ações de ocupações e manifestações. “Ocupar, resistir e produzir” (MST, 1989) tornaram-se as palavras de ordem estabelecidas no 5º Encontro do MST, realizado no ano de 1989, em Sumaré-SP, e no 2º Encontro Nacional, concretizado em maio de 1990, na capital federal.

Figura 17 - Fotografia do II Congresso Nacional do MST (Brasília - DF, 1990)



Fonte: Autor desconhecido – Fotografia, 1990 - Fundo MST – Acervo do MST.

A partir do 2º Congresso Nacional, destacamos um novo período do Movimento que unificava e ampliava ideais do primeiro momento com novos elementos de luta dos sem-terras. Em 1990, em constante luta e negociação com o INCRA, o MST-PR já havia conquistado mais de sessenta assentamentos. A necessidade de ampliar e aperfeiçoar a sua estrutura, melhorar as condições dos assentados e criar um projeto permanente de educação e formação tornaram-se pautas constante do Movimento, como ressalta Fernandes (1992, p. 164):

Desde março de 1990, o MST investiu na organização da Escola Nacional, que passou a funcionar no município de Caçador, em Santa Catarina. Nesse espaço foram realizados diversos cursos para atender à formação dos sem-terra que atuam nos diversos setores do Movimento. Pela própria necessidade, o processo de formação também foi dimensionado, na tentativa de suprir as carências para a qualificação dos setores. Desse modo, o MST associou formação e escolarização, criando cursos supletivos de primeiro e segundo grau e Magistério e Técnico em Administração de Cooperativas. O conjunto das atividades na formação do Movimento está associado aos distintos momentos da vida na luta, desde a organização das famílias na ocupação e no acampamento, até a implantação e desenvolvimento do assentamento. Esse processo transformador de realidades faz emergir necessidades que se referem, especialmente, à formação educacional e profissional.

Outro aspecto de estruturação deste momento do MST foi a criação de cooperativas, com o surgimento, em 1992, do Sistema Cooperativista dos Assentamentos e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB). O sistema de cooperativismo se fez importante para o seu desenvolvimento por duas razões: a primeira foi manter a institucionalização na produção e a segunda, enfrentar os desafios impostos pelo mercado financeiro.

A esse respeito, Franciosi (2007, p. 3) explica:

A complexidade da atividade agrícola em todas suas fases, do plantio à comercialização da produção, requer principalmente onde há escassez de recursos, ações objetivas e soluções criativas para que alcance êxito. Uma das ações mais eficientes e ao alcance dos assentados é a criação de uma

cooperativa, pois esta forma de associativismo permite ações conjuntas, emanadas do grupo, visando à solução dos problemas do assentamento e não apenas de alguns assentados que gozem de certos privilégios por razões diversas.

O cooperativismo que ganhou força dentro do MST, após a década de 1990, criou mecanismo para o Movimento continuar sua luta pela terra sem a sua institucionalização. Este elemento é essencial para entender o seu atual funcionamento, pois a estruturação ocorrida não o descaracterizava como movimento social e, ao mesmo tempo, permitia que os trabalhadores sem terras formassem uma frente competitiva para a comercialização de seus produtos.

Neste período, a criação da via campezina - que tem o MST como um dos principais protagonistas - também mostra a forma de engajamento organizado e sua força alcançada internacionalmente. Foi criada com a intenção de unificar a luta em um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas. Atualmente, está presente em 70 países e em todos os continentes. Esta foi a forma encontrada pelo MST para se organizar interna, nacional e internacionalmente a fim de alcançar seus objetivos.

No entanto, os anos de 1996 e de 1997, seriam marcantes para o Movimento. O primeiro, devido ao massacre acontecido em Eldorado dos Carajás, constituiu-se no mais triste capítulo da questão agrária no Brasil. Ocorreu no dia 17 de abril<sup>19</sup> quando a Polícia Militar do Pará, sob o comando da 10ª CIPM/1ª Cipoma, unificados com jagunços locais, cometeram a carnificina. Contabilizando 19 mortes no dia e, posteriormente, mais duas pelos ferimentos sofridos, os trabalhadores rurais sem-terras foram brutalmente mutilados com seus facões e foices, conforme relato da autópsia. Além das mortes, foram 56 feridos. Fatos como a mutilação dos corpos, a quantidade de feridos e o encadeamento das ações contra os sem-terras mostraram o teor de violência utilizada, como relata Barreira (1999, p. 138) em sua crônica:

A sequência de mortes é estarrecedora, a começar pela primeira vítima. Consta que o primeiro a morrer foi um deficiente auditivo, que não ouviu o barulho dos tiros. “O primeiro tiro acertou o seu pé direito. ‘A gente gritava para ele correr, mas não adiantava. Os soldados chegaram perto e atiraram na cabeça’, diz Francisco Clemente de Oliveira, agricultor em Serra Pelada,

---

<sup>19</sup> GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. Memória Globo ©2021. **Massacre em Eldorado dos Carajás:** Dezenove trabalhadores, que protestavam pela demora na desapropriação de terras em Eldorado dos Carajás, foram mortos pela Polícia Militar do Pará. [S.l.], 2021. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/massacre-em-eldorado-dos-carajas/destaques/>>. Acesso em: 4 mar. 2021.

que testemunhou a morte” (Veja, 24/04/96). Um dos últimos foi um líder do MST, Oziel Pereira, de 17 anos, preso e algemado, que foi morto com um tiro na testa.

O relato de Avelino Geminiano, 42 anos, acampado na Fazenda Formosa, um dos sobreviventes, também demonstra a brutalidade do ato:

Estava a uns cinco metros de distância quando levei um tiro na canela, virei e levei outro nas costas. Caí no chão e eles dispararam os outros sete tiros. Me acertaram as pernas, o pé, as costas e o peito, me algemaram e levaram para dentro do ônibus. Só não me mataram porque tinha uma repórter lá. Eles colocavam o revólver dentro do meu ouvido e da boca e pediam os nomes dos outros vagabundos. Me levaram depois para a cadeia e só às 4 horas da manhã é que cheguei no hospital. Tenho ainda três balas no corpo” (ESPECIAL, HOJE EM DIA, 1997 apud BARREIRA, 1999, p. 138).

O massacre mostrou ao Brasil e ao mundo que a questão agrária no país era resolvida por meio da violência dos ruralistas, que recebiam apoio institucional do governo. As autoridades, federais e estaduais, afirmaram que não haveria impunidade aos assassinos e, dessa forma, foram denunciados inicialmente 155 policiais, sendo oito oficiais e 147 praças (sargentos, cabos e soldados), além de quatro civis, que foram a julgamento apenas em agosto de 1999.

No entanto, os assassinos foram indiciados apenas em Inquérito Policial Militar, ou seja, com o entendimento de que o homicídio foi cometido por um grupo e sob alegação de cumprimento do serviço, não podendo penalizar nenhum indivíduo. Mas, por intervenção do Procurador Geral da República Geraldo Brindeiro, determinou que a Polícia Federal reconstituísse o inquérito por estar repleto de imperfeições técnicas. Com a pressão realizada, principalmente pelo MST, o julgamento teve seu primeiro desfecho em 2012 com a condenação de dois militares, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira.<sup>20</sup>

Mesmo com a declaração do fazendeiro Ricardo Marcondes de Oliveira, em seu depoimento, de que foi paga propina aos Policias Militares e enviados jagunços para o massacre, nenhum civil foi condenado.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup>Informação obtido no *Habeas Corpus* 86604 do STF. (STF - HC: 86604 PA, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 28/06/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-189 DIVULG 30-09-2011 PUBLIC 03-10-2011 EMENT VOL-02599-01 PP-00073)

<sup>21</sup>Informações obtidas no processo de números de origem 1996212439, 200330046165, 2004001684935, 2005002041923, 2005501001898, 200501101542 e 20053007014, que foi julgado no TJ/PA em 25/08/2009 e arquivado.

Figura 18 - Fotografia do Enterro dos Sem-Terra mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás



Fonte: J.R. Ripper – Fotografia, 1997 - Fundo MST – Acervo do MST.

Figura 19 - Charge de Carlos Latuff sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás



Fonte: LATUFF (2007).

Figura 20 - Fragmento da capa do Jornal do Brasil do dia 18 de abril de 1996



Fonte: Jornal do Brasil (1996) – Reprodução (Acervo Jornal do Brasil).

Figura 21 - Memorial dedicado aos trabalhadores executados no Massacre de Eldorado dos Carajás



Fonte: Autor desconhecido – Fotografia, 1989 - Fundo MST – Acervo do MST.

O massacre deu início ao “Abril Vermelho”, que todos os anos motiva várias ações nacionais, organizadas pelo MST, para memorar os assassinatos em Eldorado dos Carajás e mostrar a resistência na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

No ano seguinte ao Massacre, o MST promove uma das maiores ações de impacto nacional na luta pela reforma agrária: a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”. Com o intuito de se manifestar contra as injustiças e exclusões sociais do país e recordar o Massacre de Eldorado dos Carajás, mais de 1000 sem-terras saíram de São Paulo, Governador Valadares e Cuiabá, atravessando diversas regiões do Brasil, em caminhada rumo à Brasília/DF.

Para Chaves (2000, p. 24)<sup>22</sup>, a marcha “[...] representou uma espécie de síntese dos elementos constitutivos do MST e também de seus desafios: a construção de uma identidade e de uma sociabilidade própria e, ao mesmo tempo, de um poder político eficaz”. Trouxe, ainda, visibilidade externa ao Movimento e ampliou o processo de identificação dos membros com a luta do MST.

Segundo Chaves (2016), a Marcha também teve um intuito moral ao denunciar as condições dos sem-terras, expostas de maneira cruel no ano anterior. Os trabalhadores continuavam excluídos do direito à terra e buscava-se ampliar a discussão dos fundamentos democráticos do país e da consequente necessidade de assegurar a todos os brasileiros, sem discriminação, os direitos sociais, tais como: saúde, educação, trabalho e renda.

O percurso da marcha atravessava centros urbanos e destinava palavras de ordem em relação às lutas do Movimento. Neste momento, o MST ampliava o horizonte de seus objetivos e, mesmo mantendo a Reforma Agrária como pauta principal, outras, como emprego e centros urbanos e o acesso universal aos direitos sociais, também faziam parte das manifestações.

A respeito da marcha, Chaves (2016) expressa como esta trazia uma formação na experiência dos militantes e para o país em relação à luta por inclusão social:

Para os sem-terra, a Marcha Nacional foi “um grande processo de formação” e um ato de sacrifício pela luta. [...]. A forma de estruturação das Colunas da Marcha espelhava o modo de organização do próprio MST, com

---

<sup>22</sup> A autora Christine de Alencar Chaves realizou um estudo etnográfico acompanhando a Marcha e relatou a fabricação social ocorrida no processo. Ver: CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

“grupos de base” que, por sua vez, se agrupavam por estado, além de “setores de atividade”, formados por equipes encarregadas das tarefas de organização cotidiana. Os setores abrangiam, entre outros, Infraestrutura, Cozinha, Transporte, Comunicação, Segurança, Barracos – este responsável por preparar o terreno e levantar as barracas de lona ao longo da rodovia, e que serviriam para um único pernoite. A Marcha também replicava o ideário e modo de ação política do MST, a mobilização coletiva para ação direta. A criação de eventos coletivos na esfera pública, buscando colocar em questão a definição de direitos, das leis e da violência é o meio de ação política precípua desse movimento social. (CHAVES, 2016, p. 150).

A marcha auxiliou na imagem do MST que sofria com grande marginalização por parte de alguns setores da sociedade, notadamente o governo de Fernando Collor de Mello. Neste momento, ocorreu a adesão da sociedade agrária em apoio à Reforma Agrária. Infelizmente, estes aspectos seriam novamente destruídos com o processo massivo realizado pelos ruralistas para destruir a imagem do MST, muitas vezes com o apoio da grande mídia nacional.

Figura 22 - Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça (17 abr. 1997)



Fonte: Autor desconhecido – Fotografia, 1997 - Fundo MST – Acervo do MST.

Podemos considerar um novo momento para o MST a partir da marcha. Ao trazer o termo emprego e justiça no título da manifestação, o Movimento reforçava que a luta iria além da Reforma Agrária, visando à construção de um projeto desenvolvimentista equitativo e sustentável para o país.

Assim, o MST passava a atuar em várias frentes de lutas sociais que fazem parte do cotidiano urbano e rural, projetando um projeto de país. Conforme Rodrigues (2017, p. 42), tratava-se do: “[...] momento da inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. O movimento se inseria em lutas mais amplas, como aquelas relativas à educação para o campo e contra a privatização da Vale”.

A ampliação das frentes de engajamento do MST continuou com ainda maior força no século XXI. A luta pelos direitos sociais também estabeleceu uma formação permanente e educação para os próprios membros do Movimento.

Caldart (2001) e Bogo (2014) defendem que a ampliação do pensamento do MST para além da Reforma Agrária, visando contribuir com um projeto desenvolvimentista do Brasil, acarretou uma transformação na estrutura cultural do Movimento. Tais alterações impactaram na construção de uma entidade coletiva, como descreve Bogo (1998, p. 67): “A nossa identidade tem que ser retomada, reformulada em cima de outros paradigmas que não esses tradicionais de luta pela terra”. Diante disso, temos um processo constante de repensar o MST e a inserção de seus membros nos embates do cotidiano.

Como movimento social orgânico, o MST está propício à mudança de acordo com o crescimento e o envolvimento ideológico-político necessário para o momento vigente, sem o afastamento de seus valores. Nestes aspectos, se estrutura e se organiza, mas mantém a busca por seus objetivos que, segundo as Normas Gerais e Princípios Organizativos do Movimento, dizem respeito à conquista da Reforma Agrária e de um Projeto Popular para o Brasil (MST, 2016).

Ao discorrermos, em síntese, sobre a história do MST, podemos analisar a trajetória de mudanças que levaram a grandes conquistas e também acumularam derrotas não apenas para o Movimento, mas para o país de democracia recente.

Entretanto, cabe ponderar, uma vez mais, que cada etapa tem sua organização e estrutura que se aperfeiçoam conforme o tempo e o seu crescimento. Nesse sentido, são notáveis as remanências da construção do MST desde 1984 até os dias atuais e a consideração de que as fases do Movimento não constituem isolamento ou anulação das anteriores, mas complementos de uma entidade em constante transformação.

### **5.3 MST: estrutura e organização**

O MST tem características dinâmicas em sua organização, fator que resulta em constantes mudanças e ampliações de sua estrutura permanente (NAVARRO, 2002).

Segundo Lopes (2004), a incorporação de novos elementos e princípios implica alterações que acompanham o momento vigente de acordo com as necessidades impostas pela conjuntura política e social.

Conforme esclarecem Dal Ri e Vieitez (2004), os filiados ao Movimento se encontram a ele vinculados não apenas por ideologia e funções políticas, mas também por se encontrarem integrados a alguma de suas estruturas organizacionais de base.

Ao analisarmos os estudos de Fernandes (1994, 1999) e as “Normais Gerais e Princípios Organizativos do MST”, construídos após os Congressos Nacionais (1985, 1990, 1995, 2000, 2007 e 2014), percebemos que o Movimento mantém uma estrutura sem um nome principal, como diretor, presidente ou gerente. Sua formação estrutural é hierárquica e coletiva, tendo como principal órgão de decisão o Congresso Nacional, seguido pelo Encontro, a Coordenação e a Direção Nacional.

Para tanto, todos os seus membros que formam os órgãos de direção e mantêm o vínculo ao Movimento, têm a obrigatoriedade de estarem ligados a um núcleo de um assentamento, que seria o nível da base do próprio MST (2016).

A formação dos núcleos e a importância dos membros estarem nucleados, não importa a função que cumpram dentro do Movimento, está presente desde a primeira publicação das normas e orientações do MST, em 1988, até a última em 2016.

No Quadro 3, a seguir, apresentamos as instâncias organizativas do MST, conforme determinação do 6º Congresso:

Quadro 3 - Organização das Instâncias Organizativas do MST

INSTÂNCIA ORGANIZATIVA	ATRIBUIÇÕES
Congresso Nacional	Sendo a instância máxima do Movimento, o Congresso reúne militantes de todos os estados em que atua. Tem como objetivo fixar as linhas políticas gerais e a mobilização da práxis em prol da Reforma Agrária, além de um momento de confraternização dos trabalhadores rurais sem-terra. No Congresso, é obrigatória a participação de 50% de mulheres.
Encontro Nacional	Com realização a cada dois anos, conforme determinação da Coordenação Nacional, o Encontro recebe as propostas dos Estados e define as plataformas de lutas de acordo com a conjuntura vigente. Também encaminha para as outras instâncias do Movimento as decisões a respeito da política nacional e homologa a Direção Nacional.
Coordenação Nacional	Suas competências são: zelar pela aplicação dos princípios e tomar as decisões políticas de caráter nacional que afetam o Movimento; assumir publicamente a representatividade do Movimento; promover a articulação com outros movimentos; estimular e acompanhar o Movimento em novos estados. A Coordenação Regional é formada pelos membros da Direção Nacional mais dez indicados de cada estado, dois de cada Coletivo, e com os Setores Nacionais, os integrantes do Grupo de Estudos Nacionais, coordenadores das Escolas Nacionais do Movimentos e dos Escritórios e da Secretária Nacional. Não existe distinção de cargos dentro da Coordenação Nacional, sendo que todos os integrantes possuem igual poder.
Direção Nacional/Secretaria Nacional	Pensar, discutir e propor as linhas políticas do Movimento. Garantir a execução dos direcionamentos determinados no Congresso Nacional e a unidade do Movimento. Promover estratégias de ações a serem direcionadas para a Coordenação Nacional. Desenvolver estudos e soluções aos deveres políticos e práticos do Movimento. Assegurar a atuação dos setores e coletivos do Movimento. Elaborar métodos de trabalho, organização e promover a formação política continuada. O mandato da Direção tem duração de dois anos e é composta por um homem e uma mulher de cada estado e dos setores de Frente de Massa e de Produção, mais um dirigente de cada Setor e Coletivo, um coordenador de cada Escola e espaço nacional e o Grupo de Estudos Agrários. A Direção Nacional tem a obrigatoriedade de realizar quatro encontros durante o ano civil.
Coordenações Regionais	O MST é formado por cinco regionais, sendo a Amazônica (PA, MA, TO e RR), a Centro-Oeste (RO, MT, MS, GO e DF), a Sudeste (ES, MG, RJ e SP), a Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE e PI) e a Sul (PR, SC e RS). Tendo como ponto principal auxiliar os estados, as Coordenações Regionais promovem encontros anuais com a Direção Nacional, visando uma unidade nacional, a discussão dos encaminhamentos e o debate das questões regionais específicas.
Instâncias Estaduais	As instâncias nacionais têm como atributos estruturar o movimento com similaridade com as Instâncias Nacionais, promovendo o Encontro Nacional, os Setores e Coletivos e instituindo a Coordenação Direção Estadual.
Núcleos	O núcleo no MST é composto por 10 a 15 famílias e forma um espaço de discussão sobre as preocupações dos assentamentos e acampamentos. Dentro do núcleo, as pessoas são determinadas a exercer uma função segundo os setores existentes na estrutura do Movimento, por exemplo: setor de educação, saúde, coletivo, produção e outros.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MST (2016).

Além das Instâncias Organizativas do MST, temos os setores e os coletivos. Os setores que fazem parte da Organização Interna têm como objetivo fortalecer a organização do Movimento, promover a unidade nacional e elaborar planos de trabalhos e execução de atividades conforme a sua especificidade (MST, 2016). Já os coletivos são equipes que desenvolvem, planejam e executam trabalhos específicos e não agem em todos os estados por falta de organização; no entanto,

com o seu crescimento e expansão em nível nacional, tendem a tornarem-se setores. Os setores e coletivos nacionais estão diretamente ligados à Direção Nacional e também se reproduzem em instâncias estaduais.

Atualmente, a Direção Nacional é composta pelos seguintes setores e coletivos:

Quadro 4 - Setores e Coletivos do MST

<b>SETORES E COLETIVOS</b>	<b>ATRIBUIÇÕES</b>
Setor de Formação	Responsável pela formação política dos membros do Movimento, promovendo cursos específicos de formação.
Setor de Comunicação	Construir os meios próprios de comunicação, tanto no âmbito interno quanto externo, além de promover o diálogo com outras instituições de comunicação.
Setor de Finanças	Angariar fundos para o Movimento, assentamentos e acampamento, promover a organização financeira e prestar contas.
Setor de Educação	Responder à necessidade dos acampados e assentados em relação à educação formal e não formal; promover atividades de educação permanente; contribuir para a erradicação do analfabetismo; formar educadores conforme a necessidade da educação do campo e promover a Educação Popular.
Setor de Frente de Massas (FM)	Organizar as ocupações e promover as condições para o estruturamento dos assentamentos; administrar a entrada nos assentamentos; desenvolver as manifestações e garantir a segurança dentro dos assentamentos.
Setor de Gênero	Criado na fundação do MST, tem por objetivo garantir a igualdade entre os gêneros, promovendo formações e estimulando a participação igualitária de gênero no Movimento.
Setor de Direitos Humanos (SDH)	Defender juridicamente o Movimento e seus militantes, principalmente contra a sua criminalização e aos processos de Reforma Agrária ligados ao Estado.
Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente	Estabelecer o modelo de cooperativismo nos assentamentos e promover o investimento técnico para o aumento de produção. Dentro deste setor estão inseridas todas as cooperativas do MST.
Setor de Saúde	Pressionar o Estado para a implantação de políticas públicas efetivas aos trabalhadores do campo e efetuar ações de segurança alimentar e de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças.
Coletivo de Juventude	Promover ações de agroecologia, formação técnica, integrar ações do campo e da cidade e manter a memória e as lutas do MST.
Coletivo de Cultura	Promover atividades que valorizem a identidade do movimento e colaborem para as manifestações artísticas do MST.
Coletivo de Relações Internacionais	Articular a luta camponesa, contribuir com as lutas de todos os povos, junto à nossa base social, e reforçar os valores que nos fazem mais humanos e solidários no âmbito internacional.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020) com base em MST (2015, 2020).

Desse modo, o MST foi se estruturando conforme as suas próprias necessidades e as de seus membros. Como exemplo, temos o coletivo de diversidade, que se desmembrou do Setor de Gênero, e o reconhecimento do Coletivo de Arquivo e Memória, que passou a tratar da memória coletiva e da massa acumulada de documentos do Movimento.

As estruturas dos setores são reproduzidas nas instâncias organizativas dos estados e dentro dos assentamentos e ocupações, enquanto que os coletivos estão presentes em apenas alguns estados. Com o crescimento dos coletivos e de sua

estrutura em todos os estados de atuação do Movimento, ele passa a se tornar um setor.

A compreensão das instâncias organizativas, dos setores e dos coletivos nos permite construir um panorama da estrutura do MST e, ao olharmos ao longo do tempo, temos a percepção de constante mudança. Essa transformação interfere diretamente na produção documental e também na estrutura que foi criada.

O conjunto dessa organização, volúvel por suas mudanças e estável em relação à estrutura das instâncias do Movimento, demonstra que a dinâmica de seu organograma foi se alterando. Instâncias organizativas como Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional/Secretaria Nacional e Núcleos mantiveram-se de maneira intacta desde as suas primeiras normas, em 1988, e acrescentaram elementos que foram fundamentais para a sistematização do Movimento, como as Coordenações Regionais e as Instâncias Organizativas.

Em relação aos setores, estes sempre estiveram presentes em sua organização, mas foram ampliados e incorporados conforme as necessidades vigentes. Essa organização e sistematização do Movimento também é essencial para a sua territorialização e para manter o âmbito nacional, como explica Fernandes (1999, p. 161):

Ao se denominar uma forma, procura-se dinamizar aquela ação como procedimento para a construção e consolidação do Movimento, especializando-o na sua territorialização. Do mesmo modo que a atividade é incorporada na forma de organização, também são as pessoas, que podem atuar na coordenação daquela atividade pelo envolvimento, dedicação e destaque que teve no seu desenvolvimento.

Dessa maneira, a todo o momento, o MST está em organização e (re)estruturamento, criando uma dinâmica de composição que se altera, mas mantém as linhas de ação. Portanto, a criação e as mudanças de organogramas estruturais do MST, ao longo do tempo, ocorrem como uma práxis e uma necessidade para sistematizá-lo e organizá-lo.

Em 1994, temos a apresentação de um organograma do Movimento elaborado por Fernandes (1994) em sua dissertação de Mestrado, que tem como título “Especialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo”. Segundo o autor, evidenciava-se da seguinte forma:

Figura 23 - Forma de Organização do MST (1994)



1 - Relações internacionais, 2 - Secretaria Nacional, 3 - Sistema Cooperativista dos Assentados, 4 - Frente de massa, 5 - Educação, 6 - Formação, 7 - Comunicação, 8 - Finanças, 9 - Projetos.

Fonte: Fernandes (1994, p. 75).

O organograma demonstra a forma inicial de articulação no MST para a organização das atividades e necessidades primárias que surgiam. Em razão de seu crescimento e de suas produções sociais, políticas, culturais e informacionais, a estrutura aumentou e exigiu uma nova forma organizacional. As constâncias do Movimento e suas especificidades alteraram constantemente os seus arranjos, muitas vezes motivados pela práxis, o que gerou essa estrutura organizacional.

Em 1999, no livro “A formação do MST no Brasil”, Fernandes trouxe uma nova apresentação da forma de organização do Movimento que, fundamentada na apresentação organizacional de 1994, incorporou outros elementos, considerados fundamentais para a compreensão do MST e de suas produções.

Segue o novo organograma:

Figura 24 - Estrutura Organizativa do MST (1999)

<i>INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO</i>	<i>FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES</i>
CONGRESSO NACIONAL	SECRETARIA NACIONAL
ENCONTRO NACIONAL	SECRETARIAS ESTADUAIS
COORDENAÇÃO NACIONAL	SETOR DE FRENTE DE MASSA
DIREÇÃO NACIONAL	SETOR DE FORMAÇÃO
ENCONTRO ESTADUAL	SETOR DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO ESTADUAL	SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS
DIREÇÃO ESTADUAL	SETOR DE COMUNICAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL	SETOR DE FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE ASSENTAMENTOS E COORDENAÇÃO DE ACAMPAMENTOS	SETOR DE PROJETOS
	SETOR DE DIREITOS HUMANOS
	SETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
	SETOR DE SAÚDE
	COLETIVO DE MULHERES
	COLETIVO DE CULTURA
	ARTICULAÇÃO DOS PESQUISADORES
	MÍSTICA

Fonte: Fernandes (1999, p. 235).

No organograma apresentado em 1999, encontramos elementos como articulação dos pesquisadores e místicas<sup>23</sup> que, posteriormente, passaram a ser designados como “Métodos de Organização Social” (MST, 2016, p. 46). Estes compreendem a forma de trabalho na base e as relações com o público externo.

A dinâmica do Movimento, cujos coletivos se transformam em setores e, em seguida, em secretarias ou em suas extinções, foi apresentada em ambos os organogramas. A continuidade do processo mostra o procedimento formativo do MST e sua organicidade, constituídos de experiências do cotidiano. A produção e a difusão das informações e saberes criam novos organogramas.

Para Lopes (2004), tais ações cultivam a diligência do Movimento em se reinventar política e organizacionalmente de acordo com a conjuntura vigente e as suas pautas de lutas. Criam, assim, características de constantes alterações, proatividade e continuidade intensa em suas produções informativas, educacionais, sociais e políticas.

<sup>23</sup> “A mística, designação empregada pelos sem-terra, consiste em acontecimentos sócio-políticos que se manifestam em práticas discursivas e não-discursivas através das quais os sem-terra identificam-se e reidentificam-se com os saberes do MST. Esses rituais simbolizam uma forte economia coletiva do desejo, atualizando a memória de suas lutas em contraposição a saberes-outros, oriundos de campos diferentes e/ou adversos da sociedade.” (INDURSKY, 2014, p. 110).

Nessa perspectiva, em janeiro de 2008, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), administrado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário (NEAD), reconhecendo a importância do acervo do MST locado no CEDEM, financiou o projeto de organização e disponibilização do acervo.

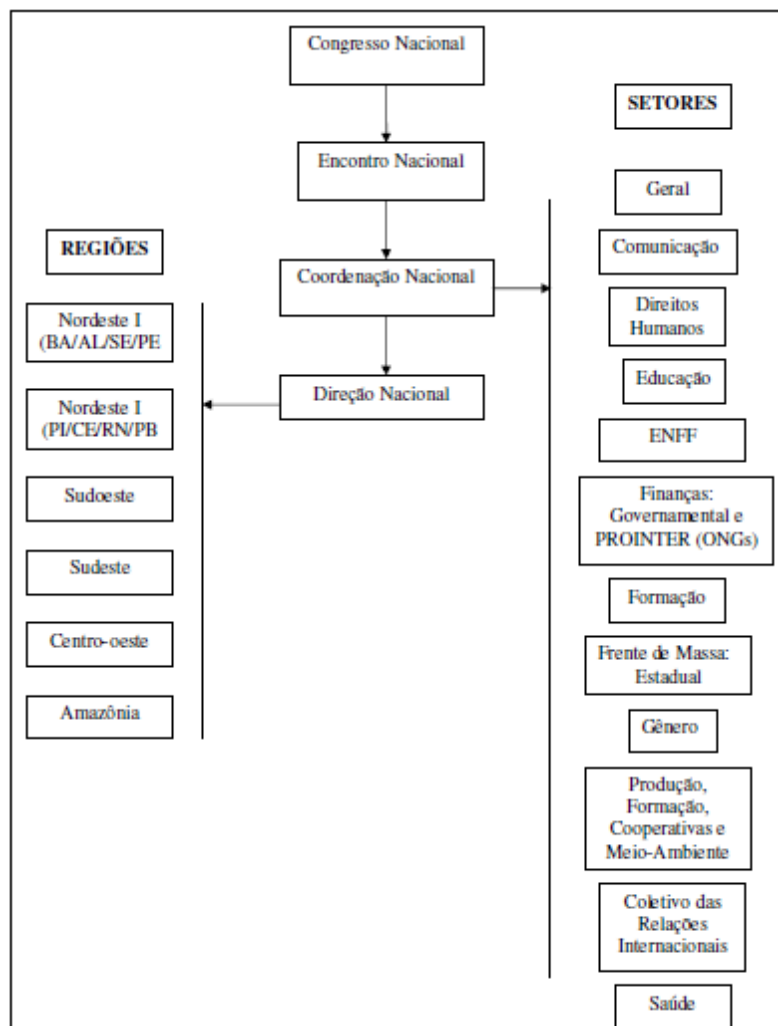
Tal projeto foi elaborado pelo grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)”, sob a coordenação de Fernandes e Clifford Andrew Welch. As orientações técnicas do projeto ficaram sob a orientação de Andrea Francine da Secretaria Geral do MST, Solange de Souza do CEDEM/UNESP e Marcos Antônio da Rocha da FUNDACTE/UNESP.

O projeto foi concluído em julho do ano subsequente ao seu início e teve como um de seus resultados a organização de quase três mil documentos, publicações, cartazes, teses e vídeos, bem como a produção de um plano classificatório. Este trabalho, além de priorizar a organização do acervo e capacitar militantes camponeses na área de preservação da memória, também foi fundamental para a criação de um arranjo documental e uma metodologia para a ordenação dos documentos.

As ações de exploração e análise do MST viabilizaram a criação do plano de classificação que dividiu o acervo em 15 grupos, 33 subgrupos e 83 séries. Para esta organização, no ano de 2005, foi criado um organograma dentro do Projeto de Preservação da Memória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tinha por intuito identificar as atividades do MST e colaborar para a criação dos grupos e subgrupos dentro do plano de classificação.

No trabalho realizado em 2008 e anteriormente apresentado como momento fundamental para a organização do acervo do MST locado no CEDEM, temos o seguinte organograma:

Figura 25 - Estrutura Organizativa do MST (2008)



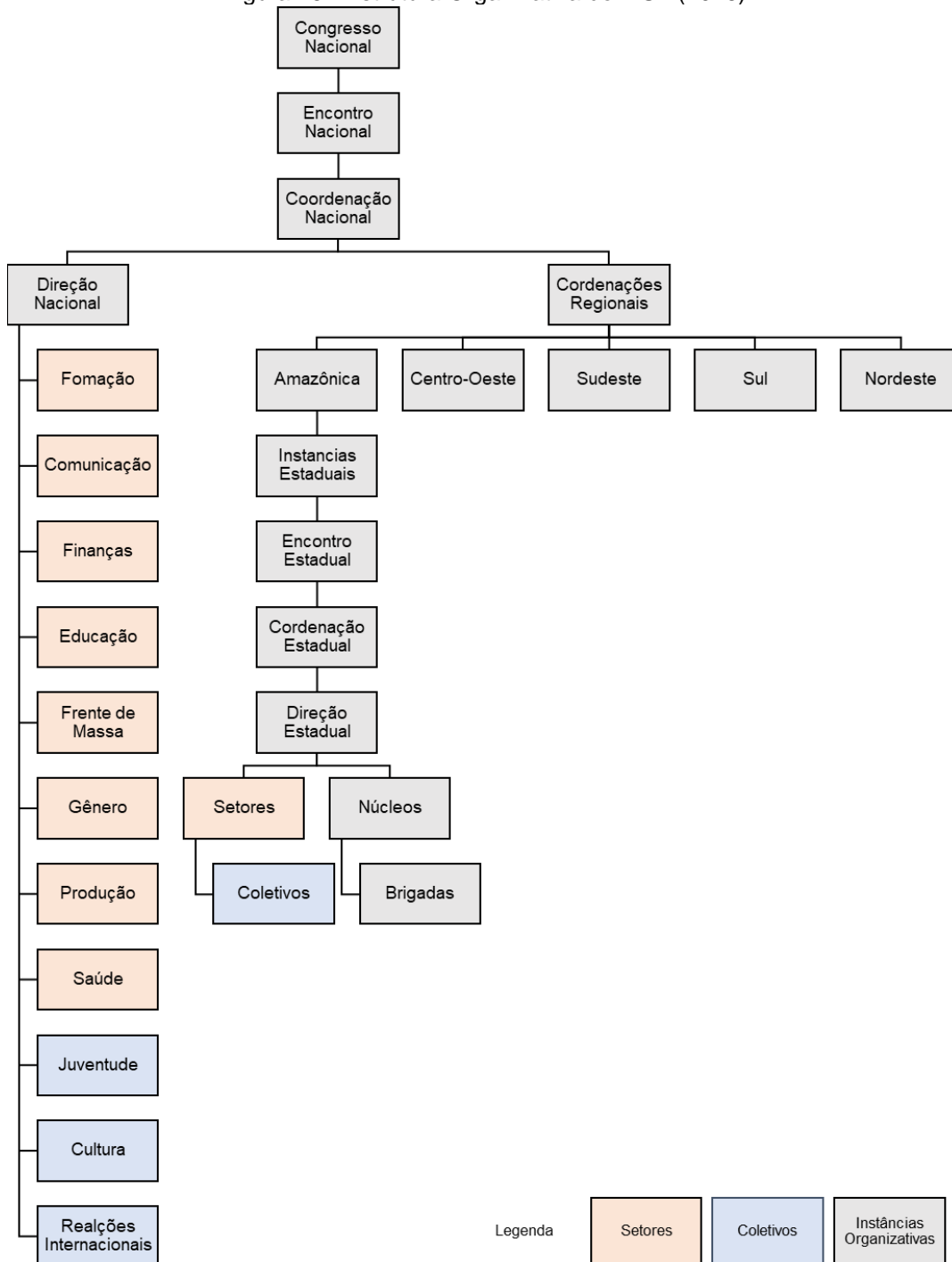
Fonte: Welch e Fernandes (2008, p. 91).

Este organograma foi fundamental para estabelecer um reconhecimento da forma de organização do movimento e propor a criação de um arranjo de documentos sobre o MST locado no CEDEM.

Atualmente, os documentos permanecem em excelentes condições, tanto em acondicionamento físico quanto organizacional. Mesmo sendo necessário pensar e repensar diariamente as técnicas arquivísticas, ressaltamos que o projeto de “Organização e Disponibilização de Parte do Acervo Documental Produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” foi de suma importância para a produção de conhecimentos, principalmente na área das ciências humanas, e pelo pioneirismo de se pensar na organização de acervos de movimentos sociais sem uma estruturação administrativa tradicional, como a de sindicatos ou partidos políticos.

Para tanto, analisando as alterações do Movimento ao longo do tempo, com base na última versão das “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST”, publicada em 2016, podemos organizar o organograma do MST e o utilizarmos em cruzamento com os demais para estabelecermos um arranjo funcional e/ou estrutural para a organização do acervo. O organograma assim se apresenta:

Figura 26 - Estrutura Organizativa do MST (2016)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020) com base nas Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST (2016).

Cabe ressaltar que a estrutura apresentada nas coordenações é reproduzida em todas as regionais e, sobretudo, nas instâncias estaduais. Além da estrutura nacional, temos cinco estruturas regionais e vinte e quatro estaduais, formando uma organização dinâmica, ampla e complexa.

Os dados para a constituição do último organograma foram baseados na versão final disponível das “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST”, os quais podem ter sofrido alterações; porém, não foram ratificados pelas Instâncias Organizativas.

Além dos elementos organizativos apresentados - instâncias organizativas, setores e coletivos -, o Movimento também tem em sua estrutura uma organização interna que conta com o Conselho Fiscal, responsável pela transparência dos recursos financeiros e demais recursos e patrimônios, e o Conselho de Disciplina que zela pelo cumprimento das linhas políticas e internas do Movimento. Este último averigua as denúncias de seus membros contra os princípios morais do MST, propondo as medidas de inocência ou culpabilidade que, necessariamente, serão julgadas pela Direção Nacional (MST, 2016).

Dessa maneira, percebemos um multidimensionamento da organização do Movimento, dado pelos fatores históricos e sociais, os quais impulsionam ações que ultrapassam as questões do direito à terra e a reforma agrária em direção a mudanças estruturais no campo, nas áreas da saúde, educação, assistência social e sustentabilidade, refletindo diretamente na vida urbana e no projeto de desenvolvimento do país.

O MST corresponde a um movimento social que forma uma entidade fortemente organizada e com uma estrutura coletiva que mantém a organicidade de seu funcionamento, de suas ações pautadas em princípios e de sua identidade social, tendo em vista os objetivos do Movimento. Como explica Bogo (1998, p. 131):

[...] é fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação.

Apesar do MST ser um movimento social que não segue a institucionalização típica das entidades públicas e privadas, tem uma estrutura administrativa e

burocrática definida. Essa estruturação foi construída a partir de experiências do próprio Movimento e de acordo com as necessidades impostas pela conjuntura vivida.

No entanto, embora dinâmica e especificidade sejam características do MST, assim como de outros tantos movimentos sociais, podemos perceber que este possui um trajeto funcional em sua forma organizativa. Desde 1984 até os dias atuais, ao analisarmos suas ações e documentos, percebemos que a atuação do Movimento ocorre seguindo uma lógica própria, que se faz no cotidiano do coletivo e de seus militantes.

## 6 MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS ARQUIVOS: ESTUDO DO MST

*“Acreditamos na necessidade de se construir um Brasil mais digno com justiça social, com soberania popular. E para isso a reforma agrária é uma ferramenta fundamental. Seguimos praticando e cultivando valores que nos permitem construir uma sociedade mais humana.”*

*Ceres Hadich*  
(MST, 2022, não paginado)

Estudar o arquivo do MST e suas atividades de produção documental é um exercício que busca reconhecer a ampla diversidade de tipos documentais e as particularidades de um movimento que possui ações dinâmicas e constantes.

Ao realizarmos um recorte na pesquisa que determine os estudos dos documentos no Setor de Educação, especificamente locados no CEDEM, estabelecemos uma análise contextualizada que, apesar de seus limites, tem significativa representação, seja pela importância da educação dentro do Movimento ou pela expressão de um lado da história do país, de educadores e educandos que construíram possibilidades e alternativas para além do sistema no qual estão inseridos.

Portanto, o recorte realizado no estudo de caso apresentado busca dimensionar a produção e os tipos documentais de um setor intrínseco ao MST que constitui a maior parte dos documentos do arquivo locado no CEDEM. Com isso, construímos um referencial para pensar a produção documental de outros setores do próprio Movimento, bem como de outros movimentos sociais. Ademais, buscamos auxiliar em outras funções arquivísticas, como arranjo, descrição, acesso e avaliação.

Face ao exposto, antes de adentrarmos os estudos dos tipos documentais do Setor de Educação do MST, locados no CEDEM, explanaremos sobre a organização de seu arquivo neste, a sua produção documental e a funcionalidade do Setor, explicando a sua importância para o Movimento.

A compreensão desses itens nos ajudará a entender melhor a aplicação da metodologia para estabelecer os tipos documentais e as particularidades de um arquivo dinâmico e diverso que se constituiu ao longo da história do MST.

## 6.1 Setor de Nacional de Educação do MST

A luta pela terra trouxe ao Movimento uma ampliação em suas frentes ao integrar outros direitos às pautas de reuniões, congressos e encontros. Em 1987, foi criado o Setor Nacional de Educação, que tinha como proposta dois eixos principais: a luta pelo direito à educação e a construção de uma nova pedagogia, formulação que resultaria na “Proposta de Educação do MST” (CALDART, 1997).

Criou-se uma proposta pedagógica focada no sujeito e em sua realidade, cujo objetivo é “[...] apreender as contradições e tensões que estão na realidade que a produziu e que a move, e que ela ajuda a produzir e mover; que estão no ‘estado da coisa’, afinal, e não apenas nas ideias ou entre ideias sobre o que dela se diz.” (CALDART, 2009, p. 38).

Nesta construção conceitual, a educação parte de atos reflexivos e socialmente construídos. Ao analisamos as propostas pedagógicas apresentadas pelo MST, verificamos a ênfase na coparticipação ativa dos sujeitos envolvidos no sentido de não apenas receberem a informação, mas a codificarem, interpretarem e transmitirem de maneira dialética.

A educação sempre foi uma prioridade para os membros do MST. Por essa razão, como exposto anteriormente, o setor de educação foi criado em âmbito nacional após três anos de fundação do Movimento, com uma proposta que se desenvolveu a partir de dois eixos complementares: a luta pelo direito à educação.

Depois de analisar o processo histórico de formação do setor de educação dentro do MST, no qual teve participação ativa, Caldart (1997) formulou alguns princípios que direcionam para uma Educação do Campo em seus assentamentos, com destaque para os seguintes itens:

- 1) A educação que nós queremos/precisamos não acontece só na escola.
- 2) Nossa luta é por escolas públicas de qualidade.
- 3) Trabalhamos por uma escola que assume a identidade do meio rural.
- 4) Valorizamos as educadoras e os educadores.
- 5) Profunda crença na pessoa humana e na sua capacidade de formação e transformação.
- 6) Acreditamos numa educação que valorize o saber dos/as educandos/as.
- 7) Queremos educar para a cooperação.
- 8) Um currículo organizado com base na realidade e no seu permanente movimento.
- 9) Criação de Coletivos Pedagógicos.
- 10) Uma educação que (se)alimente (d)a Utopia.
- 11) Enquanto seguimos a luta pelos nossos direitos já começamos a trabalhar com eles.

O MST instituiu em seu projeto pedagógico o “[...] contraponto aos processos de exclusão social e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos” (CALDART, 2001, p. 209). Trouxe consigo o princípio da pedagogia em movimento e o movimento da pedagogia, que trabalha a integralidade do indivíduo e a prática radical de humanização com um sentido amplo e profundo da educação continuada, não apenas nas relações dentro da escola, mas reconhecendo os elementos edificantes existentes no ensino/aprendizagem no cotidiano.

Podemos pensar no próprio Movimento como um processo educativo (CALDART, 2001) no qual o educando se utiliza da modalidade de Educação no Campo em um processo específico para uma educação que contemple as realidades de cada sujeito e fortaleça a autonomia e a criticidade. A pedagogia do MST poderá ser estendida para a educação em outros locais e momentos do campo brasileiro, construindo-se dentro da práxis social.

O processo educacional dentro do MST assumiu não apenas a função de transmitir informações, mas de desenvolver um currículo que abrangesse as necessidades de uma Educação no Campo e contribuísse para a formação de sujeitos capazes de colaborar com a construção de uma nova possibilidade societária (BAUER, 2016). Um currículo nestes moldes não pode ser construído de maneira homogênea e carece de elaboração democrática, capaz de respeitar aspectos sociais, culturais, geográficos e temporais.

Nessa perspectiva, para compreendermos o Setor de Educação do MST e sua pedagogia, buscamos entender a dinâmica educacional para além da escola. O Setor e a Pedagogia são construídos em um processo histórico e dinâmico, produzidos por sujeitos ativos nas ações educacionais do Movimento. Assim, reforçamos a ideia da pedagogia do movimento, que se articula entre o conhecimento, os educandos e os educadores de maneira constante e com particularidades que respeitam e reafirmam a diversidade do MST.

O Setor de Educação estabeleceu um movimento sociocultural, através da produção de conhecimentos e informações, que tem sua constituição na vivência coletiva do Movimento ou nas experiências individuais de seus membros. Com isso, o processo educacional é incorporado como parte essencial e sua funcionabilidade é interligada à própria finalidade do MST.

## 6.2 Os Arquivos para o funcionamento dos Movimentos Sociais

De acordo com as informações contidas nos documentos produzidos e acumulados pelos movimentos sociais, temos a percepção de que os arquivos são essenciais para o funcionamento das entidades, principalmente para a estruturação e a realização das atividades, para o cumprimento de suas finalidades. Para tanto, além de transportarem informações, também possuem componentes estruturantes que permitem a gestão integrada da informação.

Segundo Rousseau e Couture (1998), temos como componentes para a gestão integrada, como primeiro programa, a informação orgânica, a criação, a difusão e o acesso. Em seguida, será feita a classificação e a recuperação da informação e, por fim, a sua proteção e conservação. Com estes elementos, temos o registro adequado da informação, o descarte de dados inúteis, a classificação em um sistema eficaz que acelera a troca de conhecimentos e representa a funcionalidade da entidade, bem como a proteção e a conservação de documentos cruciais para a história, a memória e a identidade coletiva.

Para demonstrar a importância e a ligação desses componentes na composição dos arquivos, apresentamos abaixo a Figura 27:

Figura 27 - A arquivística: uma disciplina que permite a gestão integrada da informação orgânica

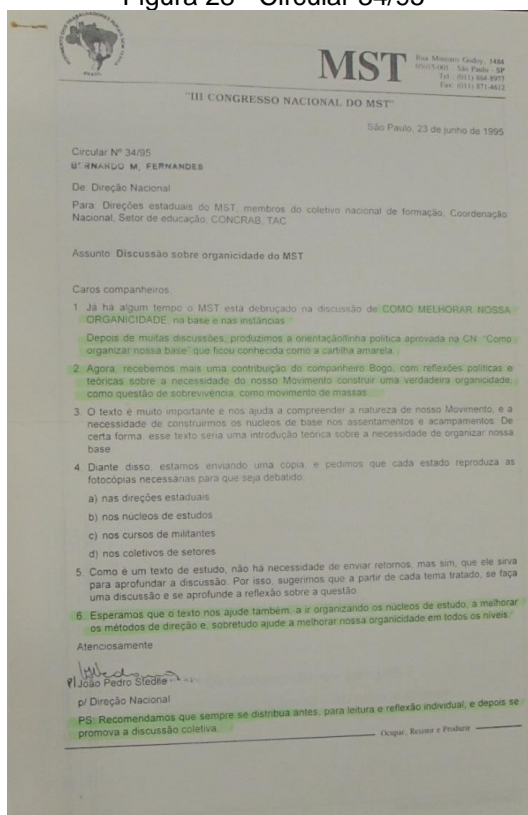


Fonte: Rousseau e Couture (1998, p. 67).

Ao observarmos os componentes apresentados por Rousseau e Couture (1998) e os interligarmos com o funcionamento do MST, perceberemos a importância da gestão integrada da informação orgânica para o seu funcionamento, principalmente no que se refere a uma comunicação eficaz, interna ou externamente. Um movimento social com aproximadamente 400 mil famílias assentadas<sup>24</sup> precisa informar e formar, de maneira continuada, o coletivo, compondo uma rede eficaz de comunicação e de produção documental.

Quanto ao processo de informação, podemos utilizar como exemplo de espécie documental as circulares. Bellotto (1991, p. 94) define circular como “ofício, carta ou telegrama enviado simultaneamente a vários destinatários”. Esta espécie documental é ordinária em órgão público e empresas privadas como meio de difundir uma informação que será útil e envolverá diversos setores, internos ou externos. No MST, as circulares também são documentos corriqueiros, sobretudo entre os membros dos setores e da direção, e, na sequência, difundir as informações entre as brigadas e os núcleos.

Figura 28 - Circular 34/95



Fonte: Reprodução - Acervo CEDEM - Fundo MST.

<sup>24</sup> Fonte: Site do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-producao/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

Observando a Circular nº 34/95 do MST, percebemos que a estrutura do documento segue padrões utilizados nos setores públicos e privados. Porém, como fator importante para entender a produção e o uso documental do Movimento, notamos a existência de uma sequência serial de documentos, com padrões definidos, sinais de validação e destinatário. Esse exemplo de documento, além de demonstrar a espécie, também evidencia a atividade geradora que, no caso apresentado, envolvia discutir a organicidade do MST.

### **6.3 Produção documental: pensando o uso funcional**

A produção documental, que dá origem ao próprio documento, demonstra a funcionalidade e a estrutura organizacional, quer da instituição constitucionalmente estabelecida no âmbito jurídico quer dos movimentos sociais. Isso porque a criação do documento é uma necessidade de todas as entidades coletivas, especialmente para o exercício do poder ou para a execução das atividades para as quais o órgão tem a finalidade de existir.

Essa produção tem como um de seus intuitos garantir uma eficaz gestão documental, demonstrando o exercício de uma atividade no âmbito político, administrativo ou normativo do Movimento. Desse modo, a criação do documento não é um fim em si mesmo, mas uma maneira singular de estabelecer critérios e padronizações para a transmissão informativa.

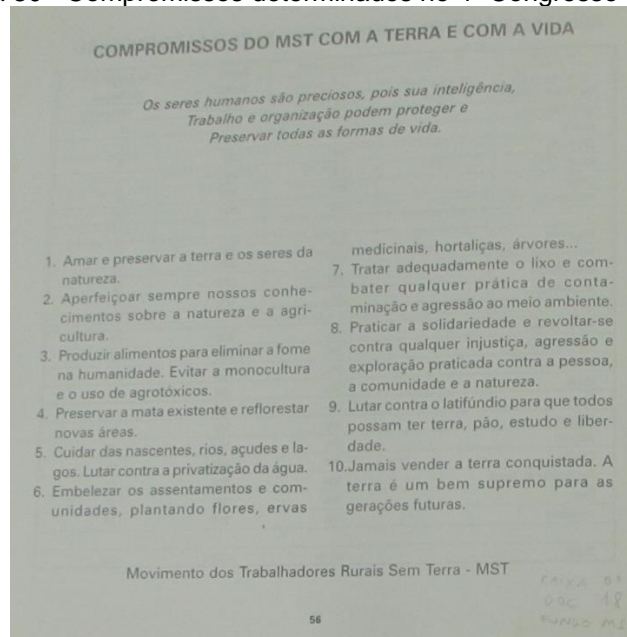
As ações da entidade tendem a orientar os processos executivos das instâncias de poder superior para a ramificação em outras categorias do Movimento. Para exemplificar esta questão, os documentos conhecidos como “resoluções”, dentro do MST, são produtos dos Congressos Nacionais e determinam, como orientações coletivas, o seu compromisso.

Figura 29 - Resolução do 4º Congresso Nacional do MST (2000)



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM - Fundo MST.

Figura 30 - Compromissos determinados no 4º Congresso do MST



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM - Fundo MST.

Schellenberg (2004) debate sobre a produção documental como um ato de governança, mais especificamente, tratando do caso do Arquivo Nacional dos Estados Unidos da América. No entanto, podemos nos valer de seus apontamentos como base para a reflexão acerca da relação entre a atividade executiva e política na produção documental, quando o autor destaca que:

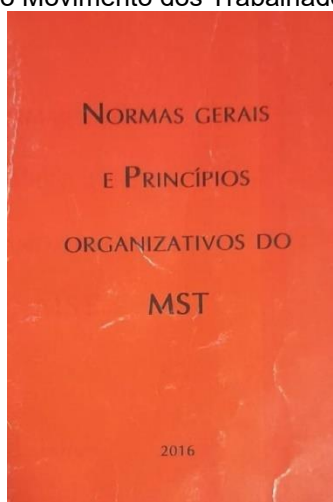
Uma determinada política pode aplicar-se ao ato de todo um órgão ou restringir-se aos de uma de suas partes. Tanto pode aplicar-se às atividades auxiliares como as atividades-fim. Os atos de ordem executiva decorrem das diretrizes políticas. As diferenças entre atos 'executivos' e 'político' não é perfeitamente definida, pois em geral as decisões políticas são tomadas, em razão de um caso particular que se apresenta [...]. (SCHELLENBERG, 2004, p. 85).

A particularidade da dinâmica da produção documental dos movimentos sociais, que se dá a partir de conjunturas determinadas e específicas no tempo e espaço, também caracteriza o viés político que interfere diretamente nas decisões neste aspecto. Ao pensarmos que as posições políticas do MST estão estreitamente ligadas às condições sociais, econômicas e administrativas do país, não conseguimos, portanto, distanciar sua produção documental das atividades e atos políticos do Movimento.

De modo semelhante, podemos considerar que, pela forma de organização de um movimento social (no caso do MST, composto por aproximadamente 10 milhões de pessoas), a produção documental estará vinculada aos atos normativos. Estes determinam a estrutura do próprio Movimento<sup>25</sup>, seu funcionamento e, sobretudo, a relação dos membros com a entidade coletiva.

As “Normas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, criadas no final de cada Assembleia Nacional, são essenciais para organizar o Movimento e respeitar sua dinâmica como entidade que se faz no cotidiano dos sem-terra. Nestas, são apresentadas a estruturação dos setores e núcleos, as contribuições financeiras e demais fatores essenciais para o seu funcionamento.

Figura 31 - “Normas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (2016)



Fonte: Reprodução - Acervo MST - Fundo MST

---

<sup>25</sup> Ver Figura 26.

Figura 32 - Sumário das “Normas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (2016)

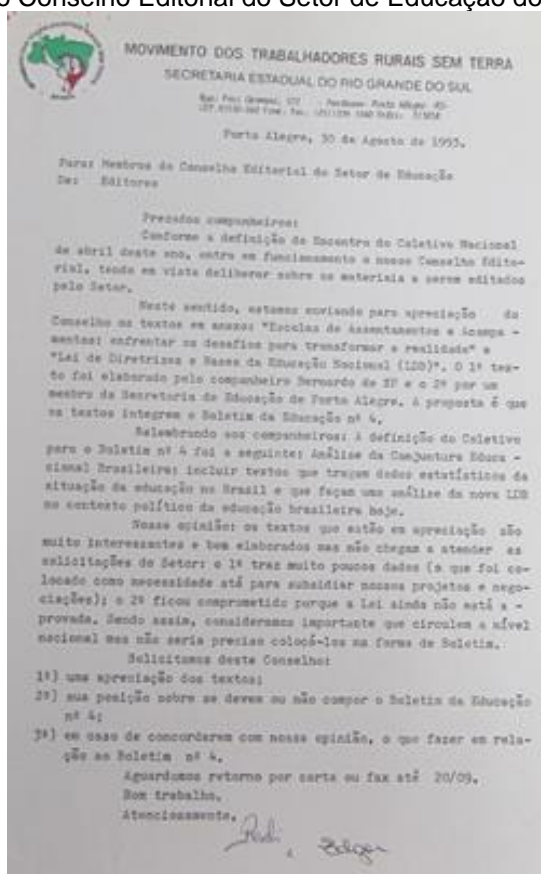
SUMÁRIO	
Apresentação.....	07
1 – Normas gerais do MST.....	09
I. Natureza do MST.....	09
II. Objetivos do MST.....	12
III. Programa de Reforma Agrária.....	13
IV. As instâncias organizativas do MST.....	19
V. Organização interna.....	30
2 – Princípios organizativos.....	43
I. Método de direção política.....	43
II. Método de organização social.....	46
III. Qualidades imprescindíveis de militante social.....	49

Fonte: Reprodução - Acervo do MST - Fundo MST

Ao estudarmos as “Normas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST, 2016), percebemos a organização do Movimento frente a sua divisão, como, por exemplo, as estruturas de setores, coletivos, brigadas, direções, núcleos e outros. A elaboração deste documento aponta as finalidades do Movimento, seus membros, a composição e funções da Diretoria, as condições de convocação da Assembleia etc. Cabe ressaltar, ainda, que sua elaboração é realizada durante a Assembleia Nacional do MST e possui caráter contínuo, ou seja, mantém uma série de produções conforme o acontecimento das assembleias.

No entanto, documentos produzidos em outras instâncias do MST também representam seus aspectos políticos e normativos, como a serialidade de carta de solicitação enviadas dentro do Setor Nacional de Educação, que mostram atividades específicas de um setor do Movimento. Podemos, neste caso, analisá-lo como um documento produzido com finalidade política.

Figura 33 - Carta ao Conselho Editorial do Setor de Educação do MST (30 ago. 1993)



Fonte: Reprodução - Acervo CEDEM - Fundo MST.

Ressalta-se, ainda, que os documentos de arquivos produzidos dentro dos movimentos sociais, no caso específico do MST, como os recibos de pagamentos, registros de correspondência, atas de reunião de setores e demais documentos que assinalam a realização de atividades integradas com as atividades-fim e as atividades-meio, que surgem da missão do Movimento e seus setores, coletivos, núcleos e demais instâncias de poderes.

Dessa maneira, ressalta a importância da compreensão do contexto do documento, como explica Cook (2018, p. 69-70) acerca do ato de produzir documentos na contemporaneidade:

Com todas essas mudanças, o foco teórico (e prático) da arquivologia se transfere do documento para o ato de produção documental, ou a intenção do produtor, ou o contexto funcional do registro. Esse novo paradigma arquivístico substitui o tradicional foco intelectual no documento físico – aquilo que está sob nossa efetiva custódia física nos arquivos – por um novo foco no contexto, propósito finalidade e inter-relação, funcionalidade e transparência do documento, seu produtor e seus processos de produção onde que estes ocorram.

Ao promovermos essa análise da produção documental do Setor Nacional de Educação do MST, identificamos que a função do setor se reproduz dentro das

atividades - meio ou fim - com finalidades políticas, normativas ou executivas, focadas principalmente no contexto e função.

Sendo assim, percebemos que os documentos de movimentos sociais - no caso exemplificado e estudado do MST, em especial - desenvolvem competências da entidade coletiva e demonstram a preocupação em assegurar uniformidade, seja nas relações estruturais do documento, como nas circulares e atas de reuniões, ou em seu conteúdo, apresentando um posicionamento ideológico e político que representa o pensar coletivo do Movimento.

Com tudo isso, percebemos que os documentos de movimentos sociais retratam o momento em que foram criados e aparam futuros atos, no que se refere ao seu valor probatório e também de permitir a recuperação de informações no campo do valor histórico e informacional. Isso porque o documento social, enquanto produto social, está vinculado à função pela qual foi criado e pela sua unicidade dentro de um conjunto que contextualiza sua gênese e existência.

Por essa razão, os documentos produzidos dentro do MST são registros das ações do próprio Movimento, mas realizados sem uma reflexão, técnica e intelectual, que auxiliará em seu desenvolvimento; ademais, não serão usados como instrumentos políticos, normativos e executivos de sua gestão e condução.

#### **6. 4 O uso dos documentos dentro dos movimentos sociais**

O estabelecimento de procedimentos para a elaboração de documentos dentro dos movimentos sociais pode colaborar com a entidade produtora, visando a função do registro. Nos movimentos sociais, existe um tipo de uso em que os documentos devem estar claros e assim alcançar com eficácia o objetivo para o qual foram criados.

Segundo Bellotto (2014, p. 179-181), os usos dos arquivos e documentos podem ser praticamente três:

Uso prático – quem o realiza: o administrador, o jurista, o profissional. Ele é operativo, corresponde a ações (ou informação para ações). Tem sentido administrativo, jurídico, técnico e profissional.


Uso popular – quem o realiza: o cidadão comum. Ele é informativo correspondendo a conhecimento (sentido cultural) ou informação (caráter pessoal, direitos)

Uso acadêmico – quem o realiza: o pesquisador em geral, historiador. Ele é especulativo, corresponde a ideia a partir das informações obtidas no documento, para análise e ‘explicação’ da história. Esse uso pode ter caráter científico (pesquisa) ou sociocultural.

Bellotto (2014) parte, principalmente, de arquivos institucionais e pessoais. Ao estudarmos suas considerações e pensarmos nos arquivos e documentos de movimentos sociais, percebemos que, no uso prático, também temos os membros que formam suas ações como realizadores e o sentido dos processos de formação. No campo do uso acadêmico, por mais importantes que sejam as pesquisas realizada por historiadores, outras áreas ainda têm atuação fundamental, como as ciências sociais. No caso específico do MST, os arquivos também são objetos de estudos para outros campos, como a Geografia, a Agronomia, a Zootecnia e a Economia, além de protagonista nas produções de caráter científico e sociocultural.

Diante disso, temos a necessidade de pensar a pluralidade dos documentos no Movimento, o que significa compreender que sua gestão confere procedimentos específicos, constituídos sob a lógica da própria entidade produtora. Com isso, o uso dos documentos tem como uma de suas principais funções a organização e a normatização das atividades. Os documentos produzidos pelo MST demonstram especificidades que se dão por condições e momentos específicos na produção.

Figura 34 - Programação do 1º Encontro Estadual dos Jovens do MST (ago. 1997)



Programação do 1º Encontro Estadual dos Jovens do MST				
09 à 12 de Agosto de 1997				
Dias	09/ago	10/ago	11/ago	12/ago
Manhã		☞ Afetividade & Sexualidade	☞ Questão de Gênero e Raça ☞ Conjuntura Agrária	☞ Leitura e aprovação da pauta de reivindicação ☞ Como dar seguimento a organização dos jovens do MST/MS
Tarde	☞ Chegada dos Jovens	☞ Valores Culturais, Éticos e Morais	☞ Estratégia do MST ☞ Trabalhos de Grupos: propostas para elaboração da pauta de reivindicação e continuidade na organização dos jovens do MST/MS	☞ Marcha ☞ Audiência no INCRA ☞ Ato Político
Noite	☞ Mistica de Abertura do Encontro	☞ Noite Cultural: Apresentação artística dos jovens do MST/MS e convidados	☞ Noite Socialista	☞ Show cultural

Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM - Fundo MST.

A “Programação do 1º Encontro Estadual dos Jovens do MST” faz parte de todo um planejamento para a realização de uma atividade e representa um evento de grande importância, momento em que os sem-terras discutem com suas

juventudes temas pertinentes às faixas etárias e mantêm o papel formativo sobre a função do Movimento e sua organização.

Além do uso dos documentos ser essencial na organização dos movimentos sociais, também assegura o acesso à informação quando e onde esta se fizer necessária, seja para os membros da entidade ou para o público externo. A informação contida nos documentos é utilizada com grande frequência nos processos formativos, educativos, análises de conjuntura e demais atividades que auxiliam na estruturação política, ideológica ou executiva do Movimento.

Sobretudo no Setor Nacional de Educação do MST, podemos observar a importância de uma formação continuada que tem no uso documental papel essencial para a difusão tanto de temas específicos, como saúde, economia, agroecologia e outros, quanto na formação de lideranças para estruturar e realizar o cumprimento do MST como movimento social.

Figura 35 - Correspondência destinada ao Coordenador Nacional do Setor Nacional de Educação do MST (19 fev. 1994)

TEIXEIRA DE FREITAS, 19 de Fevereiro de 1994

Prezado companheiro Rigar

Estive refazendo as anotações e resolvi escrever para vocês sobre algumas impressões que se parecem salutares ao NCJ af di estado e por não ter o endereço da secretaria envio-as para voce encaminhar para a direção estadual.

Não se trata de um documento é mais uma carta então penso que talvez não necessite tirar cópias porque é possível ler de forma coletiva. Fiz algumas emendas a caneta então é de certa forma um rascunho, mas como não tenho secretária e nem uma máquina velha e senos ainda tempo vai assim mesmo. Se voce por acaso passar a limpo (se quiserem mais cópias) aproveite para corrigir os erros e depois se envie uma cópia pois este é o original juntamente com as observações reações ou os silêncios que surgirem na leitura destas pobres anotações.

- Estou elaboran uma proposta dentro daquela linha de "política de quadros" que discutiremos em abril, pelo menos é possível vislhar algumas saídas, dependerá de nossa capacidade.

Se der tempo escreverei algumas músicas a mais para voce avaliar em abril, mas venha preparado para gravar, faremos uma rodala geral.

Se voce tiver um tempo discuta com os companheiros do curso prolongado que eles ficaram para preparar dois capítulos mas o livro é um erro hol e aproveite para pegar uma cópia que acho que é bom também para o setor de educação, parece ser o "manual" mais completo nesta área.

Se mais, gostaria de agradecer a cortesia e refinar o convite que voce venha para nosso estado e talvez para o nordeste ajudar a nos desafogar ou então ajudar a afogar nossas náguas

De forte abraço

Ademar Bogo

Fonte: Acervo CEDEM - Fundo MST.

Na correspondência acima, escrita por Ademar Bogo, uma das principais lideranças do MST, verifica-se como os documentos são utilizados para expressar determinado posicionamento (ou alteração) diante das atividades realizadas no Movimento. Representa-se o início de uma discussão sobre necessidades do Setor Nacional de Educação e em sua estruturação.

Dessa maneira, podemos inferir que o uso dos documentos no MST possui uma função importante em sua própria organização e formação, em âmbito político, normativo e executivo.

Espécies documentais utilizadas em arquivos privados e estatais também são encontradas no acervo do MST. A comprovação de atividades, nomeadamente em relação aos aspectos financeiros, é rotineira, como, por exemplo, comprovantes de pagamentos, registros de envios de correspondências e outros.

Figura 36 - Série documental Fichas de Despesa de Viagem (1995)

The figure displays six individual travel expense vouchers (Fichas de Despesa de Viagem) from 1995, all issued by the Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA. Each form is filled out with handwritten information. The vouchers are arranged in two rows of three.

Nº	Nome	Destino	Motivo	TOTAL R\$
0003	Deia Costa Caccaro	SP para Poa/les	Curso Iteades	38,00
0004	Ana Claudia P. Silva	SP para PE	Curso Iteades	120,00
0005	Luiz Carlos de Lima	SP para Itui/les	Curso Iteades	27,00
0006	Neusa M. Girelli	SP para Itui/les	Curso Iteades	27,00
0007	Edna Rodrigues de Araujo	SP para Ribeira dos/Itui/les	Curso Iteades	49,00
0008	Marcia Brea	SP para BA	Curso Iteades	51,50

Fonte: Acervo CEDEM - Fundo MST.

As fichas de despesas de viagens são comuns em arquivos privados e estatais, como também no do MST, devido a sua importância para provar os recursos gastos em deslocamentos para o cumprimento de atividades, conforme os interesses da entidade coletiva.

Assim, verificamos que os arquivos dos movimentos sociais cumprem um papel dinâmico, ágil e diligente para o funcionamento e a estruturação do órgão, não apenas como mera casualidade, mas como elemento estruturante para o acontecimento das atividades, o cumprimento da função da entidade e a colaboração na formação do Movimento e de seus membros.

### **6.5 A destinação e o lugar do arquivo permanente dentro dos movimentos sociais**

Os arquivos permanentes não são locais apenas de guarda de documentos colecionados segundo interesses pessoais ou com base em habilidades individuais. Antes, constituem-se como órgãos de informações registradas, com valores históricos e comprobatórios, que seguem uma organização racional e sistemática, possibilitando a sua recuperação e contextualização em lugares próprios, adequados, acessíveis e seguros.

Os documentos que cumpriram as funções propostas em sua criação e executadas conforme seu uso passam a ter um valor histórico e mantêm a sua importância para o movimento social. Com isso, temos o entendimento de que o documento tem uma trajetória continuada, desde a sua produção até o seu uso, e, posteriormente, poderá ser recolhido para o arquivo permanente.

Belloto (2013), ao tratar sobre o tema, especificamente em arquivos governamentais, descreve o trajeto que o documento percorre até a sua chegada no arquivo permanente. Explicita que:

A distância entre a administração e a história no que concerne aos documentos é, pois, apenas uma questão de tempo. Isso quer dizer que os arquivos administrativos guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados. Esses documentos são, na realidade, os mesmo de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes. (BELLOTO, 2013, p. 23).

Ao ponderarmos sobre o recolhimento dos documentos e seu uso com valor histórico dentro de um movimento social, notadamente com as dimensões do MST, compreendemos que a existência de um arquivo permanente é essencial. Serve tanto para os momentos de formação e educação quanto para entender a constituição da identidade social do movimento ao longo do tempo, estabelecendo,

desse modo, o uso científico, social e cultural dos documentos. Estes interessam muito aos pesquisadores como objeto de estudo, mas também por demonstrarem a organicidade e a estruturação do protagonismo dos movimentos, quer na produção e organização de suas informações, como também nas suas ações frente ao mundo no qual estão inseridos, particularmente com a temática geradora.

Nesse sentido, percebemos que o arquivo permanente não é um fator do acaso; antes, trata-se de um local com documentos que, no passado, cumpriram uma função dentro do movimento e, no presente, passam a desempenhar outra finalidade. Portanto, o arquivo permanente de um movimento social - e demais entidades coletivas ou indivíduos - não produz documentos para serem históricos, mas para cumprirem funções determinadas no momento da produção.

Segundo Bellotto (2014, p. 27):

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragem aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativos, além de fontes não governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade. De qualquer forma eles terão que contar com todos os elementos possíveis, não apenas os extraídos dos documentos de efeito, pois estes produziram imagens distorcidas dos fatos e dos comportamentos.

Os documentos do Setor Nacional de Educação do MST para os estudos deste trabalho tinham em sua atividade geradora um objetivo definido para o qual foram usados em seu valor primário. Porém, quando recolhidos, passaram ao arquivo permanente com um valor histórico para o estudo da ação do Movimento no tempo passado, mantendo, contudo, valores como: aspectos probatório, informacionais e de registro de ações.

Em carta de 31 de dezembro de 1993, que atualmente está alocada no CEDEM, destinada ao Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e enviada pelo então Coordenador Nacional do Setor de Educação, o Sr. Edgar Jorge Kolling, constatamos que o documento teve como origem realizar um convite para a condução do Curso Nacional de Pedagogia para Professores de Escolas de Assentamentos. O mesmo documento, em seu valor histórico, depois de aproximadamente 30 anos de sua produção, concede informações para refletirmos sobre a preocupação do MST em formar seus educadores, principalmente aqueles que atuavam dentro dos assentamentos e acampamentos.

Figura 37 - Carta destinada ao Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes (31 dez. 1993)

Porto Alegre, 31 de Dezembro de 1993.

Prezado Bernardo:

O Setor de Educação do MST estará realizando no período de 10 a 30 de janeiro de 1994, em Belo Horizonte/MG, a 1ª etapa do Curso Nacional de Pedagogia para professores de Escolas de Assentamento.

Já estão inscritos 70 professores de 19 Estados do Brasil. Pretendemos neste curso estudar os Fundamentos da Educação, Legislação, Alfabetização-Linguagem, Matemática, dentre outros. Além do estudo, iremos dedicar um tempo diário para a produção de literatura infantil.

Conhecendo sua inserção no trabalho educacional junto às Escolas de Assentamento do Estado de São Paulo e também sua experiência na produção de materiais, vimos através deste convidá-lo a participar deste curso como integrante da Equipe de Apoio responsável para conduzir todos os trabalhos.

Sua participação é de fundamental importância para garantir uma maior qualidade no processo de condução do curso bem como no sentido de atingirmos os objetivos no tocante à produção de materiais - tão necessários nas escolas de Assentamento.

Certos de podermos contar com sua presença em nosso curso contribuindo efetivamente para o avanço educacional do trabalho nos assentamentos, aproveitamos o ensejo para enviá-lhe os votos de um ANO NOVO repleto de realizações e profundas transformações que todos almejamos para este país.

Cardialmente

Edgar Jorge Kolling  
Coord. Nacional Setor Educação

Ilmo Professor:  
Bernardo Mançano Fernandes  
Depto de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP  
Campus de Presidente Prudente - SP

Fonte: Acervo CEDEM - Fundo MST.

Entretanto, a carta é apenas parcela significativa referente ao Curso Nacional de Pedagogia para Professores de Escolas de Assentamentos, pois a relação entre os documentos produzidos faz amplo sentido quando estão em série com outros documentos do arquivo, podendo compreender as atividades do Setor Nacional de Educação do MST em suas dimensões, perspectivas e valores.

Como fator essencial para a existência do arquivo e a relação entre os documentos é que estes últimos são produzidos pela mesma entidade coletiva ou pessoa. No caso estudado, concluímos que parte dos documentos têm como procedência o MST, com destaque para o setor de educação e em âmbito nacional, demonstrando, portanto, que se originam de um mesmo órgão e sua existência faz parte do funcionamento e do exercício do Movimento.

Dessa maneira, identificamos na formação dos arquivos do MST o Princípio da Proveniência. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL, 2005, p.136), o Princípio da Proveniência é uma das principais teorias da arquivologia e consiste no entendimento de que “[...] o arquivo produzido por uma

entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos”. Com base nisso, o conceito da Proveniência pode ser compreendido como a criação de fundos que se formam a partir de uma mesma unidade; no caso deste estudo, o MST.

O Princípio da Proveniência é fundamental para iniciarmos e sistematizarmos a organização documental do arquivo do MST, servindo como base para a construção de um arranjo documental. Assim, a organização fundamentada na proveniência eminente do MST representa um conjunto de documentos determinados.

O princípio acima mencionado também se constitui num dos elementos que ratificam o caráter coletivo do arquivo dos movimentos sociais ao permitir que as partes funcionem dentro de suas “autonomias”, mas sem perder suas relações com o todo. Essa interrelação das partes é que permitirá o entendimento do conjunto (um todo que é maior do que a soma dessas partes) a que pertencem. Sem essa relação entre as partes, estas seriam em si uma referência isolada, incapaz de nos permitir uma visão mais ampla do todo.

Outro aspecto importante para entendermos a formação e a organização do arquivo do MST, essencialmente no estágio permanente, e o estabelecimento sistêmico do recolhimento dos documentos é o estudo e o reconhecimento dos tipos documentais existentes no Movimento. Para tanto, a tipologia documental é fundamental para a compreensão da produção e uso dos documentos dentro dos movimentos sociais e na formação dos arranjos nos arquivos permanentes. Estes são redigidos em modelos próprios da entidade produtora para a qual se destinam e que lhe fornecerão a legitimidade probatória e, posteriormente, seu valor histórico.

Ao estudarmos os tipos documentais, efetuamos a análise de documentos de arquivos que tenham características semelhantes e, assim, obtemos um parâmetro para observarmos não apenas a unidade documental, mas também um conjunto de documentos que derivam de uma sequência “dos testemunhos de diversas atividades do homem enquadrado dentro de variadas instituições onde se produzem” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 135, tradução nossa)<sup>26</sup>.

Estudar os tipos documentais é reconhecer características semelhantes entre documentos e informações similares pela análise de caracteres externos e internos,

---

<sup>26</sup> “[...] los testimonios de las diversas actividades del hombre dentro de las diferentes instituciones donde se producen”.

compondo uma série documental. Nesse sentido, a Tipologia Documental, segundo Arévalo Jordán (2003, p. 229, tradução nossa),

[...] é totalmente necessária para o arquivista, em primeiro lugar, porque os tipos documentais vão distinguir as séries documentais que são os grupos documentais indispensáveis tanto para efeitos de classificação como de inventários, em segundo lugar, porque a determinação é um dos elementos necessários para a catalogação.<sup>27</sup>

Partindo da premissa de que o tipo documental é determinado pela espécie e pela atividade que gerou o documento, podemos encontrar algumas dificuldades dentro de arquivos dos movimentos sociais, caso se pretenda enquadrá-los nos tipos estabelecidos pela diplomática. As estruturas administrativas dessas entidades mantêm um afastamento das utilizadas em entidades governamentais e privadas, refletindo em determinados momentos a ausência de uniformidade rígida nos modelos de registros.

Sendo assim, nos movimentos sociais, é comum encontrarmos uma estrutura administrativa com grandes alternâncias em sua formação e funcionamento. As formas pré-determinadas das espécies documentais são muito volúveis e sofrem mutações constantes dependendo das mais diversas variáveis, tais como: o local onde foi realizado o registro, quem fez ou ordenou a criação do documento e o momento no qual foi produzido.

Isso ocorre porque, muitas vezes, o importante para os movimentos sociais é registrar a atividade no momento, mesmo que não haja uma padronização. Esse tipo de diversidade é observado no arquivo do MST, locado no CEDEM, onde encontramos, por exemplo, documentos manuscritos intitulados “Programas Educacionais”, que apresentam ideias sem complexidade para a execução dos mesmos, e outros datilografados com estrutura próxima das utilizadas em escolas, com objetivo, justificativa, metodologia e conclusões. Ambos os documentos têm a função de registrar escolas criadas nos assentamentos e dados sobre como serão o funcionamento e a linha pedagógica destas. Consideramos que o gênero documental é o mesmo, porém com modelos de registro diferentes.

No entanto, de maneira cuidadosa, reconhecendo nos documentos elementos padrões, como a linguagem e o formato, conseguimos encontrar a configuração e a

---

<sup>27</sup> “[...] es totalmente necesario para el archivero, en primer lugar, porque los tipos documentales distinguirán a las series documentales que son los grupos documentales indispensables tanto a efectos de clasificación como de inventario, en segundo lugar, porque la determinación es una de las elementos necesarios para la catalogación”.

finalidade que auxiliará na compreensão da ordem original; ou seja, temos a possibilidade de realizar uma identificação tipológica de documentos, desde que nos atentemos para a conformação do documento, respeitando o contexto de sua produção e a dinâmica própria dos movimentos sociais.

De acordo com Bellotto (2014), todos os documentos de arquivo têm três elementos concomitantes: a matéria, o meio e o conteúdo, segundo a sua categoria. Por isso, temos a necessidade de observar a concepção de tipos documentais, com primazia aos conceitos de bibliografia, dicionários e manuais, conforme o Quadro 5:

Quadro 5 - Definições do conceito de tipos documentais segundo bibliografias, dicionários e manuais de terminologia arquivística

Autor	Definição de tipo documental
Bellotto (1982, p. 9-17)	"[...] identificação do aspecto formal do documento relacionado com a natureza jurídico-administrativa do ato que lhe originou"
Arquivo Público do Estado de São Paulo (BELLOTTO, 1989)	"[...] configuração que assume uma espécie documental de acordo com as informações nela contidas, determinadas pela atividade que a gerou"
Manuel Vázquez (1987, p. 177-185)	"[...] atributo o de um documento que, originado na atividade administrativa a que serve, manifesta em diagramação (fórmula, forma), formato (sucessão de dados) e conteúdo distintivos e que serve de elementos para classifica-lo, descreve-lo e determina-lhe a categoria diplomática" <sup>28</sup>
Vicenta Cortés Alonso (1989)	"[...] é o número e a disposição dos elementos da informação que correspondem à atividade que o produziu. Depende, por isso, das funções e atividades dos homens e instituições" <sup>29</sup>
Camargo e Bellotto (1996, p. 80)	"Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou"
Arquivo Nacional (2005, p. 162)	"Divisão de espécie documental espécie documental espécie documental que reúne documentos por documentos suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras."
<i>Manual Archivos de Madrid - Archivos Estudios</i> (CORTÉS ALONSO, 1989, p. 12, tradução nossa)	"Derivam das funções desenvolvidas por órgão das instituições. Os tipos documentais junto ao órgão ou a função produtora dos mesmos originam as séries, que serão o resultado da união do tipo documental e do órgão ou função que o geraram" <sup>30</sup>
<i>Manual de arquivística</i> (CRUZ MUNDET, 1994, p. 101, tradução nossa)	"[...] é uma característica que vai além do merofísico ou externo, pois revela tanto o conteúdo quanto sua estrutura no documento, e deriva da ação representada. Assim, a ação de fazer perguntas se materializa em um tipo chamado questionário, onde a informação é estruturada de forma claramente diferenciada de outros tipos de documentos." <sup>31</sup>

<sup>28</sup> "[...] atribuir el de un documento que, originado en la actividad administrativa que atiende, se manifiesta en diagramación (fórmula, forma), formato (sucesión de datos) y contenido distintivo y que sirve como elementos para clasificarlo, describe y te determina la categoría diplomática".

<sup>29</sup> "[...] es el número y disposición de los elementos de información que corresponden a la actividad que lo produjo. Por tanto, depende de las funciones y actividades de los hombres y las instituciones".

<sup>30</sup> "Derivan de las funciones desarrolladas por los órganos de las instituciones. Los tipos de documento con el órgano o la función que los produjo dan origen a la serie, que será el resultado de la unión del tipo de documento y el órgano o función que lo generó."

<sup>31</sup> "[...] es una característica que va más allá de la mera físico o externo, ya que revela tanto el contenido como su estructura en el documento, y deriva de la acción representada. Así, la acción de hacer preguntas se materializa en un tipo denominado cuestionario, donde la información se estructura de una forma claramente diferenciada de otro tipo de documentos."

<i>Archivística General. Teoría y Práctica</i> (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 133, tradução nossa)	“[...] fixação e identificação virão de determinado pela análise das características externas e internas de documentos e sua mensagem ou informação.” <sup>32</sup>
<i>Archivos universitarios</i> (MILICIA <i>capud</i> HEREDIA HERRERA, 2007)	“O carácter ou atributo de um documento que tem origem numa atividade administrativa a que serve este documento, manifesta-se num formato, formato e conteúdo diferentes e serve para o classificar e descrever e em geral processá-lo.” <sup>33</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Face ao exposto, percebemos que o tipo documental tem um modelo de registro bem definido e não representa a sua unidade, mas está “[...] pautado no elo existente entre a espécie e a função geradora do documento” (TROIÑO, 2012, p. 86). Dessa forma, a tipologia documental, ao estudar o seu objeto, fornece elementos como a produção e a tramitação do documento e direciona para a formação das séries documentais, oferecendo, paralelamente, suporte para a formação de um arranjo efetivo do acervo.

O uso da tipologia documental para criar séries e evidenciar no documento os atributos relacionados aos princípios de organicidade, unicidade e indivisibilidade faz-se de grande valia para organizar os arquivos com base técnica.

Para Cortez Alónso (1989) e Heredia Herrera (1991), o estudo dos tipos documentais tem como função primeira os critérios para estabelecer as séries documentais e realizar o agrupamento dos semelhantes, permitindo que, posteriormente, seus resultados sejam utilizados para outras funções da arquivística. Assim, sua aplicação também auxiliará em outros momentos da organização de arquivos permanentes, como mostra o Quadro 6, a seguir:

<sup>32</sup> “[...] la fijación e identificación vendrá determinada por el análisis de las características externas e internas de documentos y su mensaje o información.”

<sup>33</sup> “El carácter o atributo de un documento que se origina en una actividad administrativa a la que este documento sirve, se manifiesta en un formato, formato y contenido diferente y sirve para clasificarlo y describirlo y en general para procesarlo.”

Quadro 6 - Utilidade do método da tipologia documental na organização de arquivos permanentes

<b>Função Arquivística</b>	<b>Definição</b>	<b>Utilização</b>
Arranjo	Princípios da arquivística	Por tanger à adequação das séries, o uso em arquivos permanentes auxilia a pensar melhor a ordem da unidade documental dentro do conjunto.
Descrição		Ao esclarecer o conteúdo e a atividade gerados pelo documento unificado com a espécie, traz elementos do seu contexto de produção.
Acesso/Difusão		Quando identificadas as séries documentais, as informações a serem estudadas formam um conjunto que pode provar ou não a veracidade do documento.
Avaliação		Para a criação das tabelas de temporalidades, é necessário reconhecer as espécies e, principalmente, a atividade que gerou o documento, sendo fatores identificados pela tipologia documental.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Bellotto (1989, p. 10).

Percebemos que a tipologia documental pode auxiliar na criação de requisitos normalizadores para toda a organização do arquivo, especialmente quando em face dos permanentes. Essa colaboração ocorre, pois a aplicação dos estudos dos tipos documentais, segundo Bellotto (1989, p. 9), “[...] representam a união que se dá no momento em que se cruzam as funções administrativas e o documento veículo que induza ou comprove o seu funcionamento”.

O trabalho de Lopez (1999), intitulado “Tipologia Documental de Partidos e Associações Políticas Brasileiras”, aponta, claramente, a falta de padronização e diretrizes organizacionais de arquivos que se afastam das instituições administrativas governamentais e privados, tendo como referência o acervo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - Diretório de Pinheiros em São Paulo/SP, com recorte cronológico do período de janeiro de 1984 a junho de 1990. Essa delimitação cronológica representa o período de transição do PCB da clandestinidade vivida no regime militar para o seu retorno à legalidade institucional governamental com o processo de redemocratização do país.

Ao discorrer sobre a questão da organização de arquivos, Lopez (1999, p. 17) exalta que “[...] as características específicas desse tipo de acervo tendem a se perder nos esquemas universalizantes sugeridos pela bibliografia disponível sobre o

assunto”. Os partidos políticos estão inseridos em uma ordenação administrativa, sendo regidos por leis específicas; porém, no caso do PCB, durante a clandestinidade<sup>34</sup>, não foi possível seguir essa estrutura, tendo sua organização ocorrida de maneira próxima a de movimentos sociais.

Por essa razão, amplia-se a dificuldade no estabelecimento de aspectos formais do documento, o que posteriormente refletirá na organização dos arquivos dessas instituições, mas não reduz a importância social destes.

As organizações político-partidárias clandestinas representam, pela própria condição de ilegalidade, indivíduos que têm a sua já restrita cidadania política cassada. Esses cidadãos, apesar da interdição formal, continuam atuantes no quadro político, exercendo um papel de relevo na sociedade. Sua influência se faz sentir tanto direta, como indiretamente. (LOPEZ, 1999, p. 22).

Conforme percebemos, os arquivos que estão à margem do sistema vigente mostram a influência social e, também, permitem uma importante reflexão sobre as condições sob as quais foram produzidos. Tanto os partidos políticos na condição clandestina quanto os movimentos sociais apresentam pautas de oposições ao regime político vigente de seu período e registram atividades e fatos que não são armazenados pelas instituições governamentais.

Esse modo de registro, realizado fora das estruturas administrativas de padrões governamentais ou privados, e, muitas vezes, de maneira clandestina, dificultam ainda mais a padronização dos documentos.

Contudo, tais dificuldades não são impeditivas para a organização dos conjuntos documentais dessas entidades coletivas. A priori, são motivadoras para buscar soluções adequadas que respeitem os princípios arquivísticos e incentivem uma padronização que condiz com o órgão produtor, além de promover o acesso e a difusão da informação. Escrevendo sobre o acervo do PCB/Pinheiros, Lopez (1999, p. 18) apresenta uma maneira de organização por meio das séries tipológicas, descrevendo que

[...] o estabelecimento de séries tipológicas como uma solução viável dos arquivos em questão. Até o momento, o esquema funcional tipológico apresentado mostrou-se capaz de superar as deficiências do método estrutural para os acervos político-partidários, possibilitando o resgate das verdadeiras funções e atividades desenvolvidas, que não correspondem, necessariamente, àquelas definidas no nível formal/legal. [...] O estabelecimento das séries tipológicas se propôs a dar conta, de modo

---

<sup>34</sup> O período estudado por Lopez (1999) engloba a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), quando o PCB era perseguido por ser comunista e não era permitida a sua existência em território nacional, obrigando o Partido a funcionar de maneira ilícita perante as leis vigentes da época.

racional e sem ambiguidades e/ou superposições, do universo documental em questão, além de proporcionar uma melhor compreensão das entidades analisadas.

Essa proposta de aplicação da metodologia tipológica para a seriação de documentos, utilizada por Lopez (1999), também foi apresentada por Camoleze e Troitiño (2019) a partir do experimento realizado em uma pequena parcela do acervo do MST, locado no CEDEM. Como experimentação inicial referente à aplicabilidade da organização de arquivos dos movimentos sociais por meio da tipologia documental, trabalhamos com quinze documentos que compõem a caixa de número um do Fundo do Movimento Sem Terra. A escolha por esses documentos ocorre por apresentarem uma organização definida pela instituição de guarda e por representarem a grande diversidade de seus tipos dentro do acervo.

Em revisão ao trabalho de Camoleze e Troitiño (2019), observamos a mesma seleção de documentos (Anexos) na análise da espécie e da função do documento. Estipulamos o tipo documental que, posteriormente, foi utilizado para a organização dos grupos, das séries e da classificação, conforme apresentado no Quadro 7:

Quadro 7 - Tipologia Documental do acervo do MST

<b>Título Original do Documento</b>	<b>Tipo de atividade</b>	<b>Espécie</b>	<b>Uso</b>	<b>Tipo documental</b>
As instâncias nacionais e estaduais	Meio	Regulamento	Normatizar	Regulamentos de normas
Vamos organizar a base do MST	Fim	Cartilha	Formar	Cartilha de Formação
Só dirige, quem sabe!	Fim	Cartilha	Formar	Cartilha de Formação
Sugestão para condução de Reunião	Meio	Instrução	Proceder	Instrução de procedimentos
Como escolher as instâncias do MST	Meio	Instrução Normativa	Regulamentar	Instrução Normativa de Regulamentação
Dirigir e ou administrar	Meio	Diagnóstico	Avaliar	Diagnóstico de funcionamento das instâncias internas
Estrutura do MST	Meio	Organograma	Organizar	Organograma de Organização
A disciplina no MST	Fim	Artigo	Formar	Artigo para formação
A função dos núcleos dos militantes do MST	Fim	Artigo	Formar	Artigo para formação
Secretaria: Nosso 'Cartão de Visita'	Fim	Artigo	Formar	Artigo para formação
Delegar atividades Capacitar Militantes	Fim	Cartilha	Formar	Cartilha de Formação
A Organicidade necessária	Fim	Cartilha	Formar	Cartilha de Formar
Circular Nº 34/95	Meio	Carta circular	Instruir	Carta Circular de

				Instruir
Contribuição para o debate dos núcleos	Fim	Informativo	Formar	Informativo de Formação

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Cabe ressaltar que o ato comunicativo é entendido como atividade-meio na maioria das tabelas de temporalidades, de entidades públicas ou privadas. Porém, para o MST, podemos compreendê-lo como atividade-fim, uma vez que a comunicação é determinada como setor dentro do Movimento e, por conseguinte, constitui uma instância para a execução de tarefas e promoção de atividades que auxiliem o MST a cumprir seus objetivos (MST, 2016).

Os documentos acima mencionados foram incluídos em séries tipológicas que levaram os nomes dos tipos de documentos encontrados durante a análise. Tais séries englobam-se em grupos baseados na organização do MST (2016), configurando uma possibilidade de arranjo bem modesto para o arquivo em tela.

Quadro 8 - Proposta de Organização Documental para o acervo do MST (excerto)

Arquivo	Grupo	Série	Título Original do Documento
MST	Formação Política	Artigos para formação política	A disciplina no MST
			A função dos núcleos dos militantes do MST
			Secretaria: Nosso 'Cartão de Visita'
		Cartilhas de Formação Política	A Organicidade necessária
			Delegar atividades Capacitar Militantes
			Só dirige, quem sabe!
	Vamos organizar a base do MST		
	Organização Administrativa	Informativos de Formação Política	Contribuição para o debate dos núcleos
			Cartas Circular de instrução
		Carta de Circular Nº 34/65	
		Diagnóstico de funcionamento das instâncias internas	Dirigir e ou administrar
			Instrução de procedimentos
		Instruções de normativas de regulamentação	Sugestão para condução de Reunião
Organogramas de Organização		Como escolher as instâncias do MST	
Regulamentos de normas	Estrutura do MST		
	As instâncias nacionais e estaduais		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Dessa maneira, esse estudo dos tipos documentais buscou situar as funções e atividades em um contexto e organização. Como resultado, foi possível identificar que os documentos, mesmo com diferentes espécies, possuem uma unicidade dentro da conduta formativa pré-estabelecida.

Destacamos a reflexão sobre a criação, o uso e a repercussão de documentos conscientemente delineados pelos movimentos, a fim de atingir um de seus objetivos principais: a formação simultânea de seus membros e da sociedade como um todo traz a compreensão do papel desempenhado pelo MST e pelos movimentos sociais em seus aspectos gerais.

Tais elementos, apresentados no trabalho inicial de Camoleze e Troitiño (2019), estão de acordo com a argumentação de Lopez (1999) ao declarar que a característica mais importante corresponde à extração das definições e contextualização da geração dos documentos, mantendo os princípios da organicidade, unicidade e indivisibilidade.

Nos trabalhos de Lopez (1999) e Camoleze e Troitiño (2019), é reforçado o argumento de que não existe documento isolado no arquivo e que se deve buscar manter os critérios metodológicos. Sendo assim, “[...] os estudos de tipologia documental, que buscam uma definição de tipo documental capaz de assegurar, livre de ambiguidade e com o mínimo de subjetividade, a contextualização dos documentos de arquivos” (LOPEZ, 1999, p. 70), apresentam a possibilidade da criação de um arranjo documental a partir das séries tipológicas, mesmo diante de um acervo com grande diversidade.

Nessa perspectiva, ao utilizarmos a metodologia de análise tipológica para a identificação, interpretação e sistematização de documentos provenientes de partidos políticos na clandestinidade (no caso PCB/Pinheiros) e de movimentos sociais (no caso o MST), auxiliaremos na construção de parâmetros que sirvam de modelo para a organização documental, por estabelecer referências de tipos fundamentados no padrão e na formulação da estrutura dos documentos, o que pode vir a colaborar potencialmente na normalização de sua produção e guarda.

Essa constatação, aliada ao entendimento de que a difusão e reunião de documentos é importante estratégia de perpetuação da memória política diante da ameaça de sua dissipação, representa um desafio ao tratamento arquivístico desses conjuntos documentais, conforme o tradicional modelo pautado em um sistema reconhecidamente administrativo.

Assim, podemos averiguar e debater sobre a difícil tarefa de identificar e abordar arquivisticamente documentos de movimentos sociais e de seus militantes. Por sua vez, a promoção da construção metodológica do processo de organização desse tipo de arquivo estabelece os conceitos e a elaboração de novos instrumentos

capazes de auxiliar na organização de arquivos de movimentos sociais estruturados com base na metodologia derivada da Tipologia Documental.

Compreendemos que a criação de documentos de movimentos sociais segue uma lógica particular, com a constante realização do ato comunicativo entre os próprios movimentos e as camadas populares da sociedade.

Com isso, a identificação dos tipos documentais existentes em um arquivo pode servir para delimitar as séries tipológicas e, posteriormente, auxiliar na organização documental. Esse é um processo metodológico que permite priorizar a organicidade do conjunto de documentos e as especificidades da entidade produtora, fator fundamental para tratarmos de informações procedentes de movimentos sociais, abrindo novas possibilidades de trabalhar o arquivo.

O conhecimento dos tipos de documentos de uma determinada área é de fundamental importância para os arquivistas e documentalistas, que terão mais conhecimento para embasar as decisões de avaliação, descrição, classificação e destinação dos documentos. (MELLO E SILVA, 2013, p. 161).

Face ao exposto, adotar a tipologia documental como instrumento metodológico para a criação das séries é uma das formas de orientarmos a análise conjuntural sobre a organização do arquivo do MST, com potencial para colaborar com futuras pesquisas e protocolos de organização arquivística em arquivos oriundos de outros movimentos sociais.

Os estudos dos tipos documentais ou da proveniência de uma pequena amostragem do Setor Nacional de Educação do MST mostra a relação da produção, uso e destinação dos documentos e seu órgão produtor.

Desse modo, ao delinear as funções e princípios arquivísticos dentro dos arquivos de movimentos sociais, sobretudo nos permanentes, não estamos promovendo um encaixe às normas e regras da arquivologia; antes, consideramos que a ação dos documentos produzidos pelos movimentos ocorre de maneira consciente, em diálogo com a forma de trabalho dos arquivos, no âmbito técnico e/ou intelectual.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Uma responsabilidade tem que sobrepor a outra. A responsabilidade social da coletividade sobrepõe a questão pessoal. O meu ego pode ser satisfeito, mas tem que ser por último”*

*Adalberto Rocha Pacheco  
(SCOLESE, 2008, p. 182)*

Os arquivos dos movimentos sociais dos séculos XX e XXI são retratos de seu próprio funcionamento e do sistema em que estão inseridos.

Diante disso, revela-se a necessidade de analisarmos suas particularidades e nos aprofundarmos no estudo de sua produção, uso e destinação, tendo como premissa o protagonismo desses movimentos como produtores de informação, registrada ou não, e de conhecimento.

Buscamos investigar como os movimentos entendem e organizam seus próprios arquivos, sem nos distanciarmos do conhecimento técnico e intelectual obtido na arquivologia. Esta é uma possibilidade de examinarmos detidamente as conexões e diálogos entre o conhecimento dos movimentos sociais e o conhecimento acadêmico e/ou técnico sobre o tema.

Acreditamos que a ligação entre tais movimentos e o espaço acadêmico valoriza e potencializa os saberes populares e científicos, com o objetivo de identificar métodos de recuperação e difusão da informação, sempre mantendo o contexto de produção, o uso e a destinação que pode ter o arquivo permanente dos movimentos sociais.

Sendo assim, evidenciamos a proposta interdisciplinar deste trabalho desenvolvido dentro da Ciência da Informação em diálogos com outras áreas do conhecimento – sobretudo, a arquivologia, a sociologia, a história e a geografia - sobre a formação e o funcionamento dos movimentos sociais.

Esse debate entre os diferentes campos do saber possibilitou a compreensão dos movimentos sociais como entidades coletivas produtoras de informações, seja no plano prático, analítico ou estratégico. Permitiu, ainda, observar a dinâmica dos movimentos sociais em tempos e espaços determinados, elemento que interfere em vários aspectos da produção documental e da constituição de seus arquivos.

Ao reconhecermos a dinâmica dos movimentos sociais refletida em seus documentos, percebemos também a necessidade de nomear os arquivos conforme as suas especificidades. Neste ponto, ao definirmos “Arquivos de movimentos

Sociais” ou “Arquivos Populares”, não delimitamos o debate a questões acerca da nomenclatura, mas ressaltamos a discussão entre os conceitos usados por movimentos sociais e aqueles empregados no meio acadêmico, potencializando as diversas formas de constituir o conhecimento.

Nesse sentido, a discussão teórica será contínua e criará processos dialéticos para colaborar no uso de conceitos que representem os arquivos formados pelos movimentos sociais. Uma das contribuições diz respeito ao entendimento de que os termos “Arquivos de movimentos Sociais” e “Arquivos Populares” são sinônimos e representam conjuntos documentais provenientes dos movimentos sociais, que consistem nas unidades produtoras.

Paralelamente à argumentação sobre o conceito de “Arquivos Populares” ou “Arquivos de Movimentos Sociais”, prosseguiremos com a construção do conhecimento em torno da produção dos documentos pelos movimentos, buscando compreender formas e métodos que auxiliem os trabalhos dentro desses arquivos.

O trabalho com os conceitos que envolvem o termo “Documentos Populares” é fundamental, pois este tipo está frequentemente presente em arquivos e é utilizado como fonte de informação nos planos analítico e prático dos movimentos sociais, além de contribuir com dados sobre a conjuntura espacial e temporal na qual foram produzidos. Entender o conceito e a produção dos documentos populares promove um aporte para também compreender os arquivos dos movimentos e transpassar os estudos relativos a estes como meros objetos, compreendendo-os como agentes de transformação social.

Ademais, além do MST, é comum a produção de documentos ditos populares em ações de outros movimentos sociais. Conseqüentemente, constata-se a pertinência do desenvolvimento de estudos sobre essas fontes, até mesmo com o intuito de orientar o tratamento tipológico de arquivos destes movimentos.

Portanto, aumentar a compreensão da lógica de produção dos documentos designados como “populares” e seus usos auxilia no entendimento da própria constituição de tais arquivos.

O presente trabalho procurou induzir novas perspectivas sobre os acervos dos movimentos, utilizando uma linguagem e um vocabulário convergentes entre o entendimento da arquivologia e outras áreas do conhecimento com o de algumas entidades produtoras. Debater e refletir sobre a produção documental e a formação de arquivos com o adjetivo “popular” contribui para o fortalecimento de um aparato

instrumental que auxilia na identificação arquivística e na organização e recuperação da informação dos movimentos sociais.

Ao observarmos o Fundo do MST, apresentado no estudo de caso, inferimos que a noção de arquivos existe dentro do Movimento e que a sua produção documental possui uma organicidade. Mesmo com grande especificidade, alguns de seus documentos seguem as mesmas espécies utilizadas em acervos governamentais ou privados como, por exemplo, circulares, recibos e cartas.

No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa realizada construiu o conceito ao adjetivar os arquivos com a entidade produtora, respeitando o protagonismo dos movimentos sociais na produção documental. Sendo assim, consideramos que a apropriação de termos específicos para nomear arquivos produzidos pelos movimentos destaca a importância da entidade produtora em todo o ciclo vital dos documentos. Nessa perspectiva, ressaltamos que os movimentos sociais - nomeadamente, neste caso, o MST – não são apenas objetos de estudos, mas produtores de conhecimento e da práxis social.

Com o estudo sobre a gênese do MST, seu desenvolvimento e sua organização, conseguimos perceber como os documentos representam as funções da entidade produtora. No caso da presente pesquisa, verificamos que a produção documental e seus usos seguem as atividades e a organização do Movimento, com grande dinâmica na ordenação estrutural que se reflete na lógica documental e, posteriormente, nos arquivos.

Pensar e repensar os arquivos dos movimentos sociais trata-se de uma prática continuada, seja pela dinâmica que estes possuem ou pelo avanço dos estudos na área da arquivologia. Contudo, ao reconhecermos que os movimentos são segmentos ativos da sociedade na produção, uso e destinação de seus documentos, reduzimos o caráter periférico dos acervos que não se constituem juridicamente.

Em vista disso, assim como os arquivos institucionalizados e pessoais, os pertencentes aos movimentos sociais fornecem uma base para refletir sobre a sociedade, garantir o acesso à informação e, especialmente em relação aos arquivos permanentes, oferecer uma contribuição para os estudos historiográficos do país sob a perspectiva das classes trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

ANDE; ANPED; CEDES. Carta de Goiânia. **Educação & Sociedade**, ano VIII, n. 25, p. 5-10, dez. 1986.

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, G. P. B. Ligas camponesas: formação, luta e enfraquecimento. **Academia: EDU**, [s. l.], não paginado, 2010. Disponível em: <WWW.encurtador.com.br/cegl4>. Acesso em: 23 out. 2020.

ARAÚJO, T. A propriedade e sua função social. *In*: LARANJEIRA, R. (Coord.). **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: LTR, 1999.

ARÉVALO JORDÁN, V. H. **Diccionario de términos archivísticos**. Buenos Aires: Ediciones del Sur, 2003.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Arquivo**: boletim histórico e informativo, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 81-83, jul./dez. 1989.

BARREIRA, C. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 136-143, out./dez. 1999.

BARRETO, Â. M. Memória e sociedade contemporânea: apontamentos e tendências. **ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 12, n. 2, p. 161-176, jul./dez. 2007.

BAUER, C. **Educação, terra e liberdade**: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BECKER, H. Conferência: a Escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996.

BELLOTTO, H. L. Tipologia Documental em Arquivística. *In*: **Revista do Arquivo Municipal**, Estudos sobre o conceito diplomático e o conceito arquivístico do documento, estabelecendo um quadro comparativo entre o tipo documental diplomático e o tipo documental arquivístico. São Paulo: 195, p. 9-17, jan./dez. 1982.

\_\_\_\_\_. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

\_\_\_\_\_. Arquivologia: objetivos e objetos. *In*: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Arquivo**: boletim histórico e informativo, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 81-83, jul./dez. 1989.

\_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BENZAQUEN, J. F. A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 917-927, jul./set. 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302012000300014](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300014)>. Acesso em: 24 set. 2020.

BLUMER, H. **A natureza do interacionismo simbólico**. In: MORTENSEN, C. (org.) Teoria da Comunicação: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980.

BOGO, A. A escola do campo a procura do campo para ser escola. **Revista Binacional Brasil - Argentina**, Vitória da Conquista - BA, v. 3, n. 2, p. 175-202, dez. 2014.

\_\_\_\_\_. A vez dos valores. **Caderno de formação**, São Paulo, n. 26, p. 5-26, jan. 1998.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Terra**. Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=601&ano=1850&ato=8350TPR9EeJRVT7f0>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação em movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMOLEZE, J.; TROITIÑO, S. M. Produção e tipologia documental de movimentos sociais. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 121-136, 27 dez. 2019.

CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Cortez, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.

CAUNE, J. **Cultura e Comunicação**: convergências teóricas e lugares de mediação. São Paulo: UNESP, 2012.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (org.). **Guia do Acervo do CEDEM**. São Paulo: CEDEM/UNESP, 2018.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO POPULAR DO PANAMÁ. Documentação. **Comunicação Popular. Teoria e Prática**. Número. 2 do CECOP.1979

CENTRO POPULAR VERGUEIRO. **Definição e conteúdo da Documentação Popular**. São Paulo: CPV, 1982.

\_\_\_\_\_. **Discutindo Documentação**. São Paulo: CPV, 1985. v. 2.

CHAVES, C. de A. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

\_\_\_\_\_. Um Brasil para todos os brasileiros: 20 anos da Marcha Nacional dos Sem-Terra. **Campos**, Rio de Janeiro, ano 2016, v. 17, n. 1, p. 150-159, jan./jun. 2016.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras Ltda., 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 15 abr. 2011.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os arquivos**. 2010. Disponível em:

<[http://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_2010\\_Universal-Declaration-on-Archives\\_PT.pdf](http://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2020.

COOK, T. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1988 e a futura mudança de paradigma. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 17-82.

CORTÉS ALONSO, V. Principios y técnicas archivísticas. *In*: \_\_\_\_\_. **Manual de Archivos municipales**. 2. ed. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1989. p. 57-94.

CRUZ MUNDET, J. R. La descripción. *In*: \_\_\_\_\_. **Manual de archivística**. 3. ed. Madrid: Fundação Germán Sánchez Ruy Pérez; Pirâmide, 1994. p. 255-298.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do movimento dos sem-terra. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 44-57, maio/jun./jul./ago. 2004.

DANTAS, A. **Geografia Agrária**. 2. ed. Natal: EDUFRRN, 2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. *In*: \_\_\_\_\_ (ed.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1-32.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Management Research: An Introduction**. London: Sage, 1991.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 19-45.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 207 f. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **MST: Formação e Territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. O todo é a parte e a parte é o todo: a interação espaço-sujeito. **Revista de Geografia da UNESP**, São Paulo, n. 10, p. 31-38, 1992.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FRANCIOSI, E. O. O sistema cooperativo dos assentamentos rurais: o exemplo das cooperativas COAGRI e COOPROSERP. **Infomo GEPEC**, [S. l.], v. 12, n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/sistema-cooperativo-assent-rurais.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S. A. Memória Globo ©2021. **Massacre em Eldorado dos Carajás**: Dezenove trabalhadores, que protestavam pela demora na desapropriação de terras em Eldorado dos Carajás, foram mortos pela Polícia Militar do Pará. [S.l.], 2021. Disponível em:

<<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/massacre-em-eldorado-dos-carajas/destaques/>>. Acesso em: 4 mar. 2021.

GOHN, M. da G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, Porto, Portugal, v. 2, n. 1, p. 35-50, 2014.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOMES, G. M. Meme War: Contribuições para o debate sobre os novos movimentos sociais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília - DF, v. 17, n. 2, mai./ago. 2014. Disponível em: <[www.e-compos.org.br](http://www.e-compos.org.br)>. Acesso em: 20 set. 2020.

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, maio-jun. 2006.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: UNESP, 2014.

\_\_\_\_\_. **New social movements**, Telos, New York, n. 49, 1981.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoria y práctica**. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

\_\_\_\_\_. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51509>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

HOBBSAWM, E. **Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

INDURSKY, F. O ritual da mística no processo de identificação e resistência. **RUA**, Campinas, ed. esp., p. 110-125, 2014. Disponível em: <[https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao\\_id=7](https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao_id=7)>. Acesso em: 21 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Diretoria de População e Social. Departamento de Censo Demográfico. **Anuário Estatístico do Brasil de 1962**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

\_\_\_\_\_. Diretoria de População e Social. Departamento de Censo Demográfico. **Anuário Estatístico do Brasil de 1965**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 1965.

\_\_\_\_\_. Diretoria de População e Social. Departamento de Censo Demográfico. **Anuário Estatístico do Brasil de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 46, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Séries estatísticas retrospectivas**: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

JULIÃO aponta entre os mais votados. **Liga**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, capa, p. 1-10, 9 out. 1962. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/historia-das-ligas-camponesas-por-aspasia-camargo/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

KETELARR, E. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

LATUFF, C. **Massacre de Eldorado dos Carajás**. 2007. Charge. Disponível em: <<https://www.deviantart.com/latuff2/art/Eldorado-dos-Carajas-massacre-53449633>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1978.

LIDMAN, T. **Bibliotecas e arquivos**: um estudo comparativo. Oxford: Chandos Publishing, 2012.

LOPES, F. J. **A reinvenção política do MST**: uma análise do programa de reforma agrária do movimento dos trabalhadores rurais sem terra ao longo da sua história. 2004. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

LOPEZ, A. P. A. **Tipologia Documental de partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. Identificação de tipologias documentais em acervos dos trabalhadores. In: MARQUES, A. J.; STAMPA, I. T. (org.). **Arquivos do mundo dos trabalhadores**: coletânea do 2º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. p. 15-32.

LUTZ, C. C.; SOMAVILLA, R. Tratamento documental em arquivo especializado: projetos de arquitetura e engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, Paraíba, v. 4, n. especial, p. 857-872, 2016. Disponível em: <[http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4\\_nesp/racin\\_v4\\_nesp\\_artigo\\_0857-0872.pdf](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0857-0872.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I, tomo 1.

\_\_\_\_\_. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 27-29.

MELLO E SILVA, M. C. S. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362013000300011](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000300011)>. Acesso em: 24 set. 2020.

MELLO, P. V. “Medo nós tem, mas não usa”: A resistência de Margarida Alves segue necessária no Brasil de 2021. In: **Rede Jubileu Sul**, [S. l.], 12 ago. 2021. Disponível em: <<https://jubileusul.org.br/noticias/medo-nos-tem-mas-nao-usa-a-resistencia-de-margarida-alves-segue-necessaria-no-brasil-de-2021/?cn-reloaded=1>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MELO, R. S. A crítica de Habermas ao paradigma “produtivista” como orientação emancipatória da esquerda. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, n. 10, p. 69-82, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64779>>. Acesso em: 20 set. 2020.

MELUCCI, A. **Sistema Político, Partiti e Movimenti Sociali**. Milão: Feltrinelli Foundation, 1977.

\_\_\_\_\_. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 50-66, jun. 1989. Tradução de Suely Bastos. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Ação dos Sem Terra faz nascer o Master**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/camponeses-gauchos-ganham-a-estrada>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MÈSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOLINA, H. **Sindicato: movimento com sinais trocados**. Entre a sua subversão e a adaptação ao novo sócio metabolismo do modo de produção capitalista. 342 f. 2012. Tese (Doutorado Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: 38 anos lutando pela democratização da terra no Brasil**. Brasil: Página MST, 21 jan. 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/01/21/mst-38-anos-lutando-pela-democratizacao-da-terra-no-brasil/>>. Acesso em: 8 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Francisco Julião, um eterno lutador da Reforma Agrária**. 18 fev. 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/02/18/francisco-juliao-um-eterno-lutador-da-reforma-agraria/>>. Acesso em: 13 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **História do MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/histórico/historia5.html>>. Acesso em: 25 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Normas gerais e Princípios Organizativos do MST**. [S.l.]: Secretaria Nacional do MST, 1989.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas gerais e Princípios Organizativos do MST**. [S.l.]: Secretaria Nacional do MST, 2016.

\_\_\_\_\_. Programa Agrário - A realidade agrária brasileira - A reforma agrária necessária. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 24, mar./abr./mai. 1994.

\_\_\_\_\_. Programa de Reforma Agrária do MST 1984. *In*: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 177-179.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional do MST - 1989 a 1993. **Caderno de Formação**, São Paulo, n. 17, 1989b.

MULLER, C. **Teoria dos movimentos sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil.; e O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 189-232.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

ORTEGA, C. D. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2008.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PAZIN-VITORIANO, M. C. C. **Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas**. 355 f. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 46-61, maio/ago. 2009.

PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C. (org.). **Comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil**: sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Metodista, 2015.

POKER, J. G. A. B; ARBAROTTI, A. E. Movimentos Sociais: o que há de novo? *In*: SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-44. v. 1.

POLLI, J. R. **Freire, Habermas e o horizonte da emancipação**. 2. ed. Jundiaí: In House, 2013.

REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios**, Lima, v. 7, n. 24, não paginado, abr./jun. 2006.

RIBEIRO, C. F. A. **O acesso à informação nos arquivos**: o acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal. 1998. 786 f. Tese (Doutorado em Arquivística) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain Fraçois. Campinas: UNICAMP, 2008.

ROCHA, M. M. O. **Documentação e movimento popular**: estudo da experiência do SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular. 1990. 111 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1990.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 258 f. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, F. de C. Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 27-44, 2017.

\_\_\_\_\_. **MST**: formação política e reforma agrária nos anos de 1980. 2013. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251135>>. Acesso em: 7 dez. 2020.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SALLES, P. R. **Documentação e comunicação popular**: a experiência do CPV - Centro Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP 1973-1989). 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, B. de S. Los nuevos movimientos sociales. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 5, p. 177-188, set. 2001a.

\_\_\_\_\_. No futuro seremos trans-escalares. **Revista Sul**, Florianópolis, n. 3, p. 8, abr./ago. 2001b.

\_\_\_\_\_. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: \_\_\_\_\_ (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 13-34, 2014.

\_\_\_\_\_. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. *In*: \_\_\_\_\_ **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 21-30.

SCOLESE, E. **Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, H. A. da. Habermas, Honneth e os movimentos sociais: repensando diagnósticos e alternativas. **Kínesis**, Marília, v. 8, n. 17, edição especial, p. 201-222, jul. 2016.

SILVA, J. G. da. **Buraco negro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1995.

STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1500-1960)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

\_\_\_\_\_. (org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946-2003)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, S.; ALMEIDA, M. B. Reflexões sobre a função social do documento aplicadas à documentação jurídica. **DataGramZero**: Revista de Informação, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. A01, abr. 2014.

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **Novos movimentos sociais?** Palavra e Sangue. Política e sociedade na América Latina. Campinas: UNICAMP, 1989.

TOURAINÉ, A. Os Movimentos Sociais. *In*: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 335-362.

TROITIÑO, S. A Tipologia Documental como Instrumento para a Sieriação de Documentos. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 243-258.

UNESCO. **Um mundo, muitas vozes - Relatório MacBride**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *In*: CONGRESSO DA UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 9., 1980, Rio de Janeiro. **Metodologia para a Documentação da Comunicação Popular - Boletim Mensal**. Rio de Janeiro: UCBC, 01 jun. 1980. p. 1-13.

UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL. **Estatuto da União Dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)**. [S. l.: s. n.], 1959.

VÁZQUEZ, M. Reflexiones sobre el término "tipo documental". *En*: **De archivos y de archivistas**: homenaje a Aurelio Tanodi. Washington: OEA, 1987. p. 181-182.

VIEIRA, T. O. **Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea**: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

WELCH, C. A. FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **Palavras-Chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

YAZAN, B. Three approaches to case study methods in education: yin, merriam, and stake. **The Qualitative Report**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 134-152, 2015.

## APÊNDICE – DOCUMENTOS ALOCADOS NO CEDEM<sup>35</sup>

Nº	Título	Grupo	Subgrupo	Série
1.	Afinado Estudo e Trabalho Conhecendo Teoria e Prática. (Cartilha para Capacitação de Professores em Áreas de Assentamento)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
2.	Boletim da Educação Nº 01 (Como Deve Ser uma Escola de Assentamento)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
3.	Cartilha do Trabalho Infantil Educativo: Refletindo o trabalho infantil educativo em Assentamentos do MST ou da Reforma Agrária.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
4.	Cartilha do Trabalho Infantil Educativo: Refletindo o trabalho infantil educativo em Assentamentos do MST ou da Reforma Agrária.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
5.	Como trabalhar a comunicação nos assentamentos e acampamentos (Boletim da Educação Nº3).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
6.	Como trabalhar a Mística do MST com as crianças (Boletim da Educação nº 2).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

<sup>35</sup> Tabela produzida pelo autor, com base em serviços prestrado ao CEDEM/UNESP em 2020, que teve como finalidade descrever o dimensionamento, as potencialidades e a configuração do acervo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), locado no CEDEM, orientando ações de procedimentos técnicos em conformidade com o contrato administrativo da UNESP - Reitoria nº 2120/2019.

7.	Ensino de 5ª a 8ª Série em Áreas de Assentamento: Ensaçando uma Proposta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
8.	Ensino de 5ª a 8ª Série em Áreas de Assentamento: Qual a Proposta do MST?	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
9.	Escola de Assentamento	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
10.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
11.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
12.	O Que Queremos Com as Escolas dos Assentamentos. (Caderno de Formação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
13.	O Que Queremos Com as Escolas dos Assentamentos. (Caderno de Formação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
14.	Princípios da Educação no MST (Boletim da Educação Nº7).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
15.	Proposta de Educação do MST - Princípios Pedagógicos.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
16.	Reinventando a Escola	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
17.	Alfabetização (Caderno da Educação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
18.	Alfabetização (Caderno da Educação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
19.	Alfabetização (Caderno da Educação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

20.	Alfabetização de Jovens e Adultos (Caderno da Educação Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
21.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Como Organizar (Caderno da Educação Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
22.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Como Organizar (Caderno da Educação Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
23.	Alfabetização Matemática de Jovens e Adultos (Caderno da Educação Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
24.	Como Fazer a Escola que Queremos: o Planejamento (Caderno de Educação Nº 06)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
25.	Como Fazer a Escola que Queremos? Orientação para o Planejamento Curricular das escolas de 1ª a 4ª Séries dos Assentamentos (Caderno de Educação Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
26.	Jogos e Brincadeiras Infantis (Caderno de Educação Nº 07)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
27.	Ligas Camponesas - 1955/1964 (Coleção Fazendo História Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
28.	Ligas Camponesas - 1955/1964 (Coleção Fazendo História Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
29.	Ligas Camponesas - 1955/1964 (Coleção Fazendo	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

	História Nº 04)			
30.	Ligas Camponesas - 1955/1964 (Coleção Fazendo História Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
31.	No Campo das Estórias (Coleção Fazendo História Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
32.	Princípios da Educação no MST (Caderno de Educação Nº 08)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
33.	Memória e resistência; Fazenda Annoni em versos (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
34.	Pagode do Cruzado (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
35.	(Boletim de Educação Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
36.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
37.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
38.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
39.	Rompendo as cercas do latifúndio do Saber.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
40.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
41.	A Luta pela Terra Também é Poesia (Informativo Sindical)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
42.	A Poesia na Luta dos Agricultores (Informativo Sindical)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

43.	Arte e Política na Luta dos Agricultores (Informativo Sindical)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
44.	Calendário do Povo Latino - Americano 1986	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
45.	Coleta de Informações.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
46.	Construindo a educação que a gente quer (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
47.	Criança também faz poesia (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
48.	E um poeta da terra chega à Assembleia (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
49.	Hino à bandeira dos Sem-Terra (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
50.	Inventar o Fogo (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
51.	Marcos Tiaraju e a expressão simbólica da Luta do ST (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
52.	MST- 1984-1994: 10 anos de lutas e conquistas. Cidadania no campo é "terra para quem nela trabalha".	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
53.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
54.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
55.	Não consta	Comunicação	Elaboração de	Dossiê Educação

			Publicações	
56.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
57.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
58.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
59.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
60.	Na rua a incerteza. No acampamento a esperança.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
61.	Ocupações de Terra MST - Brasil	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
62.	O gaúcho Martín Feiro (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
63.	O Gravatão (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
64.	O tipo de desenvolvimento rural que buscamos (Caderno de Formação: O MST e a Cooperação Agrícola).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
65.	Perdendo o embalo (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
66.	Poesia da Vitória (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
67.	Saiu o novo disco de Antônio Fringo (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
68.	Saudando o 25 de julho (Informativo Sindical).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
69.	1995 - 300 Anos de Zumbi (Coleção Fazendo História Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

70.	1995 - 300 Anos de Zumbi (Coleção Fazendo História Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
71.	A Comunidade dos Gatos e O Dono da Bola (Coleção Fazendo História Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
72.	A Comunidade dos Gatos e O Dono da Bola (Coleção Fazendo História Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
73.	A História de Uma Luta de Todos (Coleção Fazendo História Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
74.	A História de Uma Luta de Todos (Coleção Fazendo História Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
75.	Comunidade dos Gatos (Coleção Fazendo História Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
76.	Comunidade dos Gatos (Coleção Fazendo História Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
77.	História do Menino que Lia o Mundo (Coleção Fazendo História Nº 07) 3ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
78.	Ligas Camponesas - 1955/1964 (Coleção Fazendo História Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
79.	Ligas Camponesas - 1955/1964 (Coleção Fazendo História Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
80.	Nossa Turma na Luta Pela Terra (Coleção Fazendo História Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
81.	O Dono da Bola (Coleção Fazendo História Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

	História Nº 01)			
82.	O Dono da Bola (Coleção Fazendo História Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
83.	Semente (Coleção Fazendo História Nº 06)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
84.	Semente (Coleção Fazendo História Nº 06)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
85.	Construindo o Caminho Numa Escola de Assentamento do MST (Coleção fazendo Escola Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
86.	Construindo o Caminho Numa Escola de Assentamento do MST (Coleção fazendo Escola Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
87.	Construindo o Caminho Numa Escola de Assentamento do MST (Coleção fazendo Escola Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
88.	Crianças em Movimento - As Mobilizações Infantis no MST (Coleção Fazendo Escola Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
89.	Crianças em Movimento - As Mobilizações Infantis no MST (Coleção Fazendo Escola Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
90.	Escola Itinerante em Acampamentos do MST (Coleção Fazendo Escola Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

91.	Escola Itinerante em Acampamentos do MST (Coleção Fazendo Escola 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
92.	Escola Itinerante - Uma Prática pedagógica em Acampamentos (Coleção fazendo Escola Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
93.	Nossos Valores (Coleção Pra Solettar a Liberdade Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
94.	Nossos Valores (Coleção Pra Solettar a Liberdade Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
95.	Somos Sem Terra (Coleção Pra Solettar a Liberdade Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
96.	Somos Sem Terra (Coleção Pra Solettar a Liberdade Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
97.	Como Deve Ser Uma Escola de Assentamento (Boletim da Educação Nº 1)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
98.	Como Deve Ser Uma Escola de Assentamento (Boletim da Educação Nº 1)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
99.	Como Trabalhar a Comunicação nos Assentamentos e Acampamentos (Boletim da Educação nº 3)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
100.	Como Trabalhar a Comunicação nos Assentamentos e Acampamentos (Boletim da Educação nº 3)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

101.	Como Trabalhar a Mística do MST com as Crianças (Boletim da Educação nº 2)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
102.	Como Trabalhar a Mística do MST com as Crianças (Boletim da Educação nº 2)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
103.	Educação Infantil: Construindo Uma Nova Criança (Boletim da Educação nº 7)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
104.	Educação Infantil: Construindo Uma Nova Criança (Boletim da Educação nº 7)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
105.	Escola, Trabalho e Cooperação (Boletim da Educação nº 4)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
106.	Escola, Trabalho e Cooperação (Boletim da Educação nº 4) 2ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
107.	O Desenvolvimento da Educação em Cuba (Boletim da Educação nº 6)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
108.	O Desenvolvimento da Educação em Cuba (Boletim da Educação nº 6)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
109.	O Trabalho e a Coletividade na Educação (Boletim da Educação nº 5)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
110.	O Trabalho e a Coletividade na Educação (Boletim da Educação nº 5)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
111.	Pedagogia do Movimento Sem Terra - Acompanhamento às Escolas (Boletim	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

	da Educação nº 8)			
112.	Alfabetização (Caderno da Educação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
113.	Alfabetização (Caderno da Educação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
114.	Alfabetização (Caderno da Educação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
115.	Alfabetização (Caderno da Educação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
116.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Como Organizar (Caderno da Educação Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
117.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Como Organizar (Caderno da Educação Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
118.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Como Organizar (Caderno da Educação Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
119.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Didática da Linguagem (Caderno da Educação Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
120.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Didática da Linguagem (Caderno da Educação Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
121.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Didática da Linguagem (Caderno da Educação Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

122.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Educação Matemática (Caderno da Educação Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
123.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Educação Matemática (Caderno da Educação Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
124.	Alfabetização de Jovens e Adultos - Educação Matemática (Caderno da Educação Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
125.	Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental (Caderno da Educação nº 9)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
126.	Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental (Caderno da Educação nº 9)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
127.	Como Fazer a Escola que queremos (Caderno da Educação Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
128.	Como Fazer a Escola que queremos (Caderno da Educação nº 1)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
129.	Como Fazer a Escola que Queremos - O Planejamento (Caderno da Educação nº 6)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
130.	Como Fazer a Escola que Queremos - O Planejamento (Caderno da Educação nº 6)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

131.	Como Fazer a Escola que Queremos - O Planejamento (Caderno da Educação nº 6)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
132.	Jogos e Brincadeiras Infantis (Caderno da Educação nº 7)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
133.	Jogos e Brincadeiras Infantis (Caderno da Educação nº 7)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
134.	Ocupando a Bíblia (Caderno da Educação nº 10)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
135.	Princípios da Educação no MST (Caderno da Educação nº 8)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
136.	Princípios da Educação no MST (Caderno da Educação nº 8)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
137.	Princípios da Educação no MST (Caderno da Educação nº 8)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
138.	Princípios da Educação no MST (Caderno da Educação nº 8) 3ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
139.	Princípios da Educação no MST (Caderno da Educação nº 8) 3ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
140.	A Força da Juventude do MST Na Luta por um Brasil sem Latifúndio e Contra a ALCA	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Formação
141.	A Força que Anima os Militantes	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Formação
142.	A Força que Anima os Militantes	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Formação

143.	Caderno de Formação para os Núcleos - MST	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Formação
144.	Caderno de Formação para os Núcleos - MST	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Formação
145.	Calendário Histórico dos Trabalhadores	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
146.	Calendário Histórico dos Trabalhadores	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
147.	Como Construir com Terra - Escola Nacional Florestan Fernandes	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Formação
148.	Como Construir com Terra - Escola Nacional Florestan Fernandes	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Formação
149.	Elaboração de publicações	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Formação
150.	Estórias de Rosa	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
151.	Estórias de Rosa	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
152.	Grito de Liberdade (Dezembro 91, Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
153.	Grito de Liberdade (Setembro 91, Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
154.	Informativo - Setor de Educação do Movimento Sem Terra (Ano I, Nº 01, Janeiro/Fevereiro de 1995)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
155.	Plantando Cirandas	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
156.	Plantando Cirandas	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
157.	Plantando Cirandas - MST	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação
158.	Plantando Cirandas - MST	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Educação

159.	A Crise Econômica Brasileira (Boletim do Militante Nº 19)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
160.	A Libertação dos Povos (Boletim do Militante Nº 20)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
161.	Boletim do Militante Nº 26.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
162.	Boletim Informativo - Ano I - Nº 01	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
163.	MST INFORMA: Especial Presos Políticos. Companheiros condenados pela injustiça.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
164.	A Organização do Movimento. Quem é Quem na Luta pela Terra. (Cadernos Formação Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
165.	A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
166.	A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
167.	CANUDOS Não se rendeu: 100 anos de luta pela terra.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
168.	CHE GUEVARA VIVE.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
169.	CHE GUEVARA VIVE.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
170.	Construindo o Caminho.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
171.	Debate sobre estrutura sindical no campo.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
172.	Debate sobre estrutura sindical no campo.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
173.	História da Luta pela Terra (Cadernos Formação Nº2).	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional

174.	Tanta Terra Sem Plantar! Tantos Agricultores Sem Terra! O Que fazer?	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
175.	Terra Nossa - Boletim Informativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Ano II - Nº 08.	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
176.	3º Encontro Nacional (Caderno de Formação Nº 12)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
177.	3º Encontro Nacional (Caderno de Formação Nº 12)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
178.	A Luta Continua - Como se Organizam os Assentados (Caderno de Formação Nº 10)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
179.	A Mulher nas Diferentes Sociedades (Caderno de Formação Nº 15)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
180.	A Mulher nas Diferentes Sociedades (Caderno de Formação Nº 15)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
181.	Calendário Histórico dos Trabalhadores (Caderno de Formação Nº 19)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
182.	Calendário Histórico dos Trabalhadores (Caderno de Formação Nº 19)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
183.	Como se Organiza - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Caderno de Formação Nº 05) 2ª	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional

	Edição			
184.	Construir um Sindicalismo pela Base (Caderno de Formação Nº 14)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
185.	Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo (Caderno de Formação Nº 11)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
186.	Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo (Caderno de Formação Nº 11)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
187.	Nossa Força Depende da Nossa Dedicção (Caderno de Formação Nº 13)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
188.	O que Queremos com as Escolas dos Assentamentos (Caderno de Formação Nº 18) 2ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
189.	O que Queremos com as Escolas dos Assentamentos (Caderno de Formação Nº 18) 2ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
190.	O que Queremos com as Escolas dos Assentamentos (Caderno de Formação Nº 18) 3ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
191.	O que Queremos com as Escolas dos Assentamentos (Caderno de Formação Nº 18) 3ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional

192.	Plano Nacional do MST - 1989 a 1993 (Caderno de Formação Nº 17)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
193.	Plano Nacional do MST - 1989 a 1993 (Caderno de Formação Nº 17)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
194.	Terra não se Ganha, se Conquista (Caderno de Formação Nº 9)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
195.	A Cooperação Agrícola nos Assentamentos (Caderno de Formação Nº 20)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
196.	A Cooperação Agrícola nos Assentamentos (Caderno de Formação Nº 20)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
197.	A Cooperação Agrícola nos Assentamentos (Caderno de Formação Nº 20)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
198.	A Vez dos Valores (Caderno de Formação Nº 26)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
199.	A Vez dos Valores (Caderno de Formação Nº 26)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
200.	Cooperativas de Produção - Questões Práticas (Caderno de Formação Nº 21)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
201.	Cooperativas de Produção - Questões Práticas (Caderno de Formação Nº 21)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
202.	Dicas para Buscar a Eficiência (Caderno de Formação Nº 22)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional

203.	Dicas para Buscar a Eficiência (Caderno de Formação Nº 22)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
204.	Método de Trabalho Popular (Caderno de Formação Nº 24)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
205.	Método de Trabalho Popular (Caderno de Formação Nº 24)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
206.	Preparação dos Encontros Estaduais e 9º Encontro Nacional MST (Caderno de Formação Nº 25)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
207.	Preparação dos Encontros Estaduais e 9º Encontro Nacional MST (Caderno de Formação Nº 25)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
208.	Programa de Reforma Agrária (Caderno de Formação Nº 23)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
209.	Programa de Reforma Agrária (Caderno de Formação Nº 23) 3ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
210.	Programa de Reforma Agrária (Caderno de Formação Nº 23) 3ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
211.	Questões Práticas sobre Cooperativas de Produção (Caderno de Formação Nº 21)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
212.	Campanha de Construção da Escola Nacional do MST (Caderno de Formação Nº 29)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
213.	Campanha de Construção da Escola Nacional do	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional

	MST (Caderno de Formação Nº 29)			
214.	Gênese e Desenvolvimento do MST (Caderno de Formação Nº 30)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
215.	Gênese e Desenvolvimento do MST (Caderno de Formação Nº 30)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
216.	Latifúndio - O Pecado Agrário Brasileiro (Caderno de Formação Nº 33)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
217.	Latifúndio - O Pecado Agrário Brasileiro (Caderno de Formação Nº 33)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
218.	Método de Organização - Construindo de um Novo Jeito (Caderno de Formação Nº 35)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
219.	Mística - Uma Necessidade no Trabalho Popular e Organizativo (Caderno de Formação Nº 27)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
220.	Mística - Uma Necessidade no Trabalho Popular e Organizativo (Caderno de Formação Nº 27)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
221.	O Massacre de Eldorado dos Carajás - Pará/Brasil (Caderno de Formação Nº 32)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
222.	O Movimento Camponês no Brasil e a Luta pela Reforma Agrária (Caderno de	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional

	Formação Nº 31)			
223.	O Movimento Camponês no Brasil e a Luta pela Reforma Agrária (Caderno de Formação Nº 31)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
224.	O MST e a Cultura (Caderno de Formação Nº 34)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
225.	Pequenas Histórias para Entender Economia Política (Caderno de Formação Nº 28)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
226.	Pequenas Histórias para Entender Economia Política (Caderno de Formação Nº 28)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
227.	The Massacre of Eldorado dos Carajás - Pará/Brazil (Caderno de Formação Nº 32)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direção Nacional
228.	A Questão da Mulher no MST	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Gênero
229.	A Questão da Mulher no MST	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Gênero
230.	As Mulheres e a Reforma Agrária	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Gênero
231.	Compreender e Construir Novas Relações de Gênero 2ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Gênero
232.	Compreender e Construir Novas Relações de Gênero 2ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Gênero
233.	Construindo o Conceito de Saúde do MST (Cartilha de Saúde Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Saúde

234.	Construindo o Conceito de Saúde do MST (Cartilha de Saúde Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Saúde
235.	Cultivo de Plantas Mediciniais (Caderno de Saúde Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Saúde
236.	Cultivo de Plantas Mediciniais (Caderno de Saúde Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Saúde
237.	Lutar Por Saúde é Lutar Pela Vida (Caderno de Saúde Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Saúde
238.	Lutar Por Saúde é Lutar Pela Vida (Caderno de Saúde Nº 01) 2ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Saúde
239.	Mulher Sem Terra (Caderno de Formação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Gênero
240.	Mulher Sem Terra (Caderno de Formação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Gênero
241.	Plantas Mediciniais - Uma Ferramenta Na Luta Por Saúde	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Saúde
242.	Programa Terra e Saúde - "Das Plantas Construindo Uma Nova Saúde"(Caderno de Saúde Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Saúde
	Sem Mulher a Luta Vai Pela Metade	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Gênero
243.	A Farsa do Julgamento - Sobre o Julgamento de José Rainha Júnior, em Pedro Canário/ES	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
244.	A Farsa do Julgamento - Sobre o Julgamento de José Rainha Júnior, em Pedro	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos

	Canário/ES			
245.	A Lei e as Ocupações de Terras	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
246.	A Lei e as Ocupações de Terras	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
247.	A Poesia que Brota da Luta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Cultura
248.	A Vida no Assentamento	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
249.	Canções da Terra	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Cultura
250.	Cantos da Luta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Cultura
251.	Como Organizar os Assentados Individuais	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
252.	Como Organizar os Assentados Individuais	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
253.	CONCRAB - Quatro Anos Organizando a Cooperação	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
254.	CONCRAB - Quatro Anos Organizando a Cooperação	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
255.	Dor e Esperança	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Cultura
256.	Em Trilhos	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Cultura
257.	Landless Of Brazil	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
258.	Landless Of Brazil	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
259.	Milho Crioulo: Produção Orgânica de Semente em Casa	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção

260.	Para Nos Defendermos Melhor (Guia Prático para a Ação de Cidadania de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos na Luta pela Reforma Agrária)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
261.	Para Nos Defendermos Melhor (Guia Prático para a Ação de Cidadania de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos na Luta pela Reforma Agrária)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
262.	Sem-Terra: As Músicas do MST	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Cultura
263.	The Massacre Of Eldorado de Carajás - Pará/Brazil	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
264.	The Massacre Of Eldorado de Carajás - Pará/Brazil	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
265.	Zé Rainha é inocente! - Veja a Farsa do Julgamento Realizado em Pedro Canário	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
266.	Zé Rainha é inocente! - Veja a Farsa do Julgamento Realizado em Pedro Canário	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Direitos Humanos
267.	Informativo COCEARGS (Ano I, Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
268.	Informativo COPAC - 2º Aniversário do Assentamento 30 de Maio	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
269.	Manual de Cooperação Agrícola I (Apostila	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção

	Nº 01)			
270.	Manual de Cooperação Agrícola II - A Experiência do MST na Cooperação Agrícola (Apostila N º 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
271.	Manual de Cooperação Agrícola III - Orientações para Implantação de Associações de Cooperação Agrícola (Apostila Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
272.	Organicidade e Núcleos de Base (Caderno de Formação do Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
273.	A Emancipação dos Assentamentos - Os Direitos e os Cuidados Que os Assentados Devem Ter (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 06)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
274.	A Emancipação dos Assentamentos - Os Direitos e os Cuidados Que os Assentados Devem Ter (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 06)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
275.	A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 08)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
276.	A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (Cadernos de Cooperação	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção

	Agrícola Nº 08)			
277.	Enfrentar os Desafios da Organização nos Assentamentos (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 07)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
278.	Enfrentar os Desafios da Organização nos Assentamentos (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 07)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
279.	O que Levar em Conta para a Organização do Assentamento - A Discussão no Acampamento (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 10)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
280.	Orientações Jurídicas e Contábeis Sobre o Funcionamento das CPAs - Alguns Elementos (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
281.	Orientações Jurídicas e Contábeis Sobre o Funcionamento das CPAs - Alguns Elementos (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
282.	Orientações Práticas Sobre Como Proceder em Relação: 1) Ao Vínculo Empregatício; 2) À Previdência; 3) À Legislação Fiscal; 4) Aos Acertos nas Desistências nas	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção

	CPAs (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 03)			
283.	Orientações Práticas Sobre Como Proceder em Relação: 1) Ao Vínculo Empregatício; 2) À Previdência; 3) À Legislação Fiscal; 4) Aos Acertos nas Desistências nas CPAs (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
284.	Os Compromissos do Governo Federal com os Movimentos Sociais do Campo - Os Resultados das Mobilizações do ano 2.000 (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 09)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
285.	Os Compromissos do Governo Federal com os Movimentos Sociais do Campo - Os Resultados das Mobilizações do ano 2.000 (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 09)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
286.	O Sistema de Crédito Cooperativo (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 08)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
287.	O Sistema de Crédito Cooperativo (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 08)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção

288.	Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
289.	Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 04)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
290.	Sistema Cooperativista dos Assentados (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
291.	Sistema Cooperativista dos Assentados (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
292.	Sistema Cooperativista dos Assentados (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
293.	Sistema Cooperativista dos Assentados (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 05)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
294.	Uma Concepção de Desenvolvimento Rural (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
295.	Uma Concepção de Desenvolvimento Rural (Cadernos de Cooperação Agrícola Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção

296.	As Experiências Clássicas de Cooperação Agrícola (Caderno das Experiências Históricas da Cooperação Nº 03)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
297.	O Cooperativismo na China (Caderno das Experiências Históricas da Cooperação Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
298.	O Cooperativismo na China (Caderno das Experiências Históricas da Cooperação Nº 01)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
299.	O Cooperativismo no Pensamento Marxista (Caderno das Experiências Históricas da Cooperação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
300.	O Cooperativismo no Pensamento Marxista (Caderno das Experiências Históricas da Cooperação Nº 02)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Produção
301.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
302.	Não consta	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
303.	Normas e Orientações do Jornal Sem Terra	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
304.	Não consta	Comunicação	Produção de Vídeo	Roteiros
305.	Não consta	Comunicação	Produção de Vídeo	Roteiros
306.	Não consta	Comunicação	Produção de Vídeo	Roteiros
307.	Não consta	Comunicação	Produção de Vídeo	Roteiros
308.	Cuba: Uma Escuela!	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
309.	Nossa Luta, Nossa Escola - Nossa	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação

	Escola, Nossa Luta...			
310.	Sem-Terra Luta Agora Contra o Analfabetismo	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
311.	Toda Criança na Escola: Aprendendo!	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
312.	Tribunal da Dívida Externa - Veredicto	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
313.	Agricultura e Abastecimento	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
314.	A Política dos Estados Unidos para o Mundo e o Brasil (Consulta Popular - Cartilha Nº 08)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
315.	Assembleia dos Lutadores do Povo - Brasília, 8 a 10 de Outubro de 1999 (Consulta Popular - Cartilha Nº 06)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
316.	A Vida Acima da Dívida - Tribunal da Dívida Externa Editora Oficina do Autor	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
317.	De Onde Vem Para Onde Vai o Dinheiro do Povo 2ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
318.	Nossa Terra, Nossas Vidas: Um Encontro na História	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
319.	Projeto Popular para o Brasil (Consulta Popular - Cartilha)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
320.	Trabalho de Base (Consulta Popular - Cartilha Nº 04) 2ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação

321.	Trabalho de Base (Consulta Popular - Cartilha N° 04) 5ª Edição	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
322.	Valores de Uma Prática Militante (Consulta Popular - Cartilha N° 09)	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
323.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Calendários
324.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Calendários
325.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Calendários
326.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Calendários
327.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Calendários
328.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Cartões
329.	Brazilian Landless Worker's Movement.	Comunicação	Divulgação	Folders
330.	COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda.) Ano 7.	Comunicação	Divulgação	Folders
331.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Folders
332.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Folders
333.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Folders
334.	O MST na Luta pela terra.	Comunicação	Divulgação	Folders
335.	Revista Sem Terra.	Comunicação	Divulgação	Folders
336.	The Cooperative Movement in the Resettlements.	Comunicação	Divulgação	Folders
337.	The Cooperative Movement in the Resettlements.	Comunicação	Divulgação	Folders
338.	25 de Julho - Dia do Colono e da Solidariedade no Campo	Comunicação	Divulgação	Folhetos
339.	Acampamento de luta pela reforma agrária	Comunicação	Divulgação	Folhetos

340.	GREVE DE FOME. Reforma Agrária Contra a Fome e o Desemprego	Comunicação	Divulgação	Folhetos
341.	Mãe, Olhai Por Todos que Te Buscam. Oração à Santa Ana, Protetora dos Sem Terra	Comunicação	Divulgação	Folhetos
342.	MST DENUNCIA Governo Brito ganha milhões para proteger latifúndios ENQUANTO ISSO...	Comunicação	Divulgação	Folhetos
343.	Nós todas	Comunicação	Divulgação	Folhetos
344.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Informes
345.	MST	Comunicação	Divulgação	Livretos de Divulgação
346.	MST	Comunicação	Divulgação	Livretos de Divulgação
347.	MST BRASIL	Comunicação	Divulgação	Livretos de Divulgação
348.	Latifúndio: um paraíso fiscal	Comunicação	Divulgação	Manifestos
349.	Manifesto da Concentração Estadual da Reforma Agrária	Comunicação	Divulgação	Manifestos
350.	Manifesto das crianças e adolescentes do MST ao povo catarinense	Comunicação	Divulgação	Manifestos
351.	Proposta de documento de concessão de uso	Comunicação	Divulgação	Manifestos
352.	Reforma agrária: um desafio do Estado	Comunicação	Divulgação	Manifestos
353.	Reforma agrária: um direito a (sic) vida e a (sic) liberdade	Comunicação	Divulgação	Manifestos

354.	Respeito a (sic) ordem pública: respeitem as terras públicas	Comunicação	Divulgação	Manifestos
355.	Agenda MST 2000	Comunicação	Divulgação	Agendas
356.	Agenda MST 97	Comunicação	Divulgação	Agendas
357.	Agenda MST 98	Comunicação	Divulgação	Agendas
358.	Agenda MST 99	Comunicação	Divulgação	Agendas
359.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
360.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
361.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
362.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
363.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
364.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
365.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
366.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
367.	Não consta	Comunicação	Divulgação	Agendas
368.	Agricultura Brasileira - Programa Piloto / Coletivo Nacional de Comunicação do MST	Comunicação	Elaboração de Programa de Rádio	Programa "Vozes da Terra"
369.	Agricultura Brasileira - Programa Piloto / Coletivo Nacional de Comunicação do MST	Comunicação	Elaboração de Programa de Rádio	Programa "Vozes da Terra"
370.	Vozes da Terra: Alca, Acordo de Livre Comércio das Américas - Programa de Rádio do MST	Comunicação	Elaboração de Programa de Rádio	Programa "Vozes da Terra"
371.	Vozes da Terra: A Produção do MST e os Transgênicos - Programa de Rádio do MST	Comunicação	Elaboração de Programa de Rádio	Programa "Vozes da Terra"

372.	Vozes da Terra: Criminalização do MST - Programa de Rádio do MST	Comunicação	Elaboração de Programa de Rádio	Programa "Vozes da Terra"
373.	Vozes da Terra Especial: Paulo Freire, o Andarilho da Utopia - Programa de Rádio do MST	Comunicação	Elaboração de Programa de Rádio	Programa "Vozes da Terra"
374.	Catálogo de Vídeos SPY - Clippings sobre o MST	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Catálogos de Vídeos
375.	MST quer ocupar latifúndio do saber (Jornal "Correio Braziliense")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
376.	Só sem-terra faz oposição eficaz, diz Lula (Jornal "Folha de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
377.	A Cartilha dos Sem-Terra (Revista "Momento")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
378.	A Educação que Eles Queriam para Seus Filhos (Revista Nova Escola)	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
379.	A Esperança dos Alunos Sem-Terra	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
380.	Agricultores Acampados Decidem Esperar Governador (Jornal O Povo)	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
381.	Agricultores São Recebidos no Palácio (Jornal O Norte)	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
382.	Agricultores Terão Curso Alternativo de 1º Grau (Jornal O Regional)	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
383.	A Mãe Sem-Terra (Jornal Zero Hora)	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes

384.	[A]marga [esp]erança (Jornal Laboratório Zero)	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
385.	Cantagalo é capital dos assentamentos (Jornal "Folha de Londrina")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
386.	Clima de tensão na luta pela terra em SC (Jornal "Diário Catarinense")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
387.	Colonos protestam por falta de professores (Jornal "Zero Hora")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
388.	Colonos Reivindicam Escola e Moradia (Jornal Zero Hora)	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
389.	Comunidade de Hulha Negra protesta em frente à 13ª Delegacia de Educação (Jornal "Correio do Sul")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
390.	Congresso (Jornal "Zero Hora")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
391.	Criança é morta por pistoleiros em Bananeiras	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
392.	Crianças reunidas pela terra (Jornal "Correio do Povo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
393.	Da pedagogia homicida (Jornal "Zero Hora")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
394.	Educação encontra terra fértil no RS (Jornal "Correio do Povo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
395.	Educação / MST cadastra favelados nas principais capitais / Sem-terra ocupam prédio do Incrá no MT (Jornal "Folha de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes

396.	Educação nos assentamentos é debatida em Encontro Nacional (Jornal "O Imparcial")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
397.	Eldorado da impunidade (Jornal "Folha de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
398.	Em Fazenda Vitória está faltando salas de aula (Jornal "O Estado do Paraná")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
399.	Emoção no enterro da líder rural ("Jornal do Comercio")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
400.	Engenho em Amaraji é ocupado por sem-terra ("Jornal do Comercio")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
401.	Estranhos se integram aos Sem-Terra visando formação de guerrilha rural (Jornal "Correio da Paraíba")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
402.	Falta de professores mobiliza comunidades dos assentamentos (Jornal "Minuano")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
403.	Filhos de sem-terra abandonam o movimento (Jornal "Folha de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
404.	Filhos de sem-terra fazem passeata ("Jornal do Comercio")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
405.	Governo e MST se unem contra o analfabetismo (Jornal "O Globo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes

406.	Invasão de terras deixa Brejo em 'pé de guerra' / Ocupação sob orientação da CUT / Juiz determina desocupação (Jornal "Diário de Borborema")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
407.	Invasores de terra querem transformar assentamentos em grupos revolucionários (Jornal "O Norte")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
408.	Justiça decreta a prisão preventiva de três invasores (Jornal "Zero Hora")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
409.	Lavagem Cerebral (Jornal "Zero Hora")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
410.	Líder feminina dos sem-terra sobe ao altar (Jornal "Zero Hora")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
411.	Longe da escola, perto de um sonho (Jornal "Diário Catarinense")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
412.	Luta pela terra é tema de aula	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
413.	Meio artístico ergue a bandeira dos sem-terra (Jornal "O Estado de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
414.	MST espera audiência com Tasso (Jornal "O Povo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
415.	MST, expressão de direitos e cidadania	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
416.	MST fará 'via sacra' pró-reforma (Jornal "Folha de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes

417.	MST garante educação à 35 mil crianças (Jornal "Correio da Cidadania")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
418.	MST prepara seus futuros revolucionários (Jornal "O Estado de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
419.	MST promove Congresso de crianças ("Jornal do SIMPRO")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
420.	Novela aborda dilema do MST (Jornal "Folha de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
421.	O MST e a educação (Jornal "Folha de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
422.	O MST e a educação (Jornal "PT Notícias")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
423.	Os sem-terra de amanhã (Jornal Laboratório "Zero")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
424.	Polícia não invadiu Fazenda Sapucaia (Jornal "Correio da Paraíba")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
425.	Pra escola agora eu vou (Revista "Nova Escola")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
426.	Professora sem-terra faz "Mandamentos do cidadão" (Jornal "O São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
427.	Rebelião na América miserável (Jornal "Zero Hora")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
428.	Respeitando a voz do aluno	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes

429.	Saquear mercearias é aberração, diz Stédile (Jornal "Folha de São Paulo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
430.	Sem Terra acampam em avenida exigindo cumprimento de acordo (Jornal "O Povo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
431.	Sem-terra acampam em avenida (Jornal "O Povo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
432.	Sem-terra agora vão lutar por escolas (Jornal "Correio Braziliense")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
433.	Sem-terra: a odisséia de ontem e hoje ("Jornal O Pedritense")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
434.	Sem-terra moldam as crianças que serão líderes no ano 2000 (Jornal "Zero Hora")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
435.	Sem-terra ocupam ministério e arrombam porta de Jungmann (Jornal "O Povo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
436.	Sem-terra reivindicam alfabetização (Jornal "O Povo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
437.	Sem-Terrinhas Fazem Encontro (Jornal Diário)	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
438.	Trabalhadores rurais (Jornal "O Povo")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes
439.	Um morto e vários desaparecidos (Jornal "O Momento")	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings - Recortes

440.	REUNIÃO COLETIVO DE RP	Comunicação	Relações Públicas	Atas de Reunião
441.	PREMIO EDUCAÇÃO RS 1998	Comunicação	Relações Públicas	Diplomas e Fotos de Premiações
442.	PRÊMIO EDUCAÇÃO RS 1998	Comunicação	Relações Públicas	Diplomas e Fotos de Premiações
443.	Não consta	Comunicação	Relações Públicas	Manifestações de Solidariedade
444.	Não consta	Comunicação	Relações Públicas	Manifestações de Solidariedade
445.	MEDALHA DA INCONFIDÊNCIA.	Comunicação	Relações Públicas	Diplomas e Fotos de Premiações
446.	Não consta	Comunicação	Relações Públicas	Diplomas e Fotos de Premiações
447.	SINPRO/RS - Sindicato Cidadão	Comunicação	Relações Públicas	Diplomas e Fotos de Premiações
448.	THE RIGHT LIVELIHOOD AWARD	Comunicação	Relações Públicas	Diplomas e Fotos de Premiações
449.	Não consta	Comunicação	Relatos de Experiências	Relatos
450.	Não consta	Comunicação	Relatos de Experiências	Relatos
451.	Não consta	Comunicação	Relatos de Experiências	Relatos
452.	Não consta	Comunicação	Relatos de Experiências	Relatos
453.	O MST e a Sociedade. Sobre a Imagem Pública do MST	Comunicação	Relações Públicas	Textos de Orientação
454.	Sobre a Pesquisa Vox Populi/CNA	Comunicação	Relações Públicas	Textos de Orientação
455.	Sobre nossa relação com outras organizações	Comunicação	Relações Públicas	Textos de Orientação

456.	Agricultores Sem-Terra Não Me Toque. Conheça o Outro Lado da História	Comunicação	Relações Públicas	Dossiê Textos de Orientação
457.	Boletim Informativo do MST/PR - nº2, março/abril	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
458.	Informativo MST - nº 30, maio/junho	Comunicação	Elaboração de Publicações	Dossiê Comunicação
459.	Prêmio "Educação e Participação" - UNICEF	Comunicação	Relações Públicas	
460.	Evento não identificado 1	Comunicação	Registro Fotográfico	
461.	Evento não identificado 10	Comunicação	Registro Fotográfico	
462.	Evento não identificado 11	Comunicação	Registro Fotográfico	
463.	Evento não identificado 12	Comunicação	Registro Fotográfico	
464.	Evento não identificado 13	Comunicação	Registro Fotográfico	
465.	Evento não identificado 13 - Equipe de Educação / RS - julho 1989	Comunicação	Registro Fotográfico	
466.	Evento não identificado 14 - Brasília	Comunicação	Registro Fotográfico	
467.	Evento não identificado 14 - Brasília	Comunicação	Registro Fotográfico	
468.	Evento não identificado 15	Comunicação	Registro Fotográfico	
469.	Evento não identificado 16	Comunicação	Registro Fotográfico	
470.	Evento não identificado 17	Comunicação	Registro Fotográfico	
471.	Evento não identificado 18	Comunicação	Registro Fotográfico	
472.	Evento não identificado - 19	Comunicação	Registro Fotográfico	

473.	Evento não identificado 2	Comunicação	Registro Fotográfico	
474.	Evento não identificado 3	Comunicação	Registro Fotográfico	
475.	Evento não identificado 4	Comunicação	Registro Fotográfico	
476.	Evento não identificado 5	Comunicação	Registro Fotográfico	
477.	Evento não identificado 6	Comunicação	Registro Fotográfico	
478.	Evento não identificado 7	Comunicação	Registro Fotográfico	
479.	Evento não identificado 8	Comunicação	Registro Fotográfico	
480.	Evento não identificado 9	Comunicação	Registro Fotográfico	
481.	Eventos Diversos	Comunicação	Registro Fotográfico	
482.	Imagens não identificadas	Comunicação	Registro Fotográfico	
483.	Agenda 94. Contra a Fome e a Miséria. Reforma Agrária Já	Comunicação	Divulgação	Agendas
484.	MST - Documentário - I Encontro de Educadores de Jovens e Adultos da Reforma Agrária - ENEJA	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
485.	MST - Documentário - O Arquiteto da Violência	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
486.	MST - Documentário - O Futuro da Terra	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
487.	MST - Documentário - O Sonho de Rose	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
488.	MST - Documentário - Qual é o Jeito Zé?	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
489.	MST - Documentário -	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

	Raíz Forte		MST	
490.	MST - Documentário - Uma Luta de Todos - O MST pelo MST	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
491.	MST - Noticiários TV 01/01/97 a 21/01/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
492.	MST - Noticiários TV 01/03/00 a 22/03/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
493.	MST - Noticiários TV 01/05/97 a 06/05/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
494.	MST - Noticiários TV 01/05/98 a 14/05/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
495.	MST - Noticiários TV 01/07/96 a 08/07/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
496.	MST - Noticiários TV 01/07/99 a 14/07/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
497.	MST - Noticiários TV 01/09/98 a 11/09/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
498.	MST - Noticiários TV 01/10/96 a 23/10/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
499.	MST - Noticiários TV 02/02/00 a 29/02/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
500.	MST - Noticiários TV 02/02/99 a 09/02/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
501.	MST - Noticiários TV 02/06/97 a 16/06/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
502.	MST - Noticiários TV 02/07/97 a 10/07/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
503.	MST - Noticiários TV 02/10/96 a 07/11/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
504.	MST - Noticiários TV 02/11/98 a	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

	07/11/98		MST	
505.	MST - Noticiários TV 02/12/98 a 26/12/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
506.	MST - Noticiários TV 03/03/97 a 19/03/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
507.	MST - Noticiários TV 03/04/00 a 14/04/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
508.	MST - Noticiários TV 03/12/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
509.	MST - Noticiários TV 04/02/97 a 17/02/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
510.	MST - Noticiários TV 04/06/99 a 12/06/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
511.	MST - Noticiários TV 04/07/97 a 14/04/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
512.	MST - Noticiários TV 04/08/97 a 12/08/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
513.	MST - Noticiários TV 04/08/98 a 21/08/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
514.	MST - Noticiários TV 04/12/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
515.	MST - Noticiários TV 04/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
516.	MST - Noticiários TV 06/05/97 a 12/05/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
517.	MST - Noticiários TV 07/04/98 a 15/04/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
518.	MST - Noticiários TV 07/07/98 a 21/07/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
519.	MST - Noticiários TV 07/11/96 a	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

	29/11/96		MST	
520.	MST - Noticiários TV 08/11/99 a 18/11/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
521.	MST - Noticiários TV 08/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
522.	MST - Noticiários TV 09/02/98 a 11/02/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
523.	MST - Noticiários TV 09/06/98 a 25/06/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
524.	MST - Noticiários TV 09/07/99 a 23/07/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
525.	MST - Noticiários TV 09/08/00 a 15/08/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
526.	MST - Noticiários TV 09/10/97 a 23/10/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
527.	MST - Noticiários TV 09/10/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
528.	MST - Noticiários TV 10/03/98 a 19/03/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
529.	MST - Noticiários TV 10/07/97 a 22/07/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
530.	MST - Noticiários TV 10/10/00 a 03/11/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
531.	MST - Noticiários TV 11/02/99 a 26/03/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
532.	MST - Noticiários TV 11/09/96 a 13/09/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
533.	MST - Noticiários TV 11/09/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
534.	MST - Noticiários TV 11/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

			MST	
535.	MST - Noticiários TV 12/09/00 a 13/09/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
536.	MST - Noticiários TV 12/09/97 a 22/09/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
537.	MST - Noticiários TV 12/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
538.	MST - Noticiários TV 13/01/98 a 19/01/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
539.	MST - Noticiários TV 13/08/97 a 22/08/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
540.	MST - Noticiários TV 13/09/00 a 14/09/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
541.	MST - Noticiários TV 14/03/99 a 31/03/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
542.	MST - Noticiários TV 14/04/97 a 17/04/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
543.	MST - Noticiários TV 14/04/97 a 17/04/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
544.	MST - Noticiários TV 14/05/97 a 16/05/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
545.	MST - Noticiários TV 14/05/98 a 19/05/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
546.	MST - Noticiários TV 14/06/96 a 29/06/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
547.	MST - Noticiários TV 14/09/00 a 17/09/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
548.	MST - Noticiários TV 15/04/00 a 19/04/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
549.	MST - Noticiários TV 15/05/00 a	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

	23/05/00		MST	
550.	MST - Noticiários TV 15/07/96 a 30/07/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
551.	MST - Noticiários TV 15/09/98 a 25/09/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
552.	MST - Noticiários TV 15/10/98 a 23/10/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
553.	MST - Noticiários TV 16/02/99 a 17/02/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
554.	MST - Noticiários TV 16/06/00 a 03/07/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
555.	MST - Noticiários TV 16/06/97 a 23/06/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
556.	MST - Noticiários TV 16/08/00 a 11/09/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
557.	MST - Noticiários TV 16/08/96 a 30/08/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
558.	MST - Noticiários TV 17/01/00 a 27/01/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
559.	MST - Noticiários TV 17/02/97 a 18/02/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
560.	MST - Noticiários TV 17/04/97 a 19/04/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
561.	MST - Noticiários TV 17/04/97 a 19/04/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
562.	MST - Noticiários TV 17/04/98 a 29/04/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
563.	MST - Noticiários TV 17/06/96 a 20/06/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
564.	MST - Noticiários TV 17/06/97 a	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

	18/06/97		MST	
565.	MST - Noticiários TV 17/09/00 a 20/09/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
566.	MST - Noticiários TV 17/11/98 a 28/11/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
567.	MST - Noticiários TV 18/08/99 a 23/08/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
568.	MST - Noticiários TV 19/02/97 a 26/02/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
569.	MST - Noticiários TV 19/03/98 a 30/03/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
570.	MST - Noticiários TV 19/04/00 a 21/05/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
571.	MST - Noticiários TV 19/04/97 a 01/05/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
572.	MST - Noticiários TV 19/11/99 a 25/11/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
573.	MST - Noticiários TV 20/01/99 a 28/01/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
574.	MST - Noticiários TV 20/03/97 a 02/04/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
575.	MST - Noticiários TV 20/05/97 a 10/06/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
576.	MST - Noticiários TV 20/09/00 a 26/09/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
577.	MST - Noticiários TV 20/11/96 a 05/12/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
578.	MST - Noticiários TV 21/01/97 a 23/01/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
579.	MST - Noticiários TV 21/05/98 a	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

	26/05/98		MST	
580.	MST - Noticiários TV 21/07/00 a 08/08/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
581.	MST - Noticiários TV 21/08/97 a 27/08/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
582.	MST - Noticiários TV 21/09/00 a 23/09/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
583.	MST - Noticiários TV 22/04/00 a 24/04/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
584.	MST - Noticiários TV 22/07/97 a 04/08/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
585.	MST - Noticiários TV 22/07/98 a 04/08/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
586.	MST - Noticiários TV 22/12/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
587.	MST - Noticiários TV 23/03/00 a 04/04/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
588.	MST - Noticiários TV 23/06/97 a 02/07/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
589.	MST - Noticiários TV 23/09/97 a 29/09/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
590.	MST - Noticiários TV 24/05/00 a 02/06/00	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
591.	MST - Noticiários TV 24/08/99 a 22/09/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
592.	MST - Noticiários TV 25/05/98 a 06/06/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
593.	MST - Noticiários TV 25/06/98 a 06/07/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
594.	MST - Noticiários TV 25/06/99 a	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

	29/06/99		MST	
595.	MST - Noticiários TV 25/11/99 a 28/12/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
596.	MST - Noticiários TV 26/02/99 a 10/03/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
597.	MST - Noticiários TV 26/05/98 a 29/05/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
598.	MST - Noticiários TV 26/07/99 a 17/08/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
599.	MST - Noticiários TV 26/08/99 a 08/10/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
600.	MST - Noticiários TV 27/06/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
601.	MST - Noticiários TV 27/06/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
602.	MST - Noticiários TV 27/06/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
603.	MST - Noticiários TV 27/06/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
604.	MST - Noticiários TV 27/08/97 a 11/09/97	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
605.	MST - Noticiários TV 27/09/99 a 06/11/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
606.	MST - Noticiários TV 28/05/99 a 31/05/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
607.	MST - Noticiários TV 28/12/97 a 08/01/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
608.	MST - Noticiários TV 30/07/96 a 09/08/96	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
609.	MST - Noticiários TV 30/09/97 a	Comunicação	Monitoramento da Imagem do	Clippings

	11/10/97		MST	
610.	MST - Noticiários TV 31/08/98 a 06/04/98	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
611.	MST - Noticiários TV 31/12/98 a 16/01/99	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
612.	MST - Noticiários TV período em pesquisa	Comunicação	Monitoramento da Imagem do MST	Clippings
613.	III Encontro Intermunicipal de Cultura	Cultura	Participação em Eventos	Dossiê Encontro Intermunicipal de Cultura
614.	II Oficina Nacional dos Músicos e Comunicadores do MST	Cultura	Realização de Eventos	Dossiê Oficina Nacional dos Músicos e Comunicadores do MST
615.	I Oficina Nacional dos Músicos e Comunicadores do MST	Cultura	Realização de Eventos	Dossiê I Oficina Nacional dos Músicos e Comunicadores do MST
616.	Não consta	Cultura	Realização de Eventos	Dossiê Eventos Diversos
617.	Não consta	Cultura	Elaboração de Músicas, Poesias e Partituras	Letras de Música
618.	Não consta	Cultura	Elaboração de Músicas, Poesias e Partituras	Partituras
619.	Não consta	Cultura	Elaboração de Músicas, Poesias e Partituras	Poesias
620.	Formação e capacitação musical dos acampamentos e assentamentos do MST	Cultura	Elaboração de Projetos	Projetos
621.	Não consta	Cultura	Elaboração de Projetos	Projetos

622.	Relatório da visita aos acampamentos da região sul de Sergipe - músicos do MST	Cultura	Elaboração de Relatórios	Relatórios
623.	Relatório do projeto "educação com arte nas escolas de assentamentos de reforma agrária" desenvolvido nas escolas de Itapuí e São Pedro	Cultura	Elaboração de Relatórios	Relatórios
624.	Elaboração de músicas, poesias e partituras	Cultura	Elaboração de Músicas, Poesias e Partituras	Fitas Cassete
625.	II Oficina Nacional de Músicos	Cultura	Realização de Eventos	Dossiê Oficina Nacional dos Músicos e Comunicadores do MST
626.	I Oficina Nacional de Músicos	Cultura	Realização de Eventos	Dossiê I Oficina Nacional dos Músicos e Comunicadores do MST
627.	I Oficina Nacional de Músicos do MST	Cultura	Realização de Eventos	Dossiê I Oficina Nacional dos Músicos e Comunicadores do MST
628.	Conquistar a Terra - Encontro Nacional dos Sem Terra - Regional Sul	Direção	Congressos e Encontros Nacionais	Dossiê Encontro Nacional dos Sem Terra
629.	MST rumo ao 3º Congresso Nacional	Direção	Congressos e Encontros Nacionais	Dossiê 3º Congresso Nacional
630.	Reforma Agrária: por um país sem latifúndio!	Direção	Congressos e Encontros Nacionais	Dossiê 4º Congresso Nacional
631.	Reforma Agrária: por um país sem latifúndio!	Direção	Congressos e Encontros Nacionais	Dossiê 4º Congresso Nacional
632.	A Função dos Núcleos de Militantes no MST	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
633.	As Instâncias Nacionais e	Direção	Estrutura e	Normas Gerais do

	Estaduais		Funcionamento	MST
634.	Normas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - De Caráter Nacional	Direção	Estrutura e Funcionamento	Normas Gerais do MST
635.	Vamos organizar a base do MST, Cartilha nº 2	Direção	Estrutura e Funcionamento	Normas Gerais do MST
636.	Vamos organizar a base do MST, Cartilha nº 2	Direção	Estrutura e Funcionamento	Normas Gerais do MST
637.	Estrutura do MST	Direção	Estrutura e Funcionamento	Organogramas
638.	A Disciplina no MST	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
639.	A Organicidade Necessária	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
640.	Como escolher as instâncias no MST	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
641.	Contribuição para o debate dos núcleos	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
642.	Delegar atividades, capacitar militantes	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
643.	Política de quadros	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
644.	Secretarias: nosso "cartão de visitas" - sugestões para um ambiente organizado e bonito	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
645.	Só dirige, quem sabe!	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
646.	Sugestões para condução de reuniões nacionais	Direção	Estrutura e Funcionamento	Textos de Orientação
647.	Informações básicas para lideranças do MST	Direção	Política de Organização e Ação	Apostilas de Análise Política e Sócio-Econômica
648.	Não consta	Direção	Política de Organização e Ação	Apostilas de Análise Política e Sócio-Econômica

649.	Programa agrário - A Realidade Agrária Brasileira - A Reforma Agrária Necessária	Direção	Política de Organização e Ação	Apostilas de Análise Política e Sócio-Econômica
650.	Sinopse de dados sócio-econômicos do Brasil	Direção	Política de Organização e Ação	Apostilas de Análise Política e Sócio-Econômica
651.	A Reforma Agrária e as Eleições	Direção	Política de Organização e Ação	Livretos de Organização e Ação Política
652.	A Reforma Agrária e as Eleições	Direção	Política de Organização e Ação	Livretos de Organização e Ação Política
653.	Documento básico do MST - documento para debate e revisão durante 1994/95	Direção	Política de Organização e Ação	Livretos de Organização e Ação Política
654.	Entendendo a realidade para acertar a prática	Direção	Política de Organização e Ação	Livretos de Organização e Ação Política
655.	Entendendo a realidade para acertar a prática	Direção	Política de Organização e Ação	Livretos de Organização e Ação Política
656.	Programa Agrário do MST. A Realidade Agrária Brasileira: I. O Desenvolvimento do Capitalismo; II. As Classes Sociais no Campo; III. Os Problemas Agrários existentes.	Direção	Política de Organização e Ação	Textos
657.	Quem pode trabalhar pelo MST no congresso	Direção	Política de Organização e Ação	Textos
658.	A Igreja, A Reforma Agrária e o MST	Direção	Política de Organização e Ação	Textos
659.	A Reforma Agrária e a Política de Alianças	Direção	Política de Organização e Ação	Textos
660.	Conjuntura no Campo	Direção	Política de Organização e Ação	Textos

661.	Instalação do Conselho Estadual (PRONERA) - Constituição da Coordenação Estadual PRONERA - Ata N° 01/98	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Piauí
662.	Avaliação do seminário setorial do SPEP	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
663.	Caderno de Orientação para Reuniões	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Maranhão
664.	Cartilha Preparatória ao Encontro Estadual do MST/PB - Ano de 1996	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual da Paraíba
665.	Não consta	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
666.	Não consta	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Ceará
667.	Compromisso de todo militante do MST	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
668.	A disciplina no MST - RS	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
669.	Assembleia Estadual dos Sem Terra	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
670.	Seminário da direção ampliada	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
671.	Planejamento para 1996	Direção	Planejamento e Avaliação	Planejamentos da Direção Nacional
672.	Planejamento para o ano de 1998 - regional do litoral	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Ceará
673.	Linhas políticas para 93	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
674.	Plano de atividades	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul

675.	Planejamento de metas para 1996	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
676.	2º Encontro estadual dos assentados do estado do Ceará - MST	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Ceará
677.	Jornada de luta 10 de dezembro	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Ceará
678.	Programação do 1º encontro estadual dos jovens do MST	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Mato Grosso do Sul
679.	Como enfrentar os desafios	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
680.	Proposta da programação e metodologia dos encontros regionais	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Ceará
681.	Questionário de preparação para o encontro sobre a família, a luta e o Movimento	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
682.	Regimento interno - assentamento FLONIBRA	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Espírito Santo
683.	Relação de assentamentos no Pa[raná]	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Paraná
684.	Avaliação da DN	Direção	Planejamento e Avaliação	Relatórios de Avaliação
685.	Avaliação das regionais - regional do litoral	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Ceará
686.	Não consta	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
687.	Relatório da audiência com o governador do estado de São Paulo	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual de São Paulo
688.	Síntese das avaliações vindas das regionais -	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Paraná

	MST - Paraná 1992			
689.	Sobre as reuniões nacionais	Direção	Planejamento e Avaliação	Relatórios de Avaliação
690.	Roteiro do ato de abertura - XVII encontro estadual	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual
691.	A História do MST (1979-1997) - Estado da Paraíba	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual da Paraíba
692.	Igreja e sociedade - Igreja e problemas	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
693.	Método de direção	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
694.	Uma das Causas de Muitos Problemas Internos do MST/RS	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Rio Grande do Sul
695.	Coordenação Estadual do Ceará	Direção	Coordenações Estaduais	Dossiê Coordenação Estadual do Ceará
696.	A Escalada da Violência no Paraná	Direitos Humanos	Divulgação	Panfletos
697.	Conferência Mundial dos Direitos Humanos - ONU	Direitos Humanos	Divulgação	Panfletos
698.	Trabalhador rural torturado no estado do Paraná	Direitos Humanos	Divulgação	Panfletos
699.	Tribunal dos crimes do latifúndio - Absolve 6 colonos condenados pelo Judiciário	Direitos Humanos	Divulgação	Livretos
700.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
701.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
702.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
703.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA

704.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
705.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
706.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
707.	Cursos de alfabetização	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
708.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
709.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
710.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
711.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
712.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
713.	Experiência de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos do Maranhão	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
714.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
715.	Relatório da primeira etapa - formação de monitores de alfabetização de jovens e adultos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
716.	Relatório do EJA do mês de fevereiro/97	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
717.	Avaliação na alfabetização de adultos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
718.	Práticas alfabetizadoras no Brasil e idéias adjacentes	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
719.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
720.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA

721.	Colonos mudam planos. Haverá menos invasões (Jornal "Zero Hora")	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
722.	Dois milhões de gaúchos são analfabetos funcionais (Jornal "Zero Hora")	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
723.	Homem do campo se alfabetiza	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
724.	Metade dos colonos nunca aprendeu a ler (Jornal "Zero Hora")	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
725.	Paulo Freire abre campanha de alfabetização (Jornal "Zero Hora")	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
726.	Paulo Freire entra na vida dos colonos (Jornal "Zero Hora")	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
727.	Uma nova invasão: as letras chegam ao campo (Jornal "Zero Hora")	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
728.	Valêncio decifra as palavras / Monitores evitam apontar erros	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
729.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
730.	Como se monta um projeto de alfabetização de jovens e adultos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
731.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
732.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
733.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
734.	Não consta	Educação	Realização de	Dossiê Cursos de

			Cursos	Alfabetização / EJA
735.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
736.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
737.	Programa da EJA - Educação de Jovens e Adultos de Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária - ANCA	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
738.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
739.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
740.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
741.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
742.	O ensino da matemática na educação de adultos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
743.	Organicidade da EJA	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
744.	Proposta do Rio Grande do Sul para uma política de alfabetização	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
745.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
746.	Alfabetização de Adultos e Crianças: Qual a Diferença?	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
747.	Como organizar a alfabetização de adultos nos assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
748.	Objeto gerador - Escola Cooperativa - Tema gerador - Área de lazer	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
749.	Objeto gerador - Escola Cooperativa - Tema gerador -	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento

	horta de ervas medicinais			
750.	Plano de curso escola Construindo Caminho	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
751.	Conteúdos prioritários de matemática de 5ª a 8ª série para escolas de assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
752.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
753.	Projeto da Escola Popular de 1ª a 8ª séries dos Assentamentos Rurais do Estado do Espírito Santo	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
754.	Construção de uma proposta pedagógica para escolas de assentamentos: uma contribuição inicial	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
755.	Esboço de Proposta Curricular para o Ensino de Geografia (Estudos Sociais) em Escolas de Assentamento e Acampamento	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
756.	Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos (documento para discussão)	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
757.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
758.	Proposta de Orientação Curricular para as Escolas de Assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento

759.	Proposta pedagógica do movimento sem terra para as escolas de acampamentos e assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
760.	Roteiro para uma filosofia e uma psicologia da educação nos assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
761.	Trabalho de motivação junto às crianças para levá-las a descobrir ou propor as palavras geradoras	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
762.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
763.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
764.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
765.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
766.	Por uma escola do MST	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
767.	Sujestão (sic) de roteiro para planejamento escolar	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
768.	Como fazer a escola que queremos?	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
769.	Educação nos assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
770.	Agenda Escolar 1995. Escola Estadual de 1º Grau 29 de Outubro	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
771.	Cartilha de Alfabetização 25 de Maio	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
772.	Relatório da reunião de planejamento da	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento

	Escola Santa Clara.			
773.	Avaliação das Discussões nos Assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
774.	Avaliação Setor Educação - Região Centro MST.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
775.	Consideração acerca do texto distribuído para debate nos Estados	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
776.	Escolas de Assentamentos do Espírito Santo. Avaliação de 1994.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
777.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
778.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
779.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
780.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
781.	Escola Agrícola "30 de Outubro", Formandos 94. Assentamento dos Patos.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
782.	Escola de Assentamento "30 de outubro".	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
783.	FORMANDOS 1997 - ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU ROSELI CORREIA DA SILVA	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
784.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
785.	Encontro nos assentamentos do estado - MST	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
786.	DECRETO Nº 34.362	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento

787.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
788.	10 Anos de Lutas e Conquistas	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
789.	Experiência da Escola Agrícola 25 de Maio - Fraiburgo.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
790.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
791.	História de Vida.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
792.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
793.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
794.	Parecer dos pais em relação ao manifesto feito pelas crianças	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
795.	Planejamento Anual. Escola Construindo o Caminho - Assentamento Conquista na Fronteira.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
796.	Planejamento Escolar - 1994	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
797.	Planejamento Mensal Escola de 1º Grau "Assentamento União"	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
798.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
799.	Necessidades básicas da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
800.	Necessidades básicas da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
801.	Projeto de material educativo/Qualidade e na educação	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento

802.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
803.	Acampamentos - Setor Educação	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
804.	Distribuição das turmas do Projeto Mova	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
805.	Endereços das Escolas de Assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
806.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
807.	Relação das Escolas dos Assentamentos do Estado SC	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
808.	Relação de professores - distribuição do material	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
809.	A Negociação do Húmus	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
810.	Escola Cooperativa Construindo Caminho - A Negociação do Húmus	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
811.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
812.	Relatório de aulas relacionadas com os temas geradores	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
813.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
814.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
815.	RESOLUÇÃO Nº 2.495/86	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
816.	Conte sua História de Sem-Terra Para os Seus Filhos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
817.	Às(aos) educadoras(es)	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento

818.	Escola Agrícola de 1º grau 25 de maio - Faxinal dos Domingues II	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
819.	ESCOLA MARGARIDA ALVES - ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
820.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
821.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
822.	O jovem e a Educação.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
823.	Reforma Agrária - teatro produzido pelos alunos da 8ª série	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
824.	Trabalho de Construção da Cartilha: A História de uma luta de todos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
825.	Trabalho de Cooperação na Escola	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
826.	Compromisso com a cidadania plena. Tribuna de Pontão - Outubro de 1995, Nº 4, ANO I.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
827.	Educação. "Saber interpretar a realidade".	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
828.	Realização de cursos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
829.	Escola Itinerante em Acampamentos do MST	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
830.	Escola Itinerante para Acampamentos do Movimento Sem Terra do Rio Grande do Sul	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
831.	O que é escola itinerante?	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento

832.	Proposta pedagógica: escola itinerante para acampamento do Movimento Sem-Terra do Rio Grande do Sul	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
833.	Aprovada a Escola Itinerante para os Sem-Terrinha	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento
834.	O vento que levou a escola itinerante, não levou a esperança dos que nela acreditam.	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento
835.	Diário de Canoas Nº1.504. Sem-terra terão Escola Itinerante	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas Itinerantes
836.	Milton Santos - o cidadão do mundo	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
837.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNIJUÍ)
838.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
839.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
840.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNEMAT/EMP AER)
841.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
842.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
843.	Perfil dos Estudantes de Pedagogia	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNIJUÍ)
844.	Curso Político-Pedagógica dos Professores dos Assentamentos e Acampamentos do NE II	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos

845.	Programação do 2º curso de capacitação de educadores de jovens e adultos - EJA	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
846.	Capacitação dos Coordenadores e Monitores de Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
847.	II Projeto PRONERA 1999/2000: Educação e Capacitação para a Alfabetização Ampla de Jovens e Adultos nas Diferentes Áreas do Conhecimento (1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental)	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
848.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
849.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNEMAT/EMP AER)
850.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNIJUI)
851.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
852.	Relatório da Assessoria com Professores e Monitores da Região de Cantagalo/Paraná	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
853.	Relatório de cursos e convênios SINE-SC/FAPEU-UFSC/CCS-SC	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
854.	Relatório do curso de professores	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos

855.	Relatórios do Programa de Capacitação de Professores das Áreas de Carvoaria do Estado do Mato Grosso do Sul - Projeto Combatendo o Trabalho Infantil	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
856.	Algumas Reflexões	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNIJUÍ)
857.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
858.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNIJUÍ)
859.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNIJUÍ)
860.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
861.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
862.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
863.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
864.	Ementa da Habilitação de Curso Técnico em Agropecuária	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
865.	Curso preparatório aos exames supletivos de 1º grau	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
866.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
867.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
868.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
869.	Não consta	Educação	Realização de	Dossiê Outros

			Cursos	Cursos
870.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
871.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
872.	Informes do curso de magistério - PB	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
873.	Cursos Regionais de Preparação de Monitores para Alfabetização de Jovens e Adultos nos Assentamentos e Acampamentos do MST	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
874.	Curso de formação política para os profs de assentamento do RS	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
875.	Curso de monitores	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
876.	Curso regional de pedagogia - nordeste I	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
877.	Curso sobre metodologia da educação popular	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
878.	Capacitação de professores de escolas rurais da região do Pontal do Paranapanema	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
879.	Capacitação e Treinamento de Professores dos Assentamentos do Estado de Minas Gerais	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
880.	Educação com Arte nas Escolas de Assentamento da Reforma Agrária	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
881.	Educação com Arte nas Escolas de Assentamento da Reforma Agrária	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos

882.	Equipe de educação dos assentamentos de sem-terra do RS (EEAST/RS) - Solicitação de recursos à AEC do Brasil	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
883.	Equipe de educação dos assentamentos de sem-terra do RS (EEAST/RS) - Solicitação de recursos à AEC do Brasil	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
884.	Laboratório Organizacional de Centro (LOCE) para Professores dos Assentamentos da Região Sul do Brasil	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
885.	Projeto de Capacitação e Organização de Professores de Assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
886.	Projeto para a Criação de uma Escola Alternativa de 1º Grau com Formação Específica para o Trabalho no Meio Rural	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
887.	Curso de formação de monitores de alfabetização de adultos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
888.	Curso para o magistério rural	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
889.	Proposta de grade curricular	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
890.	Curso de Formação Político-Pedagógica para Professores de Assentamento	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
891.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos

892.	1º Curso de Formação para Professores de Assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
893.	Capacitação de professores em áreas de assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
894.	Curso de formação para professores dos assentamentos de agric. Sem-terra do RS	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
895.	Encontros de Estudo e Reflexão da Equipe de Educação dos Assentamentos de Sem Terra do RS	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
896.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
897.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
898.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
899.	Relatório do Curso de Formação Político Pedagógico para Professores de Assentamentos e Acampamentos das Regiões RS, SC, PR, SP, DF, MS, RO	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
900.	Relatório do Curso sobre Educação no Assentamento Rural	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
901.	Roteiro de relatórios para programas de capacitação	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
902.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
903.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia

904.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
905.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
906.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
907.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
908.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
909.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
910.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
911.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
912.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
913.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
914.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
915.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
916.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
917.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
918.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Nacional de Pedagogia
919.	Não consta	Educação	Realização de	Dossiê Curso Nacional de

			Cursos	Pedagogia
920.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
921.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
922.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
923.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
924.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
925.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
926.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
927.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
928.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
929.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
930.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
931.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
932.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
933.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
934.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
935.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
936.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
937.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
938.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
939.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários

940.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
941.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
942.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
943.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
944.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
945.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
946.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
947.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
948.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
949.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
950.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
951.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
952.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
953.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
954.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
955.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
956.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
957.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
958.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
959.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
960.	Não consta	Educação	Realização de	Dossiê Oficinas

			Eventos	
961.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
962.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
963.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
964.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
965.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
966.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
967.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
968.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
969.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
970.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
971.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
972.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
973.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
974.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
975.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
976.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
977.	Memória da III Oficina de Capacitação de Professores e Professoras de Assentamentos e Acampamentos da Regional de Cruz Alta do MST (Cadernos Unijuí)	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas

978.	Memória da II Oficina de Capacitação de Professores e Professoras de Assentamentos e Acampamentos da Regional de Cruz Alta do MST (Cadernos Unijuí)	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
979.	Memória da Oficina "Capacitação de Professores e Professoras de Assentamentos e Acampamentos da Regional de Cruz Alta do MST" (Cadernos Unijuí)	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
980.	Tentando Conhecer os Sujeitos Alunos das Escolas de Assentamento e Acampamento (Cadernos Unijuí)	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
981.	Construção da Educação Popular	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
982.	Escola de Assentamento	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
983.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
984.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
985.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
986.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
987.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
988.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
989.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
990.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
991.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros

992.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
993.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
994.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
995.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
996.	A Prática de Uma Utopia	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
997.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
998.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
999.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1000.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1001.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1002.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1003.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1004.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1005.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1006.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1007.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1008.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1009.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1010.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1011.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1012.	Não consta	Educação	Realização de	Dossiê Encontros

			Eventos	
1013.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1014.	A Escrita na Vida do Adulto	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1015.	Como Trabalhar o Jornal Sem Terra em Sala de Aula	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1016.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1017.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1018.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1019.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1020.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1021.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1022.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1023.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1024.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1025.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1026.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1027.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1028.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1029.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1030.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1031.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1032.	Não consta	Educação	Realização de	Dossiê Encontros

			Eventos	
1033.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1034.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1035.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1036.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1037.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1038.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1039.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1040.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1041.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1042.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1043.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1044.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1045.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1046.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1047.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1048.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1049.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1050.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1051.	Cartilha: Mobilização Infanto-Juvenil/96	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1052.	Não consta	Educação	Realização de	Dossiê Outros

			Eventos	Eventos
1053.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1054.	Jornada Pedagógica Profs. Assentam. Reg. POA	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1055.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1056.	Jornada Pedagógica - Programa de Formação de Professores das Escolas dos Assentamentos da Reforma Agrária - UFRGS	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1057.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1058.	Livro de canções - Conferência Nacional: Por uma Educação Básica no Campo	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1059.	Texto Base - Conferência Nacional: por uma Educação Básica no Campo	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1060.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1061.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1062.	Primeira jornada infanto-juvenil ds crianças e adolescentes dos assentamentos	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1063.	Jornada Pedagógica das Escolas dos Assentamentos de Reforma Agrária	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1064.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos

1065.	Conclusões da I Conferência Nacional: por uma educação básica do campo (cap. 3)	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1066.	Documento de Trabalho nº1 - Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1067.	O que entendemos por "Educação Básica do Campo?"	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1068.	Orientações gerais sobre a mobilização infantil no MST	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1069.	Por uma educação básica no campo (Coleção "Por uma Educação Básica no Campo", nº 1)	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1070.	Projeto Popular e Escolas do Campo (Coleção Por uma Educação Básica do Campo Nº 03)	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1071.	3º Concurso Nacional para Estudantes do MST	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1072.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1073.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1074.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1075.	Brasil: quantos anos você tem?	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1076.	Brasil quantos anos você tem? Trabalhos escolhidos no concurso nacional de redações e desenhos realizados pelo MST em 2000	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos

1077.	Desenhando o Brasil - trabalhos escolhidos no concurso nacional de redações e desenhos realizados pelo MST em 1998	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1078.	Plantando Seremos Milhões	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1079.	Trabalhos Escolhidos em 1999 - Concurso Nacional Feliz Aniversário MST	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1080.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1081.	1999: Feliz Aniversário MST	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1082.	Concurso Nacional de Redações e Desenhos para Escolas dos Assentamentos e Acampamentos do MST	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1083.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1084.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1085.	Caderno de teses do XXIV congresso nacional dos trabalhadores em educação	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Congressos
1086.	Tese unitária do XXV congresso nacional dos trabalhadores em educação	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Congressos
1087.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos
1088.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Encontros
1089.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e	Dossiê Outros Eventos

			Cursos Externos	
1090.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos
1091.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos
1092.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Encontros
1093.	Educação para um Brasil cidadão	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Encontros
1094.	I Seminário Integração e Avaliação Pedagógica para Escolas de Assentamentos	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos
1095.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Encontros
1096.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Encontros
1097.	A Universidade e o MST - Tecendo os Fios da Aproximação	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos
1098.	III seminário internacional sobre reestruturação curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos
1099.	Iº seminário de intercâmbio entre as escolas agrícolas do meio oeste e oeste catarinense	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Seminários
1100.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Encontros
1101.	Não consta	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos

1102.	A Educação no Contexto da Questão Agrária	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Encontros
1103.	A Escola nos Assentamentos dos Sem Terra	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos
1104.	O Desenvolvimento da Educação em Cuba	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Congressos
1105.	José Martí fala às crianças da América	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1106.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1107.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1108.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1109.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1110.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1111.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1112.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1113.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1114.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1115.	Mãos Dadas	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1116.	Produção textual	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1117.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1118.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1119.	Aquela Fazenda Já Não Era a Mesma	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1120.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos

1121.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1122.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1123.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1124.	Libertação da Terra	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1125.	Libertar a nossa terra	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1126.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1127.	Mandamentos para agir no Brasil hoje	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1128.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1129.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1130.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1131.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1132.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1133.	Relatório agrícola de granja - Ceará	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1134.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1135.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1136.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1137.	A Importância da Prática na Aprendizagem das Crianças	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1138.	Educadores populares	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1139.	Escola e Trabalho Produtivo	Educação	Produção Textual	Textos Diversos

1140.	Escolas de Assentamentos e Acampamentos: Enfrentar os Desafios para Transformar a Realidade	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1141.	Linhas de educação para as escolas dos assentamentos	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1142.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1143.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1144.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1145.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1146.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1147.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1148.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1149.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1150.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1151.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1152.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1153.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1154.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1155.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1156.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1157.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos

1158.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1159.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1160.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1161.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1162.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1163.	O "currículo das escolas do MST"	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1164.	O movimento sem terra e a questão da educação	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1165.	Revisão do Documento Básico do MST	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1166.	Setor de Educação da Direção Estadual do MST	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1167.	A Flora Brasileira	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1168.	Da Escravidão para a Terra da Liberdade	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1169.	Educação! Direito de Todos! Este Direito Está Sendo Respeitado?	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1170.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1171.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1172.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1173.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1174.	Nossas Culturas	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1175.	Não consta	Educação	Produção Textual	Textos Diversos
1176.	Não consta	Educação	Realização de	Dados Estatísticos

			Pesquisa	
1177.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1178.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1179.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1180.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1181.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1182.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Entrevistas
1183.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1184.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1185.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Formulários
1186.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1187.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Formulários
1188.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Formulários
1189.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Formulários
1190.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Formulários
1191.	A Participação do Trabalho Infantil nos Processos Produtivos do Meio Rural: Um Estudo a Partir das Experiências dos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul	Educação	Realização de Pesquisa	Projetos
1192.	Encontro da Equipe de Pesquisa sobre o trabalho educativo infantil nos assentamentos do MST	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios

1193.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1194.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Dados Estatísticos
1195.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1196.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1197.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1198.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1199.	Não consta	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1200.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado do Pará)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1201.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado do Pernambuco)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1202.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado do Piauí)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1203.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado do Rio Grande do	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios

	Norte)			
1204.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado de Ceará)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1205.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado de Sergipe)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1206.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos e Acampamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado do Rio Grande do Sul)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1207.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado da Bahia)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1208.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado do Maranhão)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1209.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado do	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios

	Rio Grande do Sul)			
1210.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado de Espírito Santo)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1211.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado de Minas Gerais)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1212.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado de Rondônia)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1213.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado de Santa Catarina)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1214.	Pesquisa Nacional por Amostra da Situação Educacional em Assentamentos de Reforma Agrária, 1995 (Estado de São Paulo)	Educação	Realização de Pesquisa	Relatórios
1215.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Cronogramas
1216.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1217.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos

1218.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1219.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1220.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1221.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1222.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1223.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1224.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1225.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1226.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1227.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Diagnósticos
1228.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planejamentos
1229.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planejamentos
1230.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planejamentos
1231.	Atividades realizadas pelo Coletivo Estadual de Educação do MST/CE	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1232.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1233.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1234.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1235.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1236.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos

1237.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1238.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1239.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1240.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1241.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1242.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1243.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1244.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1245.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1246.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1247.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1248.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Planos
1249.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1250.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1251.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1252.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1253.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1254.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1255.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1256.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação

1257.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1258.	Não consta	Educação	Avaliação e Planejamento	Relatórios de Avaliação
1259.	As crianças do assentamento contam a sua história	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1260.	Cartilha Educação Infantil (música, brincadeira, historinhas)	Educação	Elaboração de Material Didático	Cartilhas
1261.	Cartilha toda criança na escola aprendendo	Educação	Elaboração de Material Didático	Cartilhas
1262.	Não consta	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1263.	Não consta	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1264.	A Escola que Queremos	Educação	Elaboração de Material Didático	Projetos
1265.	Não consta	Educação	Elaboração de Material Didático	Projetos
1266.	Não consta	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1267.	Produção de canções infantis como recurso pedagógico para a educação no meio rural	Educação	Elaboração de Material Didático	Projetos
1268.	Produção de canções infantis como recurso pedagógico para a educação no meio rural	Educação	Elaboração de Material Didático	Projetos
1269.	8 de Março Dia Internacional da Mulher	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos

1270.	Aprendendo a Construir Parques Infantis nos Assentamentos e Acampamentos	Educação	Elaboração de Material Didático	Projetos
1271.	Confusão na floresta	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1272.	Hino à bandeira do MST	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1273.	História de Margarida M <sup>a</sup> Alves	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1274.	Mística	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1275.	Não consta	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1276.	Não consta	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1277.	O leão e as formigas	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1278.	Proposta de literatura infantil	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1279.	Tesouro humano	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1280.	Um sonho	Educação	Elaboração de Material Didático	Textos
1281.	Não consta	Educação	Gestão da Ciranda Infantil	Dossiê Ciranda Infantil
1282.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1283.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1284.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1285.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião

1286.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1287.	Não consta	Educação	Gestão da Ciranda Infantil	Dossiê Ciranda Infantil
1288.	Não consta	Educação	Gestão da Ciranda Infantil	Dossiê Ciranda Infantil
1289.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1290.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1291.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1292.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1293.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1294.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1295.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1296.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1297.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1298.	Não consta	Educação	Gestão da Ciranda Infantil	Dossiê Ciranda Infantil
1299.	Produção de literatura infantil pelas crianças de áreas de assentamentos rurais	Educação	Elaboração de Material Didático	Projetos
1300.	Não consta	Educação	Gestão da Ciranda Infantil	Dossiê Ciranda Infantil
1301.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1302.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1303.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1304.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião

1305.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1306.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1307.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1308.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1309.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1310.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1311.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1312.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1313.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1314.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1315.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1316.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1317.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1318.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1319.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1320.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1321.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1322.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1323.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1324.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1325.	Não consta	Educação	Realização de	Relatórios de

			Reunião	Reunião
1326.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1327.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1328.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1329.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1330.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1331.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1332.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1333.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1334.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1335.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1336.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1337.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1338.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1339.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1340.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1341.	Não consta	Educação	Realização de Reunião	Relatórios de Reunião
1342.	I ENEJA - Encontro Nacional de Monitoras e Monitoras de Educação de Jovens e Adultos do MST - EJA	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1343.	Encontro de Educação Região Sul - Assentamento	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros

	Terra Vista			
1344.	Encontro Estadual de Professores das Escolas de Assentamentos Rurais	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1345.	Encontro Estadual de Professores de Assentamentos e Acampamentos no Paraná - Oficina Abelardo Luz	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1346.	Encontro Estadual "Por uma educação básica no campo"	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1347.	Encontro Estadual "Por uma educação básica no campo"	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1348.	Encontro Estadual Professores	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1349.	Encontro Infanto-Juvenil no Ceará	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1350.	Encontro Regional de Educação - Região Centro-Oeste "Boca Maldita".	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1351.	I Encontro Estadual de Professores	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1352.	I Encontro Estadual de Professores - CETAP	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1353.	I Encontro Estadual de Professores de escolas de acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1354.	I ENERA	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1355.	III Encontro Estadual dos Professores das Escolas de Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros

1356.	Acampamento Cruz Alta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
1357.	Acampamento MS e Assentamento 40/45	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1358.	Acampamento Ocara - Trabalho artístico em barro	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
1359.	Acampamento Olho d'Água dos [ ]	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
1360.	Acampamento Palmeira das Missões	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
1361.	Assentamento Estado de São Paulo	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1362.	Assentamento Pip Nuc - Oficina de Professores	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1363.	Assentamentos Recreio, Massapé, Pitombeira	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1364.	Comemoração do dia da Criança - Acampamento Rosa do Prado	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
1365.	Crianças assentadas - sul do Brasil	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1366.	Educação nos Assentamentos do MST	Educação	Realização de Pesquisa	Dossiê Outros Eventos
1367.	Encontro dos Sem-terrinhos - Congresso Infantil; Encontro Estadual de Jovens - Acampamento Margarida Alves	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1368.	Escola 25 de Agosto - Comunidade Santa Inês - Assentamento Wagner	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1369.	Escola Agrícola	Educação	Realização de	Dossiê Escolas de

			Cursos	Assentamento
1370.	Escola Oziel Alves - Acampamento Bela Vista	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Acampamento (Itinerantes)
1371.	II Seminário Estadual de Educação - Assentamento Vitória	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1372.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1373.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1374.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1375.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1376.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1377.	Não consta	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1378.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1379.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1380.	Não consta	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1381.	Oficina de Música - Escolas de Assentamentos - EEPG Roseli Correa da Silva	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1382.	Oficina - Música	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1383.	Organização Infantil - Assentamento Chico Mendes	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Escolas de Assentamento
1384.	Seminário de Educação (Escola Margarida Alves - Assentamento Barra Grande)	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1385.	I Oficina de Capacitação em	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas

	Planejamento			
1386.	I Oficina de Capacitação em Planejamento	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
1387.	Oficina Planejamento com Professores e Alunos em SC	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Oficinas
1388.	Alfabetização de Jovens e Adultos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1389.	Alfabetização de Jovens e Adultos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1390.	EJA - Alagoas	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1391.	EJA - Alagoas	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1392.	EJA - Ceará	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1393.	EJA - Ceará	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1394.	EJA - Maranhão	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1395.	EJA - Maranhão	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1396.	EJA - Paraná	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1397.	EJA - Show Universidade de Sergipe	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1398.	Escola de Alfabetização de Adultos - Acampamento Rosa do Prado - Bahia - monitora lone	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Cursos de Alfabetização / EJA
1399.	Concurso Simulado - COOPAM	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1400.	Curso COOPAM - Oficina Pedagógica do Magistério	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1401.	Curso COOPAM - Oficina Pedagógica do Magistério	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos

1402.	Curso COOPAM - Oficina Pedagógica do Magistério	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1403.	Curso COOPAM - Oficina Pedagógica do Magistério	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1404.	Curso de Formação de Formadores do Nordeste	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1405.	Curso de Formação de Professores da Região Sul	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1406.	Curso de Formação de Professores da Região Sul (MS, PR, SP, SC, RS)	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1407.	Curso de Formação Região Sul	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1408.	Curso de Formação Região Sul	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1409.	Curso de Pedagogia - 1ª Etapa - Belo Horizonte / Oficina de Capacitação Pedagógica - Ouro Preto	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1410.	Curso de Pedagogia - 1ª Etapa - Belo Horizonte / Oficina Nacional de Capacitação Pedagógica - Ouro Preto	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1411.	Curso IBRADES	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1412.	Curso IBRADES	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1413.	Curso para Professores	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1414.	Curso para Professores	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1415.	Curso para Professores de Assentamentos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1416.	Curso Rondônia	Educação	Realização de	Dossiê Outros

			Cursos	Cursos
1417.	Curso Superior de Pedagogia (MST / UNIJUI)	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Curso Superior de Pedagogia (MST/UNIJUI)
1418.	Formatura - Ato Solene - Magistério - Turma E - Teatro Municipal - Santos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1419.	Formatura - Magistério - Turma E - Teatro Municipal - Santos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1420.	II Etapa do Curso de Pedagogia (Etapa Extra) - Magistério - Turma E - COOPAM	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1421.	II Etapa do Curso Pedagogia (Etapa Extra) - Magistério - Turma E - COOPAM	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1422.	Magistério COOPAM	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1423.	Magistério - COOPAM - Oficina de Produção de Materiais	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1424.	Magistério COOPAM - Participação em Atos Políticos	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1425.	Projeto: Curso de Formação para Professores dos Assentamentos - CETAP	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1426.	Trabalho para 2ª Etapa	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1427.	Veranópolis - ITERRA	Educação	Realização de Cursos	Dossiê Outros Cursos
1428.	Balanço 96 e Projeção 97	Educação	Avaliação e Planejamento	
1429.	Seminário Nacional dos Coordenadores de Educação de Jovens e Adultos	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários

1430.	Seminário Nacional dos Coordenadores de Educação de Jovens e Adultos	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Seminários
1431.	1º Congresso Infanto-Juvenil do Espírito Santo	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
1432.	Cartazes - Princípios da Educação - MST	Educação	Elaboração de Material Didático	
1433.	Cartilha - Mobilização Infantil - Palmeirão 1996 / RS	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1434.	Conferência Internacional de Camponeses contra o Neoliberalismo, Quezon City	Educação	Participação em Eventos e Cursos Externos	Dossiê Outros Eventos / Cursos
1435.	Congresso Infantil em Rondônia	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
1436.	II Congresso Infanto-Juvenil MST / RS	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Congressos
1437.	Local das primeiras reuniões do Setor de Educação no Seminário dos Padres Capuchinhos em Itamaraju / BA	Educação	Realização de Reunião	
1438.	Trabalho Infantil Educativo	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1439.	Trabalho Infantil Educativo	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1440.	Crianças assentadas sul do Brasil	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Outros Eventos
1441.	Memória do I ENERA (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária) - Homenagem aos Educadores Paulo Freire e Che Guevara	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros

1442.	Memória Completa do I ENEJA (Encontro Nacional de Monitoras e Monitores de Educação de Jovens e Adultos do MST - EJA) - Homenagem ao Mestre Paulo Freire	Educação	Realização de Eventos	Dossiê Encontros
1443.	Seminário: arquitetura moderna e espaço doméstico - a casa manifesto latino-americana	Formação	Administrativo	Participação em Eventos
1444.	Não consta	Formação	Realização de Cursos e Eventos	Dossiê Cursos Diversos
1445.	Seminário sobre práticas de formação nas organizações camponesas da América Latina	Formação	Realização de Cursos e Eventos	Dossiê Eventos Diversos
1446.	Ecole Nationale Florestan Fernandes	Formação	Realização de Campanha	Panfletos
1447.	Escola Nacional Florestan Fernandes	Formação	Realização de Campanha	Panfletos
1448.	Vamos construir a Escola Nacional Florestan Fernandes	Formação	Realização de Campanha	Panfletos
1449.	Curso de formação de lideranças	Formação	Realização de Cursos e Eventos	Dossiê Cursos Diversos
1450.	Apoio ao MST/RS - Frère des Hommes	Formação	Elaboração de Projetos	Projetos
1451.	Escola Nacional do MST	Formação	Realização de Campanha	Propostas
1452.	Não consta	Formação	Realização de Cursos e Eventos	Dossiê Cursos Diversos
1453.	Breve histórico da Formação no MST	Formação	Produção Textual	Textos

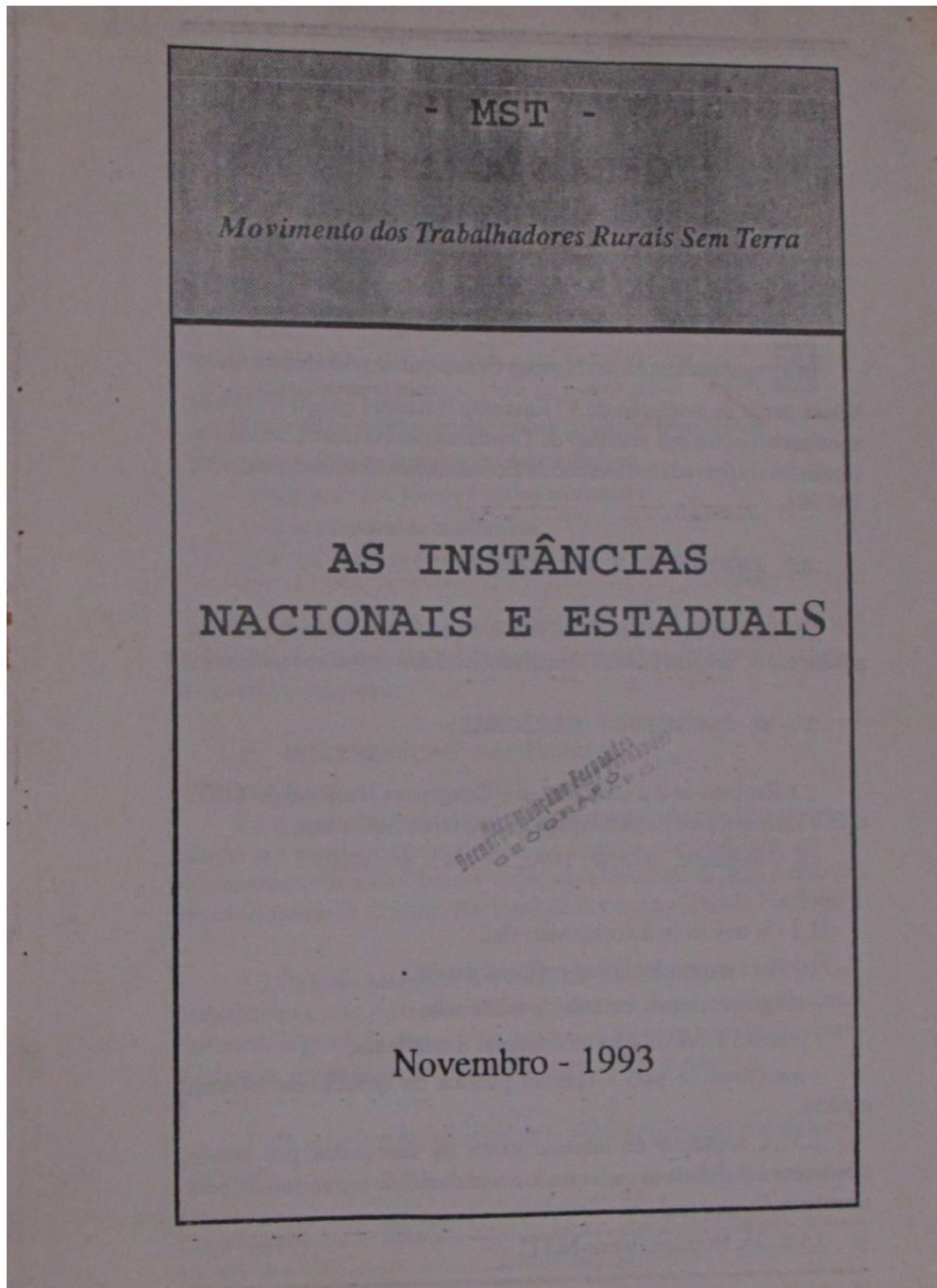
1454.	Programa de reforma agrária - assentamentos implantados pelo governo federal - INCRA/RS	Frente de Massas	Levantamento Estatístico	Dados Estatísticos
1455.	Relação dos assentamentos/ocupações Paraná	Frente de Massas	Levantamento Estatístico	Dados Estatísticos
1456.	Assentamentos Espírito Santo - 1997	Frente de Massas	Levantamento Estatístico	Dados Estatísticos
1457.	Áreas de Assentamentos e Acampamentos do Estado Paraná	Frente de Massas	Levantamento Estatístico	Dados Estatísticos
1458.	Superintendência Regional do Paraná - SR.09. Divisão de Assentamento. Programação Operacional 1994.	Frente de Massas	Levantamento Estatístico	Dados Estatísticos
1459.	Não consta	Frente de Massas	Levantamento Estatístico	Dados Estatísticos
1460.	Classificação dos Assentamentos em Ordem Decrescente Segundo Valor em Dólar Recebido por Família - PROCERA	Frente de Massas	Levantamento Estatístico	Dados Estatísticos
1461.	Imóveis Emitidos na Posse 1997	Frente de Massas	Levantamento Estatístico	Dados Estatísticos
1462.	Definições para a Implantação de Três Projetos Piloto de Construção de Casas Populares em Projetos de Assentamento	Frente de Massas	Produção Textual	
1463.	Estudo sobre a zona canavieira do nordeste	Frente de Massas	Produção Textual	
1464.	O MST-RS e a massificação	Frente de Massas	Produção Textual	
1465.	Não consta	Gênero	Realização de Eventos	Dossiê 2º Encontro de Casais (MST/RS)

1466.	O papel das mulheres no MST e propostas de articulação	Gênero	Produção Textual	Textos
1467.	Sobre a questão das mulheres	Gênero	Produção Textual	Textos
1468.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Boletins de Ocorrência
1469.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Boletos Bancários
1470.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Boletos Bancários
1471.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Propostas de Licitação
1472.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Contratos
1473.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Contratos
1474.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Listas de Material e Patrimônio
1475.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Listas de Material e Patrimônio
1476.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Livros Caixa
1477.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Livros Caixa
1478.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Livros Caixa
1479.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Orçamentos
1480.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Orçamentos
1481.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Orçamentos
1482.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Prestações de Conta
1483.	Não consta	Gestão Financeira	Administração e Contabilidade	Prestações de Conta
1484.	Não consta	Gestão Financeira	Elaboração de Políticas Financeiras	Propostas de Políticas Financeiras e Financiamentos
1485.	Não consta	Gestão	Administração e	Propostas de

		Financeira	Contabilidade	Licitação
1486.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Produção Textual	Textos
1487.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Estatutos
1488.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Estatutos
1489.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Realização de Eventos	Folders
1490.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Realização de Eventos	Folders
1491.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Listas de Cooperados
1492.	A Reforma Agrária e os Assentamentos	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Textos
1493.	Memória do Laboratório Organizacional de Campo	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Textos
1494.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Realização de Reunião	Pautas de Reunião
1495.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Planejamento	Planos
1496.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Programas
1497.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Propostas
1498.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Realização de Eventos	Relatórios
1499.	Não consta	Produção e Cooperativismo	Realização de Eventos	Relatórios
1500.	As Escolas dos Assentamentos e a Educação para a Reforma Agrária	Produção e Cooperativismo	Produção Textual	Textos
1501.	Cooperação dos Animais	Produção e Cooperativismo	Produção Textual	Textos
1502.	Relatório de Produção - Estimativa de Produção - Despesas e Receitas	Produção e Cooperativismo	Produção Textual	Textos

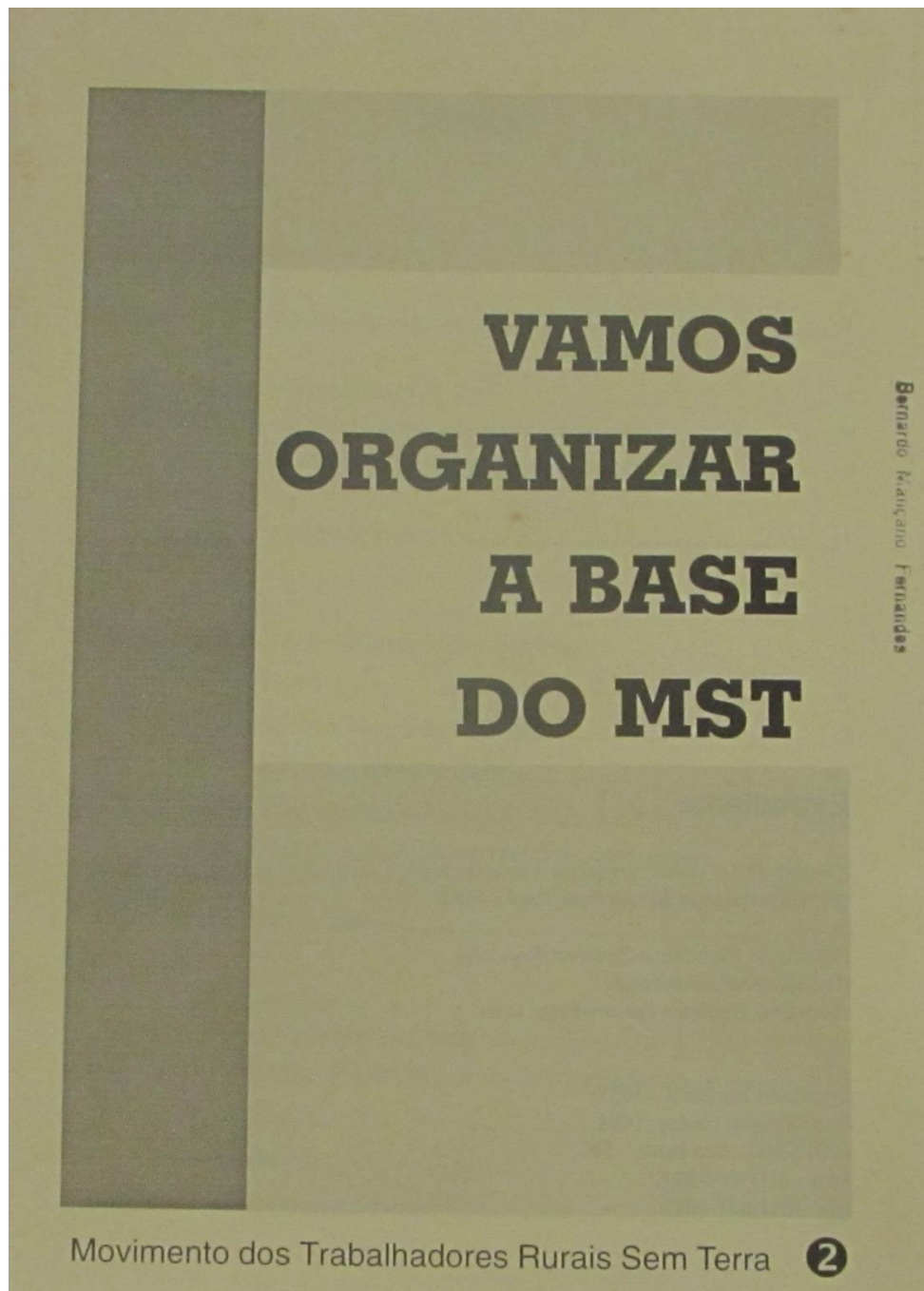
1503.	Assentamento e Cooperativa Copanol	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Dossiê Outros Eventos
1504.	Assentamento União da Vitória (Projeto Grolla Azul; Produção de Suínos; Início da implantação do projeto rural)	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	Dossiê Outros Eventos
1505.	4ª Feira da Reforma Agrária	Produção e Cooperativismo	Organização de Cooperativas	
1506.	4ª Feira da Reforma Agrária	Produção e Cooperativismo	Realização de Eventos	
1507.	Atividades do SRI no 2º semestre	Relações Internacionais	Planejamento	Planos
1508.	Não consta	Saúde	Realização de Pesquisa	Dossiê Pesquisa sobre Saúde
1509.	Não consta	Saúde	Realização de Pesquisa	Dossiê Pesquisa sobre Saúde
1510.	Manual do entrevistador	Saúde	Realização de Pesquisa	Dossiê Pesquisa sobre Saúde
1511.	História das políticas de saúde no Brasil	Saúde	Produção Textual	Textos

**ANEXO A - As instâncias nacionais e estaduais (nov. 1993)**



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

**ANEXO B - Vamos organizar a base do MST (n. 2)**

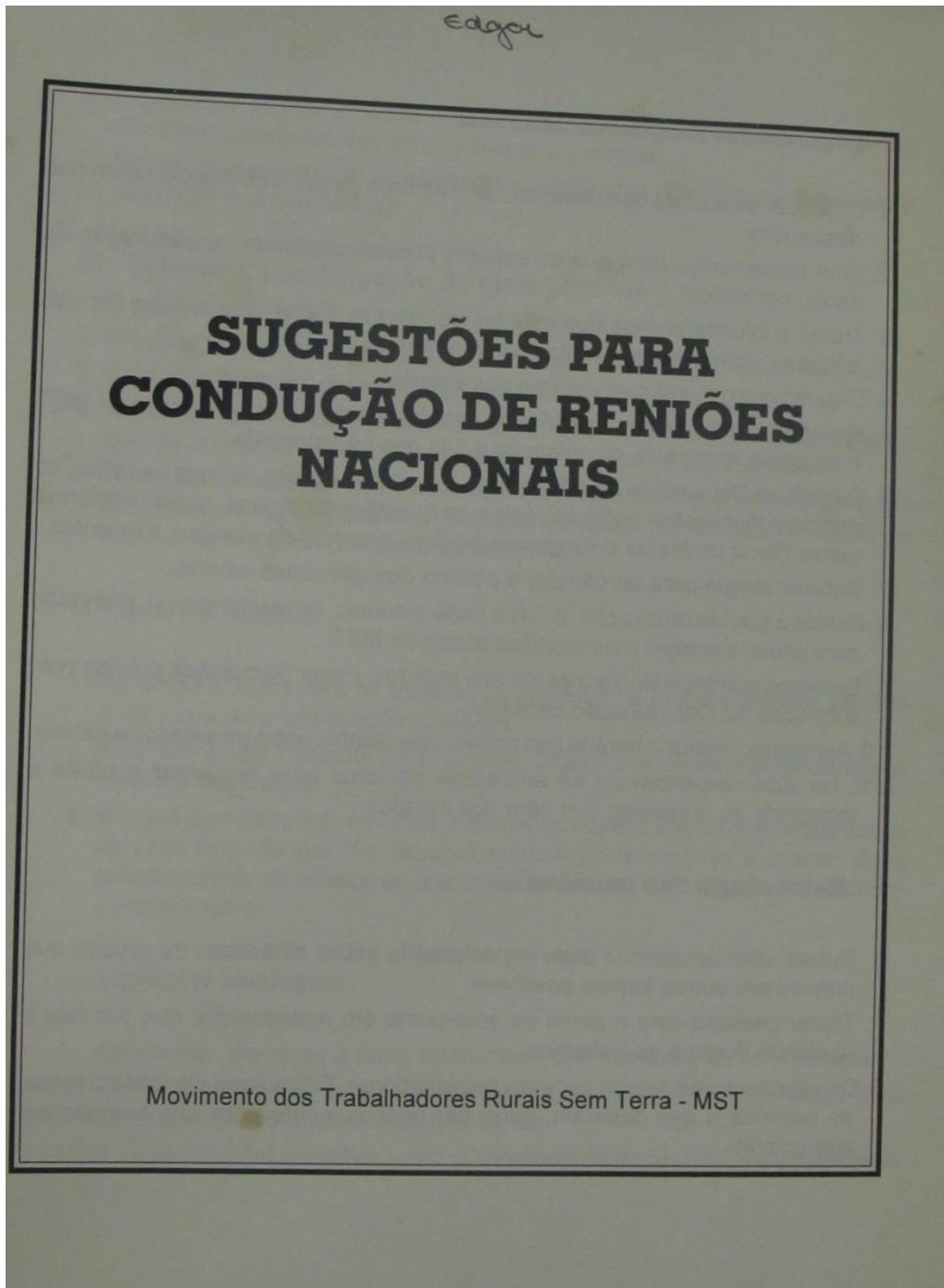


Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

**ANEXO C - Só dirige, quem sabe! (1995)**

Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

**ANEXO D - Sugestão para condução de Reunião**



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

## ANEXO E - Como escolher as instâncias do MST

### COMO ESCOLHER AS INSTANCIAS NO MST

- O MST em sua história no RS, nunca teve uma regra definida para escolher suas instâncias desde os setores até a Direção. Houve sim, algumas orientações-critérios tirados pelos Encontros Estaduais que geralmente mudam todo o ano. Isso tem nos causado alguns problemas e dificuldades.
- Quando temos que definir um nome ou escolher uma instância, começa a aparecer um "clima pesado" tanto nos acampamentos como nas Regionais e até na Direção Estadual. Começa a aparecer boatos "se o fulano não tá fazendo conchavo, se ele quer ficar no poder ou se ele não vai embrabecer se não entrar ou sair da Instância".
- Pelo fato de não termos aprofundado esse tema, acaba criando constrangimentos que prejudicam nossa organização.  
O MST cresceu muito nos últimos anos e se tornou muito complexo. Não podemos continuar com os mesmos métodos que usávamos em tempos à trás. Prá complicar ainda mais esta situação, no último Enc. Estadual em vez de avançarmos, regredimos. E eleição da Direção ficou parecida (ou igual) a uma eleição que uma comunidade ou um time de futebol qual quer faz para escolher o seu presidente.  
É verdade que o MST é um Movimento de Massa! Mas também é verdade que somos um Movimento político com uma responsabilidade muito grande em onde milhões de pessoas tem esperanças e anseios por mudanças. Portanto, temos que aperfeiçoar nossos métodos de escolha daqueles que legitimamente vão dirigir nossa organização. Para garantir as linhas políticas, a combatividade e a seriedade da organização.
- No conjunto do MST, sempre tivemos dificuldades em escolher a pessoa certa para o local certo. Por isso, devemos melhorar nossos métodos de dirigir o MST e melhorar os métodos de escolha das Instâncias e setores..

#### PROPOSTAS:

Pelo fato de termos crescido muito aumentaram também as divergências e elas necessitam ser discutidas com os militantes. No encontro Estadual de 90 foram feitas algumas discussões em algumas regiões para discutir antecipadamente os temas do Encontro Estadual.

A instância maior de discussão e decisão é o Enc. Est., onde se define as linhas políticas do MST para todo o ano.

Quem participa desses encontros são poucas pessoas representando as Regionais, setores e instâncias. Esses militantes na sua maioria não conseguem participar nas discussões por que não conhecem antecipadamente

## ANEXO F - Dirigir e ou administrar (abr. 1992)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST-RS  
SETOR DE FORMAÇÃO - Abril de 1992

### DIRIGIR E OU ADMINISTRAR

De acordo com o "Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa" o termo **adminis-**trar tem os seguintes significados: Gerir (negócios públicos ou particulares); Reger com autoridade suprema; governar; dirigir. Dirigir qualquer instituição. No mesmo dicionário o termo **dirigir** tem os seguintes significados: Dar direção a; administrar; gerir; governar; dirigir uma empresa; dirigir um país. Dar orientação a; comandar, superintender; conduzir. Encaminhar, orientar; conduzir. Isto sem considerar os possíveis outros sentidos de ambos os termos. Diante da necessidade de esclarecimento em vista da este do Movimento não encontramos grande ajuda; são, praticamente, sinônimos (tem o mesmo sentido).

Se olharmos para a terminologia empresarial, segundo Henri Fayol, capitalista, em qualquer empresa a função administrativa tem os seguintes componentes: previsão, planejamento, comando e coordenação, organização e, por fim, controle. Vejamos um por um:

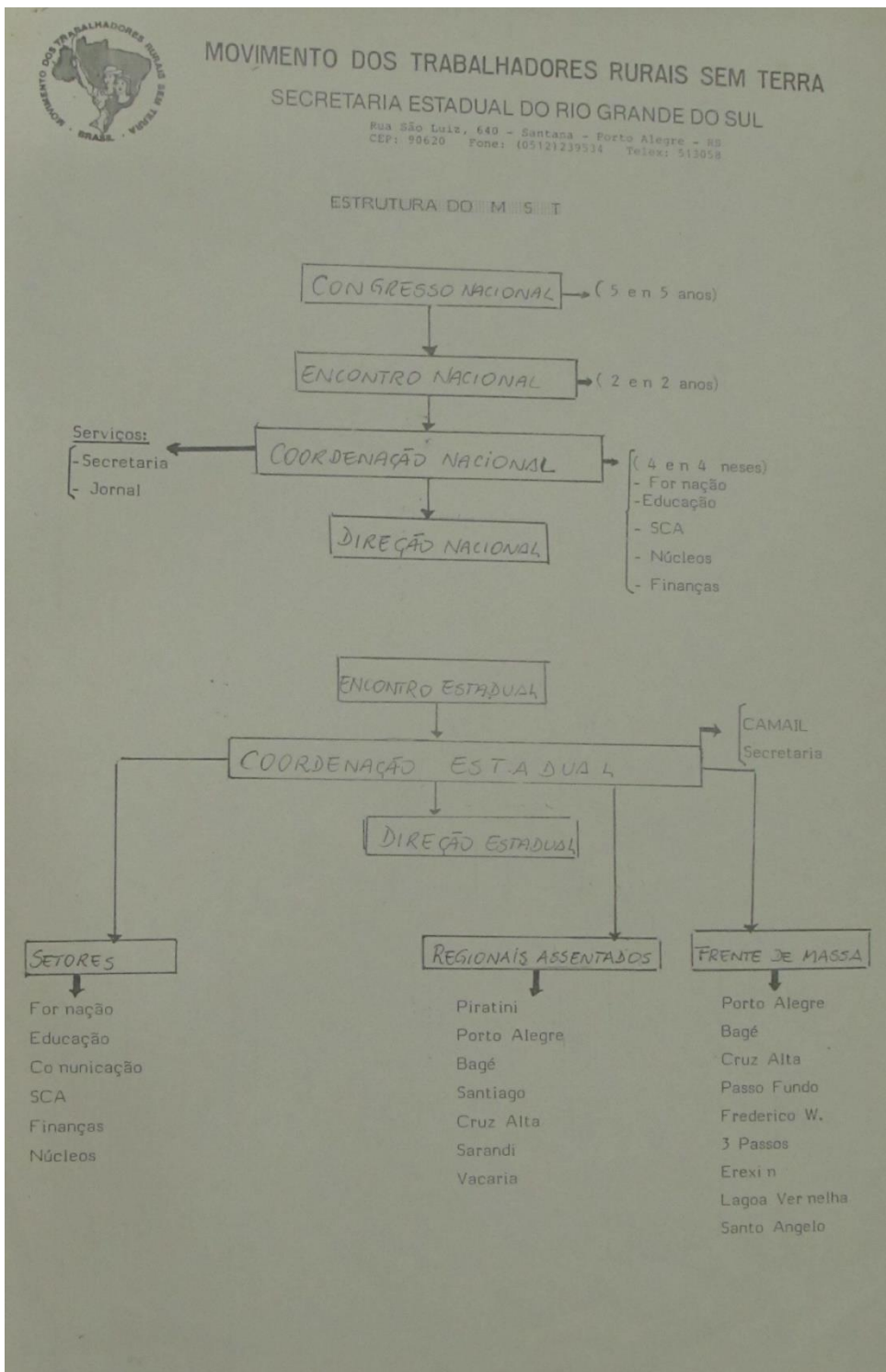
- a) **Previsão:** É fazer uma previsão do futuro a partir de dados estatísticos que representem fielmente a realidade do passado e do presente, conhecendo-se a teoria das probabilidades e se apoiando nas tendências sócio-político-econômicas. Não se pode partir de dados imerecedores de fé ou de exatidão, senão a previsão será equivocada, uma mera imaginação.
- b) **Planejamento:** Para alcançarmos o objetivo a ser visado necessitamos de um plano de ação, ou melhor, de um planejamento. Quanto mais claramente definido o objetivo e as estratégias da empresa, melhor a sua eficiência no que concerne a atuação administrativa, isto é, será mais fácil ou claro dirigir a ação global, e nela as várias ações, da empresa.
- c) **Comando e coordenação:** Por comando entendemos o acionamento do pessoal (quem e para que atividade) e a coordenação de esforços no mesmo sentido ou na mesma direção, de acordo com o planejamento, isto é, garantir a convergência de todos para os mesmos objetivos e estratégias, apesar de fazerem atividades diferentes.
- d) **Organização:** A empresa deve estar organizada de tal forma que repercuta no comando tudo aquilo que se passa na empresa. Por isto todos devem ter claro o organograma na empresa e a sua organicidade.
- e) **Controle:** É evidente que temos a obrigação de verificar se as decisões foram realizadas e se as realizações estão de acordo com o previsto, se há diferenças que possam ser evitadas e reparadas. Este é o papel da administração da empresa.

A partir do acima descrito podemos concluir que na terminologia empresarial há o uso do termo administrar e dirigir praticamente como sinônimos, pois os administradores tem o papel de dirigir a empresa; chegam a ser cognominados de diretores.

No caderno de formação do Movimento intitulado "Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo", na parte que fala sobre as organizações de estabilização social e ou de luta, com estruturas orgânicas complexas - como é o caso do Movimento -, afirma que os trabalhos de direção (dos dirigentes) se resumem em quatro elementos essenciais: análise, planejamento, distribuição e controle. Vejamos um por um:

Fonte: Reprodução - Acervo CEDEM/UNESP.

**ANEXO G – Estrutura do MST**



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

## ANEXO H - A disciplina no MST

### A DISCIPLINA NO MST

#### 1. INTRODUÇÃO: O CONCEITO DA DISCIPLINA

O conceito e significado da palavra disciplina é muito claro e objetivo: "é a ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização social" ou "o regime de ordenamentos estabelecidos ou imposto para o funcionamento de uma organização" (segundo o dicionário Aurélio Buarque).

No entanto, com frequência ouve-se a comparação do uso da disciplina, ou seja, da ordem em uma organização, como se fosse simplesmente sinônimo de atividades militarizadas (devido ao alto grau de disciplina e de hierarquização que uma organização armada exige) ou sinônimo de respeito a horários estabelecidos ou pior ainda, confunde-se com métodos de repressão da vontade pessoal.

Evidentemente que essa tergiversação do verdadeiro conceito da disciplina é, no fundo, utilizado por aquelas pessoas que colocam suas vontades pessoais, individuais, acima de qualquer ordem, regulamento ou necessidades sociais. Trata-se portanto, a priori, de uma postura de indisciplina. Ou seja, justamente o contrário da disciplina. Desta forma, pode-se afirmar que o indivíduo indisciplinado é todo aquele que pratica ações contrárias à ordem e ao bom funcionamento de uma organização social a qual pertença.

A busca permanente do respeito à ordem e ao bom funcionamento da organização, que é a disciplina, não deve ser encarada portanto, apenas como uma obsessão de que o indivíduo precisa ser disciplinado porque é uma determinação regulamentar, mas sobretudo porque a indisciplina compromete o alcance dos objetivos políticos e sociais de qualquer organização, e portanto afeta a sua razão de ser.

Pode-se concluir então, que ser disciplinado numa organização como o MST é a necessidade prática e objetiva para contribuir com a conquista da terra, da reforma agrária e das mudanças sociais no país.

O objetivo desse texto é então elencar os diversos aspectos relacionados com a natureza e a importância da disciplina para qualquer organização social, em especial para o MST, com a intenção de que, a partir de seu debate e da compreensão do verdadeiro significado da disciplina, possamos educar nossa militância na adoção de métodos de trabalho e de vida, que contribuam para o fortalecimento da organização como um todo.

#### 2. OS DESVIOS E A INDISCIPLINA NO MST

No Movimento Sem Terra (MST) tem-se enfrentado diversos problemas de desvios disciplinares.

Para começar, é possível que a maioria de nossa militância não conheça ou nunca debateu as **NORMAS GERAIS DO MST**, as **LINHAS POLÍTICAS**, e o significado da disciplina contido na cartilha **A DISCIPLINA**. Isso demonstra que muitos militantes aderem por amor à luta e por necessidade social, mas possuem ainda, falta de consciência política e ideológica que lhes impede de serem militantes disciplinados.

Os problemas de indisciplina têm ocorrido entre a base, entre os militantes e até entre dirigentes. E, obviamente, como descreveu-se no conceito de disciplina, qualquer ato de indisciplina afeta o bom funcionamento da organização e o alcance de seus objetivos. Estando diretamente relacionado com o grau de indisciplina ou com o nível de quem pratica. Quanto maior o nível ou grau de indisciplina, maior será o "estrago" na organização e na busca de seus objetivos.

## ANEXO I - A função dos núcleos dos militantes do MST

### A FUNÇÃO DOS NÚCLEOS DE MILITANTES NO MST

Seria dispensável escrever sobre a função do NÚCLEO de MILITANTE no MST, porque já temos o Manual de Organização dos Núcleos que é orientação Nacional e que coloca sobre os objetivos dos núcleos.

Mas, foi decisão do Coletivo Estadual do Setor de Nucleação fazer este material escrito, que tem por objetivo contribuir na discussão nos Núcleos e também no conjunto do MST.

Esse material não é uma nova tese sobre Função dos Núcleos no MST, é apenas um resumo das discussões que o Coletivo fez baseado na experiência prática vivida até o momento pelos Núcleos.

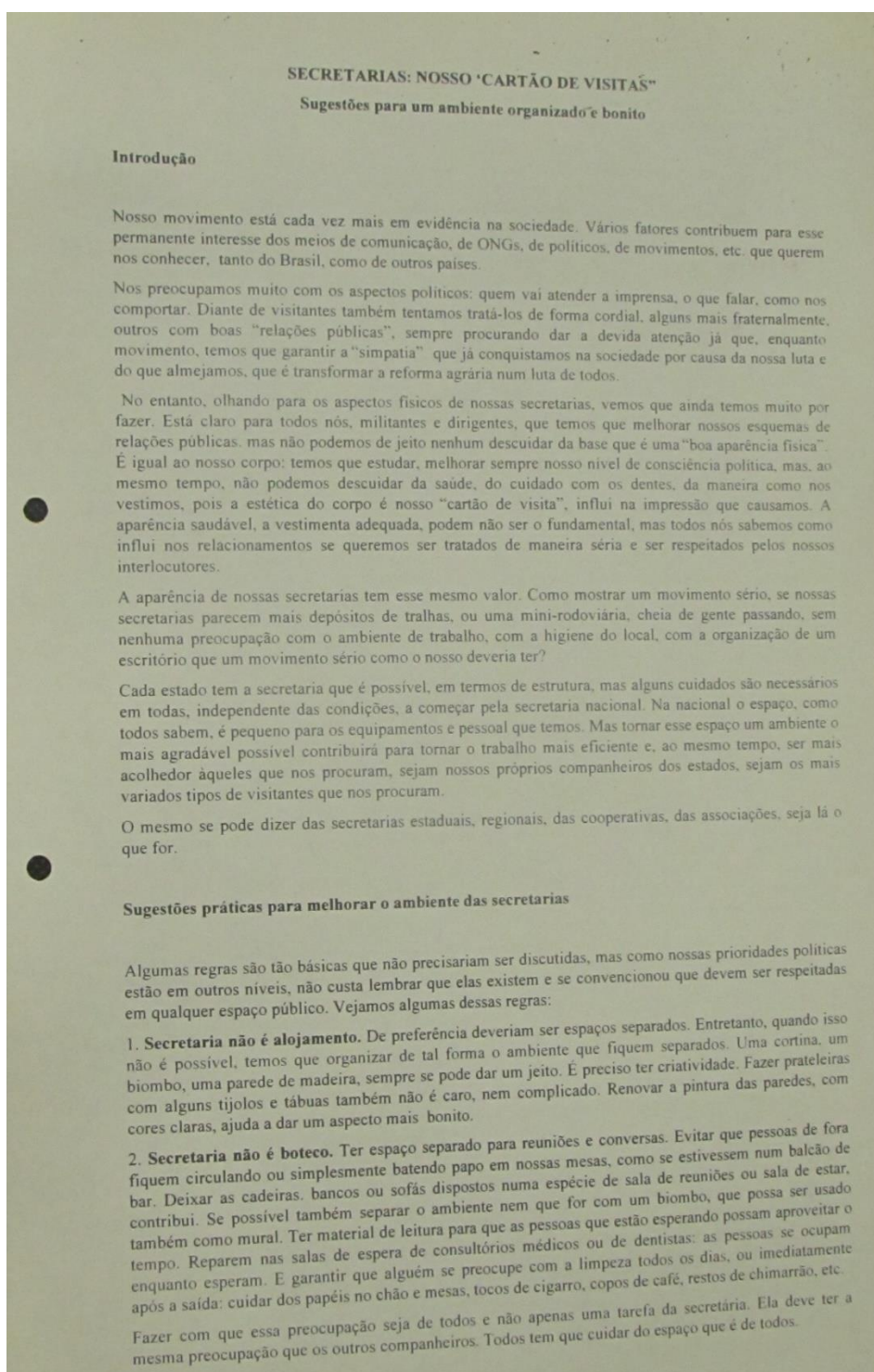
Em 1970, no Rio Grande do Sul criamos mais de 40 núcleos de militantes. Aos poucos, esses núcleos foram perdendo a motivação e deixando de se reunir até que muitos deles acabaram, ou seja, mais de 50% deles, e hoje quando alguém pergunta porque esses núcleos acabaram, a maioria diz que foi por falta de tarefas concretas, e que só com discussão política e estudo o núcleo não se mantém.

Diante disso nosso coletivo procurou aprofundar a discussão sobre esta questão e concluímos que se foi por falta de tarefas concretas que muitos núcleos acabaram, o problema é outro, porque a falta de tarefas é consequência de outro problema que é a falta de iniciativa dos coordenadores dos núcleos e dos militantes que participam. Mas esta falta de iniciativa, nós atribuímos ao problema, que no início a maioria dos núcleos partiram do entendimento que estes, eram para discutir as grandes questões Estaduais e Nacionais do MST e dessas discussões se decidia as tarefas concretas e assim os núcleos esperam somente cumprir as grandes tarefas planejadas a nível estadual e nacional. E no entendimento do Coletivo Estadual de Nucleação o núcleo deve estar estreitamente ligado a realidade política, estrutural e funcional do MST, de seu Assentamento e de sua Regional.

E, a partir da realidade o Núcleo discute, analisa os problemas, desafios, propõe as formas de superá-los e distribui as tarefas no Núcleo.

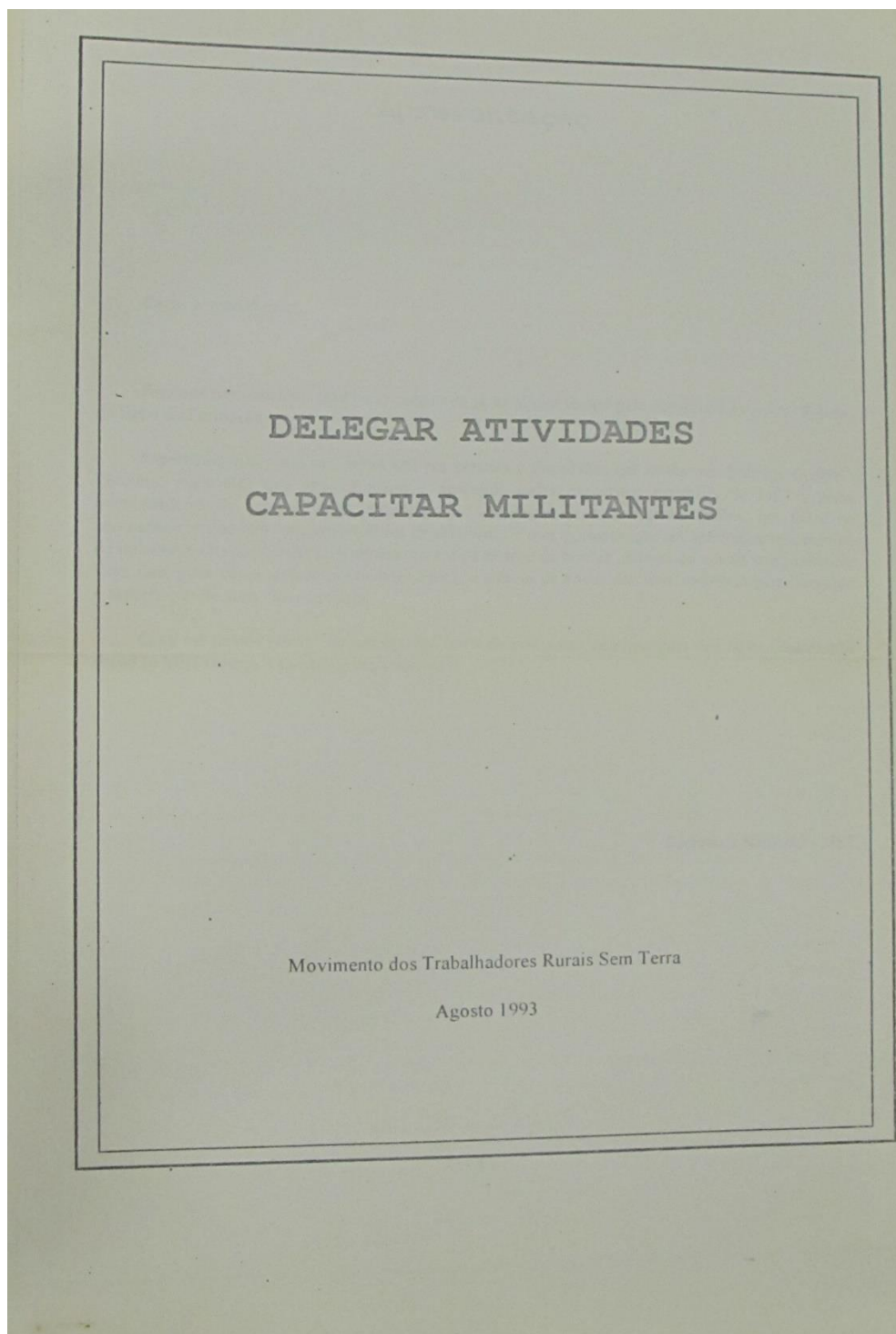
A nível Estadual continuará sendo discutido no Coletivo os problemas e desafios do MST e será decidido também tarefas para os núcleos que serão encaminhadas pelos Coordenadores regionais dos núcleos que fazem parte do

## ANEXO J - Secretaria: Nosso “Cartão de Visita”



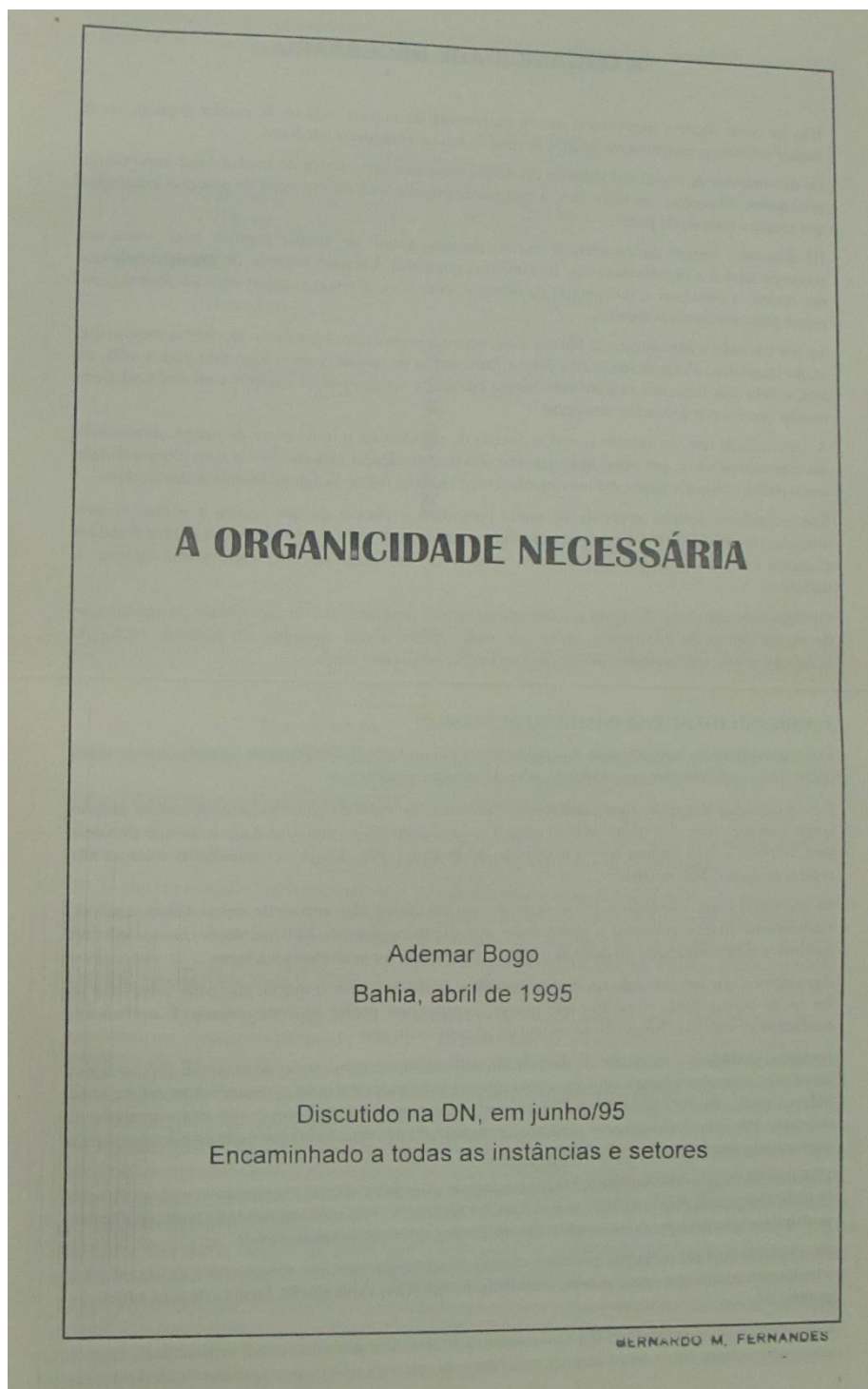
Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

**ANEXO K - Delegar atividades Capacitar Militantes (ago. 1993)**




Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

**ANEXO L – A Organicidade Necessária (abr. 1995)**



Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

## ANEXO M – Circular Nº 34/95



Rua Ministro Godoy, 1484  
05015-001 - São Paulo - SP  
Tel.: (011) 864-8977  
Fax: (011) 871-4612

**MST**

"III CONGRESSO NACIONAL DO MST"

São Paulo, 23 de junho de 1995

Circular Nº 34/95  
**BERNARDO M. FERNANDES**

De: Direção Nacional

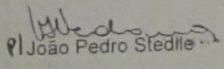
Para: Direções estaduais do MST, membros do coletivo nacional de formação, Coordenação Nacional, Setor de educação, CONCRAB, TAC

Assunto: Discussão sobre organicidade do MST

Caros companheiros,

1. Já há algum tempo o MST está debruçado na discussão de **COMO MELHORAR NOSSA ORGANICIDADE, na base e nas instâncias.**  
Depois de muitas discussões, produzimos a orientação/linha política aprovada na CN. "Como organizar nossa base" que ficou conhecida como a cartilha amarela.
2. Agora, recebemos mais uma contribuição do companheiro Bogo, com reflexões políticas e teóricas sobre a necessidade do nosso Movimento construir uma verdadeira organicidade, como questão de sobrevivência, como movimento de massas.
3. O texto é muito importante e nos ajuda a compreender a natureza de nosso Movimento, e a necessidade de construirmos os núcleos de base nos assentamentos e acampamentos. De certa forma, esse texto seria uma introdução teórica sobre a necessidade de organizar nossa base.
4. Diante disso, estamos enviando uma cópia, e pedimos que cada estado reproduza as fotocópias necessárias para que seja debatido.
  - a) nas direções estaduais
  - b) nos núcleos de estudos
  - c) nos cursos de militantes
  - d) nos coletivos de setores
5. Como é um texto de estudo, não há necessidade de enviar retornos, mas sim, que ele sirva para aprofundar a discussão. Por isso, sugerimos que a partir de cada tema tratado, se faça uma discussão e se aprofunde a reflexão sobre a questão.
6. Esperamos que o texto nos ajude também, a ir organizando os núcleos de estudo, a melhorar os métodos de direção e, sobretudo ajude a melhorar nossa organicidade em todos os níveis.

Atenciosamente

  
p/ João Pedro Stédile

p/ Direção Nacional

PS: Recomendamos que sempre se distribua antes, para leitura e reflexão individual, e depois se promova a discussão coletiva.

Ocupar, Resistir e Produzir

Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.

## ANEXO N - Contribuição para o debate dos núcleos

### CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DOS NÚCLEOS

A partir dos informes recebidos dos estados, das visitas e conversas realizadas sobre a situação dos núcleos nos estados, preparou-se uma avaliação a nível nacional, e em seguida apresenta-se algumas propostas que tem aparecido.

Propõe-se a leitura desses elementos, e a partir deles, discutir e definir que propostas que vamos implementar.

#### I - Porque os núcleos não funcionaram

(Contribuição Gilmar Mauro)

1. Criamos ao longo da história do MST, várias instâncias: comissões de acampamentos, educação, coordenações regionais, coordenações estaduais, setores, etc.

Na prática, estas instâncias são núcleos ampliados, ou espaços de debates, estudo e planejamento das atividades. Portanto, não faz sentido participar de outra instância - núcleos que propomos - pois seria apenas repartir as discussões que se fazem dentro das demais instâncias.

2. Os núcleos que tiveram funcionalidade neste período, foi muito mais pela vontade de alguns militantes em contribuir e socializar os conhecimentos com outros militantes que não participaram das instâncias formais, do que pela necessidade de estar dentro de um núcleo.
3. Existem dentro dos núcleos, pessoas com diferentes características e aptidões. Uns gostam mais de organizar a massa, outros, formação, educação, etc. No entanto, as tarefas dados aos núcleos são sempre iguais para todos. Por ex.: organizar a base de uma região. Uns fazem e gostam. Outros não gostam e portanto não conseguem desenvolver o trabalho.
4. Um exemplo bom disso, são os militantes da educação. Em alguns estados funcionam as equipes/núcleos de professores das escolas de assentamento que se reúnem semanalmente ou mensalmente para avaliar os trabalhos e planejar as atividades da escola. Eles tem uma tarefa, que é dar aulas, estudam, debatem, etc. O primeiro erro é que nunca os consideramos como núcleo. O segundo é querer que estes militantes façam parte do outro núcleo, e que discutam e cumpram tarefas não relacionadas diretamente ao seu campo de trabalho: fazer ocupações por exemplo.
5. Na estrutura atual temos, ou deveríamos ter: 1 coordenador estadual de núcleos, mais os coordenadores de núcleos. Na maioria dos casos, onde funcionam, os coordenadores estaduais entendem apenas de organização de massas ou uma área determinada. No entanto era ele o responsável para distribuir tarefas, de todos os setores, para todos os núcleos. É o mesmo que pedir a um motorista de carro sobre como deve-se dirigir uma bicicleta, um carro, um trem, um avião e um barco. E o pior: que ele diga pra olhar pra frente, engatar a primeira e soltar a embriagem devagarinho!
6. Em muitos assentamentos e acampamentos os núcleos acabaram sendo uma estrutura paralela às instâncias e comissões internas gerando dificuldades de relacionamento e até brigas internas.
7. O núcleo não anima a participação da militância. Faltou criar uma mística sobre a importância de estar no núcleo.
8. Nunca foi considerado como uma instância do MST. Mesmo que consultiva.

#### II - Constatações

1. Todos concordam com a necessidade e importância de termos grupos/núcleos organizados como forma de dar organicidade ao movimento.
2. Na maioria dos estados pode-se dizer que não existem núcleos propriamente organizados, e muito menos um setor de núcleos que articule esses grupos.

Fonte: Reprodução – Acervo CEDEM/UNESP.